Larry Rohter

BRASIL EM ALTA

A história de um país transformado



GERAÇÃO EDITORIAL

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.us*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Larry Rohter

BRASIL EM ALTA

A história de um país transformado

Tradução

Paulo Schmidt

Wladir Dupont

Título original
Brazil on the rise

Geração Editorial

2012

RETRATO SEM RETOQUES DE UM BRASIL RENASCIDO

O polêmico jornalista norte-americano Lany Rother — aquele que deixou o então presidente Lula muito contrariado quando insinuou que ele bebia além da conta — conhece o Brasil como poucos brasileiros. Profundo conhecedor também da psique de nossa sociedade e do funcionamento de nossas instituições, ele discorre, neste livro extraordinário e ricamente informativo, sobre a história, a economia, o povo, a terra, os recursos naturais, a cultura e a política do Brasil, com especial destaque para as mudanças que, nos últimos 20 anos, transformaram um atrasado país agrícola, arruinado pela hiperínflação e pela ditadura militar, numa moderna potência industrial e sexta economia do mundo, escolhida para sediar a Copa e os Jogos Olímpicos, em 2014 e 2016.

Com incomparável profundidade de análise, Lany Rohter também explica por que, apesar de todos esses avanços, esta terra de grandes contrastes e contradições ainda permanece enfraquecida por mazelas sociais que remontam aos tempos da colonização, como clientelismo, fisiologismo e corrupção, forças retrógradas de diversos aspectos da vida brasileira que não só não morreram, como continuam dirigindo os rumos da nação.

Questões cruciais para que o Brasil prossiga em sua rota ascendente são discutidas e respondidas. Por exemplo:

• Até onde é verdadeira a imagem que o Brasil tem, no resto do mundo, de terra do Carnaval, do samba, do futebol e da permissividade sexual?

• Será verdade que o povo brasileiro não é racista, como asseguram vários sociólogos?

• Por que no Brasil é tão difícil afastar políticos corruptos e impedir que continuem a exercer cargos de poder?

• De que maneira o famoso "jeitinho" brasileiro acaba sendo mais prejudicial do que vantajoso ao país?

• Por que, apesar do conceito de igualdade ser tão caro aos brasileiros, a sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo, com abismos

imensos separando as classes, as raças e os gêneros?
Escrito com a bagagem cultural de quem estuda o país há cerca de 40 anos, mas também com a imparcialidade e isenção de que só um estrangeiro é capaz, *Brasil em alta* pode ser considerado uma enciclopédia em um volume sobre o Brasil moderno.



Lany Rohter foi correspondente da revista *Newsweek* e do jornal *The New York Times* no Brasil, onde residiu por 14 anos. Reconhecido mundialmente como um especialista em assuntos brasileiros, escreve regularmente para o influente jornal nova-iorquino. Mora em Nova Jersey, nos EUA. Publicou também o livro *Deu no New York Times*, em 2008.

Para Clo

Sumário

INTRODUÇÃO O "país do futuro" se revela
1 Uma história de altos e baixos
2 Pecado e salvação ao sul do Equador
3 O mito do paraíso racial
4 O estilo de vida tropical
5 Criatividade, cultura e "canibalismo"
6 Gigante industrial, superpotência agrícola
7 Energia para queimar Petróleo, etanol e hidrelétricas
8 Amazônia: Nacionalismo e paranoia na selva
9 Virando "um país sério"
10 Política depois de Lula e FHC
POSTSCRIPTUM O primeiro ano de Dilma
AGRADECIMENTOS
BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO O "país do futuro" se revela

Viajei para o Brasil pela primeira vez em setembro de 1972, e, como a maioria dos recém-chegados, não sabia exatamente o que esperar. Naquela época fazia pós-graduação em história e política da China moderna e tinha um emprego de meio período no escritório nova-iorquino do maior conglomerado de mídia do Brasil, a Rede Globo. Por isso fiquei entusiasmado ao receber um convite para visitar o escritório central no Rio de Janeiro e trabalhar num festival de música lá. No escritório de Nova York eu estava rodeado de brasileiros que falavam com saudade do futebol, do samba, do Carnaval, da comida deliciosa, das belas praias e mulheres que haviam deixado para trás. Julgando pelo que os ouvi contarem, achei que estava prestes a experimentar algo muito próximo do paraíso.

O que mais me impressionou inicialmente, contudo, foi a repressiva ditadura militar que governava o país e o atraso da economia, dominada ainda por produtos agrícolas, como café e açúcar. No aeroporto, não pude deixar de reparar nas paredes cobertas por cartazes de "procura-se" com fotografias de "terroristas" que o governo estava caçando, muitos deles estudantes de aparência inofensiva e cabelos compridos, não muito diferentes de mim. A imprensa estava censurada, como vim a descobrir quando, ao participar da minha primeira reunião de redação para discutir as principais notícias noturnas a ser transmitidas, deparei com um oficial militar à mesa, dizendo aos editores quais matérias seriam permitidas e quais não seriam. À noite, policiais fortemente armados paravam os carros em que eu estava com meus colegas brasileiros, exigindo rudemente documentos de identidade de todos os passageiros.

A chique Zona Sul do Rio, onde ficava o meu hotel, lembrava menos um país de Terceiro Mundo, repressivo e subdesenvolvido, e muito mais uma Quinta Avenida ou Rodeo Drive. Passando pelas butiques da moda que se alinhavam pelas ruas de Ipanema e Copacabana, eu via as beldades bronzeadas que se dirigiam à praia, tornadas célebres pelas alegremente ritmadas canções da bossa nova que eu conhecia do rádio nos Estados Unidos, e reparava nas incríveis joias e objetos da moda de produção local, expostos nas vitrines. Mas tampouco pude

deixar de observar os grupos de mendigos sentados nas calçadas daquele bairro elegante, pedindo esmolas enquanto se mantinham atentos à chegada da polícia, incumbida de corrê-los de lá, a golpes de cassetete se necessário. Alguns dos mendigos eram bandos de garotos de rua, outros consistiam em famílias inteiras que haviam passado a noite anterior amontoadas nas caixas de papelão em que agora se agrupavam. A pobreza andrajosa deles formava um contraste violento com a calçada lindamente desenhada em que estavam sentados, uma obra de arte com um ondulante mosaico colorido de pedras que se estendia, ininterrupto, ao longo de toda a praia. Era incômodo ver aquelas pessoas pobres, quase todas negras, em meio a tanta riqueza da qual estavam totalmente dissociadas, e notar a indiferença dos passantes bem vestidos à situação delas.

No calor abafado de um domingo, numa feira do lado de fora de um coliseu cuja construção fora abandonada, escutei imigrantes do Nordeste, região assolada pela seca e tradicionalmente a mais pobre do país, cantando canções que falavam dos seus sofrimentos e esperanças frustradas, num tom lamentoso semelhante aos *blues* que eu escutava em Chicago, onde cresci. Cantavam sobre a árdua viagem para o sul, percorrendo 2.400 quilômetros na traseira de um caminhão, à mercê do sol tropical. Cantavam sobre a existência miserável dos arrendatários rurais e sobre os donos de terra exploradores que lucravam com o trabalho deles. Cantavam sobre os líderes políticos que nunca cumpriam suas promessas. Cantavam sobre os empregos mal remunerados, como os de operários em fábricas, ou de empregadas domésticas, ou de faxineiros, quando conseguiam chegar ao sul, e também sobre as favelas em que precisavam morar por serem muito pobres, e sobre o preconceito contra eles por causa do seu sotaque e aspecto matuto.

Mas a cidade possuía uma enorme energia, até mesmo exuberância, ao mesmo tempo fortemente atraente e contagiosa. Ouvindo as piadas e gozações à custa do governo, observando os brasileiros caminhar com a autoconfiança rítmica e lampeira que, mais tarde aprendi, eles chamam de "ginga", ficava claro para mim que, independente de quão ruim fosse a situação, os brasileiros se recusavam a ceder ao desânimo ou ao derrotismo. Parecia sempre haver um espaço interior, um âmago impermeável à pobreza e às circunstâncias políticas sombrias, onde residiam o otimismo e o verdadeiro espírito brasileiro. Fiquei estarrecido, tanto no nível emocional quanto no intelectual. Era como se existissem dois Brasis, um oficial, porém irreal, outro real, porém oculto sob uma camada de subterfúgio. Como uma sociedade podia funcionar com tão agudo contraste entre a realidade interna e a externa? Eu ansiava por saber mais, e foi isso que me

levou a voltar ao Brasil como correspondente, primeiro em 1977 para um encargo que durou cinco anos, e depois de novo em 1999, para uma incumbência de nove anos.

Quando visitei o Brasil pela primeira vez, meus conhecidos lá chamaram minha atenção para a bandeira nacional e o que ela representava. O verde dominante, segundo me disseram, simboliza a exuberância da flora brasileira e a fertilidade dos seus campos. A figura amarela em forma de diamante representa o ouro e, por extensão, as grandes riquezas naturais do país. Bem no centro, escrito sobre um globo azul, está o lema nacional "Ordem e Progresso". A piada que eu às vezes escutava à época era que, como os governantes brasileiros nunca haviam conseguido impor a primeira, o país jamais obteria o segundo, e que um *slogan* mais apropriado e realista seria "Desordem e Regresso". Os brasileiros estavam acostumados a ver as coisas por esse tipo de prisma cético, e era difícil para eles, com o cinismo acumulado ao longo de uma história de ambições extravagantes e esperanças frustradas, imaginarem que as circunstâncias poderiam mudar.

Nas últimas quatro décadas, eu assisti ao surgimento de um Brasil muito diferente. Vestígios das realidades amargas do passado ainda subsistem em forma de bolsões de pobreza e comportamento autoritário por parte de alguns políticos. Mas o Brasil de hoje pode também se gabar de ser a quarta maior democracia do mundo e a sua oitava maior economia. Entre os países em desenvolvimento, somente a China recebe mais investimentos estrangeiros diretos. Porém, ao contrário da China ou da índia, o Brasil é um robusto produtor e exportador, tanto de produtos manufaturados quanto de gêneros alimentícios e matéria-prima. Isto inclui grandes quantidades de energia, graças a importantes descobertas de petróleo e gás natural a partir de 2007, e a recompensa após 30 anos de esforço para desenvolver uma indústria de combustível renovável baseada no etanol, extraído da cana-de-açúcar.

Este livro é uma tentativa de traçar e explicar essa transformação. Nos seus capítulos iniciais, oferece um vislumbre da história do Brasil e examina a sociedade que os brasileiros construíram ao longo dos quinhentos anos da existência de sua nação, nos seus aspectos positivos e negativos. Mas o foco principal são as mudanças extraordinárias que o Brasil sofreu desde que eu entrei em contato com o país em 1972, na época em que a Guerra Fria estava em andamento, os Beatles acabavam de se separar, e um galão de gasolina custava apenas 36 centavos de dólar nos Estados Unidos. Em termos puramente históricos, 40 anos não passam de um piscar de olhos. Contudo, nas últimas quatro décadas, o Brasil inquestionavelmente passou por mudanças mais

profundas que durante os séculos em que foi uma colônia de Portugal.

Parte da ascensão do Brasil é explicada por sorte pura e simples, como ser abençoado com vastas extensões de terra fértil e suprimentos abundantes de minerais, água e outros recursos. As circunstâncias que ele não controla, tal qual a emergência da China como o mercado de maior crescimento para as exportações brasileiras, também desempenharam o seu papel. Mas a liderança política brasileira, tanto o atual regime civil quanto os anteriores governos militares autocráticos que eu ainda acho repugnantes, também merecem algum crédito, bem como a comunidade empresarial e o povo cujo suor e trabalho duro continuam a ser explorados. Num país em que planejamento a longo prazo sempre foi execrado, que adora improvisar e tradicionalmente aguarda por milagres de última hora que resolvam os seus problemas, os mandatários finalmente compreenderam as vantagens de tentar agir com previdência, e o país está agora colhendo esses benefícios.

Afinal de contas, a terra e os recursos sempre estiveram lá, e o potencial deles era óbvio para todo mundo desde que os portugueses chegaram, em 1500. Contudo, demorou mais 450 anos até o Brasil juntar todas as peças e começar a desenvolver a disciplina e a perspicácia necessárias para que o país fizesse jus à sua extraordinária promessa. Tendo alcançado uma certa ordem — embora isso não seja perceptível para quem já ficou preso num engarrafamento em São Paulo ou no Rio de Janeiro —, os brasileiros podem agora concentrar-se no progresso. Será que essa lição duramente aprendida foi absorvida de todo? Essa é uma das principais perguntas do século XXI para o Brasil, e se a resposta for afirmativa, não haverá praticamente limite para o contínuo crescimento e avanço do país.

Devido à sua grande beleza natural e à cordialidade do seu povo, o Brasil causa inevitavelmente uma primeira impressão bastante forte. Aquele mar e paisagens incríveis, com seus vívidos tons de verde, azul e branco! As praias, a música pulsante, o tempo ensolarado o ano inteiro, a serena vibração tropical! Tudo no Brasil parece programado para causar deslumbramento diante de tanto esplendor e abundância. Quinto maior país do mundo, o Brasil é maior que a parte continental dos Estados Unidos, com alguns estados maiores que qualquer país da Europa, e ocupa também o quinto lugar em população, com cerca de 200 milhões de habitantes. Como povo, o Brasil reúne influências europeias, africanas, ameríndias e asiáticas, de um modo que não existe em nenhum outro lugar do planeta, e sua cultura vibrante também reflete essa miscigenação. Onde se encontra a maior população de descendência japonesa fora do Japão? Em São Paulo, a cidade e o estado mais populosos do Brasil. Onde se encontra a maior

concentração de descendentes de italianos fora da Itália? Também em São Paulo.
O Brasil sempre foi um país dado a extremos de generosidade e egoísmo, compaixão e crueldade, em que as coisas tendem a ser, consoante a expressão brasileira, "oito ou oitenta", e as atitudes oscilam do entusiasmo à decepção, sem meio termo. Ainda é assim. Grande riqueza coexiste com a mais abjeta miséria, quase literalmente em cidades como o Rio de Janeiro, onde favelados vivem e morrem em barracos sobre morros com vista para os elegantes bairros à beira-mar, como Ipanema e Copacabana. A bacanal ânua do Carnaval, com seus excessos dionisíacos incontroláveis, é imediatamente substituída pela austeridade da Quaresma. A ressequida severidade do Nordeste, ainda a região mais pobre e atrasada do país, é vizinha da exuberante Amazônia, levando camponeses do deserto à selva numa condenada busca por um Eldorado.
No entanto, para uma nação tão dinâmica e que ocupa um pedaço tão grande da crosta terrestre, incluindo o quinhão maior da Amazônia, a maior e mais ameaçada floresta tropical do mundo, o Brasil permanece relativamente desconhecido além de suas fronteiras. Quais as imagens que primeiro vêm à cabeça da maioria dos estrangeiros quando o Brasil é mencionado? Futebol, samba e praias lideram a lista, conforme averiguou o governo brasileiro, para sua consternação, ao encomendar pesquisas em outros países. Alguns outros itens despontam no inventário: "Garota de Ipanema" e talvez mais alguma canção de bossa nova, e a floresta amazônica, é lógico. Os que se consideram conhecedores talvez estejam informados sobre novidades em voga, como a depilação brasileira, as sandálias Havaianas que a supermodelo Gisele Bündchen tornou popular, a caipirinha e bebidas energéticas como açaí e guaraná.
Mas o Brasil profundo, autêntico e sério é muito mais que ostentação, moda e sensualidade; por isso *Brasil em alta* tem o objetivo de mostrar o país sob outra luz, mais consistente. Enquanto o resto do mundo tem sido distraído por imagens de jogadores de futebol fazendo dribles engenhosos e beldades em biquínis minúsculos, o Brasil se tornou, sem muito alarde, uma potência industrial e agrícola. Seus principais produtos de exportação agora incluem aviões e automóveis, suas fazendas hoje alimentam boa parte do mundo, e o centro comercial de São Paulo, exibido na capa deste livro, é também centro da maior concentração de bancos, riqueza e negócios do hemisfério Sul.
Reconhecendo esse recente surto econômico, analistas e investidores de Wall Street designaram o Brasil como a letra inicial do chamado grupo Bric de economias emergentes, que também inclui a Rússia, a índia e a China. Para um país latino-americano acostumado a funcionar à sombra da economia norte-

americana e do poderio militar, isso não é café-pequeno. Pertencer ao grupo Bric confere tanto prestígio quanto responsabilidade, pois é o grupo Bric que, na percepção geral, simboliza a transformação da economia global no século XXI, com a tocha da liderança empunhada pelos Estados Unidos, Europa e Japão tendo que ser dividida com essas novas potências.

Os próximos anos oferecerão ao Brasil uma oportunidade incomum de ser o foco da atenção mundial, de se recordar quão longe chegou, e de reivindicar sua posição entre as nações de primeiro escalão. Em 2014, a Copa do Mundo, que a seleção brasileira ganhou cinco vezes até 2010, será sediada no Brasil pela primeira vez desde 1950, em nove ou mais cidades. Dois anos depois, o Rio de Janeiro será o primeiro país sul-americano a sediar o maior evento esportivo do mundo, as Olimpíadas. Graças à experiência adquirida todos os anos no Carnaval, os brasileiros realmente sabem como dar uma festa, e estão planejando os dois eventos iminentes como uma espécie de baile de debutantes gigante, anunciando a chegada do Brasil como jogador não apenas em competições de atletismo, mas também na arena global.

O Brasil, no entanto, atinge esse novo *status* com um fardo especial, uma espécie até de maldição. Há setenta anos, o escritor austríaco Stefan Zweig — refugiado dos nazistas que havia se estabelecido nas montanhas frias e sossegadas acima do Rio de Janeiro porque elas o lembravam dos Alpes de sua terra natal — escreveu um *best-seller* mundial intitulado *Brasil, país do futuro.* Nesse livro ele louva o Brasil por criar "um tipo completamente novo de civilização", e previu que o país estava "sem dúvida destinado a desempenhar um dos papéis mais importantes no desenvolvimento do nosso mundo".

Desde então, esse *slogan* se tornou um clichê, impossível para os brasileiros de fazer jus, mencionado inevitavelmente em qualquer discussão sobre o país, tanto um "estigma quanto uma profecia", nas palavras do autor brasileiro Alberto Dines. Esta será a única alusão à frase de Zweig neste livro, e eu o faço aqui apenas para indicar as expectativas inatingivelmente elevadas com que o Brasil tem sido confrontado, e o complexo de inferioridade resultante disso. Pois não importa quanto o Brasil consiga, parece nunca alcançar o destino que lhe foi predito. Enquanto o Japão primeiro, depois a China e a índia, trilhavam seu caminho rumo à proeminência global, e até a Coreia do Sul e os "tigres" do sudeste asiático recebiam elogios, atenção e investimentos, os brasileiros respondiam com seu próprio contraclichê mordaz: "o Brasil é o país do futuro e sempre será".

É possível, apenas possível, que o futuro tenha finalmente chegado. O hino

nacional brasileiro tem um verso que descreve o país como um "belo, forte e impávido colosso", mas também "deitado eternamente em berço esplêndido". Essa linguagem grandiloquente evoca a imagem de um Brasil indolente e infantilizado, satisfeito demais com sua riqueza e demasiado confiante de ser abençoado por Deus e favorecido pela natureza para se preocupar em trabalhar, de modo assíduo e disciplinado, com o objetivo de atingir a grandeza. Nos momentos em que o país parece ficar aquém do seu gigantesco potencial, os brasileiros frequentemente erguem as mãos em repulsa e recitam essas linhas.

O Brasil de hoje, no entanto, claramente despertou dessa confortável soneca e deixou o berço para trás, dando passos vigorosos rumo à maturidade total. Não são apenas as significativas conquistas materiais do Brasil na última geração que merecem atenção, mas também o modo como o país chegou ao seu estado atual, tão promissor. O Brasil teve experiências desagradáveis com governos autoritários ao longo da sua história de quase duzentos anos como nação independente, algumas bem recentes, mas nenhum desses episódios se compara ao totalitarismo que a Rússia e a China tiveram de suportar. O Brasil percorreu um caminho longo em pouco tempo, com seu povo debatendo e aprovando cada etapa e cada mudança política, ratificando suas escolhas nas urnas. Depois que a ditadura militar de direita caiu em 1985, o país se transformou numa democracia que, embora volátil às vezes, tem sido exemplar, com transmissões pacíficas de poder, um respeito ao menos nominal pelas leis, e uma profunda contrariedade quando a política ou as lideranças resultam aquém do esperado.

À medida que o Brasil se torna mais próspero, poderoso e capaz de exercer liderança, seu engajamento com o resto do mundo cresce, bem como o número de razões para que os demais países se importem com o que os brasileiros pensam e fazem. Porém, há muitos aspectos do comportamento brasileiro que são incompreensíveis para os estrangeiros. Por que o Brasil permite a devastação em grande escala da Amazônia, cuja riqueza como ecossistema em funcionamento é vital para todos nós se quisermos evitar o aquecimento global? Por que se ressente tanto diante de sugestões sobre como reduzir essa destruição, especialmente quando vindas dos Estados Unidos? Por que existe tanta violência em suas cidades grandes? Por que uma sociedade construída sobre noções de cordialidade parece fazer vista grossa às terríveis desigualdades baseadas em classe econômica e raça? Por que procurou frustrar os esforços do Conselho de Segurança da ONU no sentido de reprimir o programa nuclear do Irã?

Durante anos, amigos e parentes que me visitaram no Brasil fizeram-me essas e outras perguntas básicas. Desde aquela primeira viagem minha em 1972, tenho

tido a boa sorte de morar no Brasil por mais de catorze anos, mais tempo do que morei em qualquer outro lugar na minha vida adulta. Um dos meus artistas brasileiros favoritos, o compositor de bossa nova, vencedor do Grammy e pianista Antônio Carlos Jobim, costumava advertir os recém-chegados, dizendo que "o Brasil não é para principiantes". Espirituosa e sarcástica, a expressão fez com que eu me perguntasse: será que alguém poderá dizer que conhece de fato esse país? Eu tive bastante tempo para pensar em réplicas e testar minhas ideias com amigos brasileiros e parentes brasileiros por casamento. Não afirmo ter todas as respostas, e às vezes minhas explicações podem parecer demasiado críticas, ou até mesmo ásperas; mas escrevo com permanente e profundo afeto, bem como admiração, pelo Brasil e o seu povo. Sua sociedade é uma das mais ricamente humanizadas que eu já conheci, tanto em seus muitos defeitos quanto em suas igualmente abundantes virtudes.

1 Uma história de altos e baixos

Muito antes que existisse um país chamado Brasil, uma árvore com esse nome crescia em abundância ao longo da costa nordeste da América do Sul. Quando exploradores portugueses, desviados da sua rota a caminho da Ásia, atracaram ali em 22 de abril de 1500, imediatamente viram valor nas árvores que chamaram de pau-brasil. Os indígenas que vieram ao encontro deles na praia estavam besuntados de pigmento vermelho vivo, extraído dessa madeira. Os portugueses eram empreendedores e logo se deram conta do potencial lucrativo dela. Eles transformaram o pau-brasil num pó carmim que passou a ser usado na Europa para a manufatura de tecidos luxuosos, tais como veludo para a emergente classe média.

Aos olhos dos portugueses, os recursos naturais do Brasil pareciam ilimitados. Um padre jesuíta que visitou o país no começo de 1500 escreveu: "Se existe um paraíso na Terra, eu diria que fica no Brasil". Onda atrás de onda de europeus chegavam a esse canto verdejante do Novo Mundo, e o que todas tinham em comum era um apetite voraz pela sua abundância, cada uma concebendo meios de explorar-lhe os recursos. As substâncias que fomentavam exploração e desenvolvimento variaram ao longo dos séculos, de madeira, pedras e metais preciosos, a gêneros alimentícios como açúcar, café e soja. Hoje, com suas recém-descobertas reservas de petróleo e gás natural, o Brasil está prestes a obter extraordinária riqueza explorando seus combustíveis fósseis. A frequentemente comprovada crença de que sempre existe outro filão à espera tornou os brasileiros um povo ao mesmo tempo otimista e às vezes imprudente: "Deus conserta de noite o estrago que o homem faz de dia", assegura um velho provérbio brasileiro.

Tal noção veio a ser uma constante na história do Brasil, e ainda persiste na imagem que o país tem de si mesmo. Mas essa riqueza inesgotável esperando ser descoberta também ocasionou momentos sombrios. Ao longo dos séculos, a poderosa elite brasileira enriqueceu à custa dos trabalhadores. Em muitas ocasiões, a caça por riqueza instantânea e sem limite estimulou essa elite a

valorizar os recursos naturais do país acima do seu próprio povo e a empenhar-se por desenvolver os primeiros em detrimento do segundo. E tudo isso começou com aquela simples descoberta de pau-brasil florescendo no rico solo do litoral da Bahia há mais de 500 anos.

Os portugueses provavelmente teriam preferido tropeçar em ouro ou prata, e talvez seja um sinal da engenhosidade e mente aberta deles o fato de terem visto potencial numa substância que não era de metal nem brilhava. Os espanhóis, seus rivais, haviam começado sua própria exploração de terras ao norte, na bacia do Caribe, e rapidamente encheram seus cofres com pedras preciosas. Mas como nação pequena e pouco povoada na beirada da Europa, conhecida por suas habilidades marítimas, Portugal havia aprendido a tirar o máximo proveito de quaisquer oportunidades.

Os portugueses tentaram comerciar com os povos indígenas que encontraram, mas sua admiração inicial pela harmonia e simplicidade aparentes do modo de vida dos índios logo azedou. Assim que as tribos tupis-guaranis conseguiam os potes e artefatos de metal que queriam, perdiam interesse no comércio. Então os portugueses recorreram à escravidão. Demógrafos estimam a população nativa do Brasil de 1500 em cerca de 3 a 8 milhões de pessoas. Qualquer que fosse o número exato, superava a população de Portugal, que era de aproximadamente 1 milhão à época. Mas as tribos tupis-guaranis viviam constantemente em guerra entre si, o que permitia que os portugueses adotassem uma clássica estratégia de dividir para conquistar, que compensava o seu número reduzido. Cada tribo vendia os inimigos capturados aos portugueses, que estimulavam e instigavam conflitos para impedir que as tribos se unissem contra o invasor europeu.

Os espanhóis tampouco hesitaram em subjugar os povos nativos das Américas e explorar-lhes o trabalho, mas o Brasil oferecia desafios diferentes a Portugal. Os conquistadores espanhóis brutalmente destruíram três civilizações indígenas: os astecas no México, os incas no Peru e os maias na América Central. Em todas essas civilizações o imperador era considerado divino, e, uma vez eliminado, a resistência desmoronava. Não foi o que ocorreu no Brasil. Aqui não só as tribos eram menos centralizadas e organizadas, mas também a resistência foi mais difusa. Isso tornou mais difícil sobrepujar a oposição armada, bem como governar as tribos uma vez subjugadas.

Portugal era pequeno e menos rico que seus rivais europeus, e a Coroa precisou recorrer ao capital privado para colher pau-brasil e desenvolver seu novo domínio. O rei reteve a posse das terras que haviam sido reivindicadas em nome de Portugal, mas concedeu monopólios a investidores favoritos ou a nobres, que

então faziam parcerias com esses financistas. O Brasil tornou-se "um vasto empreendimento comercial", nas palavras do historiador Caio Prado Jr., que os portugueses administravam a partir de entrepostos comerciais fortificados ao longo da costa, aventurando-se receosamente pelo interior sem trilhas, composto de cerrado e caatinga, que veio a ser chamado de "sertão"

O novo país evoluiu depressa para um sistema de capitanias hereditárias, que consistiam essencialmente em feudos ou propriedades privadas nas quais um único donatário era responsável por colonizar, à própria custa, a totalidade do território. Para atrair colonos que pudessem cultivar os novos domínios, os donos de terras tinham autoridade para talhar seus territórios em enormes parcelas, alguns dos quais maiores que províncias inteiras na pátria-mãe.

Quase 500 anos depois, as origens de dois dos maiores problemas do país — a gritante desigualdade social e a exploração descuidada de recursos naturais — ainda são visíveis. Os donos dos feudos eram basicamente soberanos dos próprios domínios, estavam acima da lei e respondiam apenas a uma Coroa distante com poucas condições de impor sua vontade ou mesmo de monitorar o que estava acontecendo. A mentalidade que essa situação criou ainda vigora. Especialmente no Nordeste, mandachuvas políticos locais e latifundiários desafiam a autoridade do Estado com impunidade nas regiões que consideram seus reinos particulares. Além disso, o sistema de capitanias criou uma preferência por propriedades rurais grandes, o que tornou a distribuição de terra no Brasil extremamente desigual. Mesmo hoje, uma parcela relativamente pequena de latifundiários controla a maior parte das terras mais produtivas do país, enquanto milhões de camponeses não possuem os próprios lotes e são forçados a uma vida miserável como meeiros ou a imigrar para o Amazonas à procura de um lote de terra que possam chamar de seu.

Como os colonizadores chegados de Portugal não podiam explorar sozinhos seus imensos territórios, precisaram obter mão de obra adicional. Os escravos indígenas, a escolha inicial, eram não apenas recalcitrantes e, portanto, uma solução insatisfatória para o problema, mas também eram vistos pela Igreja Católica como almas a serem cristianizadas em vez de escravizadas. Assim, em meados do século XVI, os proprietários de terras já recorriam à África como fonte preferencial de trabalho escravo. O primeiro carregamento registrado de escravos vindos da África data de 1538, e em 1552 um padre jesuíta em Pernambuco — um centro de comércio de pau-brasil que logo se tornaria também um núcleo de cultivo de cana-de-açúcar devido à sua abundância de terra fértil abraçando a costa — observou que "existe nesta capitania um grande

número de escravos, tanto índios quanto negros".
O tráfico de escravos africanos seria, ao longo dos séculos, a pior maldição sobre o Brasil. Durou até 1888, um quarto de século depois de ter sido abolido nos Estados Unidos, e deixou um legado de racismo, pobreza, discriminação social e marginalização que continua a afligir o país no século XXI. Naquela época, no entanto, parecia ser o único modo de a elite conseguir braços suficientes para trabalhar a terra.
Os colonizadores não possuíam a terra e procuravam extrair de suas propriedades o mais que podiam, e o mais depressa possível, na esperança de retornar à Europa como homens ricos; e, como a Coroa retinha os direitos sobre a terra, eles pouco incentivo tinham para tratá-la com cuidado. A mentalidade do enriquecimento rápido estimulava práticas destrutivas e desenvolvimento econômico distorcido, outro conjunto de problemas que continua a flagelar o Brasil até hoje. Enquanto alguns colonos se empenhavam em cultivar algodão, tabaco, feijão e mandioca, os maiores lucros vinham do pau-brasil, que era portanto explorado da maneira mais impiedosa e implacável. Em vez de replantar o que cortavam, os portugueses devastavam as florestas costeiras fervilhantes de pássaros e animais exóticos que pareciam fugitivos da Arca de Noé e iam embora. A mata Atlântica foi rapidamente destruída, e hoje a madeira que deu nome ao país mal pode ser encontrada fora de jardins botânicos. Nessa atitude podemos também ver as origens de muitas das práticas destrutivas que afligem o Brasil na Amazônia atual.
Na realidade, esse padrão de ciclos de exploração gananciosa seguida de quebras abruptas tem sido uma constante na história brasileira. Frequentemente donos de terras, funcionários do governo e especuladores cederam ao desejo de enriquecimento rápido, investindo todo o seu dinheiro e energia na exploração de um único produto ou gênero agrícola. No início, os lucros são enormes, mas esses lucros, combinados com a ilusão de abundância ilimitada, atraem muitos outros à procura de riqueza imediata, e inevitavelmente uma das duas coisas acontece: ou a fonte é completamente esgotada, ou o produto é gerado numa quantidade tão grande que os mercados internacionais são inundados por ele e os preços desabam.
Depois que as reservas de pau-brasil foram exauridas, houve uma corrida, na segunda metade do século XVI, para produzir açúcar a fim de adoçar o paladar da Europa. Isso sustentou a economia por quase um século, até que a concorrência de outras colônias europeias no Novo Mundo causou uma queda nos preços. Mas, no século XVIII, foi descoberto ouro numa região acidentada

de vales sinuosos, rios caudalosos e cachoeiras trovejantes no interior, mais ao sul, e por algum tempo o Brasil foi o maior produtor de ouro no mundo. No século XIX, depois que a independência foi obtida, o café emergiu como espinha dorsal da economia, para ser sucedido, após 1880, pela borracha, cultivada na Amazônia e que floresceu até 1920. Esse padrão de "ciclos" só terminou de fato nas últimas décadas do século XX, graças a um esforço de diversificar a economia que continua até hoje em dia.

Muitas das capitanias hereditárias fracassaram. Porém duas, Pernambuco ao norte e São Vicente, local do atual estado de São Paulo, bem mais ao sul, prosperaram. Em boa parte isso ocorreu porque os líderes desses assentamentos, onde mulheres portuguesas eram raras e o apelo sexual de nativas ostensivamente nuas era óbvio, foram suficientemente astutos para desposar filhas de caciques locais, o que ajudou a selar as alianças tribais que asseguravam suprimentos, trabalho e proteção aos portugueses recém-chegados. A mistura racial se tornou um traço característico da cultura brasileira como a conhecemos. Inicialmente limitada aos indígenas sul-americanos, a mistura racial eventualmente se estendeu aos africanos, na medida em que o tráfico de escravos pelo Atlântico Sul se expandiu drasticamente do século XVII ao século XIX.

Na época atual, os brasileiros encaram a miscigenação como uma característica da identidade nacional. "Temos todas as cores do arco-íris" era a frase trombeteada pelo rádio numa campanha do governo durante a ditadura militar nos anos 70. Mas esse orgulho da mistura racial não existia nem na época colonial, quando era vista como vergonhosa, nem nas primeiras décadas do século XX. Mesmo hoje, os brasileiros relutam em admitir as origens sórdidas do fenômeno, bem como os elementos de exploração sexual e de classe que isso envolveu.

Em meados do século XVI, a ineficácia do sistema de capitanias hereditárias era evidente, e em 1549, a Coroa instituiu um governo direto sobre toda a colônia, exceto em Pernambuco e São Vicente. Tomé de Sousa foi nomeado o primeiro governador-geral do Brasil, com ordem de construir uma capital no Nordeste, na baía de Todos-os-Santos, o que ocasionou a fundação de Salvador, hoje a terceira maior cidade do Brasil e um grande centro de cultura negra. A guerra contra as tribos nativas foi intensificada à medida que Portugal procurava solidificar seu controle sobre a região, porém a contribuição mais duradoura do novo governador-geral foi outra. Ele chegou com uma comitiva de clérigos, escrivães, inspetores, arquivistas e outros funcionários que imediatamente instauraram uma

burocracia, extorquindo subornos, exercendo favoritismo e a prática de nepotismo. Os historiadores brasileiros quase sempre apontam esse momento como o início dos problemas históricos de seu país com a corrupção e a ineficiência do funcionalismo, que piorava com o crescimento do território e da população da colônia, e continua afligindo o Brasil até hoje.

Mas os lucros com o comércio do pau-brasil e a promessa de ainda maior riqueza a partir do açúcar excitaram a inveja e a cobiça de outros estados europeus, os quais, percebendo a fraqueza de Portugal, procuraram criar as próprias cabeças de ponte ao longo da costa. Embora os holandeses viessem a constituir ameaça maior e mais constante no século XVII, a primeira invasão veio da França. Em 1555, uma expedição composta de dois navios, seiscentos soldados e colonizadores huguenotes estabeleceu um entreposto na baía da Guanabara, o extraordinário porto natural diante do atual estado do Rio de Janeiro. Os portugueses levaram uma dúzia de anos para expulsar os franceses, e, em grande parte por medo de outras intrusões, o trono em Lisboa resolveu estender o seu empenho colonizador ao longo da costa, o que levou diretamente à fundação do Rio de Janeiro e de São Paulo, as duas cidades mais importantes do país atualmente.

Essas providências, no entanto, não impediram que outros tentassem tirar uma casquinha do Brasil. Em 1494, Espanha e Portugal haviam, com a bênção do Vaticano, assinado um tratado que estabelecia uma linha divisória a cerca de 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Todas as terras descobertas a leste dessa linha caberiam a Portugal e a as que estivessem a oeste pertenceriam à Espanha. Os exploradores portugueses tinham simplesmente ignorado essa demarcação, aventurando-se cada vez mais pelo interior adentro do continente sul-americano. Mas em 1580 o rei da Espanha se tornou também rei de Portugal, um arranjo que permaneceu até 1640 e que ameaçava a identidade de Portugal como nação independente e colocava o Brasil sob controle nominal espanhol.

Inimiga da Espanha, a Holanda sentiu-se então livre para avançar sobre o Brasil, primeiro em Salvador e depois em Pernambuco, que logo se tornou uma próspera colônia holandesa. E, com a linha divisória de 1494 deixando de existir, exploradores e caçadores de escravos sediados em São Paulo, os bandeirantes, aproveitaram-se da unificação com a Espanha para penetrar no interior inexplorado do continente sul-americano e incorporar vastos territórios novos ao Brasil, desde extensas campinas e baixadas pantanosas até a imensa região que ficou conhecida como Mato Grosso. Só depois que Portugal conseguiu recuperar a sua independência as forças brasileiras concentraram sua atenção em

reivindicar Pernambuco de volta. Esse processo demorou catorze anos, mas ajudou a inculcar nos colonos um sentimento de identidade e orgulho. Até então, os colonos no Brasil haviam tido pouco contato uns com os outros e, via de regra, consideravam as colônias inferiores à pátria-mãe.

Com o interregno espanhol terminado, a ameaça holandesa eliminada e a autoridade portuguesa restabelecida, o Brasil caiu num período de estagnação, especialmente no Nordeste, então sua região principal. Holandeses e ingleses estabeleceram plantações de açúcar no Suriname e no Caribe, minando permanentemente a posição do mercado brasileiro. Mas, por volta de 1700, correu a notícia de que havia imensas minas de ouro no interior, perto da cabeceira do rio São Francisco. Essa novidade provocou intensa migração, sobretudo de proprietários de escravos do Nordeste e aventureiros de Portugal, reavivando o interesse da Coroa em tornar mais estrito o controle sobre suas possessões brasileiras. A descoberta, em 1730, de diamantes na mesma região, que ficou conhecida como Minas Gerais, apenas acelerou todos esses processos.

Uma consequência quase imediata foi a mudança permanente do coração político do Brasil do Nordeste para a costa centro-sul, a 1,5 mil quilômetros de distância. Em 1763, a capital foi transferida de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, formalmente ratificando a decadência política e econômica do Nordeste, um problema que persiste até hoje. Ao mesmo tempo, Minas Gerais emergia como uma nova fonte de riqueza e influência, produzindo em seu apogeu quase metade do suprimento de ouro no mundo. Em 1710, apenas 30 mil pessoas moravam ali, segundo estimativas da época. Por volta da década de 1780, no entanto, a população de Minas Gerais havia aumentado mais de dez vezes, tornando-a a província mais populosa do Brasil.

Minas Gerais, um extenso platô rodeado de montanhas, era inicialmente um foco de rebeldia e violência, em que pretendentes rivais ao ouro e aos diamantes lutavam ferozmente pelo controle dos tesouros da região. Com o tempo, porém, a província evoluiu para um mostruário da riqueza acumulada ali. Por lei, a maior parte daquela fortuna tinha de ser enviada por terra até a costa e de lá para Portugal, a fim de financiar o gosto da terra natal por linhos ingleses e outros refinamentos. Mas o que ficava ainda era suficiente para pagar pela construção de suntuosas igrejas estilo rococó e palacetes para os proprietários das minas e mercadores, que também encomendavam pinturas e esculturas religiosas para adornar esses edifícios, bem como fontes e pontes. Mesmo hoje, o esplendor barroco de cidades como Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina atrai turistas do mundo inteiro.

Eventualmente, no entanto, o *status* colonial do Brasil começou a incomodar, especialmente em Minas Gerais. Durante o último quarto do século XVIII, Portugal tentou suprimir o contrabando de ouro e diamantes com as colônias espanholas na América do Sul. Tentou também impedir o aparecimento gradual de tecelagens, que reduziam a necessidade da colônia de fazer importações da pátria-mãe. A Coroa logicamente via isso como uma ameaça, temendo que um Brasil autossuficiente logo se separasse, como os Estados Unidos haviam acabado de fazer com a Inglaterra. "Portugal sem o Brasil é uma potência insignificante", explicou de modo sucinto o ministro dos Domínios Ultramarinos antes de ordenar o fechamento das tecelagens, em 1785.

Em 1789, alguns dos personagens mais proeminentes de Minas Gerais organizaram um complô para se livrar da Coroa, argumentando que Portugal se tornara um parasita que mantinha o Brasil no atraso. A plataforma deles incluía a remoção de restrições a minas e fábricas, a fundação de uma universidade, para que os estudantes não mais precisassem ir para Lisboa, a libertação de escravos nascidos no Brasil e a instauração de um Parlamento e de um Estado independente unificado, que incluiria o Rio de Janeiro e São Paulo também. Muito disso era bastante progressista para o seu tempo. Mas considerações comerciais também motivavam a conspiração: todas as dívidas ao Tesouro real seriam canceladas, o que obviamente beneficiaria muitos dos proprietários de minas, de terras, mercadores, juízes e clérigos envolvidos nela.

A Inconfidência Mineira, como a conspiração veio a ser chamada, foi logo descoberta e esmagada, e Portugal de novo resolveu ficar mais atento à sua colônia no Novo Mundo. Em 1798, com a Revolução Francesa em plena atividade e uma rebelião de escravos em andamento no Haiti, a Coroa reprimiu duramente um complô liderado por mulatos na Bahia. O Brasil parecia estar indo na mesma direção que muitas das colônias espanholas na América Latina, onde uma população crioula insatisfeita e inquieta em breve empunharia armas contra a Coroa, exigindo a própria independência. Mas a difusão do poder de Napoleão na Europa e a ameaça que ele representava ao governo monárquico de lá em breve colocariam o Brasil num caminho muito diferente, que na maior parte do século XIX tornaria a sua história única no hemisfério ocidental.

Em 1808, a família real portuguesa antecipou-se à invasão das tropas de Napoleão e fugiu de Lisboa, instalando-se no Rio de Janeiro. A mudança da corte foi impopular com as elites locais no Rio, obrigadas a ceder suas casas e alguns de seus privilégios e *status* aos recém-chegados; mas ela transformou o Brasil de uma colônia atrasada e negligenciada no centro de um império que se

estendia até a Ásia. Os portos brasileiros foram abertos ao comércio internacional, e tanto a atividade mercantil quanto os investimentos se expandiram enormemente.

A mais importante consequência do traslado da corte, no entanto, ocorreu somente após a derrota de Napoleão, quando o rei d. João VI e sua família voltaram para Portugal. O filho e herdeiro do monarca, Pedro, resolveu ficar e, quando o Parlamento ordenou que ele voltasse a Lisboa, no início de 1822, ele desafiou o decreto com uma declaração de independência pessoal em uma palavra, hoje conhecida de todo estudante brasileiro primário como o momento em que o Brasil nasceu como nação: "Fico".

Pedro foi coroado imperador do Brasil, poupando o país de uma longa, sangrenta e debilitante guerra civil, como as que caracterizaram as lutas pela independência em todo o resto da América Latina. Havia ainda violência esporádica, e diversas províncias do Nordeste com grandes concentrações de escravos fizeram um esforço malsucedido de se separar e formar uma Confederação do Equador independente. Mas tudo isso ocorreu sem a destruição nem as disputas internas que rapidamente levaram a Grã-Colômbia, ao norte, a se fragmentar em três nações distintas. Problemas semelhantes minaram os alicerces da economia da vizinha Argentina, ao sul, deixando-a fraca e dividida desde o nascimento. O Brasil, em contrapartida, era um estado coeso, unificado em torno da figura do imperador.

Dom Pedro I claramente pretendia ser um governante progressista e benévolo. Ele era, por exemplo, fortemente contrário à escravatura, a qual descrevia como "um câncer que está corroendo o Brasil". Mas a constituição liberal que ele autorizou acabou criando um Parlamento dominado por escravocratas. Eles adotaram a linguagem e as aparências da democracia, embora não a sua essência, apenas como um meio de reforçar o próprio poder. E, depois que d. João VI morreu, em 1826, os oponentes de Pedro espalharam um boato de que ele estava planejando reunificar Brasil e Portugal. No final, a situação de d. Pedro se tornou insustentável, e em 1831 ele abdicou em favor de seu filho de cinco anos, também chamado Pedro.

Dom Pedro II governou por mais de cinquenta anos de expansão e modernização, embora a política do Brasil permanecesse elitista. Como seu pai, ele era um governante esclarecido e estava sempre pronto a adotar novas tecnologias, como o telégrafo, o telefone e ferrovias, que ele via como um meio de manter unidos os seus vastos domínios. A produção, primeiro de café, depois de borracha, também teve uma alta repentina no longo reinado de Pedro, o que,

ironicamente, trabalhou contra as ideias mais progressistas do imperador, uma vez que enriqueceu a oligarquia conservadora e fortaleceu o poder político dela.
Essa nova riqueza teve o efeito de intensificar alguns dos piores e mais retrógrados aspectos da sociedade brasileira. Obter um contrato lucrativo com o governo, ou qualquer outra forma de avanço social ou econômico, dependia menos de capacidade do que de habilidade em acessar o poder por intermédio de redes informais de relacionamentos familiares, amizades ou troca de favores. Sem um padrinho poderoso, quase nada era possível; com tal padrinho, quase tudo era permitido ou impune.
Ao longo desse período, a questão da escravidão continuava a causar problemas. Em 1850, a pressão exercida pela Grã-Bretanha forçou o governo brasileiro a proscrever o tráfico transatlântico de escravos, o que levou a aumentos críticos no preço de escravos nascidos no Brasil, à medida que a procura por mão de obra crescia junto com a produção agrícola, especialmente de café para exportação. Nas três décadas seguintes, um movimento abolicionista local ganhou força gradualmente, ocasionando ao mesmo tempo fugas e alforrias de escravos em grande escala. Em 1887, um comandante do exército declarou que os militares, que já estavam se recusando a liderar missões de captura de escravos fugidos, tinham "a obrigação de ser abolicionistas". Um ano depois, com a discordância sobre o assunto cada vez maior, uma lei pondo fim à escravidão foi promulgada pela filha do imperador durante uma viagem deste ao estrangeiro.
Entretanto, a abolição não teve o efeito positivo imediato que os progressistas desejavam e previam: em vez de fortalecer a monarquia liberal, beneficiou as oligarquias rurais. Como não precisavam mais investir o dinheiro delas em comprar e manter escravos, puderam se aproveitar da barata mão de obra imigrante que já começava a inundar o Brasil. A frustração entre os jovens oficiais militares de inclinação republicana havia crescido durante a década de 1870 e 1880 e, em novembro de 1889, eles se rebelaram. Inicialmente, talvez quisessem apenas forçar uma troca de gabinete; mas, à medida que o movimento se fortalecia, seus objetivos se tornavam mais abrangentes, e o resultado foi um golpe de Estado que depôs Pedro II e o mandou com a família para o exílio.
Durante a República Velha, como ficou conhecido o período entre 1889 e 1930, o crescimento econômico continuou a avançar mais depressa que as mudanças políticas. O golpe majoritariamente militar que derrubou o imperador não teve apoio popular suficiente para se arriscar a promover eleições, tampouco seus líderes concordaram inicialmente sobre qual forma de governo desejavam. Nos

anos 1890, rebeliões irromperam nos prados ondulantes do extremo sul e nos rincões áridos da Bahia. Oligarcas locais, apelidados de "coronéis" embora não tivessem patente militar alguma, tiraram a maior vantagem possível da fraqueza do governo central para fortalecer a autonomia de estados individuais. Mandachuvas locais escolhiam governadores estaduais, que por sua vez elegiam presidentes, quanto mais insignificantes melhor, com apenas uma percentagem mínima da população autorizada a ratificar tais decisões em eleições fraudulentas.

Dois estados cafeicultores dominaram a política da República Velha: Minas Gerais e São Paulo. Eles alternavam a presidência entre eles mesmos, favorecendo os interesses particulares de suas famílias mais proeminentes e ignorando os das demais regiões e classes. Assim como diversos outros estados, São Paulo e Minas Gerais também fortaleceram as próprias forças policiais, que praticamente se tornaram exércitos páreos para as forças armadas nacionais. As desigualdades sociais cresceram: depois da Abolição, pouco fora feito para auxiliar escravos libertos, e, com a urbanização, o número dos excluídos elevou-se ainda mais. A educação não era estimulada porque as famílias oligárquicas a viam como uma ameaça em potencial à autoridade delas. Como os eleitores precisavam passar por um teste de alfabetização, a elite temia que maior escolaridade para as massas pudesse aumentar o eleitorado a tal ponto que ela não mais conseguisse controlá-lo.

Economicamente, no entanto, o Brasil estava progredindo. Assim que a escravidão foi abolida, o governo estimulou a vinda de imigrantes da Europa (especialmente Itália, Portugal, Alemanha e Espanha) e do Japão para suprir a demanda de mão de obra nas plantações de café (e também para branquear a população). Sobretudo em São Paulo, os cafeicultores investiram parte dos seus lucros em fábricas, indústrias têxteis e outros itens, desde fósforos a panelas. Quando a 1a Guerra Mundial restringiu o comércio internacional, mais fábricas despontaram. O crescimento industrial resultante criou uma necessidade de mais mão de obra imigrante, a qual por sua vez ajudou a criar um mercado interno que permitiu ao Brasil dar-se ao luxo de não precisar direcionar a sua economia para exportação, como outros países da América Latina tiveram de fazer. Entre 1890 e 1930, a população do Brasil cresceu mais de 160 por cento, para 34 milhões de pessoas.

Em 1930, entretanto, tudo veio abaixo. A recessão global já havia devastado a indústria cafeeira, e com ela as finanças brasileiras, quando o presidente Washington Luís resolveu ignorar a tradição e escolher como seu sucessor outro

paulista de rabo preso com os cafeicultores. Minas Gerais respondeu aliando-se a outros estados ressentidos e apoiando Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, para presidente. Essa "Aliança Liberal" perdeu a eleição em abril, mas as tensões políticas continuaram elevadas, e, em outubro, os partidários da Aliança foram às ruas em protesto. As forças armadas intervieram, depondo Washington Luís e instaurando uma junta provisória, que prontamente ofereceu a presidência a Vargas. Assim, a República Velha terminou exatamente como começara: com uma insurreição militar.

Vargas foi a figura dominante na vida brasileira pelo quarto de século que se seguiu. De 1930 a 1945, ele governou como ditador, fechando o Congresso, censurando a imprensa, encarcerando e torturando seus oponentes ou mandando-os para o exílio. Ele admirava Mussolini e flertou com o fascismo até a entrada dos Estados Unidos na 2a Guerra Mundial deixar claro que ele tinha mais a ganhar favorecendo os Aliados. Mesmo assim, Roosevelt teve de comprar a cooperação dele, financiando uma usina siderúrgica em Volta Redonda, perto do Rio, o que ajudou a desenvolver a indústria nacional. Em troca, os Aliados puderam utilizar bases em solo brasileiro, fundamentais para a extensa ponte aérea através do Atlântico para a África e a Europa, e para a mobilização de tropas brasileiras destacadas para lutar junto às forças Aliadas na Itália.

Quando a guerra acabou, Vargas foi obrigado a renunciar; mas, em 1950, ele foi o vencedor numa eleição democrática, derrotando três outros candidatos. Governou em estilo populista, o que provocou tensão nas relações com os EUA e comparações, justificadas só em parte, com Juan Perón da Argentina. Mobilizando as massas com o *slogan* "o Petróleo é nosso", fundou também uma empresa petrolífera estatal, a Petrobras, que permanece nas mãos do governo até hoje e é a maior empresa do Brasil. Mas a administração dele foi também marcada por alguma corrupção e intimidação de inimigos políticos, levando a uma crise política na qual os militares exigiram que ele se afastasse. Em vez de renunciar em desgraça, Vargas suicidou-se a 24 de agosto de 1954 e foi enterrado como herói nacional.

Vargas permanece um dos personagens mais complicados da história brasileira, amado e odiado até hoje. Ele tinha, claramente, tendências autocráticas. Contudo, o Estado Novo que ele criou também modernizou o Brasil. Greves foram proibidas, mas uma legislação trabalhista bastante progressista para a sua época foi implementada. Por causa disso, Vargas foi apelidado de Pai dos Pobres, e o partido que ele fundou, o Partido Trabalhista Brasileiro, tornou-se o favorito da classe operária urbana e rural.

Confusão e tensão sobrevieram após a morte de Vargas; mas em 1955, quando parecia que o Brasil recairia no autoritarismo, um líder brilhante e carismático emergiu vitorioso na eleição presidencial. Juscelino Kubitschek de Oliveira venceu por uma margem apertada, e foi necessário um levante militar para garantir que o resultado fosse respeitado. Kubitschek, o primeiro presidente brasileiro nascido no século XX — um médico que exercera o cargo de prefeito de Belo Horizonte e de governador de Minas Gerais —, tomou posse com o tipo de ambições grandiosas e prodigiosas que sempre estimulou a imaginação brasileira. "Cinquenta anos em cinco" era o *slogan* que ele usava para inspirar a nação, e, durante a sua administração, o Brasil deu realmente passos gigantescos para frente.

Desde que o Brasil se tornara uma república, a constituição determinava que a capital mudasse do Rio de Janeiro para o interior do país. JK, como o presidente era popularmente conhecido, tornou esse sonho realidade em quatro curtos anos, criando Brasília a partir de um trecho isolado de savana no estado pecuário de Goiás. Ele gastou centenas de milhões de dólares, não apenas nos edifícios colossais que se tornaram símbolo, no país e no exterior, de um Brasil novo, progressista, mas também numa rede de estradas que ligavam a nova capital aos principais centros populacionais. Com isso, o centro gravitacional do Brasil, pela primeira vez na sua história, começou a se afastar da costa, e o vasto e atrasado interior foi finalmente aberto à modernização e ao desenvolvimento.

Essas realizações por si só teriam garantido a Kubitschek um *status* de herói na história do Brasil. No entanto, por meio de uma combinação de crédito e persuasão, ele também obteve a instalação de uma indústria automobilística doméstica. Isso, por sua vez, estimulou a expansão de siderúrgicas, de indústria pesada e a construção de represas e hidrelétricas para fornecer eletricidade a essa base produtiva crescente, que também incluía construção naval e produção de maquinário em larga escala. O resultado foi que, durante os cinco anos de Kubitschek no poder, a produção industrial cresceu 80 por cento, e os lucros das empresas brasileiras 76 por cento.

Em retrospecto, os brasileiros se lembram saudosamente da era Kubitschek como uma época de crescimento, prosperidade, abundância e otimismo. Mas o custo total desse progresso e expansão ficou evidente só mais tarde, pois sementes de problemas futuros também estavam sendo plantadas. Em maio de 1960, por exemplo, um mês após a inauguração de Brasília, JK recorreu ao Fundo Monetário Internacional para um empréstimo de 47,5 milhões de dólares destinado, sobretudo, a fortalecer a indústria automobilística em São Paulo. Nos

quarenta anos seguintes, o FMI se tornaria um jogador proeminente na economia brasileira, frequentemente em confronto com governos, tanto civis quanto militares, e com a população local por causa das medidas arrochadoras que exigia em troca de seus empréstimos, os quais foram ficando cada vez maiores, chegando a 41,5 bilhões de dólares em 1998.

Ainda mais assustadora, a dívida externa do Brasil aumentou 67 por cento durante o governo Kubitschek, chegando a 3,8 bilhões de dólares. Esses empréstimos eram contraídos por uma razão simples: o mercado de crédito brasileiro era incapaz de financiar todas as compras de equipamentos necessários para a expansão industrial, muitos dos quais eram importados e precisavam ser pagos em dólares ou outra moeda forte. Além disso, a inflação começou a aumentar, erodindo os rendimentos. De uma taxa já preocupante de 25 por cento em 1960, a inflação subiu para 43 por cento em 1961, 55 por cento um ano depois, e 81 por cento em 1963. Em 1990, ela estava tão profundamente enraizada que os preços podiam subir 80 por cento em um mês. Mas a origem do problema, que durante anos ameaçou estrangular a economia e inviabilizar o crescimento, remonta claramente ao governo JK.

Para grande crédito de Kubitschek, nos seus anos como presidente ocorreu também uma consolidação das instituições democráticas. O receio inicial dos militares de que ele se tornaria um populista radical nos moldes de Vargas, levando até a ameaças de intervenção, não tinha fundamento, conforme se viu quando o presidente se mostrou propenso a negociar com opositores e a respeitar a autoridade do Congresso. Mas quase imediatamente depois que Kubitschek terminou o seu mandato, em 1961, a situação política começou a desandar, e somente em 1998 um presidente civil eleito conseguiria de novo concluir o seu mandato.

Na era pós-Vargas, os brasileiros votavam separadamente para presidente e vice-presidente. Para sucessor de JK, eles elegeram Jânio Quadros, que fora governador de São Paulo, e um dos rivais de Quadros, João Goulart, para vice-presidente. Goulart foi também vice de Kubitschek e, antes disso, ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, seu mentor. Como Vargas, ele era oriundo do Rio Grande do Sul, e, após o suicídio do ex-ditador, emergiu como seu herdeiro político, atuando como líder do PTB. As forças armadas, que viam Goulart como um simpatizante do comunismo, determinado a destruir a democracia e politizar os militares, eram abertamente contrárias à posse dele como presidente. Enquanto ele permanecesse vice-presidente, no entanto, o comando militar estava disposto a não interferir no processo político.

No entanto, em 25 de agosto de 1961, menos de oito meses após tomar posse, Jânio Quadros inesperadamente renunciou à presidência, por motivos que até hoje não foram claramente explicados. No seu discurso de renúncia, ele falou sobre ter sido pressionado pelo que a imprensa brasileira classificou de "forças ocultas". Mas Quadros era um bebedor notório e pode simplesmente ter agido impulsivamente num acesso de embriaguez colérica. Outra teoria é que ele procurava se fortalecer politicamente: tinha esperanças de que os partidos que barravam o seu programa implorariam a ele para voltar, para não correrem o risco de ver João Goulart no poder. Em vez disso, Goulart tornou-se presidente, e o cenário ficou preparado para o confronto. Os dois anos e meio seguintes seriam, talvez, os mais turbulentos na história do Brasil contemporâneo.

Goulart estava na China em visita oficial quando a renúncia foi anunciada, e setores militares imediatamente se mobilizaram para impedir que ele tomasse posse. Ele precisou esperar no vizinho Uruguai até que um acordo aceitável para a oposição civil e militar fosse costurado. Permitiu-se que Goulart voltasse a Brasília para ser empossado, mas o país mudou do sistema presidencialista para o parlamentarista, com o controle das questões do governo e alguns dos poderes constitucionais do presidente transferidos para um primeiro-ministro, Tancredo Neves, político astuto de Minas Gerais. Essa solução, no entanto, pouco durou. Goulart continuou fazendo manobras para recuperar seus poderes perdidos, enquanto seus opositores redobravam esforços para enfraquecê-lo. Com esperança de aumentar o seu apoio popular, Goulart aproximou-se cada vez mais da esquerda. Ele anunciou um "plano de três anos", que contemplava uma abrangente reforma agrária, restrições a remessas de lucros por empresas estrangeiras, extensão do direito de voto a analfabetos, limitação a residentes de áreas urbanas de possuírem mais que uma propriedade e diversas outras medidas populistas que pareciam confirmar as piores suspeitas dos seus inimigos.

Os Estados Unidos também estavam ficando cada vez mais alarmados com essas medidas. Fidel Castro assumira o poder em Cuba em 1959, e a administração Kennedy temia a propagação do seu evangelho revolucionário em outros países da América Latina. Washington receava que o Brasil, com sua imensa distância entre ricos e pobres e outras desigualdades sociais, fosse particularmente vulnerável a tal influência. Quando Jânio Quadros anunciou uma política externa independente e condecorou Che Guevara durante uma visita deste ao Brasil, os Estados Unidos ficaram quase tão ultrajados quanto a direita brasileira. A situação apenas piorou depois que Goulart assumiu o poder e adotou medidas vistas como hostis às empresas estadunidenses que haviam investido no Brasil,

inclusive permitindo a nacionalização de uma subsidiária da ITT.
Em março de 1964, a situação estava se tornando insustentável. Goulart e seus partidários da esquerda e do movimento sindical mobilizaram cerca de 150 mil pessoas num comício no Rio de Janeiro, em que o presidente anunciou planos para nacionalizar companhias petrolíferas privadas e para convocar uma assembleia a fim de redigir uma nova constituição. Seus adversários responderam com uma passeata de protesto ainda maior em São Paulo, chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na noite de 31 de março, unidades militares marcharam sobre o Rio de Janeiro. Goulart voltou para sua propriedade rural, onde seus partidários o instaram à resistência armada. Mas, em vez de arriscar uma guerra civil, ele cruzou a fronteira com o Uruguai, iniciando um exílio que duraria os doze anos restantes de sua vida. O Congresso declarou a presidência vaga, deixando o controle do país nas mãos das forças armadas.
A esquerda brasileira sempre tem acusado os Estados Unidos de instigarem e dirigirem a queda de Goulart. No entanto, pouco foi encontrado nos papéis particulares de Lyndon Johnson na Universidade do Texas, ou em qualquer documento oficial norte-americano, capaz de fundamentar essa acusação. Washington certamente aplaudiu e apoiou o golpe, e o adido militar dos EUA no Brasil, coronel Vernon Walters — que mais tarde serviria como diretor-adjunto da CIA e embaixador na ONU —, mantivera contato com os golpistas antes que eles agissem. O líder deles, que se tornou o primeiro chefe do regime militar que governaria o Brasil pelos vinte e um anos seguintes, era o general Humberto Castelo Branco, amigo de Walters desde que os dois haviam servido juntos na Itália, na 2a Guerra Mundial.
Em retrospecto, como no momento do golpe, parece claro que os oficiais que derrubaram Goulart dispunham de recursos e apoio suficientes para tomar o poder por conta própria. É indiscutível, no entanto, que a aprovação entusiástica de Washington ao golpe militar estabeleceu um padrão que em breve seria repetido em outras partes da América do Sul. Nos doze anos seguintes, Chile, Bolívia, Uruguai e Argentina cairiam nas mãos de ditaduras militares de direita. Assim, o apoio estadunidense ao golpe de 1964 forneceu um modelo para uma época em que as liberdades políticas e o esforço para reduzir desigualdades sociais e exploração econômica seriam sufocados em toda a América Latina em nome da segurança nacional e do combate à ameaça comunista.
Inicialmente, a maior parte dos brasileiros acreditou que o novo governo militar seria apenas um zelador e que as eleições presidenciais ocorreriam, conforme o planejado, em 1965, com o provável retorno do imensamente popular JK à

presidência. Talvez fosse isso que o general Castelo Branco quisesse também. Mas havia fortes divisões entre os militares sobre esse assunto (e sobre outros), e no final os linhas-duras venceram. Desde que o golpe ocorrera, a liderança militar havia cassado os direitos políticos de civis importantes, incluindo seu nêmesis, João Goulart. Mas quando fizeram o mesmo a Kubitschek, em 1965, ficou claro que eles não tinham intenção alguma de abrir mão do poder tão cedo.
Castelo Branco abriu caminho em 1967 para o general Artur da Costa e Silva, que intensificou ainda mais o controle das forças armadas sobre o país. Em 13 de dezembro de 1968, um notório decreto conhecido como Ato Institucional n° 5 outorgou-lhe poderes ditatoriais, suspendeu a constituição, dissolveu o Congresso e todas as legislaturas estaduais e impôs a censura. Ao morrer de derrame menos de um ano depois, Costa e Silva foi sucedido por um general ainda mais linha-dura, Emílio Garrastazu Médici, que praticamente não tinha apoio algum fora das forças armadas e, portanto, achava que devia governar com mão de ferro.
Os quase cinco anos de Médici no poder foram talvez os mais sombrios da moderna história do Brasil. A repressão originou resistência, especialmente em forma de movimentos guerrilheiros de esquerda, tanto nas cidades quanto na distante Amazônia, prontamente classificados pelo governo como terroristas. Esses grupos, que cultivavam vínculos com Cuba e com a China, recorriam a atentados a bomba e assaltos a banco nas metrópoles, e também sequestravam diplomatas estrangeiros, incluindo um embaixador dos Estados Unidos. A Igreja Católica, talvez a instituição mais influente do país, também se opunha às violações de direitos humanos do regime e criticou seu enfoque no desenvolvimento econômico à custa da justiça social. Em resposta, o regime militar criou um grande, intrusivo e repressivo aparato de inteligência que não somente espionava os considerados opositores em potencial, incluindo padres e freiras, mas também regularmente sequestrava e torturava dissidentes.
Violações de direitos humanos ocorreram em larga escala, sobretudo durante o fim da década de 60 e início dos anos 70. Entretanto, a repressão política no Brasil, por pior que tenha sido, foi menos brutal que na Argentina ou no Chile. Com quase cinco vezes a população da Argentina, o Brasil teve cerca de 400 dissidentes políticos desaparecidos após serem sequestrados pelas forças de segurança nacional durante os vinte e um anos de governo das forças armadas, comparados com os cerca de 30 mil na Argentina em menos de uma década. E, ao contrário da situação no Chile sob o general Augusto Pinochet, nenhum ditador único e todo-poderoso dominou a ditadura militar. Em vez disso, um

general do exército dava lugar a outro em intervalos mais ou menos regulares, num total de cinco.

Também em contraste com ações posteriores de suas contrapartes na Argentina e no Chile, os militares brasileiros tentavam manter a aparência de algum tipo de normalidade democrática. Enquanto políticos individualmente eram afastados dos cargos, o próprio Congresso não foi fechado permanentemente. Os partidos políticos existentes foram proscritos, porém substituídos por duas outras aglomerações: a Aliança Renovadora Nacional, para os partidários da "Revolução de Março" — como o regime chamava a si próprio —, e o Movimento Democrático Brasileiro, para os seus opositores. Eventualmente, o regime até permitiu que o processo de escolha do presidente fosse conduzido em público, por um colégio eleitoral cuidadosamente selecionado, e não nas casernas pelo alto-comando militar.

Para diluir a influência de São Paulo e Minas Gerais, os dois centros tradicionais de poder do país, os militares também criaram vários estados novos (Brasília, Rondônia, Mato Grosso do Sul) e simultaneamente aumentaram o número mínimo de deputados por estado. Os principais beneficiários dessa medida foram os estados menores e mais pobres, onde o controle militar era mais fácil de exercer; os estados maiores, mais prósperos e urbanizados, que acabaram com representação insuficiente no Congresso, não puderam protestar. Esse sistema perverso permanece em vigor até hoje e continua a distorcer o princípio de "um homem, um voto", obrigando os presidentes brasileiros a fazer conchavos com mandachuvas políticos desses estados mais atrasados para conseguirem apoio no Congresso.

O governo militar também procurou inculcar nos brasileiros um sentimento maior de orgulho e propósito. *Slogans* como "Pra frente, Brasil" e "Brasil, ame-o ou deixe-o" proliferaram por toda parte, e, quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo pela terceira vez, em 1970, o regime tentou tirar partido da vitória e torná-la uma ocasião para propaganda nacionalista e ufanista. Vozes que discordavam, questionavam ou zombavam dessas pretensões a um Brasil Grande não eram toleradas: a censura foi imposta não apenas sobre o rádio, a televisão, os jornais e as revistas, mas também na música popular e nos livros.

Classificar a política econômica dessa época é difícil. Embora o governo descrevesse a si próprio como absolutamente anticomunista, não era avesso a dar ao Estado um papel proeminente na economia sob o pretexto de garantir a segurança nacional. Iniciativas empresariais domésticas eram estimuladas, e o investimento estrangeiro, alvo de hostilidade no governo de Goulart, tornou-se

novamente bem-vindo. Mas estatais como a Petrobras e a colossal Vale do Rio Doce mantiveram sua posição favorecida, e o próprio governo também investiu ou participou diretamente em enormes projetos para fortalecer a infraestrutura básica do país, lançando o Brasil em novas e estratégicas áreas da indústria.

Assim, uma fábrica estatal de aviões, a Embraer, foi fundada em 1969, bem como uma empresa semelhante que produzia tanques e carros blindados, destinados tanto ao uso local quanto à exportação para países como o Iraque. Foram iniciadas também obras em projetos colossais, como a rodovia Transamazônica, de 4 mil quilômetros, e uma ponte sobre a baía da Guanabara, ligando o Rio de Janeiro a Niterói. No início da década de 70, após negociar um acordo com o corrupto ditador do vizinho Paraguai, Alfredo Stroessner, o governo começou a construção do que era então o maior projeto do mundo para uma hidrelétrica, a represa de Itaipu no rio Paraná. O Pro-álcool, programa de financiamento estatal para produzir etanol da cana-de-açúcar, foi lançado em 1974. Pouco depois, um acordo foi assinado com a Alemanha Ocidental para construir diversas usinas nucleares, e as obras da primeira delas começaram rapidamente em Angra dos Reis, num trecho espetacular na costa, pontilhado por ilhas e praias de areia branca, a oeste do Rio de Janeiro.

Tudo isso contribuiu para um surto de crescimento espetacular no início dos anos 70, período que ficou conhecido como Milagre Brasileiro. Por quatro anos consecutivos a economia brasileira expandiu-se 10 por cento ou mais, e as exportações e investimentos estrangeiros abundavam. A inflação, que havia recuado nos primeiros anos da ditadura militar, voltou a ser um problema, mas a equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, encontrou o que pareceu na época uma solução astuciosa. O governo estabeleceu um sistema de indexação no qual as taxas de juros e, em menor escala, os salários e outros ativos eram periodicamente elevados, a fim de protegê-los contra o impacto da inflação no seu poder de compra.

O milagre econômico chegou ao fim, no entanto, com a crise mundial de energia de 1974, que coincidiu com uma disputa pela sucessão entre os militares. Dessa vez os linhas-duras perderam, e, ao se tornar presidente naquele ano, o general Ernesto Geisel iniciou um esforço para lentamente direcionar o país de volta à democracia. Ele substituiu os comandantes militares regionais mais arbitrários por oficiais leais a ele, restabeleceu o *habeas corpus*, permitiu que alguns exilados retornassem, reagiu de forma relativamente comedida quando sindicatos independentes se reorganizaram e promoveram as primeiras greves em anos, praticamente revogou o AI-5 e conseguiu impor como sucessor um

protegido alinhado com as suas diretrizes, o general João Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Sob Figueiredo, que tomou posse em março de 1979, a ditadura finalmente chegaria ao fim. Ele assinou uma lei de anistia e prometeu uma política de abertura, que a oposição rapidamente pôs à prova. Em fevereiro de 1980, o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva e um agrupamento de intelectuais, defensores da Teologia da Libertação e ambientalistas, fundaram o Partido dos Trabalhadores em São Paulo. A imprensa e a Igreja também faziam suas críticas de forma cada vez mais aberta, e, nas eleições de 1982 para governadores e deputados, a oposição obteve grandes vitórias. Como a saúde de Figueiredo andava mal (ele tinha problemas cardíacos que requeriam intervenção cirúrgica), via seu poder enfraquecer gradualmente, e, quando o fim de seu mandato se aproximou e começaram as manobras para suceder-lhe, milhões de brasileiros saíram às ruas para exigir que o próximo presidente da República fosse eleito por voto popular, um passo que certamente garantiria a subida de um civil ao poder.

A campanha fracassou, mas por sua fraqueza física e política Figueiredo não conseguiu impor ao colégio eleitoral criado pelos militares seu sucessor. Essa derrota gerou uma brecha que a oposição ao regime rapidamente explorou. Em 15 de janeiro de 1985, ela articulou a escolha de Tancredo Neves, um conservador de 75 anos que servira como primeiro-ministro durante os anos Goulart. Mas houve uma última surpresa: Neves precisou ser hospitalizado no dia anterior à sua posse, em meados de março, e morreu cinco semanas depois, de peritonite. Nessa época, no entanto, os militares estavam tão enfraquecidos e desacreditados que não houve possibilidade de interferirem para impedir a transferência do poder a civis, e assim terminaram vinte e um anos de regime militar. A democracia foi finalmente restaurada, e nascia o sistema político sob o qual o Brasil funciona hoje. Mas a estrutura social injusta e as desigualdades que haviam flagelado o país desde a chegada dos portugueses, cerca de 500 anos antes, permaneciam.

2 Pecado e salvação ao sul do Equador

"Não existe pecado ao sul do Equador" é um dos maiores sucessos do cantor e compositor Chico Buarque, e, quase quarenta anos após ele ter escrito essa canção, ela continua sendo tocada nas rádios de todo Brasil e cantada pelos foliões nos bailes de Carnaval. Mas o título divertido ganhou vida própria: muitas vezes mencionado com um dar de ombros resignado ou até mesmo solidário, tornou-se um ditado popular usado amplamente para explicar, comentar ironicamente ou até justificar desvios morais que vão de corrupção política a promiscuidade sexual.

Os brasileiros costumam reclamar que o país deles carece de ética e princípios. É comum enumerarem, ao redor de uma cerveja ou de um cafezinho, os defeitos da sua sociedade, exemplo da queda para o dramático que às vezes faz parte do cotidiano brasileiro. Mas a sociedade brasileira é notavelmente tolerante, o que tem um lado bom e um lado ruim. O *éthos* que prevalece no país, resultante de sua mistura única de valores e práticas europeias, africanas e indígenas, reconhece que os seres humanos são imperfeitos e dá o desconto para as falhas deles. Isso permite uma diversidade de crenças religiosas e até de práticas sexuais, numa extensão maior que na maioria dos outros lugares; enfatiza o perdão, a redenção, a generosidade e a busca por um denominador comum. Acima de tudo, é flexível, levando em conta as circunstâncias em que ocorrem atos específicos ou padrões de comportamento.

Não é por acaso que os brasileiros se consideram "o povo cordial" e valorizam a cordialidade como um traço pessoal e nacional. Quase sempre há um calor humano e uma afetividade nas relações pessoais, mesmo as casuais, que os recém-chegados acham encantadores. Se os franceses inventaram o termo *joie de vivre*, os brasileiros aperfeiçoaram a arte de bem viver. Eles vivem com entusiasmo e uma espécie de otimismo radiante, capazes de apreciar a beleza em pequenas coisas e convencidos de que o universo é essencialmente benévolo, não hostil. Como diz um ditado popular: "No fim tudo dá certo, e se não deu certo é porque ainda não chegou ao fim".

Esse é o lado positivo da vida no Brasil. Mas essas características coexistem com outras menos atraentes e que há muito geram conflitos e reclamações entre os brasileiros. A despeito de toda a adesão nominal ao conceito de igualdade, a sociedade brasileira é altamente estratificada, com imensas distâncias e diferenças entre classes, raças e gêneros. Muitos dos ricos e privilegiados agem como se estivessem acima da lei e com frequência violam impunemente regras que supostamente se aplicam a todos. Eles costumam tratar aos que consideram seus inferiores como se fossem criados. De sua parte, os pobres tampouco têm fé na lei e nas instituições — as quais, segundo eles, agem em conchavo contra os mais fracos —, e por isso vivem procurando meios de contornar as forças que os discriminam.

Num país de 200 milhões de habitantes, existem obviamente enormes variações de comportamento e crença de uma pessoa para outra. Contudo, há também normas prevalentes que os brasileiros absorvem simplesmente por terem sido criados na sua sociedade. Uma das atitudes mais enraizadas no cotidiano é o "jeito", inclusive mais popularmente conhecido pelo diminutivo, "jeitinho", cujo significado figurativo é a habilidade necessária para contornar as leis ou convenções sociais que impedem alguém de atingir certo objetivo.

Dois dos sinônimos mais comuns para o "jeito" são derivados do futebol: um é "driblar" e o outro é "jogo de cintura". O primeiro tem a ver com a agilidade do jogador que sabe manipular a bola com tanta destreza e criatividade improvisada que acaba enganando o adversário e levando o melhor, literalmente passando a perna nele. O outro se refere especificamente a outro talento útil no campo de jogo: o de mover os quadris com presteza suficiente para ludibriar o rival, como um jogador de basquete faz quando finge passar a bola numa direção e vai em outra.

Algumas formas do "jeito" são quase universais e facilmente reconhecidas, mesmo para estrangeiros. Se um policial numa cidade brasileira faz um carro parar por excesso de velocidade ou manobra ilegal, o motorista provavelmente perguntará: "Seu guarda, não tem um jeitinho de resolvermos isso?" Ou, se uma pessoa deseja uma mesa privilegiada num restaurante chique lotado, algum dinheiro posto discretamente na mão do *maitre* pode ajudá-la a conseguir o que quer.

Mas, como existem no Brasil tantas instituições corruptas e/ ou ineficazes, os cidadãos são obrigados a se agrupar e trabalhar juntos, mais que em muitos outros países. A burocracia está inserida em toda parte, da matrícula numa escola à obtenção de um serviço de eletricista ou compra de uma casa. Às vezes,

contornar leis ou situações inconvenientes requer o pagamento em dinheiro de um suborno, propina ou "gratificação". Ou pode envolver outros meios ilegais. Assim, os brasileiros encontram um "jeito" e criam instituições ou mecanismos informais e paralelos para esquivar-se daquele problema. A ênfase está na troca de favores ou em construir o tipo de relação pessoal durável com alguém que possa conceder tais favores.

O mutirão, por exemplo, é semelhante à prática quase extinta do *barn-raising** nos Estados Unidos, em que uma comunidade concentra o seu trabalho e recursos para construir uma casa, uma escola, um armazém, uma igreja ou uma clínica. Esse costume ainda é muito comum em lugares remotos do país que ainda se encontram fora do alcance de serviços governamentais básicos, como a Amazônia ou o interior do Nordeste, e é às vezes usado para plantio ou colheita na falta de maquinário moderno. Existe também a prática muito difundida do "filho de criação". Se um vizinho ou empregado morre e deixa um filho órfão, ou se os pais biológicos não têm condições de criar sua prole por causa de pobreza ou outras dificuldades, outra pessoa cria esse filho como se fosse seu. Não precisa haver adoção formal; em vez disso, a criança simplesmente entra para a outra família. Foi assim que o internacionalmente conhecido cantor negro de MPB Milton Nascimento veio a ser criado pela família branca para quem a mãe dele trabalhava. Dessa forma, a sociedade compensa a si própria pela falta de um sistema de previdência eficaz e evita que a criança seja mandada para um orfanato, onde talvez estaria privada de alimento, vestuário e afeto.

---

* Mutirão para a construção de um celeiro de madeira para uma família numa comunidade rural. (N. do T.)

O "jeito" pode também surgir como resposta a deficiências no modo como um negócio funciona. Até os anos 90, quando a empresa estatal de telecomunicações foi privatizada e o país inundado de telefones celulares, o Brasil sofria de uma escassez crônica de linhas telefônicas, e havia uma longa lista de espera, de até dez anos, para conseguir uma linha. O "jeito" que se deu para lidar com a situação foi um mercado negro de telefones. Quando um idoso possuidor de telefone morria, a posse daquela linha passava para herdeiros do falecido. Se eles próprios já possuíssem telefones, vendiam a linha a quem pagasse mais, chegando às vezes a colocar um anúncio no jornal anunciando a disponibilidade da mesma. Em vez de aguardar por anos e anos, uma pessoa ou empresa urgentemente necessitada de um telefone pagava mil dólares ou mais a fim de ter

uma linha transferida para o seu uso. Foi um arranjo que deixou satisfeitos a todos os envolvidos, com exceção da companhia telefônica; mas, como ela era vista como a causa do problema, o obstáculo a ser contornado, ninguém se importou muito com isso.

Como todo mundo, eu também vivi ocasiões em que tive de recorrer ao uso do "jeitinho". Em 2008, fui convidado a ir a São Paulo dar uma palestra para promover *Deu no New York Times*, um livro meu que acabara de ser publicado no Brasil. Mas, quando cheguei ao aeroporto no Rio de Janeiro para pegar a passagem que os promotores do evento haviam deixado para mim, descobri que ela havia sido emitida com o meu pseudônimo profissional em vez do meu nome completo oficial, conforme aparece no meu passaporte estadunidense e na minha carteira de identidade de estrangeiro residente no Brasil. Por causa dessa pequena diferença, a empresa aérea não queria emitir a passagem, e eu corria o risco de perder o voo e o meu compromisso. O que fazer?

"Não podemos dar um jeito nisso?", perguntei. A atendente disse que não seria possível, a não ser que eu tivesse algum outro documento que mostrasse o meu pseudônimo. Eu não tinha. Desesperado, tirei o meu livro da pasta, mostrei a fotografia na capa e perguntei: "Esta serve?" Ela riu e disse: "Essa foi boa", mas concordou em consultar um supervisor. Minutos depois ela voltou, sorrindo, e falou: "Pode embarcar". Após a palestra, fui almoçar com os promotores do evento e contei o que havia acontecido. A minha história os divertiu. "Larry, você tem jogo de cintura", disseram-me. "Você já virou brasileiro."

Todos esses exemplos do "jeito" são essencialmente inofensivos e não provocam desgaste no contrato social; mas outros casos comuns recaem numa área moralmente mais ambígua. Por exemplo, hospitais públicos no Brasil têm problema crônico de falta de leitos e de fundos; vamos supor que a sua mãe fique doente e não haja leito para ela, mas você tem um amigo que é médico. Você então dá um "jeito" pedindo ao médico para intervir em seu favor, combinando que, se ele ajudar admitir a sua mãe no hospital, pedindo aos colegas para lhe darem uma atenção especial, você retribuirá o favor no futuro.

Ou então, suponhamos que o seu carro tenha sido roubado, ou a sua casa assaltada. A polícia, como é frequentemente do seu feitio, não parece minimamente interessada em investigar o crime ou ajudar você a recuperar a sua propriedade. Mas, se tiver um amigo que trabalha na polícia, você dá um "jeito" pedindo a ele para interceder, recomendando-o aos investigadores encarregados do seu caso. Claro que se você não tiver um intermediário a quem recorrer, pode sempre pagar aos investigadores para que eles se esforcem mais em ajudá-lo. As

empresas seguradoras fazem isso o tempo todo, alegando que sai mais barato dar uma "gratificação" aos tiras e recuperar itens roubados do que pagar grandes quantias aos assegurados para repor um carro ou computador.

Um dos modos em que o "jeitinho" foi formalizado é através da instituição do despachante, especialmente no trato com burocracias governamentais. Quem quiser tirar carteira de motorista sem passar pelos procedimentos normais, por falta de tempo ou por não querer esperar muito, ou por não ter estudado para a prova escrita e ter sido reprovado nela anteriormente, ou simplesmente por não saber dirigir, a solução é contratar um despachante, que cultivou um relacionamento pessoal de algum tipo com funcionários-chave no detran, e conseguir a habilitação em tempo recorde.

Muitos que lançam mão do "jeitinho" sabem que estão fazendo algo que não deveriam, mas eles dão de ombros e justificam seus atos com a frase "Não tem outro jeito". Como todo mundo, em uma ou outra ocasião, acaba usando o "jeitinho" para resolver um problema — e muitos que têm a habilidade de usar o "jeitinho" o fazem o tempo todo —, a probabilidade é que ninguém vai olhar feio quando isso ocorrer. A alternativa é seguir rigorosamente as regras e ser classificado como otário, alvo de zombaria e ridículo, categoria à qual ninguém quer pertencer.

O oposto do otário é o malandro, que vive da sua esperteza, sempre enganando os outros sem arrependimento nem culpa. Uma vez, ao término de uma refeição num restaurante com um grupo de outros estrangeiros (que por definição são quase sempre considerados otários), eu pedi a conta e me surpreendi ao constatar uma cobrança de "6 C. Cola" a quase 1 dólar cada uma. Como ninguém havia pedido Coca-Cola, questionei o garçom a respeito do item. Ele simplesmente deu de ombros e respondeu: "Se cola". Ou seja, ele admitiu que tinha visto nosso grupo como um bando de trouxas, que poderiam ser tapeados sem se dar conta, e tentou se aproveitar de nós, como um malandro faria. Infelizmente, para ele, eu percebi a jogada e o fiz retirar a cobrança indevida. Outro exemplo seria o do marido infiel que fala manso com a esposa, fazendo-a crer que é fiel, ao mesmo tempo em que a trai com a irmã dela, tema de uma canção popular de 2009, "Te larguei otária pra ficar com a tua irmã". Ou seja, ele é o malandro muito esperto e ela é a tola.

O malandro, figura recorrente na cultura popular brasileira, possui um *status* ambíguo. Oficialmente, ele é censurado como ladrão e trapaceiro, que se aproveita das pessoas inocentes, ingênuas e de boa-fé. Mas ele — e o malandro é quase sempre homem — é também objeto, em letras de samba de cantores como

Bezerra da Silva, contos populares, livros e filmes, de admiração dissimulada por sua manha e habilidade em contornar barreiras e obstáculos. Em alguns rincões, especialmente em regiões do Rio de Janeiro (encarado pelos demais brasileiros como o *habitat* do malandro), a malandragem, nome dado ao repertório de estratégias utilizadas pelo malandro, chega a ser considerada um tipo de arte.

O credo do malandro é sintetizado pelo que ficou conhecido como a Lei de Gerson. No fim dos anos 70, um famoso comercial de TV de uma marca de cigarro mostrava um jogador de futebol chamado Gerson, que concluía proclamando: "Gosto de levar vantagem em tudo, certo?" O *slogan* pegou e acabou rapidamente ganhando um significado mais amplo, de que os brasileiros gostam de se dar bem em qualquer situação. Embora Gerson tenha eventualmente expressado arrependimento por permitir que o seu nome fosse associado com a frase, ela continua sendo uma síntese do código do malandro, citada cada vez que alguém age sem ética, cinicamente e em interesse próprio, quase sempre como crítica, mas algumas vezes também como justificativa.

Outro aspecto, ligado a esse, da vida brasileira é a distância entre os códigos de conduta para "a casa e a rua", na expressão do antropólogo Roberto DaMatta. Sociedades anglo-saxãs cultivam um ideal de justiça, oportunidades iguais e imparcialidade; a falibilidade dos seres humanos e as realidades da vida cotidiana fazem com que a conduta pessoal esteja sempre aquém desse ideal. Mas desviar-se desse princípio não é uma coisa bem-vista, e, se for muito descarada, pode ser punida, tanto pela censura pública quanto pela lei. Basta ver o que aconteceu em 2007, quando Paris Hilton deu um jeito de se furtar a cumprir sua curta pena de prisão: a indignação popular foi tamanha que o juiz precisou voltar atrás e ela teve de se submeter à sentença.

Já o brasileiro não espera automaticamente que as pessoas ajam na rua com a mesma probidade que agem em casa. A vida em casa, domínio da família e dos amigos, se baseia em laços de sangue, de afeto, sacrifícios compartilhados e atenção ao bem-estar coletivo, com papéis definidos de acordo com sexo e idade, bem como obrigações mútuas. Mas boa parte da vida pública no Brasil, em vez de constituir um meio onde são aplicados os princípios do igualitarismo, é dominada por parcialidade, nepotismo e discriminação. É um mundo de "cada um por si", no qual é comum agir em benefício próprio e no daqueles mais próximos, ignorando o bem-estar geral. Um cargo público é frequentemente visto não como um órgão de serviço à comunidade, e sim como uma fonte de lucro privado.

Para muitos brasileiros, a noção de família vai além do núcleo principal de pais e filhos, para abranger primos e mesmo primos de primos. Até pouco tempo atrás, a taxa de natalidade no Brasil era bem elevada, de modo que uma família, especialmente no interior, onde tais taxas eram mais altas, incluía mais de dez irmãos e dúzias de primos. Em alguns casos, talvez fosse mais exato falar em clãs do que simplesmente famílias, e essa é a terminologia usada às vezes em lugares como o Nordeste, onde disputas familiares do estilo Montecchios e Capuletos se arrastaram por gerações.

Essa estrutura familiar estendida muitas vezes se revela uma faca de dois gumes. Assegura ao indivíduo uma teia de proteção e apoio, mas também, devido ao sistema do "jeito", enreda o indivíduo numa teia de obrigações que podem sufocar a sua autonomia. Mais de uma vez, durante os anos que vivi no Brasil, primos de primos da minha esposa me procuraram para pedir que eu interviesse junto à Embaixada dos EUA no Brasil para que o visto deles fosse concedido. Quando expliquei que o sistema norte-americano não funcionava assim, que o "jeito" de nada adiantaria para conseguirem um visto, alguns deles ficaram magoados e acharam que eu não desejava fazer-lhes o favor.

Uma preferência por grandes famílias unidas também tem tido consequências nefastas na política e nos negócios. Tradicionalmente, muitas das maiores empresas brasileiras têm pertencido e sido dirigidas por famílias, embora isso tenha mudado recentemente à medida que o país se integra mais à economia mundial. Contudo, em muitos lugares a política continua sendo um assunto de família, com "dinastias" muito poderosas no Nordeste e na Amazônia, onde governos, prefeituras e cadeiras no Congresso ainda são passados de pai para filho como se fossem legados ou heranças.

O ex-presidente José Sarney, que tem sido por mais de quarenta anos o "coronel" do estado nordestino do Maranhão, talvez seja o exemplo mais notório desse fenômeno. Seu filho mais velho, Fernando, foi encarregado do conglomerado familiar de rádio e televisão e nomeado vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol, cargos que continuou a deter mesmo depois que ele e a esposa foram indiciados, em 2009, por extorsão, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, perjúrio e falsificação de documentos. Sua irmã Roseana, governadora do estado por três mandatos, foi eleita deputada duas vezes e também chegou ao Senado, enquanto seu irmão mais moço, José Sarney Filho, foi ministro e agora, após trocar de partido três vezes, está no sétimo mandato consecutivo como deputado federal.

No entanto, à medida que o país se moderniza, essa tendência a favorecer

parentes tem sido muito criticada, com uma tensão crescente entre o modo antigo e extremamente personalista de fazer as coisas e o modo novo, que requer imparcialidade. Apesar disso, seria tolice acreditar que aqueles que ocupam posições de poder ou autoridade na esfera pública agem de acordo com o princípio do tratamento igual para todos. Quase sempre há favoritismo, declarado ou camuflado, na forma como são distribuídos serviços e favores, e repartidos castigos e penalidades. Em português há um ditado que diz: "Aos meus amigos, tudo, aos meus inimigos, o rigor da lei". Com mais frequência do que os brasileiros gostariam, esse parece ser o princípio que norteia as autoridades, do presidente da República ao guarda da esquina.

Com um número suficiente de amigos em cargos elevados e a possibilidade de empregar o "jeito", é até possível ficar isento da obediência à lei. Não importa o que os regulamentos digam, uma exceção sempre pode ser obtida e uma violação ignorada; daí a noção de que todo o rigor da lei é reservado somente aos inimigos daqueles que detêm o poder e a autoridade. Se você é amigo ou parente do prefeito ou de um vereador, por exemplo, talvez não precise obedecer a leis de zoneamento. Quer construir um edifício com mais andares que o permitido? Tudo bem! Quer abrir uma loja num bairro exclusivamente residencial? Vá em frente! Mas, se um adversário político ou rival nos negócios tentar fazer a mesma coisa, a atitude é: "A lei neles!"

Por causa disso, muitos brasileiros veem a lei como um instrumento de poder e coerção, não de justiça. Assim, procurar desobedecer à lei e se esquivar dela o máximo possível torna-se um ponto de honra, quase uma obrigação, principalmente se a lei interfere com os objetivos ou o interesse de alguém. Às vezes, contudo, isso é feito apenas por esporte, como uma afirmação de autonomia individual. Existe uma expressão curiosa, que às vezes vem à tona em discussões sobre certos regulamentos que simplesmente não são observados: "Aquela lei não pegou". Para um recém-chegado de uma sociedade anglo-saxã, essa frase é incompreensível. Afinal, a lei é a lei, como é possível que "não pegue"?

Um exemplo atípico na história norte-americana é a Lei Seca, que acabou abolida porque a contínua violação dessa proibição estava sabotando o respeito às leis no geral. Mas a vida brasileira é repleta de instâncias, pequenas e grandes, de leis que "não pegaram" e ainda assim continuam a existir. Há corporações gigantescas que não pagam ao governo as contribuições, obrigatórias por lei, de seguro social e de saúde dos seus funcionários, e há também motoristas que normalmente ultrapassam sinais vermelhos à noite, nas grandes cidades. A

desobediência a essa última lei é tão difundida que algumas cidades, como o Rio de Janeiro, simplesmente capitularam e regulamentaram que parar no sinal vermelho, após as 10 da noite, é opcional em vez de compulsório.

Essa tendência a desobedecer às leis muitas vezes contamina a vida cotidiana no Brasil com atitudes de puro egoísmo ou anarquismo, e em ambos os casos o resultado é uma profunda falta de solidariedade cívica. Cada motorista na rua parece achar que ele é o único com um carro e dirige como se de fato fosse, sem consideração alguma por seus concidadãos. No banco, na bilheteria, no ponto de ônibus ou na mercearia, sempre existe alguém que se acha importante demais, ou com pressa demais, para fazer fila, e tenta passar na frente. Num *show* na praia, os que chegam mais tarde acham perfeitamente normal ficar em pé, atrapalhando a visibilidade dos que chegaram antes e estão sentados na areia. Em plena exibição de um filme num cinema, pessoas atendem ligações nos seus celulares e às vezes até discutem com espectadores que as criticam por sua falta de educação.

A lei é vista não como um código obrigatório de conduta, mas tão somente como uma expressão de ideais e boas intenções. A constituição brasileira, por exemplo, é uma das mais generosas e progressistas do mundo, garantindo aos cidadãos todo tipo de direitos inexistentes em outros lugares. Mas muitos desses direitos, que prometem benefícios aos pobres e a outros grupos discriminados, existem apenas no papel. Apesar dos mandatos, o Congresso nunca proveu o dinheiro necessário para fazer valer essas garantias constitucionais. É como se a declaração de uma intenção de realizar um ato fosse a mesma coisa que de fato realizá-lo, atitude que se estende a muitas outras áreas da vida brasileira. Todos sabem que essas promessas nunca serão cumpridas, por isso ninguém as leva a sério, o que permite que elas sejam feitas.

A despeito de toda a conversa sobre igualdade perante a lei, as noções de hierarquia, de níveis diferentes de tratamento para as pessoas de diferentes classes sociais e econômicas estão arraigadas no código legal. Por exemplo, durante décadas, bastava uma pessoa ter diploma universitário para, se acusada de um crime, ser automaticamente mantida fora de celas contendo "criminosos comuns" e colocada numa acomodação mais confortável. Assim, quando um jovem e rico herdeiro de uma proeminente família no Rio foi acusado de, bêbado, espancar uma mulher que aguardava, de madrugada, pelo ônibus que a levaria ao seu serviço como empregada doméstica, ele pôde reivindicar. a "cela especial". Da mesma forma que o editor de um jornal em São Paulo que, num caso notório que começou em 2000 e se arrastou durante anos, assassinou a sua

namorada num ataque de raiva.
Os que estão no comando — seja de um negócio, seja na política, na polícia, na educação, na religião ou nos esportes — tendem a aproveitar ao máximo sua posição, dão-se ares superiores com extrema arrogância e, via de regra, consideram qualquer objeção, reserva ou expressão de dúvida como uma forma de lesa-majestade. Um termo frequentemente usado como substituto para "a nação brasileira" é "a grande família brasileira", assumindo que o presidente faz o papel de pai. No modelo tradicional de educação, um professor leciona e os alunos escutam e memorizam; por isso os brasileiros que vão estudar nos Estados Unidos ficam muitas vezes perplexos ao se deparar pela primeira vez com o método socrático. Não se espera que atletas questionem as decisões de técnicos e donos de time, e, quando o fazem, são rotulados de encrenqueiros e deixados na reserva, ou vendidos. Funcionários reclamam não ter liberdade para dar opiniões e que eles são considerados meros cumpridores de ordens.
E, quando alguém que ocupa uma posição de poder não é tratado com a deferência à qual crê fazer jus, ou seja, quando é tratado como apenas outro cidadão, em pé de igualdade com os demais, o resultado é igualmente previsível. Uma das frases mais comuns ouvidas em tais circunstâncias é "Você sabe com quem está falando?" Se um figurão se sentir desafiado em suas ações — como, por exemplo, ao tentar furar uma fila de banco ou de bilheteria, ou se o param por ultrapassar o limite de velocidade —, sua resposta provavelmente será: "Você sabe com quem está falando?" Ou, se um policial à paisana entrar numa discussão de trânsito com outro motorista por causa de uma batida ou de um espaço para estacionar, ele também provavelmente lançará mão do "Você sabe com quem está falando?", talvez sacando um revólver para maior clareza. Esse tipo de coisa acontece o tempo todo, quase sempre impunemente.
Outra réplica comum quando aqueles no topo da pirâmide sentem que estão sendo desafiados ou tratados com respeito insuficiente é "Quem manda aqui sou eu". Quando o secretário de Estado Alexander Haig fez uma afirmativa semelhante à imprensa norte-americana em 1981, após uma tentativa de assassinato contra Ronald Reagan, "Eu estou no controle aqui", ele foi ridicularizado e sua estatura diminuída; um ano depois, renunciou o cargo. Mas no Brasil declarações como essa, sobretudo quando pronunciadas num tom indignado ou ultrajado, têm o propósito de restabelecer a ordem e forçar o subordinado a baixar a cabeça.
Até o modo como o português é falado no Brasil reforça o conceito de hierarquia e estratificação. Em inglês existe somente uma forma de se referir a alguém na

segunda pessoa: a palavra *you* é empregada em todas as situações, seja para falar com o presidente, seja para se dirigir ao coletor de lixo. Outros idiomas, como o espanhol e o chinês, têm duas palavras distintas, uma familiar e outra formal. Já o português brasileiro tem quatro formas diferentes de tratamento. Há duas palavras equivalentes ao *you*, ambas relativamente informais: "tu", que só é usada na intimidade, e "você", empregada em situações comuns com aqueles que consideramos nossos iguais. E existem dois modos formais de tratamento: o extremamente formal "o senhor", usado quando se quer expressar deferência ou respeito, e um outro intermediário, que envolve o emprego de termos honoríficos como "doutor" ou "seu", cujo equivalente feminino é "dona", seguidos do prenome. "Doutor" transformou-se num título de respeito que antecede o nome de qualquer um que tenha diploma universitário — ou que pareça próspero o suficiente para obter um. Eu certamente não estudei medicina, e sempre fico meio constrangido quando comerciantes e outros que se consideram de classe social inferior à minha se dirigem a mim me chamando de "doutor" ou "chefe". Por exemplo, eu sempre me dirigia aos ascensoristas do prédio em que trabalhei oito anos por "você", querendo dizer que os considerava meus iguais. Contudo, eles sempre me chamavam de "doutor Larry", e nunca consegui fazer com que fossem menos formais comigo.

Funcionários públicos costumam ser obcecados por tais formalidades, que servem para reforçar a própria noção de autoridade e lembrar aos requerentes da inferioridade destes. Em 2003, eu entrevistei uma advogada iniciante no escritório do promotor público no Rio, sobre um caso trivial de obscenidade de que ela estava encarregada e sobre o qual eu pretendia escrever. Ela era talvez uns vinte anos mais jovem que eu, porém me repreendeu quando a chamei de "você", insistindo que eu me dirigisse a ela usando o termo "a senhora" ou "doutora Joana". Como achei essa exigência absurda e pretensiosa, continuei a tratá-la por "você", até ela interromper abruptamente a entrevista por considerar falta de respeito da minha parte.

Até a religião e as devoções acabam sendo domínios em que hierarquias são impostas. Os brasileiros lutam contra elas, o que nos traz de volta ao "jeito". Oficialmente, o Brasil é o maior país católico do mundo. No Censo de 2000, uma maioria esmagadora, 85 por cento da população, respondeu que era católica. No dia a dia, a presença do catolicismo é constantemente percebida: quando se entra num bar de qualquer cidade ou vilarejo, é bem provável que imagens de santos, geralmente de são Jorge e santa Bárbara, estejam ocupando nichos na parede, bem ao lado de garrafas de cachaça. Nos dias de festividades religiosas,

como a do Círio de Belém e de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo, milhões de peregrinos arrebanham-se em catedrais para homenagear a Virgem Maria. A fala cotidiana está repleta de expressões de fé: uma resposta comum a uma despedida amigável, do tipo "Até amanhã", é "Se Deus quiser".

No entanto, como em tantas outras áreas da vida brasileira, essas manifestações do que parece crença religiosa convencional mascaram uma realidade mais profunda e complicada. De acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apenas um de cinco que se declaram católicos frequenta regularmente a missa. Há muito mais mulher do que homem: em cidades pequenas do interior, onde a igreja local fica geralmente diante da praça principal, do lado oposto ao da prefeitura, de restaurantes e bares, não é incomum os homens se sentarem para jogar dominó ou xadrez na praça, ou esperarem em algum bar ou jogando sinuca, enquanto seus filhos e as mulheres participam dos serviços religiosos. Mas, mesmo entre os que vão à missa, a frequência é muitas vezes limitada a batismos, casamentos e funerais.

E muitos dos que nominalmente professam o catolicismo são também adeptos de outras religiões populares, exemplo do enorme sincretismo que constitui uma das principais características da cultura brasileira. As mais importantes são as crenças afro-brasileiras conhecidas como macumba, candomblé ou umbanda, que são primas espirituais do vodu haitiano e da Santeria cubana, compartilhando a mesma origem oeste-africana e um panteão semelhante. Outros se definem como "espíritas" e seguem os ensinamentos do pensador francês do século XIX Allan Kardec, que acreditava em reencarnação e achava possível os vivos se comunicarem com os mortos, diretamente ou através de médiuns.

Muitos desses milhões de fiéis, registrados no censo como católicos, participam dos principais rituais e festividades católicas. Mas, quando seguidores do candomblé ou da macumba vão à missa ou participam de festivais religiosos como a Festa da Anunciação, eles não cultuam de fato a Virgem Maria, nem buscam a intercessão de são Jorge ou santa Bárbara. Em vez disso, estão rezando a divindades afro-brasileiras, como Ogum, deus do ferro e da guerra, ou Iemanjá, a deusa do mar. Essa prática é uma sobra da era da escravidão, quando africanos, para escapar à ira dos seus amos ou do pároco local, precisavam camuflar suas crenças e dar um "jeito" de atribuir nomes cristãos às suas divindades. Exteriormente, eles pareciam aceitar a visão de mundo cristã, mas por dentro aderiam à cosmologia paralela de um sistema de crenças bastante diferente.

Para devotos das diversas crenças afro-brasileiras — pois elas não são cultos, e

sim religiões completas, dotadas de sacerdócio próprio e locais de adoração, os terreiros —, o modo mais seguro de passar pelo mundo, que está repleto de espíritos benévolos e malévolos, é sendo guiados e protegidos por um orixá, ou deidade, como Oxum, a deusa dos rios, da beleza e da arte, ou Xangô, o deus do trovão, do raio, do poder e da justiça. Cada deidade possui uma personalidade e habilidade próprias, e acredita-se que cada pessoa nasce sob uma deidade padroeira, cuja identidade um sacerdote determina em uma cerimônia divinatória jogando búzios. É preciso submeter-se a essa deidade, que manifesta sua presença "montando" no protegido, que então cai num estado de transe. Para aplacar a deidade pessoal, agradecer-lhe por sua proteção ou por um favor concedido, é aconselhável fazer-lhe uma oferenda, como bebida alcoólica, frutas, flores ou charutos; por todo o Brasil, "pontos de poder" como cachoeiras e encruzilhadas são frequentemente adornados com essas oferendas.

Isso tende a estimular o fatalismo, pois nessa fé ninguém determina completamente o próprio destino, uma vez que rivais ou inimigos podem operar magia ou bruxaria contra uma pessoa por meio do orixá deles, ou até forçá-la a agir contra a própria vontade. Por sua vez, isso pode levar a um tipo de passividade que vem há muito tempo frustrando campanhas sociais entre os pobres, e também a uma tendência a não assumir responsabilidade por atos cometidos. O resultado é um reconhecimento e até um reforço da natureza hierárquica de outras áreas da vida brasileira. Os devotos não se submetem apenas ao seu orixá, mas também dependem de um sacerdote ou sacerdotisa (conhecidos como pai ou mãe de santo, numa asserção implícita de autoridade paternalista) para ser intermediários dos espíritos.

Com esse respeito pela autoridade profundamente arraigado, as crenças afro-brasileiras, cuja origem foi uma forma sublimada de rebelião, ironicamente acabam compartilhando a mesma atitude da Igreja Católica, que, com sua cadeia espiritual de comando que vai do pároco ao papa em Roma, é ainda mais hierárquica. Em ambas as religiões, o fiel é mais um espectador do que um participante cuja vontade precisa ser levada em conta.

Porém, à medida que o Brasil se moderniza, esse papel vem satisfazendo os fiéis cada vez menos. O catolicismo e o candomblé têm perdido terreno para o protestantismo evangélico, que oferece ao fiel um papel mais direto e mais ativo no serviço de adoração, por meio de leitura do evangelho, testemunhos pessoais, canto de hinos e glossolalia. Há um celebrante, mas a ênfase é no diálogo direto com Deus, e, para competir com o que os evangélicos oferecem, nos últimos anos um movimento carismático tem emergido dentro do catolicismo brasileiro.

Como muitas outras instituições cujas regras são consideradas severas demais para ser seguidas, a Igreja Católica é obedecida pela população em teoria, mas frequentemente ignorada na prática. Por exemplo, cardeais e bispos regularmente lançam invectivas contra o que consideram imoralidade descarada durante o Carnaval. O mesmo vale para a ousada linguagem sexual, a promiscuidade e a nudez, que se tornaram inseparáveis do horário nobre na televisão, especialmente nas novelas. Imprecações ainda mais virulentas contra tais males originam-se de pastores neopentecostais, que veem a Igreja Católica como negligente no seu moralismo. A cada ano, porém, os brasileiros comuns simplesmente ignoram essas reprimendas e fazem o que bem entendem, pulando no Carnaval e sintonizando nas telenovelas durante o jantar.

O aborto, no entanto, talvez seja o melhor exemplo do "jeito" em atividade na esfera religiosa. Oficialmente, no Brasil existe separação entre Igreja e Estado, mas mesmo assim os políticos têm receio de ofender a Igreja, de modo que no Brasil as leis antiaborto estão entre as mais severas do mundo. A não ser que um médico possa demonstrar que uma gravidez põe a vida da mulher em perigo ou que é resultado de estupro, o aborto é ilegal. Os ditames da Igreja são ainda mais rigorosos: num caso notório em 2009, depois que uma menina de nove anos, estuprada pelo padrasto e grávida de gêmeos, foi levada a uma clínica no Recife e submetida a um aborto, o arcebispo local excomungou tanto a mãe quanto os médicos que haviam realizado a interrupção da gravidez.

Contudo, a população de um modo geral simplesmente ignora tanto a Igreja quanto o Estado, e concebeu uma forma de contornar suas proibições. Por todo o Brasil mulheres gestantes que não desejam levar sua gravidez a termo recorrem ao que, na gíria brasileira, ficou conhecido como "fábricas de anjos". São clínicas clandestinas, cuja localidade é amplamente conhecida e onde abortos são realizados a preço baixo, discretamente. Embora a ilegalidade desse processo dificulte calcular quão difundido eles são, o Ministério da Saúde estimou que cerca de 2 milhões de abortos são feitos anualmente no Brasil. Em 1991, época em que questões sexuais eram tratadas com mais discrição que hoje, o Banco Mundial chegou a calcular que a média vitalícia de abortos era de dois por mulher. Não obstante, em 2007 uma pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo* averiguou que dois terços das pessoas pesquisadas achavam que as leis antiaborto "não deviam mudar".

Até o fim da década de 70, o divórcio era também ilegal no Brasil, e gerações de casais infelizes que haviam se unido em cerimônias religiosas precisavam recorrer a um subterfúgio reconhecido pela lei, mas não pela Igreja, num

exemplo clássico do uso do "jeito" para resolver uma situação aparentemente incontornável. Uma vez que a oposição da Igreja impedia casais de se divorciarem, eles obtinham um documento legal que lhes dava o *status* de desquitados, ou separados. O casamento não era formalmente dissolvido, mas ambas as partes eram dispensadas da obrigação de viver juntas como marido e esposa. Embora não pudessem formalmente se casar de novo, os desquitados ficavam livres para encontrar novos companheiros com quem pudessem coabitar como marido e esposa. Os filhos dessa união eram tratados como legítimos, embora a rigor, e certamente aos olhos da Igreja, eles não fizessem jus a tal *status.* Essa situação frequentemente acarretava complicadas brigas por herança quando testamentos eram contestados.

Devido ao predomínio do catolicismo e da macumba, e à tendência de muitas pessoas de transitar entre ambos, o calvinismo com suas doutrinas e valores praticamente não tem lugar na vida brasileira. O mundo não é visto como irreparavelmente pecaminoso nem essencialmente maligno, e sim como um lugar para ser desfrutado e usado. Essa crença talvez remonte à noção dos primeiros exploradores portugueses de que o Brasil era um paraíso terrestre. Graças à inclinação anticalvinista, o lucro e a riqueza ainda são vistos em muitos lugares como fruto dos pecados gêmeos da usura e do egoísmo, não como virtudes ou recompensa por serviço ou sacrifício. Mas qualquer tipo de pecado pode ser perdoado através da confissão, a um padre ou a um pai de santo, e do arrependimento, por meio de oração ou de oferenda a uma deidade. Isso leva a um ciclo contínuo de pecado e absolvição, que é uma das coisas de que Chico Buarque fala em "Não existe pecado ao sul do Equador".

A noção de perdão está intimamente associada ao traço que os brasileiros consideram um dos mais positivos do seu caráter nacional: a tolerância. Esse conceito se aplica não só às fraquezas e idiossincrasias dos outros, mas também às suas piores transgressões e violações da lei. A célebre frase de F. Scott Fitzgerald "Não há segundo ato nas vidas americanas" carece totalmente de sentido para os brasileiros. Um astro popular ou jogador de futebol que sai de uma boate e atropela um vendedor de rua ou um grupo de adolescentes com seu carro esporte em alta velocidade é logo perdoado e pode nem sequer ser preso. Políticos caídos em desgraça, após escândalos de corrupção, ficam no ostracismo por um tempinho, depois voltam como se nada tivesse acontecido, concorrem e até vencem eleições.

Todos os casos mencionados são reais, não hipotéticos. Outro exemplo é o de Fernando Collor de Mello. Após o seu *impeachment* de 1974, Richard Nixon

praticamente desapareceu da vida pública. Collor de Mello também renunciou à presidência do Brasil em 1992, após abertura de *impeachment;* mas voltou em 2006 e se elegeu para o Congresso, juntando-se a muitos outros senadores e deputados que também haviam caído em desgraça, como Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães. Se há um adágio que se pode aplicar a tais situações é a do escritor Ivan Lessa, segundo o qual "de quinze em quinze anos, o brasileiro esquece tudo que aconteceu nos últimos quinze anos".

O recurso permanente ao "jeito" e a inabilidade para removê-lo são provas de que, mesmo hoje em dia, a sociedade brasileira continua essencialmente hierárquica na sua estrutura. É verdade que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, que será discutida no capítulo sobre política, parece contradizer tal asserção. Mas a história da ascensão dele, como outras histórias de sucesso citadas como exemplo de mobilidade social, é menos a regra do que a exceção. Todo mundo sabe quais grupos são privilegiados em detrimento de quais: os ricos acima dos pobres, os brancos sobre os negros, os homens sobre as mulheres. Raça é um assunto tão espinhoso, nebuloso e complicado que será tratado separadamente no próximo capítulo. No entanto, classe e gênero oferecem exemplos mais claros de como a hierarquia e a estratificação operam no cotidiano, em casa e na rua.

Historicamente, o Brasil tem sido uma sociedade com uma elite muito pequena no topo de uma pirâmide, desfrutando de grande riqueza e privilégios, e uma vasta massa na base, frequentemente vivendo na mais abjeta pobreza. Esse arranjo foi formalizado por 350 anos de escravidão, mas, mesmo depois da Abolição, em 1888, as atitudes e os comportamentos típicos desse sistema de organização persistiram. Apesar da aparência de uma moderna classe média em décadas recentes, o Brasil ainda depende de uma classe servil. Pode-se até dizer que a ascensão da classe média intensificou esse fenômeno, pois, quanto mais as pessoas prosperam, mais elas querem desfrutar das vantagens do seu *status* mais elevado, e um dos principais símbolos de prosperidade é a contratação de serviço doméstico. Quase ninguém na classe média norte-americana tem empregados domésticos, ao passo que quase todo mundo na classe média brasileira possui.

Essa estratificação social gera uma série de distorções de valores e de comportamento, em parte porque a classe média, em vez de simpatizar com aqueles abaixo dela, procura imitar a conduta da elite da qual sonha em fazer parte. Numa casa com empregados, por exemplo, raramente se exige que crianças arrumem a própria bagunça, muito menos que façam suas camas ou lavem suas roupas. Já as vi algumas vezes chamarem aos gritos uma empregada

do outro lado da casa só para lhes servir um copo de água, em vez de se levantarem e ir buscá-lo. E, quando se tornam adolescentes, geralmente não arrumam emprego de verão ou depois do horário da escola como garçons, entregadores de pizza, balconistas ou lavando carros, como se espera dos norte-americanos da mesma idade.

Em parte essa atitude persiste porque a classe baixa brasileira tem milhões de adultos ansiosos por desempenhar tais tarefas, por salários que a "juventude dourada" consideraria uma mixaria. Mas outro fator é o desprezo que os brasileiros abastados sempre demonstraram pelo trabalho manual e por aqueles que o desempenham. Como nunca fizeram esse tipo de trabalho, eles não lhe reconhecem o valor, tampouco a habilidade e a resistência que ele exige. Consideram tal labor degradante e, portanto, abaixo da dignidade deles, em vez de enxergá-lo como uma importante lição de vida sobre o valor do trabalho. Isso tudo, é claro, ajuda a aumentar o distanciamento entre amo e servo, que remonta à escravidão e à era colonial.

De fato, os membros da classe servil são frequentemente tratados como descartáveis ou menos que humanos — daí serem chamados muitas vezes de João Ninguém. No fim da década de 70, quando eu morava num bairro de classe média no Rio de Janeiro, estava certa vez numa fila de açougue, esperando junto com minha esposa para comprar carne. Uma mulher à nossa frente na fila, cuja postura imperiosa indicava claramente que se tratava do que os brasileiros chamam de uma "madame", disse ao açougueiro que ela queria 1 quilo de picanha e meio quilo de "carne de empregada". A presença dela ali já era incomum; deve ter sido o dia de folga da empregada. Perplexo a princípio, logo percebi que ela se referia a uma carne de segunda, só um pouco superior à que se compra para alimentar os cães.

Esses preconceitos de classe infiltram-se inevitavelmente na esfera pública. Até recentemente, os investimentos em educação pública, postos de saúde e casas populares ficavam para trás em comparação com projetos que beneficiavam pessoalmente os poderosos. Os que detinham o poder não conseguiam imaginar vantagem alguma em melhorar as escolas públicas, porque os próprios filhos estudavam em escolas particulares. Da mesma forma, não viam sentido em construir estradas ou hospitais que não seriam utilizados por eles nem por seus amigos. A estrada para uma casa nas montanhas acima do Rio, pertencente a primos da minha esposa, por exemplo, é pavimentada apenas até a mansão de um ex-governador; depois disso, é uma trilha de terra acidentada, porque ele não iria usá-la. E, quando tais projetos foram construídos, eram vistos não como algo

devido aos pobres por estes serem cidadãos da República, e sim como favores que se esperava que fossem retribuídos.

Para as mulheres, a situação é mais ambígua. Em termos legais formais, brasileiros e brasileiras são iguais, ou ao menos é o que diz a constituição. A realidade cotidiana, no entanto, é bem diferente. Embora a posição das mulheres tenha melhorado enormemente nos últimos anos, os homens continuam a dominar todas as esferas da sociedade (isso antes, claro, da eleição de Dilma Rousseff como presidente, em 2010). As mulheres estão entrando no mercado de trabalho em grande número, porém ganham bem menos que os homens e ainda constituem uma parcela menor da força de trabalho, em comparação com as suas irmãs no mundo industrializado. Isso significa que a maioria das brasileiras adultas ainda é economicamente dependente de um arrimo de família masculino, seja um marido com quem elas são legalmente casadas, com a aprovação da Igreja e do Estado, seja um parceiro com quem estão informalmente "amigadas".

Apesar da eleição de Dilma Rousseff, os papéis dos gêneros no Brasil continuam mais claramente definidos do que nos Estados Unidos e na Europa, tanto na rua quanto no lar... ou na cama. Para descrever a relação sexual, diz-se que o homem "come" a mulher, e esta, em contrapartida, "dá". Tais expressões estão baseadas na crença de que o homem é ativo e a mulher passiva; que ele domina e ela se submete; que ele dirige e ela segue.

Entretanto, as atitudes reais com relação a sexo e sexualidade via de regra são confusas. Por um lado, o Brasil tem uma reputação mundial de lugar de grande sensualidade e permissividade sexual. É por isso que alguns ricos europeus, norte-americanos e árabes passam as férias aqui: na esperança de tomar parte no que acreditam erradamente ser um estilo de vida libertino. Eles veem imagens de mulheres bronzeadas, "exóticas", em minúsculos fios-dentais na praia de Ipanema, ou saracoteando quase nuas no Carnaval, ouvem falar nos clubes de *striptease* em Copacabana, leem na internet os anúncios de excursões sexuais, e, partindo dessas amostras isoladas, concluem que o Brasil é uma espécie de paraíso de licenciosidade.

Os brasileiros, é claro, sabem que não é bem assim. É verdade que cultivam uma imagem de sensualidade, tornaram-na parte de sua identidade cultural, e parecem sentir um prazer perverso quando um deles seduz uma celebridade, destarte reforçando a reputação sensualista do país. Isso remonta aos dias de Carmen Miranda em Hollywood e prossegue inalterado até hoje. A modelo Luciana Gimenez deve a sua celebridade basicamente ao fato de haver seduzido Mick Jagger e ter tido um filho com ele, enquanto Jesus Pinto da Luz saiu do

anonimato como modelo de roupas íntimas ao se envolver com Madonna, após o casamento malsucedido dela com Guy Ritchie.

Todos esses escândalos envolvendo celebridades são vistos como confirmação da beleza física e da irresistível voltagem erótica do povo brasileiro. No entanto, o contraponto disso é o conceito de "pudor", que engloba noções de decoro, modéstia, decência e vergonha, bastante comum no resto da América Latina também. Isso, por sua vez, leva ao moralismo, palavra que os brasileiros usam para designar uma atenção excessiva à moralidade e à aparência de virtude, que tem grande influência na vida romântica e sexual no Brasil.

Por causa do pudor, certas atividades e tipos de comportamento devem ficar às ocultas. Tradicionalmente, a adesão ao machismo assegura aos homens brasileiros maior liberdade sexual do que às mulheres. De fato, estar no comando é visto como um atributo básico de masculinidade, ao passo que a mulher que viola o código de modéstia por meio de "galinhagem" — ou simplesmente por tomar a iniciativa de abordar um homem, vestir-se de modo insinuante ou frequentar bares — em geral é classificada como vadia. Uma palavra muito usada em português para esse tipo de mulher é "piranha".

Mas o pudor determina que o mulherengo casado seja algo discreto, que se gabe de suas conquistas somente entre amigos íntimos, não em público. Se tem uma amante, é melhor para todos os envolvidos que ele arranje um pequeno negócio para ela e um apartamento onde possa visitá-la discretamente, em vez de exibi-la publicamente, causando escândalo. Isso é verdade sobretudo no interior, onde o conservadorismo é maior.

O domínio do macho é reforçado, ou talvez exemplificado, por certa inclinação para o sexo anal. Os brasileiros quase sempre negam ou escondem essa prática para gente de fora, pois muitos a consideram vergonhosa ou constrangedora; mas tanto pesquisas quanto anedotas populares indicam que essa tendência existe. Se dos homens norte-americanos pode-se dizer que têm fixação por seios, a parte da anatomia feminina mais apreciada pelos homens brasileiros, a julgar pelas piadas, pelo folclore e por fotos de mulheres nuas em revistas masculinas, é a bunda. Em 2006, escrevi um artigo sobre uma garota de programa paulista chamada Bruna Surfistinha, que havia ficado famosa por causa de um *blog* sobre a sua vida sexual, que depois virou um livro de grande sucesso comercial. Ela me relatou que todos os seus clientes brasileiros, mas nenhum dos estrangeiros, queriam fazer sexo anal.

Segundo um estudo conduzido pelo Institute of Market Research no fim da década de 90, a maioria dos brasileiros considera o sexo anal "anormal". No

entanto, a maior parte dos pesquisados no Rio de Janeiro, e uma quase maioria nos demais lugares, declarou que pratica sexo anal pelo menos "de vez em quando". Homens com idade entre 30 e 45 anos eram três vezes mais propensos que mulheres a requerer sexo anal; entre casais casados, era geralmente o homem que queria sexo anal, e a mulher é que aceitava a solicitação, ou exigência, do seu parceiro.

Este capítulo começou com uma alusão à música de Chico Buarque "Não existe pecado ao sul do Equador", cuja versão mais popular é a gravada por Ney Matogrosso, o mais notório artista *gay* na MPB. Esse fato está longe de ser coincidência: o modo brasileiro de encarar o homossexualismo também é ambíguo, e o título da canção é tão relevante para com essas atitudes frequentemente contraditórias quanto para com qualquer outro aspecto relacionado a pecado e sexualidade.

A rigor, o machismo brasileiro torce o nariz para a homossexualidade, ou para qualquer manifestação de comportamento efeminado. Como um amigo *gay* de São Paulo me disse uma vez, ele foi criado na crença de que a conduta apropriada para machos era "falar grosso, cuspir no chão e coçar o saco". Mas também é preciso considerar que os brasileiros adquiriram uma grande tolerância com a homossexualidade por causa do Carnaval, que não apenas contempla o transformismo e a inversão de papéis sexuais como também os incentiva. Por trás do anonimato da máscara vale tudo, e dentro desse meio o homossexualismo tem florescido e experimentado uma liberdade de transgressão, no vestuário e no comportamento, que seria censurada em outro ambiente.

Com certeza os homossexuais brasileiros têm mais opções e ocupam mais espaço público do que seus equivalentes em muitos outros países da América Latina. Em cidades grandes como Rio e São Paulo, casais *gays*, de homens ou mulheres, podem viver às claras e frequentar os próprios clubes e bares. Telenovelas agora mostram casais homossexuais de ambos os sexos, que às vezes podem até se beijar diante das câmeras. Mesmo em algumas cidades menores do interior a situação é semelhante: o concurso anual Miss Brasil Gay para *drag queens* ocorre em Juiz de Fora, centro industrial com cerca de 500 mil habitantes em Minas Gerais, e o resultado é exibido pela televisão em rede nacional.

Apesar disso, existe no país um estigma relacionado à homossexualidade. Em muitos lugares do interior mais conservador, ainda é perigoso para *gays* demonstrarem afeto, ou mesmo se reunirem em público, e os jornais regularmente noticiam casos de homossexuais de comportamento extravagante

que são agredidos, ou até assassinados, por violar o comportamento moral local. Além disso, o idioma português brasileiro continua a ser rico em termos pejorativos para homossexuais, sendo os mais comuns "veado", para homens, e "sapatão" para mulheres. Os homens na cidade de Pelotas, no sul do país, são alvos constantes de piadas e comentários depreciativos por causa de uma crença popular, que remonta ao século XIX, segundo a qual todos os homens de lá são homossexuais. Antes de se tornar presidente, como líder de um partido de esquerda que se orgulhava de ser progressista e havia apoiado a legislação a favor dos direitos dos *gays,* Lula chegou a descrever Pelotas como "exportadora de veado". A mesma superstição se aplica às mulheres da Paraíba.

Numa atmosfera dessas, muitos homossexuais ainda preferem permanecer dentro do armário. Existe um contingente de cantoras que todo mundo sabe que são lésbicas, mas que preferem não admitir sua sexualidade. O mesmo acontece com certos jogadores de futebol, cuja carreira no que é considerado um meio extremamente machista seria arruinada se eles reconhecessem seu homossexualismo.

Em parte por essas razões tem sido sempre difícil para estudiosos e pesquisadores do governo determinar quão difundido o homossexualismo se encontra no Brasil. Mas a questão torna-se ainda mais complicada pelo fato de as definições de homossexualidade ser frequentemente mais ambíguas que no mundo anglo-saxão. Isso vale principalmente para os homens: no imaginário popular e tradicional, se dois homens fazem sexo, apenas o parceiro passivo, ou que é penetrado, é considerado homossexual, um "veado" ou "bicha", que é provavelmente o termo mais pejorativo no vocabulário brasileiro usado para *gays*. O parceiro ativo pode até alegar *status* de macho por ter subjugado outro homem, reduzindo-o à condição de uma mulher.

Do mesmo modo, um homem que faz sexo com um travesti, na maioria das vezes, tampouco é considerado homossexual. Travestis possuem genitália masculina, mas se vestem, se comportam e veem a si mesmos como mulheres, e como tais eles ocupam uma posição muito peculiar e nebulosa entre os dois gêneros; alguns deles até tomam hormônios femininos a fim de parecer mais mulheres. Recentemente, travestis começaram inclusive a exportar a si mesmos para a Europa, onde as autoridades não sabem direito o que fazer com eles. Em casa, alguns se tornaram celebridades, como Roberta Close, nascida em 1964, que chegou a posar para a edição brasileira da revista *Playboy*, foi modelo, apresentou um programa de TV e fez filmes. Ela se submeteu a uma cirurgia de mudança de sexo em 1989, porém, num caso que foi parar no Supremo Tribunal

Federal, foi impedida de modificar seus documentos oficiais para que refletissem a mudança de sexo.

A visibilidade cada vez maior das minorias sexuais, a sua crescente má vontade em continuar agindo na sombra, como exige o costume, ou em prosseguir vendo seus direitos ignorados, talvez sejam, em parte, reflexo do contato maior entre o Brasil e o mundo exterior. O mesmo pode ser dito de outros grupos que têm sido tradicionalmente marginalizados e obrigados a recorrer ao "jeito", como mulheres ou negros, cuja situação será abordada no próximo capítulo. Eles veem que seus equivalentes em países estrangeiros obtêm mais progresso através de reivindicações e campanhas abertas, que incluem até enfrentamento, do que lançando mão de estratagemas oblíquos, como o "jeito". Assim, eles começam a repensar suas estratégias e a se comportar de um modo que não parece tipicamente brasileiro, como recorrer a tribunais em vez de negociações pessoais informais, e à publicidade em vez da discrição.

Na educação cívica e na política há sinais parecidos de mudança, especialmente entre jovens conectados ao computador, que possuem um conhecimento maior sobre a vida no exterior graças ao uso da internet Eles parecem menos dispostos a aceitar a corrupção e a hierarquia associadas ao "jeito" como algo imutável. E, com um bando de jovens promotores com sede de justiça na liderança, eles têm sido particularmente ativos em protestar contra escândalos governamentais recentes envolvendo corrupção e abuso de privilégios. Muitas investigações desses casos deram em nada, mas a simples existência de grupos que se recusam a aceitar ou a se submeter à síndrome do "Quem manda aqui sou eu" já é uma conquista.

Está claro que o convívio cada vez maior do Brasil com o mundo exterior tem produzido outro resultado, o de que os brasileiros estão descobrindo, para sua confusão, que o "jeito", a Lei de Gerson e a tática do malandro não funcionam muito bem além das fronteiras brasileiras. Uma rara exceção talvez seja o mundo da diplomacia, em que o "jeito" é uma ferramenta muito útil e onde o Brasil se destaca. Mas as empresas brasileiras que investem em outros países bem como o número crescente de turistas e estudantes brasileiros no exterior ficam muitas vezes perplexos ao constatar que existe pouca elasticidade nas regras, leis e regulamentos, especialmente em lugares como o Japão e o mundo anglo-saxão, e que é impossível driblar certos problemas. Isso também acaba exigindo uma reavaliação de valores e comportamentos, com potencial para influir na consciência nacional.

Em algum momento, portanto, no futuro, talvez os brasileiros se tornem menos

dependentes do "jeito". Mas, por enquanto, cenas da vida cotidiana revelam que a sociedade brasileira, na esfera privada ou na pública, no lar ou nos corredores do Congresso Nacional, nutre ainda uma profunda aversão por normas rigorosas. É preciso existir sempre um espaço de manobra, e, se não houver, será criado. Aqueles que estão no poder podem exigir reverência e obediência, mas os que estão abaixo deles sempre inventarão um modo de sabotar-lhes a autoridade, esquivar-se às leis e regras de que não gostam ou escarnecer dos valores deles. Em outras palavras, sempre existe um "jeito", basta saber onde consegui-lo e como aplicá-lo. Ou, como diz o ditado brasileiro, "O sol nasce para todos, mas a sombra é só para quem é mais esperto".

3 O mito do paraíso racial

Em 1996, um adolescente negro chamado Luciano Soares Ribeiro estava pedalando sua bicicleta na cidade de Porto Alegre quando foi atropelado por uma BMW cujo motorista era branco. Em vez de socorrer o rapaz, o motorista, Rogério Ferreira Pansera, disse a testemunhas que havia propositalmente passado por cima de "um preto em uma bicicleta roubada" e deixado a cena. Quando a mãe de Luciano chegou ao hospital, quatro horas mais tarde, seu filho ainda não fora atendido porque, como um neurologista posteriormente lhe explicou, a equipe médica "suspeitava que ele fosse um sem-teto e não sabia quem pagaria a conta". Dois dias depois, o rapaz morreu de traumatismo craniano — com o recibo da bicicleta, que os pais insistiam que ele sempre levasse caso a polícia o acusasse de tê-la roubado, ainda no bolso dele.

Os brasileiros gostam de pensar no país deles como uma "democracia racial", e fizeram um bom trabalho vendendo essa ideia ao resto do mundo. Durante anos, delegações dos Estados Unidos, África do Sul, Malásia e outras nações com históricos longos de tensões raciais ou étnicas vieram ao Brasil na esperança de aprender o segredo do seu sucesso e conseguir repetir a fórmula em seus próprios países. Um sociólogo norte-americano que morou e trabalhou no Brasil por muitos anos escreveu um livro didático, usado por décadas em universidades do mundo todo, no qual concluía que não existia racismo no Brasil. O resultado é que o Brasil é visto quase universalmente como símbolo de tolerância e cordialidade.

Mas a realidade racial no Brasil é muito mais complexa e ambígua do que parece ao visitante ocasional encantado pela beleza do país e pela simpatia do seu povo, ou mesmo ao brasileiro branco médio que pensa muito pouco — se é que pensa — nesse assunto. Em vez de motivo para orgulho, a questão racial tornou-se, na realidade, a vergonha secreta, oculta, do Brasil.

Em pesquisas para o censo, mais de metade dos quase 200 milhões de brasileiros alega ter descendência africana. A população negra do Brasil é, portanto, não apenas a maior fora da África, mas também maior que a de qualquer país

africano, com exceção da Nigéria. No entanto, os afrodescendentes — termo oficial usado no Brasil para descrever negros e mulatos — são excluídos de aspectos importantes da vida nacional, enfrentam discriminação no seu cotidiano e jazem na camada mais baixa dos indicadores sociais. Constituem o maior grupo, por exemplo, entre residentes de favelas. Brasileiros de pele negra têm muito mais probabilidade de ser mortos pela polícia do que seus compatriotas brancos, ganham menos, possuem expectativa de vida mais baixa e recebem menos oportunidades educacionais que os brancos.

Pressionados, os brasileiros admitem essas disparidades e as lamentam, mas tendem a atribuir tais problemas a preconceito de classe social, normalmente responsabilizado por quase todas as desigualdades que afligem a sociedade brasileira, em vez de preconceito racial. Existe fundamento para essa argumentação: o Brasil tem tradicionalmente uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo. A distância entre a pequena elite no topo da pirâmide econômica, na sua esmagadora maioria branca, e as massas pobres na base é imensa. Como a maior parte da população brasileira é de descendência africana, é natural que os negros brasileiros constituam a maioria dos pobres, que são vítimas de preconceito de classe social independentemente de sua cor.

Mas a raça e a classe estão permanentemente entrelaçadas no Brasil, essa última geralmente usada como cortina de fumaça para desviar a atenção e as críticas dos problemas de raça e racismo subjacentes. Como veremos, mesmo um brasileiro negro rico e de boa formação pode sofrer discriminação, e mesmo o branco mais pobre desfruta de privilégios negados aos brasileiros negros, não importa quão abastados.

Isso não significa que exemplos de tolerância e amizade inter-raciais não sejam abundantes no dia a dia do Brasil, de formas que até recentemente teriam sido encaradas de cenho franzido, ou ao menos consideradas impróprias, nos Estados Unidos. Tradicionalmente, os brasileiros contraem casamentos inter-raciais com frequência, sobretudo nas classes sociais baixas. Segundo uma análise do censo brasileiro de 2000, 30 por cento dos lares consistem em casais que se casaram fora do que, nos Estados Unidos, seria considerada a sua própria raça. Talvez porque pobres brancos e pobres negros geralmente moram próximos uns dos outros, o que não é o caso entre os mais ricos.

Amiúde os brasileiros se relacionam socialmente com pessoas de outras raças. Isso ocorre não apenas no Carnaval, quando barreiras de todos os tipos devem mesmo cair, mas também no local de trabalho e nas horas de lazer. Numa noite de sexta-feira no Rio ou em São Paulo, é comum ver colegas de trabalho negros

e brancos iniciando o fim de semana confraternizando-se ao redor de uma mesa num café na calçada, bebendo cerveja ou cachaça e trocando piadas e causos.
Os brasileiros, incluindo os brancos, também tendem a ser menos ambivalentes que os norte-americanos em reconhecer as raízes africanas da identidade e cultura popular do seu país, evidentes no Carnaval, na música e na culinária. Para citar apenas um exemplo, os norte-americanos podem discutir se o *jazz é* arte erudita ou popular, ou se o *hip-hop* é realmente arte, e debater se as contribuições dos brancos são mais importantes que as dos negros na formação da música popular. O Brasil, em contrapartida, reconhece categoricamente essas expressões culturais como de origem africana e as abraça como manifestação da índole cultural coletiva dos afro-brasileiros. No Carnaval, que é uma mistura de práticas e costumes africanos e europeus medievais, é comum ver brasileiros brancos cantando sambas que enaltecem o caráter africano do seu país.
Outros grupos raciais e étnicos fazem parte do cadinho multicultural brasileiro, e eles também são às vezes vítimas de estereótipos e preconceito. A imagem da grande e crescente população asiática, predominantemente japonesa, é a de estudiosos bitolados sem nenhum senso rítmico, de modo que todos os anos, no Carnaval, circulam inevitavelmente histórias condescendentes nos noticiários sobre algum "japonga"— a gíria levemente derrisória para brasileiros de descendência japonesa — tentando cantar ou dançar samba. É sabido que o ex-presidente Lula de vez em quando contava piadas antissemitas e, a cada ano, no Fórum Social Mundial, os patrocinadores do seu partido exibem abertamente literatura antissemita. Povos indígenas são constantemente ridicularizados por sua forma de falar, de se vestir e por sua cultura; são de vez em quando chamados de "bugres", e ocasionalmente vitimados por crimes de ódio. Em 1997, por exemplo, um líder do povo pataxó Hã-Hã-Hãe, que estava em Brasília buscando ajuda do governo para expulsar fazendeiros que haviam ocupado ilegalmente terras indígenas, foi atacado na rua por cinco rapazes de classe média que o incendiaram e o deixaram queimar até morrer.
Mas todos esses são conflitos secundários. A população indígena do Brasil é de apenas 600 mil, divididos em dúzias de tribos, e por essas duas razões o país nunca desenvolveu um movimento indígena comparável aos que existem na Bolívia, no Equador ou no Peru, onde as populações indígenas são muito maiores e mais organizadas. A comunidade judaica do Brasil é minúscula, com cerca de 150 mil pessoas, e procura não chamar atenção. Muito maior, a comunidade japonesa é tanto objeto de admiração quanto de inveja, devido ao seu adiantamento educacional e econômico, e imigrantes chineses e coreanos

atualmente, embora associados na cabeça do público com contrabando, também se beneficiam dessa aura de sucesso. Assim, a questão racial no Brasil praticamente se limita a brancos e negros e o espaço entre eles.

A atitude brasileira com relação à raça é ao mesmo tempo complicada e contraditória. Por um lado, o ideal nacional é o da miscigenação, tão temida no velho segregacionista Sul norte-americano que leis foram feitas para impedi-la de ocorrer. No Brasil, mesmo aqueles com menos probabilidade de terem sangue africano às vezes se dizem negros, a fim de parecer mais autenticamente brasileiros e menos isolados da maioria. Quando candidato presidencial vitorioso na década de 1990, o intelectual Fernando Henrique Cardoso, filho de um general e representante da elite branca, afirmou que tinha "um pé na cozinha", gíria que denota uma ancestralidade negra não reconhecida.

Mas essa mesma expressão também revela algo sobre a natureza das hierarquias raciais no Brasil, assim como outra bem mais grosseira, empregada por alguns homens brasileiros para descrever o relacionamento ideal com mulheres: "uma branca para casar, uma negra para cozinhar e uma mulata para trepar". O lugar dos brasileiros negros, na interpretação do subtexto de ambas as expressões, não é a sala de jantar, o escritório ou a sala de aula, mas a cozinha, a garagem, o campo, a fábrica, ou qualquer outro onde pessoas socialmente inferiores são obrigadas a morar ou trabalhar.

Hédio Silva, um advogado proeminente de São Paulo, que em 2005 se tornou o primeiro negro nomeado secretário da Justiça no estado mais populoso do Brasil, contou-me certa vez uma história que ilustra quão difícil é para profissionais negros livrar-se desse fardo. Durante seu mandato, ele foi convidado, juntamente com o governador de São Paulo e diversas outras autoridades estaduais, a comparecer ao juramento de um novo Supremo Tribunal de Justiça, em Brasília. Chegando à cerimônia, o grupo de São Paulo foi encaminhado a uma fileira de assentos reservada a convidados de honra. Todos os colegas de Silva entraram sem dificuldades, mas ele foi barrado e informado de que "esta entrada é só para autoridades, não para seus guarda-costas". Quando tentou explicar quem era, não acreditaram nele, e um de seus colegas precisou dar o seu aval para que ele pudesse reunir-se ao seu grupo.

Embora alguns dos seguranças que tentaram barrar Silva fossem eles próprios negros, ele achou que o comportamento deles demonstrou racismo. Eu concordei, pois ouvira histórias semelhantes de outros profissionais negros, como ser confundido com um garçom ou manobrista em recepções de gala ou com um motorista ou mensageiro num hotel de luxo. A noção de um negro

ocupando uma posição de autoridade é difícil de assimilar para muitos brasileiros e, sobretudo para alguns brancos, difícil até de aceitar. Negros brasileiros são submetidos a uma discriminação sutil ou intolerância descarada quando ocupam postos considerados incomuns para membros da sua raça. O caso de José de Andrade, juiz de futebol que se tornou pivô de um processo judicial sobre o qual escrevi em 2006, é um exemplo ainda mais claro.

Enquanto arbitrava um jogo da polícia, Andrade apitou um lance controverso. Um jogador de um dos times, coronel aposentado da polícia, manifestou sua insatisfação com a decisão chamando Andrade de "macaco" cuja pele tinha "cor de merda". Recorrendo ao estatuto nacional antidiscriminação do Brasil, o qual garante a punição a "crimes de preconceito racial ou de cor", Andrade fez uma queixa-crime por difamação, calúnia e "incitação ao racismo" contra o coronel. Mas os policiais do clube que empregava Andrade começaram a pressioná-lo para que ele desistisse da ação, ou que aceitasse um acordo não judicial em dinheiro. Como ele se recusou a aceitar a oferta, patrulhas policiais passaram a assediá-lo na rua, e o clube cortou suas horas de trabalho e reduziu suas responsabilidades.

A essa altura, Andrade concordou em se encontrar com o coronel que o havia insultado, esperando que o ex-policial demonstrasse algum arrependimento. Em vez disso, Andrade me contou mais tarde, quando o entrevistei, que seu antagonista lhe dissera que havia sido comandante da rota, o que Andrade tomou como uma ameaça velada. Somente quando a ação de Andrade foi amplamente divulgada na imprensa, trazendo ao clube uma publicidade negativa, foi-lhe devolvido o seu *status* de trabalho. Quanto à queixa-crime, ela continuava percorrendo as instâncias judiciais na última ocasião em que falei com Andrade.

"Eu apenas queria que ele fizesse um pedido de desculpas", contou-me Andrade. "Eu sempre me dirigi a ele de acordo com a sua patente, sempre o tratei com respeito, e ele deveria fazer o mesmo comigo. Agora eu espero que toda a comunidade negra tenha a coragem de denunciar o preconceito, para que nossos filhos não tenham de aceitar essas ofensas."

Em 1980, entrevistei o escritor mais popular do Brasil, o romancista Jorge Amado, na casa dele em Salvador, Bahia. Um dos assuntos que discutimos longamente foi raça. Salvador é a cidade mais africana do Brasil, chamada às vezes de "Roma Negra" por causa dos numerosos grupos religiosos afro-brasileiros que mantêm ali seus principais santuários. Amado, embora não fosse negro, passou a maior parte de sua vida na cidade absorvendo e adotando seus valores africanos. Criado como católico, ele flertou com o comunismo em sua

juventude, mas depois acabou se tornando um obá, ou sumo sacerdote honorário, de Xangô, a divindade do raio e da justiça no candomblé, culto sincretista afro-brasileiro, e era frequentador assíduo do templo de Ilê Axé Opó Afonjá, o lar espiritual de uma sucessão de poderosas sacerdotisas do candomblé.

Os romances de Amado são modelos de tolerância racial, assim como a sua vida. Um tema recorrente em sua obra é o imigrante europeu ou árabe que chega ao Brasil com preconceitos dos quais vai se livrando ao contato com o modo humano e de mente aberta do país, o qual absorve. É claro que Amado, falecido em 2001 aos 88 anos, às vezes incluía personagens que demonstravam preconceito racial ou de classe ou que usavam linguagem derrisória para descrever seus vizinhos de pele escura; mas eram exceções, e normalmente terminavam reconhecendo seu erro.

"Os Estados Unidos têm milhões de pessoas que não são racistas, mas é um país racista", disse-me Amado enquanto estávamos sentados no pátio da sua casa de praia, à sombra de palmeiras, com ondas rebentando a metros dali. "O Brasil tem milhões de pessoas que são racistas, mas não é um país racista."

Sempre fui um grande admirador da obra de Jorge Amado e o respeitava como pessoa; mas, nesse caso, acho que a análise dele é absolutamente infeliz. Existe uma abundância de dados, extraídos tanto da história quanto de manchetes contemporâneas, demonstrando que ambos os países sofrem da mesma enfermidade de racismo. A diferença está no modo como o racismo se manifesta em cada país e nas formas como as duas sociedades optaram para encarar o problema.

Graças à educação que recebem, aos livros que leem e aos filmes a que assistem, os norte-americanos, em sua maioria, foram obrigados a reconhecer que escravidão e racismo fazem parte da história do seu país e da sua herança como povo. Caso não o façam, os brasileiros rapidamente os fazem lembrar-se disso toda vez que uma conversa se transforma em comparação entre as situações raciais de ambos os países. Muitos norte-americanos de hoje estavam vivos quando a segregação racial ainda era rigidamente imposta por lei no Sul, e a discriminação na moradia e na educação era aceita e praticada em cidades de várias regiões dos Estados Unidos, tornando necessária uma batelada de leis para combater tais práticas.

Em contrapartida, o racismo no Brasil nunca foi institucionalizado. Nunca houve leis que formalmente definissem um negro como alguém com um dezesseis avos de sangue africano, ou que estabelecessem escolas, bebedouros, banheiros e salas de espera separados e inferiores para ele, ou que os proibissem de se casar

com quem não fosse de sua raça. A realidade do Brasil é tal que nunca houve necessidade de formalizar essas exclusões, porque elas fazem parte do código social que os brasileiros de todas as cores sempre entenderam e segundo o qual sempre viveram.

Tampouco a raça é uma simples questão de branco e preto como é nos Estados Unidos. Em virtude da sua história, o Brasil possui também um grande grupo intermediário que deve ser o maior contingente demográfico do país, e cuja existência complica as classificações raciais, tornando esse processo numa divisão mais contínua do que nítida. Eu me refiro, é claro, aos mulatos. Esses indivíduos são também chamados de pardos e de dezenas de outros termos, e seu grande número e variados tons de pele tornam difícil estabelecer onde termina o branco e onde começa o negro.

Por causa disso, no lugar da simples classificação branco e preto que historicamente prevaleceu nos Estados Unidos, o Brasil apresenta dúzias de gradações. Uma vez eu tentei fazer um levantamento e compus uma lista de mais de sessenta termos diferentes para designar tons de cor de pele, de preto, para quem tem traços africanos, e pele muito escura, até brancarão, para uma pessoa com pele cor de café com leite bem clara. Mas amigos brasileiros que são sociólogos ou antropólogos disseram-me que uma relação completa teria de incluir pelo menos 300 termos.

É óbvio que alguém como Pelé ou o cantor Milton Nascimento seria classificado, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, como negro. Em português, várias palavras são utilizadas, sendo "negro" e "preto" as mais comuns e aceitáveis. Há também o "crioulo", com mais de uma dúzia de definições no *Dicionário Aurélio;* uma delas é "qualquer escravo nascido na casa do seu senhor". Seja por esta ou por outra razão, a palavra "crioulo", outrora neutra, é hoje considerada pejorativa por muitos negros brasileiros, quase tão injuriosa quanto a palavra inglesa *nigger* para os negros norte-americanos.

Mas acontece que, para um brasileiro, afrodescendentes de pele mais clara não são necessariamente considerados negros, mesmo que o sejam nos Estados Unidos. Quando fui morar no Brasil, na década de 70, um primo da minha esposa me deixou perplexo com esta pergunta simples, que me obrigou a refletir sobre a categorização racial nos dois países: "Larry, por que o Muhammad Ali é chamado de líder do movimento Black Power se ele nem é negro, e sim mulato?" Da mesma forma, pouco depois, quando a cantora Donna Summer, rainha da *disco music,* se tornou popular no Brasil, era sempre referida como mulata, não como negra.

No último trimestre de 2008, eu estava no Brasil para promover um livro que acabara de escrever sobre o país. Barack Obama fora eleito presidente dos Estados Unidos apenas dez dias antes da minha chegada, de modo que havia naturalmente grande curiosidade e entusiasmo com relação a ele no Brasil. Fizeram-me perguntas sobre Obama em cada entrevista que dei, fosse impressa, para o rádio ou para a TV, mas em diversas ocasiões os entrevistadores me interrompiam, aparentemente confusos, quando eu me referia a ele como o primeiro presidente negro dos Estados Unidos. "Mas ele não é negro", eles observavam, "é mulato." Ao que eu sempre dava a mesma resposta: "Tanto para os padrões norte-americanos quanto para o próprio Obama, ele é negro. Nos Estados Unidos já não procuramos impor nossas categorias raciais a vocês, por isso vocês não devem impor as suas a nós. São dois modos diferentes de encarar raça, ambos válidos".

Como esse episódio sugere, pelo menos parte da discussão sobre raça e racismo é cultural, e reflete a diferença entre as normas brasileiras e as que prevalecem na América do Norte e partes da Europa. Opiniões racistas, que nos Estados Unidos arruinariam a carreira de uma pessoa ou a afastariam da política, continuam a ser comuns no Brasil, sem consequência negativa alguma para quem as expressa. Em 2006, pouco antes da Copa do Mundo, quando eu estava escrevendo sobre a fama brasileira de "fábrica de futebol" e sua incrível capacidade de continuar produzindo os melhores futebolistas do mundo, pedi a comentaristas, jogadores, técnicos e executivos de times que explicassem o fenômeno. A maioria dos melhores jogadores são negros ou mulatos, e a resposta mais frequente que ouvi foi que, como as pessoas de sangue africano são de nascença "mais atléticas" que as brancas, e o Brasil possui uma grande população negra, é natural que o país domine esse esporte.

Quem pedir uma explicação para a profunda musicalidade do Brasil e a criatividade do seu povo para novos gêneros musicais e estilos de dança, como eu fiz, receberá a mesma resposta que eu: os negros têm "melhor senso rítmico", permitindo que o Brasil se destaque na música e na dança. De fato, esportes e entretenimento são os únicos segmentos da vida brasileira em que o sucesso de uma pessoa negra é considerado normal e não suscita questionamentos. Em qualquer outra área, ele tende a ser visto como uma raridade ou aberração.

Para citar outro exemplo de diferença de padrões culturais: os jogadores de futebol geralmente recebem apelidos, que aparecem nos seus uniformes, e, como o atacante Edinaldo Batista Libânio tem a pele extremamente escura, é chamado de Grafite. Embora esse apelido deixe estrangeiros constrangidos, os brasileiros

insistem que ele não é ofensivo nem racista, apenas galhofeiro, e zombam do que lhes parece politicamente correto em exagero. Mas eu não consigo me lembrar de um exemplo, em contrapartida, de um jogador branco com apelido que faça alusão à sua pele de modo tão explícito, como "Branquinho".

Até alguns dos estereótipos regionais dos brasileiros se baseiam, com toda probabilidade, em raça. Na mente popular, os baianos são considerados lerdos, preguiçosos, desorganizados e excessivamente dados a festejos. Existe até o termo "baianada", usado para designar uma tarefa malfeita, um erro muito estúpido ou uma manobra abrupta e aparentemente inexplicável no trânsito. Como a Bahia é também o estado cuja população contém o percentual mais elevado de negros, parece-me que o que temos aqui é uma manifestação velada ou mal disfarçada de preconceito racial.

Numa entrevista nos anos 70, o cantor e compositor de MPB Milton Nascimento me contou uma história sobre uma homenagem recentemente organizada para ele numa cidadezinha do seu estado natal de Minas Gerais. Durante a cerimônia, o prefeito o apresentou como "um negro de alma branca", como se aquilo fosse um elogio pelo qual Nascimento devesse ficar agradecido. Eis aí um exemplo perfeito das contradições relativas à raça no Brasil. Quando criança, Milton Nascimento fora adotado por uma família branca, fenômeno muito comum no Brasil, mas quase inexistente nos Estados Unidos até recentemente. Em público, no entanto, ele teve de aturar as declarações irrefletidamente racistas de alguém convencido de que sua pele branca lhe dava algum tipo de superioridade moral.

Tal como nos Estados Unidos, a discriminação racial e o racismo no Brasil são legados da escravidão. Mas os dois países vivenciaram a escravatura de formas notoriamente diferentes, por isso o impacto dela sobre eles também o é.

Sob alguns aspectos, a herança da escravidão está enraizada ainda mais profundamente no Brasil do que em países como os Estados Unidos ou África do Sul, onde o *apartheid*, como sistema formal e legal, durou menos de meio século. A Coroa portuguesa autorizou o tráfico de escravos africanos pela primeira vez em 1559, numa tentativa de regulamentar e tirar proveito de uma prática que já ocorria. Assim, em 1619, quando os primeiros escravos africanos chegaram aos Estados Unidos — angolanos a bordo de um navio português, talvez originalmente com destino ao Brasil, capturado por piratas holandeses e desviado para o norte —, a escravidão já existia no Brasil havia sessenta anos. A escravatura também durou mais tempo no Brasil que nos Estados Unidos, sendo abolida por decreto imperial apenas em 1888, vinte e cinco anos depois que o presidente Lincoln lançou a Proclamação de Emancipação.

Além do mais, a escravidão no Brasil não foi confinada a uma única região, como foi o caso nos Estados Unidos. Embora mais comum e requisitada nas regiões açucareiras do Nordeste, foi um verdadeiro fenômeno nacional, estendendo-se da fronteira argentina, ao sul, até a Amazônia, ao norte. Como resultado, a escravidão estendeu-se por toda parte: não havia equivalente algum da Ferrovia Subterrânea*, de modo que não existiam refúgios legalmente reconhecidos para onde os escravos pudessem fugir. Muito mais escravos foram libertados no Brasil que nos Estados Unidos, mas não havia lugar na vida brasileira para negros que quisessem viver segundo as tradições e os valores africanos, e poucos deles aspiravam a isso. A única alternativa realista na época colonial era fugir da sociedade brasileira como um todo e se aventurar pelo interior inexplorado do país para formar um quilombo, nome dado a assentamentos organizados sob os princípios tribais africanos, o mais célebre dos quais foi o de Palmares, que teve por líder o escravo Zumbi.

---

* *Underground Railroad*, no original. É o nome informal de uma rede de rotas clandestinas nos EUA durante o século XIX, através da qual escravos negros, com a ajuda de abolicionistas, fugiam dos estados escravocratas do sul para outros países ou para os estados do norte, onde eram alforriados. (N. do T.)

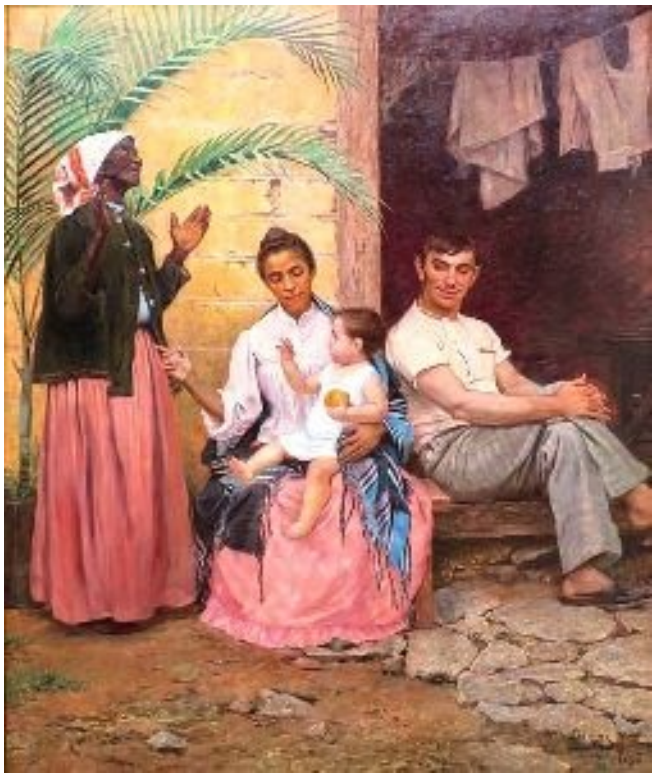
Se o Brasil evitou a tragédia da guerra civil graças à abordagem gradual que adotou assim que se tornou independente, entretanto, não teve uma Reconstrução ou qualquer outro esforço oficial para auxiliar escravos recém-alforriados a se tornar economicamente independentes ou a garantir-lhe os direitos, como fez a 14a Emenda nos Estados Unidos. O Brasil teve um movimento abolicionista, que ficou mais forte no decorrer do século XIX, mas o grosso da sociedade procurou ignorar a herança da escravatura assim que esta teve fim. Alguns registros oficiais da escravidão foram até queimados depois da Abolição, como para remover essa "mancha negra" da consciência nacional.

A diferença mais profunda entre os dois países, no entanto, é provavelmente uma simples questão de números. Nos Estados Unidos os negros foram sempre minoria, e medidas foram tomadas para que continuasse assim. No Brasil colonial os negros quase chegaram a ser maioria, e em algumas regiões os escravos africanos foram de fato mais numerosos que a população livre. Ninguém sabe exatamente quantos africanos foram transportados para o Novo Mundo como escravos, porém as estimativas mais comuns estão na faixa de 9 milhões a 11 milhões, com o Brasil importando de 35 a 40 por cento desse total,

muito mais que os Estados Unidos. Assim, quando a escravidão foi finalmente abolida, negros e mestiços constituíam a maior parte da população brasileira.

Por essa razão, até o fato de o Brasil ter abraçado a mistura de raças precisa ser visto por um prisma de ceticismo. Nos Estados Unidos, os segregacionistas atacavam a miscigenação porque temiam que ela degradasse a raça branca, a qual consideravam superior. No Brasil, membros da elite branca aprovavam a mestiçagem porque a viam como um meio de "branquear" a população predominantemente negra, que consideravam inferior. A abolição da escravatura coincidiu com uma imensa onda de imigração subsidiada, sobretudo da Europa, mas também do Japão e do Oriente Médio, não somente porque a elite precisava de novas fontes de mão de obra barata, mas também porque via a imigração como ferramenta para diluir a presença e a influência negra em sua própria sociedade. De fato, dois anos após a Abolição, o Brasil proibiu a imigração de negros, interdição reiterada nos anos 1920 e de novo na década de 1930, como parte da campanha para aplicar no Brasil uma "injeção de civilização" e "purificar a raça".

Um quadro famoso de 1895, intitulado *A redenção de Caim*, retrata o modo como os brasileiros esperavam que o processo ocorresse. Nele vemos uma família de quatro membros reunidos diante de seu modesto lar. O marido, sentado ao umbral da porta, é branco, com traços visivelmente europeus. Sua esposa, numa cadeira, é uma mulata trajada segundo a moda europeia formal, segurando no colo o filho de ambos, cujo tom de pele se aproxima mais ao do pai que ao da mãe. A avó materna da criança, de pele bem escura e traços africanos, está em pé ao lado, com as mãos erguidas num gesto de gratidão, como se agradecendo por seu neto ser branco, não negro.



Essa política de "branqueamento" continuou em vigor até a queda da ditadura de Vargas, em 1945, e foi expressa em forma de legislação cujo propósito alegado era "desenvolver na composição étnica da população as características mais desejáveis da linhagem europeia". Após a Abolição, os subsídios do governo foram menos utilizados para ajudar escravos libertos a obter um meio de subsistência ou educação do que para ajudar os recém-chegados do estrangeiro a se estabelecer e achar um lugar na sociedade brasileira. O resultado disso foi que muitos brasileiros negros emergiram da escravidão desprovidos de quaisquer

recursos para progredir social ou economicamente, relegados ao campo, com suas oportunidades limitadas, ou às favelas que começavam a se formar nos arredores da capital, o Rio de Janeiro, e em outras grandes cidades.

Se existe uma pessoa responsável por oficializar a noção do Brasil como uma "democracia racial" e por fornecer a doutrina intelectual necessária para fortalecer esse conceito, seria o sociólogo Gilberto Freyre. Em sua obra mais importante, *Casa-grande & senzala*, publicada em 1933, ele parece às vezes quase um defensor da escravidão. Freyre afirmava que a escravidão no Brasil não foi tão moralmente execrável enquanto instituição como foi em outros lugares, e que não foi sequer prejudicial ao caráter do país como estudiosos anteriores haviam pensado. Em vez disso, ele "caracterizou a escravidão no Brasil como composta de senhores bons e escravos submissos", nas palavras de um crítico, o sociólogo Clóvis Moura, em sua obra de 1988, *Sociologia do negro brasileiro.* Se alguém tinha culpa pela depravação moral do sistema, afirmava Freyre, era a "docilidade da escrava, abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, e não uma ordem".

Mas, ao mesmo tempo, Freyre reconhecia o papel central dos negros na construção da identidade do Brasil e louvava a miscigenação por enriquecer a cultura do país. "Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro", ele escreveu. O resultado, previu ele, seria inevitavelmente uma raça híbrida e unificada, em que oportunidades de avanço social seriam acessíveis para todos. Além disso, como as classes sociais se baseavam nas diferenças econômicas e não raciais, era a pobreza, e não o preconceito, que criava desigualdade social.

Seria fácil descartar a doutrina de Freyre como uma relíquia histórica, se não fosse o fato de ela ser constantemente atualizada e relançada com embalagem diferente. Por conseguinte, sua influência perniciosa continua a dominar a discussão sobre raça no Brasil até hoje. A mais recente releitura veio em forma de um livro intitulado *Não somos racistas*, um campeão de vendas publicado originalmente em 2006, que continua sendo citado em debates sobre racismo. Em contraste a "uma sociedade segregada como a norte-americana", argumenta o livro, o Brasil é "completamente aberto a pessoas de todas as cores, nosso arcabouço jurídico-institucional é todo ele 'a-racial', e todas as formas de discriminação racial são combatidas pela lei".

O autor desse livro, Ali Kamel, oriundo de uma família de imigrantes sírios, também sustenta que, como "não existem raças", o Brasil não pode ser de fato

considerado um país em que a maioria da população é negra. Qualquer esforço para desenvolver consciência racial entre negros e pardos brasileiros, portanto, levará apenas ao "ódio racial" e a outros problemas semelhantes aos dos Estados Unidos, assevera. "Quando vejo o Movimento Negro depreciar Gilberto Freyre, detratando-o como a um inimigo, fico tonto", escreve Kamel. "O nosso problema não é o racismo, mas a pobreza e o modelo econômico que, ao longo dos anos, só fizeram concentrar a renda."

Não é coincidência o fato de Kamel ser o diretor da central de jornalismo da Globo, a mais poderosa rede de telecomunicações no Brasil. A Rede Globo tem sido frequentemente o alvo principal de ativistas negros, os quais reclamam que o elenco de seus programas de entretenimento e noticiários exclui negros, deixando de refletir fielmente a composição racial do Brasil. Os galãs e as mocinhas das populares telenovelas da emissora são quase sempre brancos, frequentemente louros de olhos azuis, bem como os apresentadores dos noticiários noturnos, incluindo o casal de âncoras.

Para mudar essa situação, grupos negros tentaram de tudo no passado, desde boicotes a ameaças de processos por discriminação, mas pouco conseguiram. O Brasil tem um amplo estatuto antidiscriminação, aprovado na década de 1990. Mas o número crescente de grupos defendendo direitos iguais para os negros reclama que, embora infratores tenham ocasionalmente sido condenados a pagar multas ou a fazer serviço comunitário, nunca alguém foi preso por violar a lei contra o racismo.

Pressionada, a Globo e os jornais e revistas que controla têm cedido um pouco nos últimos anos. Pela primeira vez, atores negros puderam escapar dos papéis racialmente estereotipados de empregadas e motoristas e ser escalados como protagonistas em novelas do horário nobre. Até agora, porém, esse *status* foi concedido a apenas uma atriz, Thais Araújo, e um ator, Lázaro Ramos. Nos noticiários a fórmula é a mesma: um repórter negro em Brasília, Heraldo Pereira, é âncora ocasionalmente nos telejornais do fim de semana, e uma repórter negra, Glória Maria, cobria as manchetes principais do programa noturno de domingo que é o equivalente brasileiro ao norte-americano *60 minutes*, até que se aposentou. Isso não foi suficiente para satisfazer os grupos de defesa dos negros, que querem ver mais rostos negros e marrons em papéis de professores, homens de negócios ou cientistas, como apresentadores de noticiários e em anúncios na televisão e nas revistas.

Na década de 70, quando vim para o Brasil, fiquei espantado, ao ler os classificados dos jornais, com o número de ofertas de emprego que requeriam

"boa aparência" por parte dos candidatos. Perguntei a amigos e parentes brasileiros o que significava aquilo, e eles me explicaram que era uma frase em código advertindo negros para que não se candidatassem. Não havia necessidade de ser mais específico, porque todos os brasileiros, fossem negros, brancos ou mulatos, entendiam a situação e agiam de acordo.

Esses dias pertencem ao passado, em parte porque o movimento de consciência negra chamou muita atenção indesejada para essa prática, constrangendo os que a empregavam para disfarçar seus métodos discriminatórios de contratação. Porém, discriminação descarada ainda ocorre de várias formas, e continua impune. Um exemplo revelador ocorreu no Rio de Janeiro em 2005, e ganhou alguma notoriedade porque envolveu uma celebridade, Carlinhos Brown, um cantor popular, compositor e percussionista.

Nascido na Bahia, Antônio Carlos Santos de Freitas adotou o nome artístico de Carlinhos Brown, em homenagem ao seu ídolo, James Brown. Ele foi casado com uma das filhas de Chico Buarque de Holanda, o mais célebre compositor brasileiro e membro de uma das mais eminentes famílias de intelectuais do país. Um dia, quando Brown levava seus filhos para visitar o avô deles, um porteiro os deteve na portaria do prédio em que Chico Buarque morava e disse a Brown que eles teriam de usar o elevador de serviço, já que o social era reservado para os moradores e visitantes. Brown tentou explicar sua situação, mas não adiantou, então ele fez tamanho escândalo que o incidente foi parar nos jornais.

É difícil imaginar um incidente desses ficando impune nos Estados Unidos, mas foi isso que aconteceu no Brasil. Nenhuma queixa de discriminação foi encaminhada, nenhuma indenização foi paga, nenhum pedido de desculpas foi feito, houve apenas alguns meneios de desaprovação na imprensa. O desfecho acabou sendo igualmente revelador. Pouco após o episódio, durante o Carnaval na Bahia, Brown, magoado por sua experiência no Rio, criticou asperamente a atitude brasileira com relação à raça, chamando-a de hipócrita e denominando de *"apartheid* escroto" o modo como o Carnaval é organizado. Mas seus comentários suscitaram uma gentil repreensão de Gilberto Gil, outro ídolo de Brown, que na época era também ministro da Cultura, de modo que Brown se desculpou por sua explosão.

Brown, no entanto, estava na pista certa ao sugerir que o Carnaval na cidade mais negra do Brasil serviria de molde para o sentimento implícito de preconceito e intolerância que pode permear as relações raciais no cotidiano. Na última década, uma onda de queixas de discriminação racial contra negros — que levou a casos na justiça e investigações oficiais — recaiu sobre os clubes

privados, fundamentais para os bailes e desfiles de Carnaval em Salvador.
Em um dos casos que me chamaram a atenção, duas amigas universitárias, uma branca e outra negra, foram se inscrever no desfile de fantasias de Carnaval organizado por um clube bem conhecido. A inscrição da jovem branca foi imediatamente aceita, enquanto a da jovem negra foi sumariamente rejeitada. Depois disso, contou-me a moça branca, um dirigente do clube — uma das mais de cem associações semelhantes, que inscreve foliões em troca de taxas de admissão no valor de várias centenas de dólares — disse a ela: "Você está louca? Pretos não podem entrar neste clube". Outro membro do clube, que a conhecia desde criança, perguntou-lhe em tom de reprimenda: "Quantos neguinhos mais você pretende trazer para cá?"
Desse sistema se originaram práticas que parecem ainda mais discriminatórias. Quando os clubes particulares desfilam pelas ruas de Salvador durante o Carnaval, usam cordões de isolamento gigantes, controlados por seguranças robustos, para evitar que não membros invadam o espaço do desfile, dancem com membros ou tenham acesso aos comes e bebes oferecidos gratuitamente aos associados. Qualquer negro é quase sempre visto automaticamente como intruso e barrado, o que Carlinhos Brown achou tão irritante. Numa ocasião, que acabou num tribunal, uma professora negra casada com um branco foi proibida de juntar-se ao filho de pele clara num baile quando um segurança particular agarrou-a pelo braço e comentou sarcasticamente aos circunstantes: "Olha só essa neguinha tentando entrar".
"Todo mundo sabe que existe racismo aqui, mas, quando se fala a respeito, ninguém reconhece que existe, muito menos que é estrutural", contou-me Juca Ferreira, vereador de Salvador duas vezes e também ministro da Cultura, que iniciou uma investigação sobre discriminação durante o Carnaval. "O mito da democracia racial é tão fortemente arraigado aqui que se tornou um instrumento de hipocrisia e estratificação social, e é exatamente por isso que precisamos tomar essa atitude."
Como parte de sua defesa, os clubes tradicionais dirigidos por brancos reclamaram ser vítimas de um padrão duplo, porque Ilê Aiyê e muitos outros grupos carnavalescos negros conhecidos como "blocos Afro" proíbem a entrada de brancos. Mas, quando entrevistei Antônio Carlos dos Santos, fundador do Ilê Aiyê, na sede do grupo, ele disse que essa proibição era uma reação ao racismo que ele e outros residentes negros de Salvador haviam sofrido não apenas durante o Carnaval, mas o ano todo.
"Formamos esse grupo como uma reação à separação de raças, ao *apartheid*

cultural perverso que existe aqui, e só abriremos mão de nossa orientação 'só para negros' quando atingirmos nossos objetivos e o preconceito não existir mais", ele disse. "Se deixarmos brancos estrangeiros entrarem, você acha que isso vai melhorar as condições na vizinhança ou fazer com que a polícia mude sua atitude para com os negros?"

Na esfera governamental, alguns passos significativos foram dados nos últimos anos no sentido de melhorar a situação dos negros brasileiros. Lula nomeou três ministros negros ao tomar posse, em 2003, bem como um quarto ministro claramente mestiço, mas que não se autodefiniu como negro até deixar o ministério. Antes de Lula chegar ao poder, o negro que mais alto chegara num governo havia sido Pelé, o futebolista mais famoso do mundo, que serviu como chefe do "Ministério Extraordinário do Esporte," cuja administração foi subordinada ao Ministério da Educação, no governo anterior. Lula também nomeou o primeiro juiz negro do Supremo Tribunal e criou um novo Ministério da Igualdade Racial para lidar com problemas de discriminação e assegurar que afro-brasileiros recebessem oportunidades iguais aos brancos.

É claro que duas das ministras negras de Lula tiveram de se demitir depois que foi averiguado que elas haviam usado fundos do governo para pagar despesas pessoais, como viagens. Isso teve o infeliz efeito de reforçar certos estereótipos raciais e sexistas. Como outros funcionários públicos acusados de práticas semelhantes — todos homens e brancos — foram às vezes poupados da humilhação e flagelação em praça pública que marcaram esse escândalo, não parece desarrazoado concluir que houve discriminação no tratamento dado a essas duas mulheres negras, uma de origem humilde e outra conhecida por sua militância.

Durante o primeiro mandato de Lula eu me encontrei diversas vezes com a sua ministra da Igualdade Racial, uma assistente social negra de São Paulo chamada Matilde Ribeiro. Ela era uma personagem polêmica no Brasil porque não media palavras ao criticar o racismo quando o via no cotidiano. Entre suas declarações polêmicas está: "Acho melhor ter brancos ressentidos, mas negros dentro das universidades do que ter branco feliz e negro fora da universidade", em alusão às cotas raciais para escolas de nível superior. Ela também desencadeou uma tempestade de críticas ao dizer que "não é racismo quando um negro se insurge contra um branco". Essa declaração, explicou ela, pretendia instar os negros brasileiros a ser mais assertivos em exigir os seus direitos; mas a imprensa nacional interpretou-a como instigação ao derramamento de sangue racial.

Pessoalmente, eu sempre achava instrutivo escutar a ministra quando ela

analisava assuntos raciais, comparava os modos diferentes com que o Brasil e os Estados Unidos vinham lidando com o racismo e a herança da escravatura, e sugeria o que um país podia aprender com o outro. Uma história particularmente interessante que ela me contou tinha a ver com uma viagem que ela fez a Washington, D.C. durante os anos de Bush, para se encontrar com Condoleezza Rice e outros líderes negros norte-americanos. Numa tarde de domingo, Matilde Ribeiro estava no Kennedy Center, observando a audiência que chegava para assistir a um concerto. A maioria dos espectadores, notou ela, era de negros, que se vestiam elegantemente, dirigiam carros de último modelo e que, pelo que ela concluiu ao ouvir-lhes as conversas, eram obviamente instruídos.

"É disso que nós precisamos no Brasil", ela me disse no seu escritório em Brasília em 2004, "desse tipo de classe média negra." A ministra não estava sugerindo que o Brasil deveria copiar tudo o que os Estados Unidos fizeram para compensar por séculos de racismo institucionalizado. Mas ela acreditava que um pouco da experiência e dos mecanismos desenvolvidos nos EUA poderiam ser relevantes para o Brasil... se o Brasil realmente quisesse combater o próprio problema racial. E talvez a ação afirmativa seja uma dessas ferramentas, embora a grande imprensa a tenha constantemente atacado e ridicularizado por ter feito essa sugestão.

De fato, o sinal mais claro de que a raça se tornou um assunto que os brasileiros não podem mais ignorar é o debate nacional sobre ação afirmativa, que recentemente deixou de ser periférico à atenção do Brasil para se tornar um tema discutido interminavelmente. A principal zona de conflito tem sido as vagas nas universidades, especificamente um plano do governo Lula de separar 40 por cento dessas vagas, em algumas das mais prestigiadas universidades do país, para formandos do ensino secundário que possam ser qualificados como afrodescendentes.

O Brasil sempre teve uma escassez de vagas nas suas universidades e faculdades. Mas essa situação piorou nos últimos quinze anos, ironicamente devido a uma alta da economia, que permitiu a crianças de famílias pobres permanecerem na escola até o fim do curso secundário, em vez de largar os estudos para ir trabalhar. Por conseguinte, a cada ano 2,5 milhões de estudantes agora prestam vestibular — que é caro e frequentemente requer um ano inteiro de cursos abarrotados como preparação — para pouco mais de 1 milhão de vagas. Assim, qualquer diretriz governamental que favorecer um grupo em detrimento de outro causará controvérsia com certeza.

Um problema adicional com as tais cotas é que as categorias raciais são muito

mais flexíveis e indefinidas no Brasil do que em países como os Estados Unidos. Por causa disso, é difícil determinar quem é negro e quem não é, ou criar uma definição legal viável. Isso, por sua vez, significa que é extremamente complicado decidir quem é qualificado como beneficiário da ação afirmativa e quem não é.

Até Lula pareceu muitas vezes confuso. Quando a questão das políticas de ação afirmativa veio à tona durante um debate presidencial em 2002, ele sugeriu que fosse utilizado um teste científico para determinar quem é negro e quem é branco. Mesmo que tal teste existisse, seria quase inútil no Brasil, onde séculos de uniões inter-raciais deixaram a maioria dos negros com algum sangue branco e a maioria dos brancos com algum sangue negro. Segundo um estudo de DNA recente feito pela Universidade de Minas Gerais, 87 por cento dos brasileiros, ou quase 175 milhões de pessoas, possuem pelo menos 10% de genes de origem africana.

Recentemente a imprensa brasileira, que em sua maioria se opõe a qualquer forma de ação afirmativa baseada em raça, tem dado destaque a casos de pessoas que tentam burlar esse sistema, ou a histórias que sugerem que a ação afirmativa é uma política sem lógica. Um exemplo muito comentado foi o caso da jovem carioca oriunda de uma família de imigrantes que, na esperança de melhorar suas chances de ser admitida numa universidade particular de prestígio no Rio de Janeiro, afirmou ter descendência africana, quando claramente não tinha.

Mas o episódio mais famoso foi o caso dos gêmeos idênticos, filhos de pai negro e mãe branca, que se inscreveram em diferentes cursos da mesma universidade em Brasília no ano de 2007, esperando ser admitidos sob a cota para estudantes afro-descendentes. Para serem qualificados, porém, sua ficha acadêmica precisava ser examinada por uma mesa-redonda que tinha também a tarefa de olhar fotos dos adolescentes a fim de determinar se eles eram "suficientemente negros". Um irmão foi considerado negro e admitido, mas o outro foi declarado não negro e rejeitado. Depois que ele ameaçou levar o seu caso aos tribunais, a universidade voltou atrás em sua decisão. "Não há como entender o critério utilizado pela universidade", reclamou o gêmeo que fora dado como branco. "Como eles podem considerar o meu irmão mais negro do que eu?"

Em resposta ao clamor, o governo Lula procurou recuar no seu apoio inicial a um sistema de cotas que especificamente beneficiaria negros. Durante o seu segundo mandato, o enfoque mudou de um sistema explicitamente racial para um que tem a renda familiar como principal critério, na esperança de que isso reduzisse a oposição. O efeito é o mesmo, já que a maioria esmagadora dos

pobres é também negra, mas a embalagem é consideravelmente menos controversa.

Contudo, tentativas de impor cotas em outras áreas da vida brasileira continuam a gerar polêmica. As redes de televisão e agências de publicidade, por exemplo, têm feito intenso *lobby* contra projetos de lei que as obriguem a escolher mais negros para os elencos dos seus programas e comerciais. Tais propostas não têm por objetivo requerer que os produtores de mídia visual reproduzam fielmente a composição da população brasileira, mas apenas conceder a atores negros e mestiços uma parcela mais representativa de papéis, em torno de 30 ou 40 por cento. O resultado principal, contudo, tem sido endurecer a oposição das redes de televisão à ação afirmativa em geral, com a Globo e seus aliados retratando qualquer tipo de cota em qualquer área como um ataque ao modo brasileiro de viver.

Historicamente, os brasileiros têm procurado responder a críticas da sua política racial inadequada com ataques, mencionando a existência de racismo institucionalizado nos Estados Unidos e na África do Sul. No passado, até tiveram razão em fazê-lo, mas nos últimos cinquenta anos tanto os EUA quanto a África do Sul têm sido bem-sucedidos em reconhecer essas falhas e tentar corrigi-las. Embora continue afirmando sua superioridade moral, o Brasil também fez avanços, mas num ritmo bem mais lento e tímido, e não de um modo sistemático, mas aos pouquinhos.

A eleição de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos parece ter estimulado um grau incomum de reflexão e autoexame entre os brasileiros, abalando alguns de seus conceitos. Por exemplo, um jornalista amigo meu que trabalha num diário de grande porte contou-me que o conselho editorial do seu jornal havia concluído anteriormente que Obama não poderia de modo algum vencer John McCain porque "os norte-americanos são racistas e nunca votarão num candidato negro". Ao mesmo tempo, grupos de defesa dos negros e alguns intelectuais brasileiros começaram a reparar na escassez de prefeitos, governadores, deputados e ministros negros no seu próprio país e se perguntaram, como alguns amigos brasileiros me perguntaram: "Por que não apareceu um Obama por aqui?"

Em qualquer sociedade, o primeiro passo para solucionar o problema racial é reconhecer que ele existe. Os Estados Unidos empreenderam esse doloroso processo, relutantemente no início, mas com maior tenacidade nos últimos anos. O Brasil não foi forçado, ou não forçou a si próprio, a reconhecer suas culpas e defeitos, por isso continua aferrando-se a mitos que contrariam as realidades

mais complicadas da vida cotidiana. Enquanto o Brasil não demonstrar coragem para encarar seus problemas raciais, o mito da "democracia racial" continuará sendo propagado, e o Brasil permanecerá atrás de países com mais franqueza para confrontar os aspectos sórdidos de seu passado e consertar relações com os grupos que mais sofreram por causa deles.

4 O estilo de vida tropical

Rio de Janeiro, manhã de domingo quente e úmida, meados de janeiro, pleno verão no Hemisfério Sul. As praias em Ipanema, Copacabana e Barra da Tijuca, já apinhadas, se enchem ainda mais à medida que os ônibus expelem passageiros que fizeram a longa viagem rumo à beira-mar, vindos dos subúrbios da Zona Norte. Nas barraquinhas junto às calçadas, amigos reunidos bebericam cerveja gelada ou água de coco e acompanham de relance os jogos de voleibol na areia. Bares e restaurantes também estão lotados, enquanto grupos de cariocas, os homens quase todos sem camisa e de bermudas, as mulheres em biquínis e Havaianas, fofocam sobre política, gente famosa e vizinhos.

No meio da tarde, muitos dos praianos já estão de saída, não por causa do sol escaldante, pois com ele estão acostumados, mas porque há muitas outras atrações. Às 3, por exemplo, é boa hora para um churrasco — carnes grelhadas ao ar livre —, quando grandes e típicas famílias se juntam para comer bifes, frango e linguiça. Às 5, talvez haja um jogo de futebol no Maracanã, o maior estádio do mundo, que deverá atrair dezenas de milhares de fanáticos dos quatro principais times da cidade. E, quando cai a noite e a temperatura fica mais amena, as escolas de samba começam seus ensaios para o Carnaval, iminente.

Um tempo para relaxar, chamado "lazer" em português, é importante em qualquer sociedade, mas os brasileiros valorizam isso e preenchem seus dias com abundantes oportunidades para tirar uma folga. Ao contrário dos Estados Unidos, os *workaholics* que sacrificam os prazeres da vida pessoal em prol do trabalho e da riqueza não são admirados e não se convertem em ícones culturais. Na verdade, acabam virando piada. Os cariocas, os nativos do Rio de Janeiro, gozam dos paulistas, os residentes em São Paulo, tidos como demasiado sérios e excessivamente preocupados com o emprego. No Brasil, o trabalho pode ser uma necessidade e pode até gerar satisfação, mas aprender a desfrutar nossa passagem pela terra é uma arte, e aqueles que se tornaram mestres nessa arte são muito apreciados.

Essa predileção fica muito clara na linguagem usada no dia a dia. No português

brasileiro, por exemplo, existem pelo menos seis verbos para traduzir *play.* "Divertir" se aplica a qualquer atividade entretida, como ir a um cinema ou a uma festa. "Brincar" é o que fazem as crianças com seus brinquedos ou, em alguma outra conotação, é o que adultos fazem na cama. O verbo aplicado a um instrumento musical é "tocar", mas, quando se trata de futebol, voleibol ou basquete, a palavra apropriada é "jogar". Contudo, para quem joga nos cavalos, máquinas de caça-níqueis ou na loteria, a palavra certa é "apostar", enquanto o termo para um papel num filme ou no teatro é "desempenhar" ou "representar".

Por causa do clima tropical do país, que tanto estimula a vida ao ar livre, o corpo humano também é muito mais exibido do que seria num clima temperado. As pessoas se vestem procurando conforto, o que significa menos roupas, e daí resultam duas atitudes diferentes. Para alguns, a exposição constante do corpo num local público conduz à vaidade e ao orgulho. Querem ter seus corpos em ótima forma, *sarados,* não importam as consequências, e para tanto malham e fazem dietas, às vezes ao extremo, ou se submetem a cirurgias plásticas. O Brasil, a propósito, tem a reputação de ser a capital mundial desses recursos, mas há nisso talvez um certo exagero. O fato é que a cultura local em torno do corpo e as técnicas que incluem operações estéticas de barriga e nariz, lipoaspiração, *lifting* e *peels* químicos são hoje muito comuns, transformando cirurgiões de alto nível como o dr. Ivo Pitanguy em celebridades globais, com uma clientela internacional que inclui estrelas de Hollywood. Profissionais de classe média do exterior afluem em bandos às clínicas locais, atraídos pela fama do país nessa especialidade e pelos preços, consideravelmente mais em conta do que aqueles cobrados em seus países.

Muitos brasileiros comuns, porém, ou não têm tempo ou não têm dinheiro para cirurgias cosméticas, não querem se sacrificar a esse ponto, ou simplesmente são indiferentes à aparência do corpo na frente de terceiros.

Mas mesmo assim mostram seu corpo; visitantes novatos não deixam de observar como até mesmo gente corpulenta, mulheres sobretudo, expõe vastas extensões de carne ao escrutínio público. Isso se deve em parte aos ideais de beleza física, diferentes do conceito norte-americano: os homens brasileiros dizem preferir mulheres com um "corpo de violão", com muitas curvas e muita carne no osso, especialmente no traseiro, mais que no busto. "Aqueles seios enormes que vemos nos Estados Unidos, como na revista *Playboy*, sempre foram considerados ridículos no Brasil", me disse certa ocasião o dr. Pitanguy. Muitas brasileiras, contudo, que não se ajustam àquele ideal também aprenderam a se sentir confortáveis em seu próprio corpo, extraindo prazer de sua própria

corporalidade, buscando alívio do calor, literalmente "deixando tudo de fora, pendurado".

Cada uma das três mais visíveis e populares atividades curtidas pelos brasileiros põe o corpo humano na frente e no centro — a cultura da praia, o Carnaval e o futebol — e as três refletem e formatam os valores que ajudam a fazer do Brasil um país vibrante, colorido e excitante. Nos Estados Unidos, quando dois estranhos se conhecem, costumam perguntar um ao outro que tipo de trabalho tem, onde moram, que escola frequentaram. Os brasileiros também fazem as mesmas perguntas, mas acrescentam uma bateria de outras indagações a fim de determinar o *status* do outro, seus interesses, suas lealdades. Pra que time você torce? Qual é sua escola de samba? Qual praia frequenta? Tanto para o nativo como para o visitante, responder de forma convincente a essas questões contribui para fazer a diferença entre realmente ser parte do Brasil ou meramente estar presente num espaço brasileiro.

PRAIA

Em 2008, arqueólogos que trabalhavam num sítio do Nordeste do Brasil encontraram fragmentos de cerâmica e outras provas indicativas de que índios falantes da língua tupi haviam criado assentamentos na costa por volta de 9500 antes de Cristo. Ou seja, quase ao longo de todo o tempo que seres humanos têm habitado o Brasil, sempre evitaram penetrar num interior potencialmente hostil, cheio de selvas e montanhas, preferindo gravitar em torno do mar.

Tais culturas indígenas hoje desapareceram, porém mais de três quartos dos quase 200 milhões de habitantes ainda vivem a cento e cinquenta quilômetros da linha da costa, que se estende a mais de 8 mil quilômetros. E, onde não existe mar, os brasileiros criam praias e uma cultura praiana às margens de rios majestosos. Embora habitantes de Manaus ou Santarém estejam a mais de 1.600 quilômetros terra adentro, eles também gostam muito de passar um fim de semana deitados na areia, às margens do rio Amazonas ou do Tapajós, comendo os mesmos lanches, jogando os mesmos jogos, vestindo as mesmas roupas e cantando as mesmas canções que os seus conterrâneos mais privilegiados do Sul.

Certos aspectos da vida brasileira respondem a ritmos previsíveis. Quando o tempo esquenta e o fim do ano se aproxima, aumentam de forma acentuada as inscrições nas academias de ginástica, já que os frequentadores de praias suam para entrar de novo em forma. As mulheres são maioria nas aulas de *spinnings*, ioga e *workouts* com *personal trainers*; no começo de dezembro, os jornais escolhem alguma mulher jovem e atraente como a "Musa do Verão" e publicam

longos artigos em seus suplementos dominicais sobre a moda — do Natal ao Carnaval: biquíni rosa ou lilás? Esteiras de praia ou cobertores? Para homens, peito peludo ou raspado?

O conceito que os brasileiros fazem da praia se assemelha bastante ao que os antigos gregos tinham da ágora. É o mais público dos espaços públicos, por isso mesmo é considerado o local mais democrático. A praia tem sido vista tradicionalmente como um grande nivelador social, um "lugar onde o general, o professor, o político, o milionário e o estudante pobre" são iguais e coexistem de maneira harmoniosa, nas palavras do antropólogo e escritor Roberto Damatta, um dos mais perspicazes observadores e analistas sociais do país. "Lá, os corpos se faziam igualmente humildes" por causa da proximidade quase nua de "um corpo com outros, todos eles indefesos ou sem disfarce".

Se não levarmos em conta o custo de uma academia de ginástica, então aquela afirmação é bem verdadeira. As praias brasileiras nunca foram formalmente segregadas por raça, como em certas áreas dos Estados Unidos e na África do Sul. Tampouco foram privatizadas para manter à distância a gentalha, o zé povinho: a Constituição de 1988 contém um artigo que declara todas as praias como terra pública, confiadas à nação para uso de todo o povo brasileiro.

Essa, porém, é só uma parte da história. Basta olhar um pouco além da plácida superfície, e a realidade da vida praiana se mostra mais complicada, marcada por diferenças de classe, raça, idade, preferência sexual e até mesmo preconceitos regionais. É o caso particular do Rio de Janeiro, a cidade mais identificada no Brasil e no exterior com a cultura de praia, graças a canções como "Garota de Ipanema".

O Rio tem 59 praias diferentes, espalhadas ao longo de mais de 160 quilômetros de areia de frente para o mar. Delas, as mais famosas, as de elite, são Ipanema e sua extensão, conhecida como Leblon, e Copacabana e sua extensão, denominada Leme. Ambas se dividem informalmente em setores demarcados por uma dúzia de postos salva-vidas, a 500 metros um do outro. Os postos são numerados, de um a doze, e cada um deles tem sua própria cultura, que se dirige a uma "tribo" socioecômica diferente, e que pode receber friamente aqueles considerados intrusos.

Um vídeo muito comentado e solicitado no YouTube mostra um grupo de inconsequentes jogando, da varanda de um dos edifícios mais caros e badalados de Copacabana durante o Réveillon, ovos em cima de pedestres. No vídeo ouve-se como os autores dessa infame atitude, muitos deles celebridades ou filhos de famílias abastadas ou famosas, queriam, de forma deliberada, atingir aqueles

com aparência de pobres.
Ao longo dos anos, formou-se uma hierarquia de prestígio entre os postos salva-vidas, conhecida de todos os frequentadores de praias. O Posto 9, por exemplo, no coração de Ipanema, é o líder desse cenário desde o começo dos anos 70, quando, aliás, visitei o Brasil pela primeira vez. Foi na época da ditadura militar, e esse trecho de praia, ao lado de um píer já extinto, era um dos poucos lugares onde os *hippies* podiam se reunir sem serem hostilizados pela polícia. Hoje, o local atrai celebridades, intelectuais de esquerda (que marcam sua presença brandindo bandeiras do partido governante, o PT) e outros tipos boêmios, incluindo *ex-hippies*, agora mais velhos e desfrutando da respeitabilidade das altas classes médias. Um pouco à esquerda do próprio posto, *gays* e lésbicas marcam seu território com uma bandeira do arco-íris.
O contraste surge no Posto 7, do lado leste da praia, reduto dos forasteiros, muito deles de pele escura que vêm dos subúrbios operários, não poucas vezes até três horas de distância de ônibus. Isso acontece sobretudo nos fins de semana, quando famílias inteiras pegam o ônibus rumo ao Posto 7, a primeira parada em Ipanema, e se refestelam na areia. Antigamente, nos anos 80, esses visitantes eram conhecidos, de forma pejorativa, como farofeiros, porque, em vez de comprar comida de ambulantes ou nas barraquinhas, levavam os próprios lanches, que incluíam farofa, alimento básico na dieta do povão brasileiro. Os termos de gíria mudaram, mas eles, os farofeiros, continuam sendo motivo de gozação, sentados na areia em ordinárias esteiras de palha, no lugar de toalhas coloridas, e aplicando uma loção bronzeadora barata, em vez de um produto mais caro.
A segregação na praia é hoje autoimposta, não como resultado de uma lei, baseada em classe social. Mas, de forma clara, o componente racial está presente. Os pobres, oriundos de áreas populares do lado norte da cidade, têm pele mais escura. Os jovens frequentadores de Ipanema, que determinam as tendências da moda, não tratam de imitar o comportamento nem as roupas desses intrusos, e com certeza não querem se parecer com eles. É só ouvir as conversas dessa elite de praia e perceber que a cor ambicionada, com a ajuda de loções e cremes, é um dourado tostado. Eles olham com desprezo tanto os turistas, cuja pele branca pastosa os identifica como gente de fora, quanto seus opostos, os cariocas cuja pele tem um tom mais escuro. Nada se ganha ali sendo muito branco ou muito preto.
Quando comparados aos norte-americanos, poucos brasileiros entram no mar, além dos surfistas, mesmo num dia de sol, a água calma e as ondas fracas. Uma

praia brasileira não é só para recreação, é também um espaço público, social, como uma praça ou uma esquina. Os rituais do namoro estão à vista, e os candidatos a postos políticos sabem que o pedaço praiano é um bom lugar para fazer campanhas. Assim também para os anunciantes: os céus sobre as praias mais populares ficam repletos de pequenas aeronaves exibindo bandeirolas, e, nas calçadas, jovens atraentes oferecem amostras de novos produtos, desde loções até bebidas. Com frequência, músicos e comediantes se apresentam no local, como se fossem artistas tocando algum instrumento numa estação de metrô.

Entretanto, como acontece em outras partes da sociedade brasileira, a praia não pode funcionar sem o que poderia ser descrito como uma classe de servidores. Quando os praieiros chegam e escolhem o lugar onde planejam passar o dia, os operadores das barraquinhas competem entre si para lhes alugar cadeiras e um guarda-sol; às vezes, um dono de quiosque monta um esquema para atender um cliente antigo, regular. Enquanto estão sentados na areia, são servidos por ambulantes, muitos dos quais cantam as virtudes dos produtos à venda, que incluem refrigerantes, sorvetes, óculos, camisetas e loção bronzeadora. Tais ambulantes, e isso é típico, também fazem o longo percurso dos subúrbios proletários, onde moram com a família, que depende dos seus ganhos nas praias. Às vezes, contam com a ajuda das mulheres e filhos em casa, que preparam os sucos de frutas ou petiscos que vendem. Durante o verão, porém, alguns deles dormem e cozinham na praia todos os dias e só voltam para casa na segunda-feira, o dia mais fraco da semana.

Em grandes cidades costeiras como o Rio, Salvador, Recife e Fortaleza, talvez existam também praias perto das redondezas onde vive essa classe servidora. Mas, inevitável, essas praias serão, em certa medida, inferiores — poluídas, empedradas, marteladas pelas ondas ou infestadas de água-viva —, pois esse é o destino das classes mais baixas. No Rio, por exemplo, as praias da Zona Norte dão para a baía de Guanabara, não para o oceano Atlântico, e isso faz uma enorme diferença. A baía está rodeada de refinarias, fábricas químicas, docas onde navios embarcam e desembarcam contêineres gigantescos e estaleiros, todos despejando seus esgotos não tratados na água. Somente os moradores mais pobres de uma favela vão a uma praia como Ramos, que, de forma regular, apresenta o mais alto índice de matéria fecal e bactérias do que qualquer outra do Rio.

No começo da última década, o governo municipal construiu uma grande piscina, logo apelidada de Piscinão, numa das vizinhanças mais pobres da Zona

Norte, em Ramos. No começo, a novidade atraiu multidões, gente em sua maioria aliviada por não precisar mais gastar tempo nem dinheiro nas praias de elite da Zona Sul, onde não se sentia bem-vinda. Até mesmo alguns dos residentes mais abonados de Ipanema e Leblon foram até a Zona Norte conferir o motivo de tanto barulho. Durante um tempo, esse foi um programa chique para a elite, um fim de semana típico de turismo de favela.

Aos poucos, no entanto, a realidade da vida começou a atrapalhar, e o brilho se esvaiu. A piscina estava numa área de conflito entre duas gangues. O grupo dominante decretou que ninguém podia usar roupa de praia com as cores rivais e passou a hostilizar e ameaçar os que desafiavam ou ignoravam o tal decreto. Então, depois da eleição seguinte, tomou posse um novo prefeito, mais conservador, e o dinheiro para manter o projeto secou, e assim também o Piscinão. A verba foi dirigida à modernização das barracas de refrescos e postos salva-vidas ao longo das praias de elite da Zona Sul. Essas praias fornecem a vista dos cartões-postais do Rio e dos apartamentos dos cidadãos mais prósperos. Dessa forma, é muito natural que os detentores do poder considerem que os ricos devem receber tratamento preferencial. Essa é a natureza do contrato social no Brasil.

De todo modo, os problemas sociais do Brasil dão um jeito de se infiltrar até mesmo nos paraísos da elite em terra. O rápido crescimento das favelas nos morros de frente para Copacabana, Ipanema, Leblon e São Conrado resultou em lixo e detritos lançados nas águas das praias de elite. Até mesmo pedaços de corpos — de vítimas das guerras do narcotráfico — acabaram desaguando nessas praias, para desgosto e indignação das autoridades ansiosas em projetar a imagem do Rio como um confortável destino de férias. Certa ocasião, por exemplo, escrevi uma matéria sobre um surto de tais incidentes na praia, perto do Hotel Sheraton, e as autoridades municipais de turismo, furiosas, ameaçaram cancelar minhas credenciais para cobrir o Carnaval seguinte.

Em anos recentes, as praias também têm sido alvo dos chamados arrastões, quando grandes grupos de homens jovens descem das favelas e despojam os praieiros de dinheiro, joias, rádios e outros pertences. Caso alguém resista, leva uma pancada e vai ao chão, ou é baleado — são raros contudo os casos fatais, embora algumas vítimas tenham sido hospitalizadas. Esses criminosos pé de chinelo arrastam tudo no caminho, não fazem diferenciação entre turista e nativo, estrangeiro ou brasileiro. Os protestos inflamados de frequentadores de praia veteranos no Rio (e em outros lugares à medida que a prática se espalhou) provocaram uma reação fulminante da polícia, fato que reduziu de forma

substancial os ataques. Porém, uma das consequências das batidas policiais é que qualquer grupo de rapazes negros, sobretudo se têm o cabelo tingido de louro ou certos tipos de tatuagem — marcas comuns nos moradores das favelas ou membros de gangues —, são encarados como suspeitos.

A praia também pode funcionar como um palco onde se anunciam e se ratificam experimentos de mudanças sociais, ou ao menos tentados. No começo dos anos 70, a atriz Leila Diniz, um símbolo sexual da época, provocou enorme polêmica ao aparecer na praia de Ipanema, barrigão de grávida, usando um minúsculo biquíni. Hoje, visto em retrospecto, tal atrevimento é citado às vezes como o início do movimento feminista no Brasil. Em 1980, depois de voltar do exílio na Suécia, o jornalista, escritor e ativista social Fernando Gabeira — anistiado em sua participação no sequestro de um embaixador estadunidense — indignou tanto conservadores como seus ex-companheiros revolucionários ao envergar, na praia, uma sunga de crochê lilás. O gesto foi visto por muita gente como o anúncio do nascimento da nova esquerda no Brasil, menos dogmática, mais tolerante em relação aos temas sociais.

Há dez anos, um grupo de jovens mulheres criou a maior sensação na imprensa quando, num fim de semana de verão, foi à praia de Ipanema em *topless.* Elas protestavam contra um incidente, semanas antes, no qual um esquadrão de vinte policiais, armados com metralhadoras, ordenara a uma vendedora de 34 anos, em outra praia carioca, colocar de novo a parte superior do biquíni. Quando ela se recusou, foi arrastada aos trancos a uma delegacia. Embora o Rio de Janeiro tenha a reputação de ser um nicho de licenciosidade, e sendo comum a presença de seios desnudos em telenovelas e outros programas, uma lei municipal proíbe o *topless* nas praias. O protesto das jovens, no entanto, combinado com a onda pública ridicularizando a ação policial, levou o prefeito a assinar um novo decreto que permite às mulheres tirar o *top* na praia.

Tudo indica que a praia continuará sendo um laboratório social, mudando à medida que o Brasil muda, refletindo as forças e as fraquezas da sociedade. Essa tendência foi bem ilustrada durante o verão de 2009-2010, quando a Prefeitura do Rio anunciou o que chamava de "um choque de ordem" — com a proibição, agora para valer, de cozinhar ou elaborar alimentos na praia. A proibição existia havia muito tempo, mas nunca fora implementada — até que empresas poderosas decidiram eliminar a competição de ambulantes *freelance*, tanto os vendedores de equipamentos de praia como aqueles que vendiam comida, forçando assim os praieiros a consumir de seus quiosques.

Acontece que as autoridades e seus bem conectados parceiros de negócios

exageraram na pressão, criando um clima de resistência pública e desobediência. Gente que durante anos frequentara o mesmo pedaço de praia constatava agora, perplexa, que não podia mais comprar camarão ou queijo num palitinho ou alugar cadeiras ou guarda-sóis de ambulantes, com os quais mantinha relações antigas, cordiais. Indignados, os consumidores de água de coco eram informados de que dali em diante só podiam comprar aquela delícia refrescante e nutritiva em garrafas de plástico ou copinhos de papel. No final, deu-se uma saída tipicamente brasileira: a lei fica nos códigos, sua execução reduzida e restaura-se a ordem social tradicional, pelo menos até o próximo verão, quando a batalha com certeza será reiniciada.

CARNAVAL

No exterior, o Carnaval é o aspecto mais bem conhecido da vida brasileira. Filmes como *Orfeu negro* o descrevem como uma extravagância de cinco dias, um vale-tudo, no qual as pessoas portam máscaras, livram-se de inibições sexuais e identidades sociais e se entregam a comportamentos normalmente proibidos. O pobre vira rei, o rico pode se misturar com seus empregados, homens vestem-se de mulher, mulheres podem agir com desfaçatez masculina, e barreiras de raça e classe vêm abaixo, numa espécie de loucura dionisíaca.

Tudo isso é mais ou menos verdade, como logo descobre qualquer novo visitante do Brasil nessa época. Começa na tarde da sexta-feira e se estende até o meio-dia da Quarta-Feira de Cinzas, dia de jejum e abstinência dos católicos que marca o início da época de penitência da Quaresma. Nesses dias a vida brasileira oficial, formal, se fecha e dá início ao festival popular. Cessam então as atividades cotidianas normais, incluindo negócios e escolas. Bandos de gente comum, muitos fantasiados, saem às ruas para dançar, cantar e beber. Clubes sociais e centros comunitários promovem inventivos bailes de fantasia, de variada opulência, de acordo com a riqueza e a classe social dos participantes. Há muito sexo casual ou anônimo, razão pela qual *outdoors* armados semanas antes do início do Carnaval advertem os foliões sobre o uso de camisinha na hora da farra.

Essa é contudo somente uma parte do quadro; é só ir mais fundo e ver emergir outros aspectos aparentemente contraditórios. Pois o Carnaval é também uma feroz competição e, à medida que o Brasil se moderniza e prospera, o evento tornou-se uma indústria. No Rio, grandes empresas que buscam publicidade e lucro paulatinamente estão tomando o lugar da contravenção, o jogo do bicho que tradicionalmente sempre financiara a festa. Nos últimos anos houve também

uma rejeição contra a industrialização do Carnaval e um desejo, pelo menos entre os puristas e saudosistas, de voltar a um tempo em que o Carnaval era um festival feito pelo povo e para o povo.

O Carnaval é algo antigo, uma "despedida da carne" que remonta à Idade Média e à criação, pela Igreja Católica, da Semana Santa, mas deriva também de fontes pagãs europeias ainda mais velhas. Em sua moderna versão brasileira, porém, o Carnaval tem íntimas ligações com os ritos e práticas de origem africana. Em 1930, um prefeito do Rio tratou pela primeira vez de regular as atividades tradicionais do Carnaval. Dessa forma inadvertida, ele criou um espaço para grupos formados então nas áreas mais pobres da cidade, as dos negros, propagarem um novo estilo de música, o samba. As "escolas de samba" levaram então às ruas os seus ritmos, as canções de letras satíricas e as fantasias elaboradas, e logo foram bem recebidas por outros moradores da cidade. Como resultado, outros ritmos e outras atividades passaram a um segundo plano, e o samba gradualmente tornou-se sinônimo de Carnaval.

Ao longo dos anos, essa tradição evoluiu para duas noites de dura competição, realizada numa área especialmente construída para isso, o Sambódromo, fora do centro do Rio, perto da maior cervejaria da cidade, e televisionada ao vivo em nível nacional. Cada noite, diante de um público aproximado de 70 mil pessoas sentadas em arquibancadas, doze escolas de samba desfilam, cada uma com direito a uma hora, enquanto são avaliadas por quatro jurados em dez categorias — desde a beleza de suas fantasias à eficácia de seus setores de percussão. Os dançarinos e os bateristas são em sua maioria gente comum, motoristas de ônibus e donas de casa e outros membros da classe trabalhadora carioca, que anseiam o ano inteiro por esse momento de glória, tendo devotado meses aos ensaios para dominar passos e ritmos. Os resultados são anunciados na tarde da Quarta-Feira de Cinzas, terminado oficialmente o Carnaval, numa cerimônia também registrada pelas emissoras de televisão ao vivo.

Como nas competições de ginástica olímpica e patinação no gelo, a diferença entre terminar em primeiro lugar e ser o segundo é muitas vezes de décimos ou até centésimos de um ponto. Crescem então a tensão e o nervosismo ao longo da tabulação, sobretudo entre os integrantes das escolas ameaçadas de terminar em último lugar. O castigo para tal fracasso é a caída para o Grupo de Acesso, enquanto a vencedora daquela categoria recebe a glória de competir no Grupo Especial. Durante o ano seguinte, a vencedora do Grupo Especial desfruta da alegria do reconhecimento, por todo o país, de ser a melhor das melhores; em contraste, os fiéis fãs da detentora do último lugar devem aguentar as constantes

gozações dos demais.
Certas escolas de samba, como a Beija-Flor, do subúrbio proletário de Nilópolis — pobre, abarrotado e violento — criou uma forte tradição vitoriosa. Outras escolas, caso da Mangueira, a mais antiga e tradicional de todas, tiveram seus dias de glória no passado mas nos últimos anos têm sido suplantadas por novos grupos e agora lutam para recuperar seu antigo esplendor. Outras ainda raramente ganham, quando ganham, e não visam vitória, só querem evitar o rebaixamento para a segunda divisão: a surpreendente vitória da Unidos da Tijuca, por exemplo, na competição de 2010, acabou com um jejum de setenta e quatro anos. Para atingir seus variados objetivos, as escolas de samba contam com um pequeno, exclusivo e bem pago grupo de profissionais, os chamados carnavalescos, que organizam, desenham e dirigem suas apresentações.
Alguns desses carnavalescos, como Fernando Pamplona e Joãosinho Trinta, se tornaram celebridades nacionais. Pamplona, intelectual e cenógrafo, é um veterano estudioso do folclore brasileiro, que utiliza em suas performances cenas da vida diária ou da história do Brasil. Joãosinho Trinta teve seus grandes sucessos na direção da Beija-Flor. Ele ficou mais famoso ainda quando, em 1978, respondeu a críticas de que o Carnaval desperdiçava dinheiro que poderia ser usado em educação, moradia e saúde para os pobres. "Pobre gosta de luxo", ele disse. "Intelectual é que gosta de pobreza."
Com tanta coisa em jogo, as principais escolas de samba optaram, em anos recentes, por fazer apresentações mais ambiciosas e extravagantes. Elas são financiadas em parte pela prefeitura carioca, que com isso visam a apoiar a grande atração turística que é o Carnaval. Durante muitos anos, um bom dinheiro também saiu dos bolsos dos mais proeminentes bicheiros da cidade. Na verdade, para eles era quase como um dever cívico financiar as escolas de samba em suas áreas de atuação, pois boa parte de sua riqueza vem dos mesmos moradores locais que participam da competição.
Contudo, à medida que as ambições das escolas aos poucos superavam a capacidade dos bicheiros de subsidiar suas apresentações, elas tiveram de procurar outras fontes de financiamento. Alguns residentes novos-ricos da favela, supostos reis da droga, entraram em cena para cobrir parte dos recursos requeridos. Grandes corporações também aumentaram suas doações e em troca têm seus logotipos em destaque nos instrumentos musicais e nas fantasias. Empresas estatais, como a Petrobras, também forneceram recursos, com a condição de que a escola beneficiada apresente um tema elogioso ao patrocinador.

Até mesmo o homem forte da Venezuela, o populista Hugo Chávez, reconhecendo a importância do evento como uma ferramenta de RP, tornou-se patrocinador do Carnaval. Em 2007, seu governo contribuiu com 1 milhão de dólares para a escola Vila Isabel, cujo tema era "Soy loco por ti, América: a Vila canta a latinidade". Depois que a Vila Isabel ganhou o desfile de forma inesperada, e apertada, em meio a especulações de que os juízes talvez tivessem sido subornados, Chávez declarou que o triunfo da escola era "uma vitória da integração latino-americana" e em seguida patrocinou um *tour* internacional da agremiação.

Nas últimas décadas, inúmeras escolas de samba começaram também a vender ingressos para que turistas estrangeiros participem do desfile no Sambódromo. Embora essa prática ajude as escolas a levantar dinheiro para montar suas apresentações, os tradicionalistas se desagradam com isso, e não só porque a maioria das pessoas de fora não sabe dançar samba. Os puristas argumentam que a presença dessa gente desvaloriza a experiência do Carnaval, diluindo o elo entre as escolas de samba e seus integrantes, que trabalham duro o ano inteiro para aprender os passos da dança, decorar o samba-enredo, costurar as fantasias e comparecer aos ensaios.

Outras formas têm sido usadas para alijar da festa ao povão, que tradicionalmente sempre forneceu ao Carnaval inspiração e raça. Os ingressos para o Sambódromo estão hoje além das posses de muitos fãs conhecedores do samba, por causa do crescente interesse dos turistas. E as duas noites de desfile, televisionadas para todo o país, se convertem num palco onde artistas e outras celebridades podem atingir um grande público e promover a carreira. Como resultado, o Carnaval tem sido invadido por um exército de atrizes de terceiro time e modelos, que parecem considerar o evento como um teste, uma oportunidade para pavonear seus bem incrementados corpos diante das câmeras de TV e assim ganhar espaço nas revistas de fofocas.

Essa tendência talvez tenha alcançado seu auge em 1994, quando uma aspirante a modelo foi fotografada dançando ao lado do presidente brasileiro na época, Itamar Franco, no "camarote de honra", de onde ele assistia ao desfile de Carnaval. Acontece que ela não usava calcinha naquela noite, como ficou bem claro no dia seguinte graças às fotos tiradas do nível da rua, publicadas nos jornais e mostradas na televisão. O incidente virou um grande constrangimento para Itamar, mas propiciou um impulso para a tal modelo, Lilian Ramos, que depois foi para a Itália, onde agora tem um programa de TV.

Durante muitos anos, a tendência foi manter as mulheres à frente das escolas de

samba e assim mostrar mais seu corpo, usando menos roupas. A TV Globo, que tem o monopólio na transmissão do Carnaval carioca, muito encorajou essa tendência com seus *spots* de promoção do desfile, apresentando uma belíssima dançarina mulata, Valéria Valenssa. Conhecida como Globeleza, ela aparecia na TV com os seios desnudos e se exibia ao longo da avenida, quase sem nada em cima, só algumas estratégicas pinceladas de pintura cobrindo sua genitália. Dada a natureza muito competitiva do Carnaval do Rio, outras modelos e dançarinas tentaram imitar Valéria ou até mesmo superá-la.

No começo da década passada, quando algumas beldades se atreviam a desfilar em pelo, houve um recuo. Aos ofensores se criticava a vulgarização do espetáculo, diminuindo seu esplendor e criatividade, levando os organizadores do evento a formalmente proibir a nudez completa. Há poucos anos a TV Globo descartou Valéria, e ela se converteu em evangélica. Ela não mais participa do Carnaval e virou uma crítica feroz do evento. "O Carnaval é uma festa da carne, um festival do mundo", ela disse numa entrevista em 2008. "As pessoas ali estão pecando."

Diante desse crescente fulgor e elitismo, alguns brasileiros levam o Carnaval de volta às suas raízes populares. No Rio, os blocos, pequenos grupos de bairro, semiorganizados, já moribundos quando cheguei pela primeira vez à cidade nos anos 70, foram ressuscitados e tiveram uma injeção de vida. Hoje não só cresceram como são mais ativos, começando suas marchas pelas ruas duas semanas antes do desfile formal no Sambódromo. E, fiéis às origens e tradições irreverentes do Carnaval, vestidos com roupas berrantes e absurdas, seus integrantes cantam canções criticando autoridades e celebridades, de uma forma muito engraçada. O resultado é uma crescente rachadura entre este Carnaval popular, caótico nas ruas, e o evento formal estruturado no Sambódromo.

Os autênticos fãs da festa começam também a se integrar em outras celebrações do Carnaval, em outras cidades, como Salvador e Olinda, esta ao norte do Recife, e outros lugares onde surgem esforços para preservar o sabor original do evento e manter o envolvimento do público. Em Olinda, a base musical do Carnaval não é o samba, mas o maracatu e a ciranda, dois outros ritmos populares na região. Da mesma forma, o foco das festividades não é uma competição entre grupos, com um único vencedor, mas os agitados desfiles de rua apresentando gigantescos bonecos de papel machê, alguns com mais de seis metros de altura, caricaturas de famosos, locais ou nacionais.

O principal criador dos bonecos, Silvio Botelho de Almeida, nascido em 1957, muito talentoso, tem tido seu trabalho exibido em museus no exterior, sendo com

frequência convidado por escolas de samba cariocas para desenhar peças. Ele porém tem recusado todas as propostas — não porque não necessite do dinheiro, mas porque acredita que o evento no Rio foi desfigurado por interesses comerciais e convertido num mero "espetáculo" para turistas.

"O Carnaval no Rio é como ir ao teatro como simples espectador e sair logo que a peça termina", ele me disse em 2004, "enquanto aqui, você é parte do show que acontece na rua." Ele também se diz chocado com o aspecto imensamente competitivo do desfile carioca, com uma escola de samba levando toda a glória, coisa contrária, em sua opinião, ao verdadeiro espírito do Carnaval. Ele prefere a atmosfera de coleguismo de Olinda, que culmina no evento na terça-feira de Carnaval, por ele patrocinado, em homenagem a todos os fazedores de bonecos locais.

O Carnaval de Salvador há pouco emergiu como o maior rival da festa no Rio. Na capital baiana a atração maior são os trios elétricos, patrocinados por empresas ou associações de bairros, que puxam as paradas desde as ruas junto ao mar até uma praça da cidade. Surgidos em 1950, esses conjuntos, alguns hoje convertidos em orquestras completas mas mantendo o nome de "trio", arrastam centenas de foliões de todo o Brasil e de fora do país, que dançam, desfilam, cantam, bebem, e, sim, fazem sexo aos sons trovejantes emanados dos alto-falantes em cima de caminhões especialmente projetados; pense no Led Zeppelin, só que com uma intensidade de som muito mais alta e um ritmo mais veloz, misturando fontes de rock e brasileiras. Como em Olinda, e num forte contraste com o Rio, a ênfase aqui é a participação popular, não a competição.

O Carnaval tanto atiça a imaginação e o amor pelas festas dos brasileiros que alguns deles criaram as próprias versões não autorizadas, realizadas fora da época tradicional do evento. A cidade de Parintins, uma ilha no meio do Rio Amazonas, oferece talvez o melhor exemplo, todos os anos, no fim de junho e começo de julho. Milhares de pessoas viajam centenas de quilômetros de barco das regiões vizinhas para assistir ou participar das celebrações, cujo foco são dois grupos, os Vermelhos e os Azuis, que competem para encenar o mais extravagante reconto de uma lenda local sobre a ressurreição de um boi mítico. Contudo, também aqui aparece o aspecto comercial, pois empresas de bebidas, ansiosas para capitalizar a oportunidade, brigam para patrocinar os grupos rivais.

O cantor e compositor Caetano Veloso certa ocasião escreveu uma canção sobre o Carnaval baiano intitulada "Chuva, Suor e Cerveja", na qual urgia os foliões a "vir, ver, deixar acontecer, beijar, ser, o que Deus quiser". O título carrega a qualidade frenética, caótica, do Carnaval em sua mais pura essência, enquanto a

letra capta a atitude quase fatalista do "qualquer coisa pode acontecer", com a qual os brasileiros comemoram seu mais importante festival, que supera até mesmo o Natal e o Grito da Independência em popularidade. O Carnaval será sempre valorizado como uma saída para expressar o espírito travesso do Brasil e a alegria de viver de sua gente. Mas uma questão, válida, fica agora em aberto: por quanto tempo o evento poderá preservar sua natureza subterrânea, anárquica, antiautoritária em face das crescentes pressões para comercializar, centralizar e padronizar suas atividades?

FUTEBOL

Os brasileiros jogam futebol com tanta paixão e habilidade, com tal graça, destreza e autoconfiança, que parecem haver inventado o esporte. Embora o Brasil tenha, sem dúvida, aperfeiçoado o esporte mais popular do planeta — é pentacampeão do mundo — quase transformando-o numa arte, a verdade é que o futebol só chegou ao país em 1894, quando Charles Miller, um jovem paulista de descendência inglesa e escocesa, voltou de um período de estudos na Grã-Bretanha.

No começo, o esporte era praticado sobretudo por uma pequena elite urbana, branca, altamente europeizada, nada interessada em ver seu passatempo adotado pela ralé. Ao refletir sobre os preconceitos da época, o escritor Graciliano Ramos chegou a argumentar que o jogo nunca seria popular no país porque o físico e a mentalidade do brasileiro típico mal se encaixavam num esporte "europeu" de tal sofisticação intelectual e exigência física.

Contudo, como sempre fizeram nas artes, os brasileiros logo demonstraram sua extraordinária habilidade para pegar um artigo de importação e logo transformá-lo em algo muito próprio. Nos campos de atletismo de Eton, o futebol era muito disciplinado, até mesmo retesado, um exercício de ordem e estratégia. Mas, quando praticado nos terrenos baldios na periferia das cidades brasileiras e nos campinhos do interior, o jogo transformou-se num *show* de agilidade e criatividade, quase uma extensão da vivacidade requerida dos melhores dançarinos no Carnaval. Ao mesmo tempo, o foco passou do jogo em conjunto para a expressão individual e a realização pessoal. Em vez de executar um ataque ao estilo militar, coletivo, os times brasileiros preferiam deixar seus jogadores improvisarem na hora, estratégia que ao longo do tempo criou inovações no chute, no passe, no domínio de bola, driblando e fintando, e alinhamentos ofensivos e defensivos.

Para negros ou pobres, situações que no Brasil muitas vezes são análogas, o

futebol oferecia um dos poucos caminhos rumo à aceitação social e o progresso financeiro. Fatores que tornaram o jogo ainda mais atraente e o ajudaram a fincar raízes como o esporte das massas. Muitos dos primeiros times eram patrocinados por empresas que viam o futebol como uma forma de anunciar seus produtos, e muitos dos jogadores eram recrutados das próprias fábricas do patrocinador. Os melhores atletas eram bem recompensados com bônus, promoções ou transferências para departamentos com menor carga de trabalho. "Um trabalhador que jogava bem e assim garantia um lugar no time logo se via no departamento de roupa, fazendo tarefas leves", escreveu o jornalista Mário Rodrigues Filho no livro O *negro no futebol brasileiro*, que, embora publicado em 1950, ainda é a obra de referência maior no assunto. "E, se ele continuasse merecedor da confiança dos donos das fábricas, as coisas podiam melhorar ainda mais. Havia o escritório, onde o trabalho era mais agradável, e o salário mais alto."

Esse fenômeno chegou até os dias de hoje. Pelé, estrela maior do futebol, é reconhecido em todo lado, exceto talvez na Argentina, como o maior jogador na história do esporte, hoje provavelmente a mais reverenciada celebridade esportiva no mundo. Ele, porém, nasceu em ambiente humilde, numa pequena cidade de Minas Gerais, e foi criado na periferia de São Paulo. Dezenas de outros jogadores fizeram fama e fortuna da mesma forma que Pelé, incluindo figuras proeminentes dos últimos anos, como Romário, Ronaldo, Rivaldo, Roberto Carlos e Ro- naldinho Gaúcho. Um estudo das seleções de 2002 e 2006 que participaram da Copa do Mundo revelou que três quartos dos jogadores vinham de áreas pobres ou rurais, ou ambas, ou tinham suficiente grau de pele escura para ser considerados não brancos no complicado mas informal sistema brasileiro de classificação racial.

Todavia, num agudo contraste com a vida de praia e o Carnaval, onde a presença das mulheres é bem-vinda e mesmo necessária, o futebol tem sido quase de forma exclusiva território masculino — pelo menos até anos recentes. Mulheres podem torcer por um time, assistir a seus jogos na TV, acompanhá-lo nos jornais ou até vestir suas cores, sobretudo quando a seleção joga na Copa do Mundo. Mas, tradicionalmente, não são estimuladas a jogar ou ir aos estádios. Mulher tida como atlética ou muito interessada em esportes logo é chamada de sapatão. E, embora o Brasil tenha uma seleção feminina, nunca ganhou uma Copa, e mínimo é o interesse nela, mesmo quando chegou às finais pela primeira vez, em 2007, contra a Alemanha, um rival feroz quando as equipes masculinas entram em campo. Alguns torneios anteriores da seleção feminina nem mesmo foram

transmitidos pela TV.
"No Brasil, o futebol tem uma forte demarcação de gênero, o que o torna um domínio masculino por excelência", explicou-me certa vez o antropólogo Roberto Damatta. "É um esporte que contém todos os vários elementos tradicionalmente utilizados para definir masculinidade: conflito, confronto físico, coragem, dominância, controle e resistência."
De fato, alguns verbos usados na fala popular para descrever a posse da bola são as mesmas palavras ouvidas nas ruas para descrever a relação sexual. Um jogador, por exemplo, "come" a bola, da mesma maneira como um homem "come" uma mulher por ele seduzida. Mais ainda, todos os substantivos em português têm um gênero, e a palavra bola, muito comum, tem significados tão femininos quanto a voluptuosa redondeza da própria bola. Por exemplo: charges nos jornais e revistas masculinas às vezes representam o corpo feminino com bolas de futebol onde estariam os seios e as nádegas.
"Vemos os jogadores beijando ou acariciando a bola o tempo todo", me disse certa ocasião Renata Cordeiro, uma das primeiras mulheres brasileiras na função de narradora esportiva. "Há aí um componente erótico, tudo ligado à ideia do homem dominando a bola, como ele faria com uma mulher."
Tais preconceitos de gênero logo passaram ao ato de assistir os jogos quando realizados em locais públicos. O estádio, com toda a sua violência ritualizada e bravata, no gramado e nas arquibancadas, era considerado um lugar proibido às mulheres. Poucas se mostravam dispostas a suportar o frequente comportamento grosseiro no local, que às vezes rivaliza, em matéria de ultraje, com o dos famosos *hooligans* ingleses. As partidas podem ser estragadas pelas brigas das torcidas, grupos fanáticos por este ou aquele time, muitos dos quais não permitem mulheres em seu meio. Uma maldade preferida, chamada mijada, praticada por torcedores do alto da arquibancada, consiste em urinar num copinho de papel e despejar o líquido nos rivais sentados mais abaixo. Às vezes, contudo, a violência acaba em conflitos maiores, provocando mortes por espancamento ou facadas. Em geral, isso ocorre depois das partidas, quando torcedores do time perdedor, já meio embriagados, mal precisam ouvir alguma frase de gozação para explodir.
Hoje, o futebol domina a vida esportiva brasileira de tal forma que descrevê-lo como o rei dos esportes seria dizer pouco. Nos Estados Unidos, os fãs do beisebol e do futebol sempre reclamam para suas hostes o título de esporte nacional americano, enquanto o basquete e o hóquei também se atribuem grandes e devotas torcidas. São todos, porém, esportes de temporada, e

competem entre si pelos dólares e pela lealdade dos seus admiradores. No Brasil, entretanto, o futebol, jogado o ano inteiro, não tem competidores. Até mesmo os mais ardorosos seguidores do voleibol e do automobilismo, que provavelmente detêm as maiores torcidas depois do futebol, reconhecem que suas modalidades disputam um distante segundo lugar.

Na verdade, o futebol se tornou uma parte integral da psique e da paisagem brasileiras, gerando metáforas e gírias que estão profundamente embebidas no português falado no país. Nas minhas viagens ao redor do Brasil, encontrei campos de futebol até mesmo nos mais remotos e pobres lugares, incluindo reservas indígenas no Xingu, onde os índios usam só um tapa-sexo e uma camiseta com as cores de um time popular, como Flamengo ou Palmeiras. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um eterno sofredor com o Corinthians, costumava apimentar seus discursos com referências e analogias do futebol. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, um dos raros brasileiros que não se ligam ao esporte, viu-se obrigado a esconder seu desinteresse, com medo de ser considerado um homem nada chegado ao seu povo. Quando a seleção pentacampeã do mundo voltou ao Brasil, em 2002, ele fez questão de cumprimentar os jogadores, na mesma linha do que fez presidentes anteriores.

As relações entre o futebol e a política são quase sempre complicadas, com presidentes e outras autoridades eleitas fazendo o papel de suplicantes às estrelas do esporte, aparentemente isentas das muitas proibições aplicadas aos outros cidadãos. Antes da Copa do Mundo de 1970, por exemplo, o general Emílio Garrastazu Médici, o ditador de plantão na época, criticou o técnico da seleção, João Saldanha, por não haver convocado um jogador de sua predileção, Dario Maravilha. "Eu não peço para escalar ministro", Saldanha, jornalista e comunista, retrucou, "daí ele não convoca jogador para a seleção."

Saldanha foi apelidado de "João sem medo" por se atrever a desafiar o presidente numa época em que dissidência pública de qualquer tipo podia ser punida. Embora não tenha sido preso, ele pagou um preço: Médici já se irritara com a recusa de Saldanha em levar a seleção para um almoço na presidência, em Brasília, alegando um treino da equipe na mesma data, e, logo depois que fez suas críticas,, foi demitido. Mesmo assim, Médici, cujo apelido era o "Carrasco Azul", também lucrou com sua devoção ao esporte. Imagens do presidente com a orelha grudada no radinho transistor, ouvindo os jogos do Brasil, ajudaram a humanizar sua figura, e, quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo naquele ano, a máquina de propaganda da ditadura abandeirou o feito como prova de que o Brasil era um país próspero, confiante, estável, rumo ao *ranking* das potências

mundiais.

A Copa do Mundo pode também ter um impacto significativo na economia nacional. Análises estatísticas têm revelado: quando o Brasil se sagra campeão do mundo na Copa, concorrência que agora sempre acontece em ano de eleição presidencial, os brasileiros se sentem felizes e orgulhosos, e a isso respondem gastando mais dinheiro, tendência que promove o crescimento e, por extensão, a confiança no governo. Mas todas as apostas caem por terra se o Brasil não tira o primeiro lugar. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso observou em seu livro de memórias que quando concorreu a primeira vez ao posto maior, no ano vitorioso da Copa do Mundo de 1994, ele, o relutante neófito de futebol, apostou tudo na seleção nacional, enquanto seu rival, Lula, o fanático de carteirinha, manteve distância da equipe, temeroso das consequências negativas em caso da eliminação do Brasil. "Houve naquilo uma certa canastrice política?" Cardoso escreveu. "Sim, claro. Mas também foi algo perigoso. Se eu estava pronto para me identificar publicamente com a seleção, o que aconteceria comigo se o Brasil perdesse?"

Jogadores e dirigentes conhecem bem seu *status* privilegiado e não vacilam em tirar proveito disso — para bem ou para mal. De forma ocasional, eles contestam o poder de um jeito que outros não podem fazê-lo, caso de Saldanha, mas outras vezes eles se comportam como se estivessem acima da lei. Depois da conquista da Copa do Mundo em 1994, nos Estados Unidos, jogadores e técnicos voltaram ao Brasil num avião fretado carregado de computadores, aparelhos domésticos eletrônicos, joias e outros artigos de luxo. Quando desembarcaram e foram intimados pela Alfândega a pagar os devidos impostos, ameaçaram boicotar as comemorações oficiais, e foi preciso a intervenção de gente graúda do governo para fazer os fiscais desistirem da cobrança. E, em 2006, quando Lula insinuou que o atacante estrela da seleção, Ronaldo, estava gordo, o jogador, sentindo-se ofendido, fulminou de volta. "Assim como dizem que eu estou gordo, dizem que ele bebe para caramba", o craque afirmou aos repórteres. "Tanto é mentira que ele bebe como é mentira que estou gordo." Depois disso, Lula evitou novos conflitos, enviando a Ronaldo o que foi descrito como uma carta de desculpas.

Esse sentido de privilégio e a falta de prestação de responsabilidades permeiam o lado mercantil do futebol, que se tornou um símbolo de tudo o que é errado e ofensivo sobre o Brasil. Como resultado, a saúde e a integridade do que Pelé chamou de "o jogo bonito" têm sido contestadas. Corrupção, nepotismo, falcatruas, tudo ali floresce, especialmente no elitizado círculo incestuoso de executivos que administram os principais clubes e controlam o contrato dos

atletas. Conhecidos como cartolas, por causa de seu comportamento imperial, alto padrão de vida e gastos extravagantes, esses donos do esporte conseguem prosperar em termos pessoais até mesmo quando seus times beiram a falência e escândalos de corrupção, um após outro, os afundam.

Assim como o Carnaval, o futebol transformou-se de um mero entretenimento em um grande negócio, oferecendo, aos mais espertos, todo o tipo de novas e engenhosas formas de fazer dinheiro. Em 2005, por exemplo, dois renomados árbitros admitiram haver aceito mais de 4 mil dólares por partida para apitar a favor de determinados times. Revelado o esquema, onze jogos foram anulados e de novo realizados, o que resultou também na mudança da classificação do campeonato brasileiro.

Alguns anos antes, o técnico da seleção nacional foi demitido depois que uma amante desprezada o acusou de convocar alguns jogadores em troca de pagamentos secretos dos empresários dos atletas. Antes do escândalo, a seleção era tida como uma das poucas áreas da vida brasileira nas quais as escolhas eram baseadas no talento e no mérito, não nas ligações. Devido ao prestígio da seleção, o valor de mercado dos jogadores dispara, e eles obtêm mais dinheiro nas transferências quando vendidos a clubes europeus. Do técnico, Vanderley Luxemburgo, se dizia também que ele recebia uma percentagem dos direitos de transferência, recursos que, depois de serem devidamente lavados, ele teria usado para comprar apartamentos, obras de arte e carros de luxo. Apesar das denúncias, Luxemburgo não sofreu nenhuma ação penal, nem foi afastado do futebol. Ao contrário, desde que o escândalo explodiu, ele dirigiu cinco times brasileiros e um na Espanha.

Suspeitas também pairam sobre a CBF, entidade que supervisiona a seleção nacional. Em 1996, por exemplo, a Confederação assinou um acordo de patrocínio de 160 milhões de dólares com a Nike, o que foi considerado, na época, a maior transação esportiva na história. O acordo foi renovado por mais dez anos em 2006, quatro anos depois que o Brasil se sagrou pentacampeão do mundo. Nunca houve, contudo, uma prestação de contas do dinheiro, e até hoje ninguém sabe, com detalhes, onde e como foi gasto. Na qualidade de correspondente no Brasil, tentei investigar o assunto em 2002 e 2006, mas a CBF simplesmente ignorou os meus pedidos de dados e informações e solicitações de entrevistas, como colegas brasileiros bem haviam previsto.

Quando da assinatura original do contrato, o júbilo foi geral no país, com a esperança de que enormes somas de recursos seriam investidas em novos programas educativos, facilidades de treinamento e equipamento para dar aos

pobres mais oportunidades. Não há sinais de que se isso de fato tenha ocorrido, a não ser em mínima escala, e até mesmo um par de inquéritos no Congresso em relação ao manejo do dinheiro pela CBF não deu em nada. Enquanto isso, a brecha entre o Brasil e seus principais adversários europeus, como Alemanha, Espanha, Itália e França, parece ficar mais estreita. O Brasil permanece o melhor do mundo, a maior fonte de jogadores talentosos, mas isso acabou se tornando parte do problema.

Empresários vasculham o interior do país e favelas à procura de jogadores promissores mas muito jovens, fazendo-os assinar contratos de serviços pessoais, de longo termo, o que os torna propriedade do agente, não um empregado do clube no qual jogam. Embora tal sistema tenha sido criticado como uma forma moderna e disfarçada de trabalho escravo, nenhuma providência foi tomada para proibir ou regular essa prática. Tão poderosos e enraizados são os interesses comerciais envolvidos que até mesmo os protestos e as advertências de Pelé, nos anos 90 nomeado secretário Extraordinário do Esporte pelo governo federal, passaram em branco.

Outra consequência desse sistema é que, como os empresários buscam com frequência as taxas mais altas de transferência, mais e mais jogadores de melhor nível são vendidos a clubes estrangeiros, fazendo grande parte de sua carreira no exterior, não em casa. Graças à reputação do Brasil como uma fábrica de futebol, até mesmo jogadores médios são procurados por clubes do exterior, não só como uma atração de bilheteria, mas sobretudo porque seu nível de habilidades é maior do que o dos atletas locais. O resultado disso é que a exportação de jogadores se tornou uma lucrativa fonte de renda para o Brasil, embora nem sempre para os jogadores envolvidos. Em 2002, o escritor inglês Alex Bellos calculou, em seu livro *Futebol: the Brazilian way of life*, que mais de mil brasileiros jogavam em clubes estrangeiros (A CBF reconhece 783 times profissionais, cada um com um máximo de 22 jogadores, o que significa um total de 17 mil jogadores profissionais no país). Muitos deles atuavam em países famosos pela qualidade de seu futebol, como França e Itália. Outros, contudo, jogavam em lugares como Catar e Malásia, ou até mesmo na fria e remota Ilhas Faeroe, entre a Islândia e a Noruega. Alguns poucos chegaram até a mudar de nacionalidade para poder jogar na seleção de seu país de adoção. Desde a publicação do livro de Bello, os números só cresceram, e até recentemente se deu um autêntico êxodo no futebol brasileiro, que só agora está começando a minguar com o surgimento de um real forte e com a crise do euro.

Tal fluxo de saída tem baixado o nível de qualidade do futebol no Brasil,

tornando mais difícil a montagem de uma seleção consistente, pois os clubes europeus às vezes se mostram relutantes em liberar os jogadores brasileiros para as eliminatórias da Copa do Mundo. Dos vinte e dois jogadores da seleção de 2006, derrotada nas quartas de final depois de vencer a competição anterior, só dois não eram "estrangeiros", ou seja, jogadores que atuavam no exterior; uma tendência similar ocorreu com a seleção de 2010, também nada efetiva, a qual, mesmo favorita, foi de novo eliminada nas quartas de final ao perder para a Holanda por 2 a 1.

Visto de fora, o futebol brasileiro parece ser uma máquina bem azeitada. Isso se deve ao óbvio talento dos jogadores, que continuam a surgir em grande número, como carros saindo da linha de montagem. Porém, visto mais de perto, o futebol profissional organizado não é só corrupto, é também caótico. Tal contraste — entre a elegância e a supremacia no campo e a incompetência e a funda desonestidade nas salas da diretoria — é uma clara debilidade, além de ser quase sempre culpa dos gananciosos cartolas. Os torcedores brasileiros têm também sua parcela de culpa. Parecem muito satisfeitos em aceitar o *status quo* e ignorar os abusos desde que a seleção ganhe e continue a levar a glória ao Brasil. Somente um grande desastre na Copa do Mundo — eliminação do time na fase inicial, de grupos, por exemplo, como já aconteceu com a arquirrival Argentina — parece ser capaz de gerar um movimento pela reforma do futebol brasileiro. E, já que uma debacle de tal magnitude parece improvável num futuro próximo, a prevalecente atitude de *laissez-faire* deve persistir, tornando escassas as chances de mudança antes da Copa de 2014, com sede no Brasil. Afinal, "o pecado não existe abaixo do Equador", sobretudo quando traz sucesso após sucesso e faz o povo feliz.

5 Criatividade, cultura e "canibalismo"

Quando os europeus começaram a colonizar o Brasil, nos anos 1500, marinheiros ou aventureiros portugueses, franceses, alemães e holandeses eram às vezes capturados por tribos indígenas. Não sabemos muito sobre o que acontecia durante o cativeiro, porque a maioria dos prisioneiros nunca conseguiu fugir para contar a sua história. No entanto, um desses reféns, Hans Staden, escapou. Em 1555, ele voltou à Europa e escreveu um livro que se tornou *best-seller* internacional, descrevendo em detalhes vívidos, e até chocantes, como a tribo tupinambá matava os seus cativos e devorava a carne deles.

Narrativas tétricas semelhantes a essa sobre a história do descobrimento do Brasil, que podem ou não ser verdadeiras, espalharam-se por toda a parte, difundindo a noção popular de que a cultura brasileira se caracterizava pela antropofagia. No mundo acadêmico, isso é apenas um termo técnico pomposo para canibalismo. Mas, desde que um grupo de críticos e intelectuais se reuniu em São Paulo, no ano de 1922, a fim de tentar traçar um rumo para a arte moderna no Brasil, o termo "antropofagia", no sentido de canibalismo cultural, foi também aplicado metaforicamente a uma doutrina usada para explicar, codificar e estimular a prodigiosa produção artística do Brasil.

A cultura brasileira é, sem dúvida, o orgulho e a glória do país, sua maior realização e principal cartão de visita ao redor do mundo. A incrível vitalidade e a variedade da expressão artística brasileira fornecem uma porta aberta para conhecer o Brasil e a sua gente, mas também fizeram do país uma potência cultural. Existe alguém no mundo que nunca escutou, seja no rádio, na TV ou na vitrola, a canção "Garota de Ipanema" pelo menos uma vez? Ou que nunca tenha visto os músicos e dançarinos de fantasias cintilantes sambando pelas ruas no Carnaval? Ou que jamais vislumbrou imagens das largas avenidas e colossais edifícios de vidro e concreto de Brasília, elevando-se da savana verdejante?

Para os brasileiros, tudo isso pode apenas ser explicado pelo fenômeno da "antropofagia". Desde o início, a cultura deles foi uma mistura de elementos europeus, africanos e indígenas. Mas, do modo como o veem, o seu

relacionamento com o resto do mundo é do tipo em que eles consomem avidamente e digerem produtos artísticos oriundos do estrangeiro — desde romances franceses, no século XIX, a filmes de Hollywood e música popular britânica, no século XX —, e, ao fazê-lo, os transformam em algo diferente, que adquire um caráter e sabor exclusivamente brasileiro, e depois é exportado de volta para o resto do mundo. A bossa nova, por exemplo, nasceu em grande parte do fascínio de Antônio Carlos Jobim pelo *jazz* norte-americano e pelos compositores clássicos românticos como Chopin, mas ele absorveu essas influências e produziu algo novo e tipicamente brasileiro.

"Antropofagia é um modo brasileiro de ser", argumenta Caetano Veloso, o cantor e compositor mais bem-sucedido internacionalmente que qualquer outro artista brasileiro da sua geração. De fato, a história de Hans Staden e suas implicações simbólicas permanecem vívidas e vitais no imaginário brasileiro contemporâneo, e já foi assunto de novelas, canções, pinturas e de um par de filmes. Enfardada como um manifesto, a noção de "canibalismo cultural" fornece uma estrutura teórica a praticamente todos os desenvolvimentos importantes na cultura brasileira moderna. Isso inclui o Tropicalismo, movimento encabeçado pelo próprio Veloso no fim da década de 60 e que, nos anos recentes, se tornou uma influência importante para artistas dos Estados Unidos e da Europa.

Embora os brasileiros tenham chegado a um consenso sobre a natureza do processo artístico no seu país, eles acham difícil explicar as razões para a torrente de criatividade que os rodeia, e por isso elaboraram diversas teorias. Uma delas, bastante popular, é que a própria imprevisibilidade da vida cotidiana no Brasil, a tendência de as coisas não ocorrerem conforme planejadas, ou de mudarem de rumo inesperadamente, obriga os brasileiros a serem ágeis e inventivos, dotando-os de uma capacidade inata de improvisação. Talvez sim, talvez não. Afinal de contas, muitos outros países, onde a vida pode ser ainda mais caótica e desorganizada, não são nem de perto prolíficos como o Brasil.

Os brasileiros se superam nas atividades criativas em que a habilidade de improvisar é muito útil e altamente valorizada, como a música e a dança. Talvez faça sentido acrescentar também o futebol à lista. Eles pegaram um esporte enfadonho e fisicamente desajeitado, nascido nos campos da certinha escola pública britânica, e o transformaram num espetáculo alegre de dança e atuação apreciado no mundo todo.

Nas artes, os brasileiros canibalizaram e acrescentaram a própria personalidade a tudo, da música à arquitetura. Onde mais, a não ser no Rio de Janeiro, berço do samba, os gerentes de um restaurante à beira-mar na Zona Sul, o célebre e já

fechado Caneco 70, reduto tradicional da boêmia carioca, achavam necessário advertir os fregueses que "é terminantemente proibido batucar nas mesas"? Em quantos outros países os passageiros de um ônibus — por exemplo, na linha 233, que eu frequentava indo da Zona Norte para a praia da Barra da Tijuca — espontaneamente começariam a cantar um samba, batucando nas janelas, assentos e corrimões do veículo? Isso, porém, é a vida no Brasil, país onde uma explosão de criatividade parece sempre prestes a ocorrer.

"Em matéria de música popular, os únicos três lugares que realmente contam são Brasil, Cuba e Estados Unidos", proclamou o compositor de bossa nova Antônio Carlos Jobim, numa entrevista que eu fiz com ele em 1980, no jardim de sua casa, no Rio de Janeiro. "O resto é apenas valsa."

A declaração de Jobim pretendia ser provocativa, mas de um modo comicamente indireto ele estava dizendo duas verdades inquestionáveis: o Brasil é uma superpotência musical, e tornou-se tal graças, sobretudo, à habilidade aparentemente inesgotável dos seus músicos e compositores de inventar novos ritmos e harmonias, evitando a previsibilidade rotineira da tradição musical europeia.

O samba e seu derivado mais suave, a bossa nova, são obviamente os exemplos mais conhecidos da tradição musical popular brasileira. Porém, embora ouvintes casuais talvez não saibam disso, estilos brasileiros menos conhecidos, que vão desde o maracatu e o maxixe até o frevo e o forró, sem mencionar o axé, o baião e o pagode, insinuaram-se nas composições de alguns dos astros *pop* internacionais mais influentes das últimas décadas, entre os quais Paul Simon, Michael Jackson, Rolling Stones, Talking Heads, Peter Gabriel, Sting, Eric Clapton, Beck, Earth Wind & Fire, Nelly Furtado e Devendra Banhart. E isso apenas no mundo anglofalante; em lugares como França, Itália e países latino-americanos de língua hispânica, o impacto provavelmente é ainda maior.

Artistas brasileiros também conquistaram seu espaço no estrangeiro, liderados por Caetano Veloso e Gilberto Gil, fundadores e teóricos do movimento conhecido como Tropicalismo. Conjuntos de *jazz* como os de Miles Davis e Chick Corea, bem como bandas d*e jazz-rock* como Chicago, tiveram membros brasileiros que deixaram sua marca na música, tanto ritmicamente quanto na escolha do repertório. Recentemente, DJs brasileiros como Gui Boratto, DJ Marlboro, Sany Pitbull, DJ Marky, DJ Patife e Amon Tobin fizeram turnê pelo mundo e se tornaram uma forte influência na música eletrônica, *house, trip-hop* e movimentos *drums and bass.* Encantados com a música oriunda do Brasil, artistas estrangeiros desde M.I.A. e Asian Dub Foundation até Diplo, do

Hollertronix, visitaram o Brasil na esperança de colher amostras de sons inovadores direto da fonte.

Pelo que sabemos, essa criatividade pode remontar aos tempos coloniais, quando teve início a mescla original de elementos europeus, africanos e indígenas que formou a cultura brasileira, em relativo isolamento do que eram então os principais centros de cultura global. Mas só a chegada do século XX e da possibilidade de difusão e reprodução cultural em massa, através de uma série de novas tecnologias, começando pelo fonógrafo e continuando com a internet, permitiu ao Brasil tornar-se um dos principais exportadores mundiais de música, cujas inovações são intensamente admiradas e copiadas.

Esse processo ocorreu gradualmente nos últimos cem anos, com a tecnologia ajudando a espalhar os novos sons. Um dos primeiros beneficiários do nascimento de grandes gravadoras internacionais, capazes de distribuir sons gravados pelo mundo afora em discos, foi o sambista, flautista e saxofonista Alfredo da Rocha Viana, conhecido como Pixinguinha, que foi convidado a fazer uma turnê pela Europa com seu grupo Os Oito Batutas em 1922, pouco depois que as primeiras gravações em 78 rpm se tornassem disponíveis por lá.

Definir o samba é um desafio porque não é somente um sentimento e uma batida, mas também um modo de encarar a vida e ainda um dos principais símbolos da identidade nacional brasileira, com estilos associados de vestuário e até da própria gíria e culinária. O ritmo básico do samba é dois quartos, mas, ao longo dos anos, músicos e cantores desenvolveram aparentemente infinitas variações para mudar acentuações e sincopar aquela batida enganosamente simples. O samba é tocado de muitas formas, desde bandas com instrumentação estilo *rock* lideradas por guitarra elétrica até orquestras com grandes seções de instrumentos de sopro.

Em sua forma mais simples e pura, no entanto, o samba é executado por pequenos conjuntos acústicos. Estes tradicionalmente incluem instrumentos de corda, como o cavaquinho, para estabelecer a melodia, acompanhados por um grande número de instrumentos de percussão com nomes exóticos (agogô, cuíca, ganzá, pandeiro, reco-reco, surdo, tamborim, xequerê) para formar a cadência irresistível. Como diz o velho ditado, que inevitavelmente foi incorporado a uma música de sucesso, "quem não gosta de samba é ruim da cabeça ou doente do pé".

Ninguém sabe ao certo como o samba surgiu, assim como a origem precisa do *jazz* e do *blues* é enevoada por incertezas. Contudo, Pixinguinha pode ser considerado o equivalente brasileiro de Louis Armstrong: um brilhante

instrumentista, improvisador e chefe de banda, que sintetizava várias correntes musicais afros num novo estilo vivaz que cativou o mundo. Pixinguinha não escreveu nem gravou o primeiro samba; isso ocorreu em 1916, com "Pelo telefone", ao passo que Pixinguinha só fez sua primeira gravação como chefe de banda em 1919, aos 22 anos. Mas ele acabou personificando a popularidade do samba no Rio de Janeiro, assim como Armstrong será associado para sempre com Nova Orleans e *jazz.*

O samba é o manancial de quase todos os demais gêneros de música popular desenvolvidos no Brasil até hoje, assim como os críticos e musicólogos consideram o *blues* a fonte principal dos posteriores estilos musicais populares estadunidenses, do *jazz* ao *hip-hop.* Isso não é mera coincidência: tanto o samba quanto o *blues* têm suas raízes na África Ocidental e foram trazidos para o Novo Mundo a bordo de navios negreiros cujo destino era Charleston, na Carolina do Sul, em uma viagem, e Salvador e Recife na viagem seguinte. O resultado disso foi uma afinidade e um compartilhamento de valores, especialmente uma ênfase sobre complexidade rítmica e síncope, que ajuda a explicar por que músicos do mundo todo se interessam pela música.

A ênfase no ritmo infiltrou-se até na tradição de música clássica brasileira. Heitor Villa-Lobos, ativo durante a primeira metade do século XX, é o compositor mais tocado e influente que já saiu da América Latina. Nascido no Rio em 1887, ele tocava em conjuntos de rua e de teatros, absorvendo a influência do samba e especialmente do choro, antes de empreender longas expedições ao interior para colher melodias e ritmos populares. Esses foram incorporados em poemas sinfônicos, peças de câmara, concertos, quartetos de cordas e uma dúzia de sinfonias, nos quais Villa-Lobos, um nacionalista, procurou demonstrar que temas puramente brasileiros não eram incompatíveis com as convenções artístico-musicais da Europa.

No entanto, foi a ascensão de Pixinguinha que marcou o início do diálogo constante entre a música *pop* brasileira e a norte-americana. Quando voltou com seu conjunto de uma turnê em 1922 pela Europa, onde viu bandas de *jazz* norte-americanas se apresentando ao vivo, ele começou a tocar saxofone. Pixinguinha foi às vezes criticado no Brasil por dar ao saxofone o mesmo peso que à flauta, e algumas de suas gravações subsequentes, como a mundialmente célebre "Carinhoso", foram atacadas por serem "jazzísticas demais" ou "americanizadas demais". Porém, os jazzistas adoravam a música dele, e ao longo das décadas tocaram muitas de suas canções.

O público norte-americano só começou a sucumbir aos encantos do samba

depois que Carmen Miranda chegou aos Estados Unidos, em 1939. Graças a uma série de apresentações em boates e musicais que a tornaram uma estrela da Broadway, ela foi convidada a atuar em filmes que levariam a música dela às telas de cinema ao redor do mundo e eventualmente fariam dela a atriz mais bem paga de Hollywood. A *bombshell* brasileira, como Carmen Miranda era chamada, fez catorze filmes entre 1940 e 1953, a maioria obras extravagantes ou cafonas, com títulos como *Uma noite no Rio* e *Copacabana.*

O samba apresentado nessas produções é uma versão muito amenizada, bem distante do estilo autêntico executado no Carnaval ou nos morros do Rio de Janeiro. Mas a batida e a energia de Carmen Miranda eram irrefreáveis e ajudaram a estabelecer o samba como uma dança de salão popular nos Estados Unidos e na Europa.

Os brasileiros, no entanto, estavam divididos em relação a Carmen Miranda. Se por um lado gostavam que ela trouxesse reconhecimento internacional ao Brasil e à sua música, por outro ficavam irritados pelo fato de ela fazer isso interpretando uma desmiolada e reforçando todos os estereótipos condescendentes que o mundo anglo-saxão sempre impingira aos latino-americanos. Como Miranda nascera em Portugal e nunca adquirira cidadania brasileira, outros lhe questionavam o direito de cantar uma música cujas raízes eram negras, e a acusavam de abastardar a imagem e a cultura do país por ganho pessoal para diversão de estrangeiros. Ela zombava de tais críticas, mas era suscetível a elas; durante uma viagem infeliz ao lar, em 1940, até gravou uma resposta de repúdio numa canção intitulada "Disseram que voltei americanizada".

Quando Carmen Miranda morreu, em 1955, a música brasileira a havia deixado para trás e já dera início à próxima inovação a desfrutar de popularidade global: a bossa nova. As raízes da bossa nova estavam no samba, mas um grupo de jovens músicos que tocava em boates no Rio de Janeiro, encabeçado por Antônio Carlos Jobim e João Gilberto, também andara escutando *jazz*, sobretudo gravações de Stan Kenton, Nat King Cole, Miles Davis e Frank Sinatra, e ainda compositores clássicos como Chopin, Debussy e Ravel. Misturando tudo isso, inventaram um som que retinha o ritmo contagiante do samba clássico, porém com uma abordagem mais suave e menos ruidosa, em que o piano e o violão têm precedência sobre instrumentos de sopro e percussão.

A primeira gravação de bossa nova, um LP inicialmente malsucedido em que o pianista Jobim e o guitarrista Gilberto tocavam em parceria, chegou ao mercado no início de 1958. Alguns meses depois, seguiram-se as versões de Gilberto para

"Chega de saudade" — conhecida em inglês como "No more blues" —, escrita por Jobim e o poeta Vinícius de Moraes, e "Bim Bom", de autoria do próprio Gilberto. Gilberto cantava tão suavemente, e com tão pouco acompanhamento, que os ouvintes precisavam esforçar-se para ouvi-lo. Mas o Brasil estava com um humor particularmente confiante, graças à prosperidade criada pelo recém-eleito presidente Juscelino Kubitschek, e a bossa nova parecia captar o otimismo do momento. Em questão de meses tornou-se uma sensação nacional.

Em 1960, já corria no estrangeiro a notícia sobre esse novo ritmo delicioso que emanava do Rio de Janeiro. O filme *Orfeu negro*, cuja trilha sonora incluía canções de bossa nova como "Manhã de Carnaval" e "A felicidade", gozava de sucesso internacional. Músicos de *jazz* do mundo todo estavam fascinados pela bossa nova, especialmente com seus acordes complexos, que lhes ofereciam uma base para improvisação quando eles mesmos começaram a tocar bossa nova. Em 1961, uma turnê patrocinada pelo Departamento de Estado dos EUA trouxe o guitarrista Charlie Byrd e outros músicos de *jazz* ao Brasil, e eles voltaram aos Estados Unidos entusiasmados com o que haviam escutado e determinados a gravar no estilo bossa nova.

O que veio a seguir foi uma espécie de explosão quieta, ou reação em cadeia. Byrd e o saxofonista Stan Getz gravaram juntos um disco chamado *Jazz Samba*, que gerou os sucessos compostos por Jobim "Samba de uma nota só"—o qual ganhou um Grammy para Getz — e "Desafinado". O passo seguinte para Getz foi ir direto à fonte: ele colaborou com João Gilberto e sua esposa, Astrud, e com Jobim para fazer outro álbum, chamado *Getz/Gilberto.* A primeira canção-solo desse disco, "Garota de Ipanema", de Jobim, fez Getz ganhar mais alguns Grammys e convenceu os dois cantores mais renomados dos Estados Unidos, Frank Sinatra e Ella Fitzgerald, a gravar os próprios discos de bossa nova.

A bossa nova estava dominando as paradas de sucesso norte-americanas e parecia prestes a se tornar a forma de música *pop* mais popular no mundo inteiro, quando foi subitamente sobrepujada, em meados da década de 60, pela invasão britânica. Isso teve um impacto imediato no Brasil, onde o *rock and roll* já estava bem difundido, graças à ascensão de Elvis Presley, e havia inspirado um movimento chamado Jovem Guarda, liderado pelo cantor Roberto Carlos. Jovens músicos populares brasileiros rapidamente começaram a usar instrumentos elétricos e a incorporar ritmos do *rock* nas suas canções, para desgosto dos tradicionalistas, que os acusavam de ser "entreguistas" e de "traírem" a identidade e o legado brasileiros. Quando a música psicodélica surgiu em Londres e São Francisco em 1967, o Brasil já estava preparando uma

resposta à explosão *pop* dos anos 60 na forma do movimento nativo que veio a ser conhecido como Tropicalismo.

O Tropicalismo nasceu na Bahia no início da década de 60, no âmago de um grupo de estudantes universitários de inclinação artística, tendo à frente Gilberto Gil, Caetano Veloso, sua irmã Maria Bethânia, Gal Costa, Tom Zé e Torquato Neto. Eles estavam profundamente interessados não somente na cultura brasileira, mas também na ampla gama de expressão internacional que então emergia, da *nouvelle vague* francesa e a arte de Andy Warhol aos Beatles e Bob Dylan. Depois que Maria Bethânia recebeu convite para cantar numa peça em São Paulo, gradualmente os outros também foram e fizeram amizade com espíritos afins de lá, como a banda *pop* Os Mutantes e o arranjador Rogério Duprat.

Inicialmente, houve forte resistência ao que os tropicalistas faziam. O ecletismo deles, especialmente seu entusiasmo por guitarras elétricas e *rock and roll* escandalizou a velha guarda musical. Pelo mesmo motivo, a esquerda radical os via como agentes do imperialismo norte-americano, tentando sabotar a integridade da cultura brasileira e enfraquecer o engajamento político dos jovens. Festivais musicais televisionados estavam na moda naquela época, e os tropicalistas às vezes foram vaiados ruidosamente enquanto se apresentavam, e depois desancados por críticas.

Mesmo assim, eles persistiram, e, em 1968, lançaram um disco que foi tanto uma obra-prima artística — nomeado pela revista *Rolling Stone*, em 2007, o segundo melhor álbum já gravado — como também um manifesto. *Tropicália ou panis et circensis* possui doze faixas, a maioria escrita por Gil e Veloso — juntos, individualmente ou em parceria com outros —, que reúnem todas as influências desiguais absorvidas pelo Tropicalismo. Esses ingredientes incluem *rock and roll*, *pop* europeu filtrado por uma sensibilidade baiana, música psicodélica e até uma versão modificada de balada chorosa dos anos 30, adotada justamente por ser tão brega.

"Suponho que fui eu a decidir que devíamos fazer um disco-manifesto, um disco coletivo que explicitasse o caráter de movimento do nosso trabalho", escreveu Veloso, muitos anos depois, em seu livro de memórias, *Verdade tropical*. "Uma das marcas da Tropicália — e talvez seu único sucesso histórico indubitável — foi justamente a ampliação do mercado pela prática da convivência na diversidade, alcançada com o desmantelamento da ordem dos nichos e com o desrespeito às demarcações de faixas de classe e de graus de educação."

Embora o Tropicalismo não fosse um movimento explicitamente político, a

ditadura militar então no poder corretamente enxergou sua estética anarquista como uma ameaça à ordem repressiva que as forças armadas estavam tentando instalar. Pois mesmo que a principal preocupação do Tropicalismo fosse a expressão artística, ele também defendia a liberdade pessoal irrestrita como um meio para aquele fim, inclusive uma atitude permissiva com relação a sexo e drogas, que os governantes do país viam como de inspiração comunista. No fim de 1968, Gil e Veloso foram presos em São Paulo e mandados para uma prisão militar no Rio de Janeiro. Libertados semanas depois sob a condição de concordarem em partir para o exílio, no início de 1969 eles foram mandados embora para Londres, onde passaram os três anos seguintes, longe das raízes que haviam alimentado a sua música.

Esse episódio ilustra dois pontos: quão eficaz a música popular havia se tornado como instrumento de resistência à ditadura; e quão encarniçados estavam os militares em destruir essa resistência. Letras de canções eram censuradas aos montes, e algumas, como "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, "Apesar de você", de Chico Buarque, e "Cálice", de Gil e Buarque, foram proibidas de ser transmitidas e também interpretadas publicamente. Mas elas se propagaram boca a boca e se tornaram hinos oposicionistas, cantados em reuniões clandestinas de estudantes e grupos políticos, e até mesmo em manifestações públicas contra o regime. O YouTube possui um filme raro de arquivo de uma apresentação de "Cálice" num *show* em São Paulo, em 1973, com Gil e Buarque murmurando uma letra nova sem sentido ou cantarolando a melodia, deixando a audiência preencher as lacunas. O censor militar presente ao concerto entendeu exatamente o que estava acontecendo, e respondeu cortando o som dos microfones.

A rigor, o exílio de Gil e Veloso marcou o fim do Tropicalismo, visto que muitos dos artistas que ficaram no país tornaram-se mais cautelosos, a fim de evitar o mesmo destino que o deles. Mas Gil falou-me, de modo quase nostálgico, sobre como a experiência do exílio foi positiva para ele, expondo-o a novas influências, tais como *reggae*, Pink Floyd e Jimi Hendrix. Em vez de obrigá-los a se fecharem em si mesmos, o exílio acabou tornando Gil e Veloso até mais receptivos ao que estava acontecendo fora do Brasil, e mais convencidos de que este possuía direito a um lugar na mesa da emergente cultura global liderada pelos jovens. Quando voltaram ao país, em 1972, Gil e Veloso prontamente injetaram essa atitude, e os novos sons que haviam escutado durante o exílio, no borbulhante ensopado cultural que Gil chamou de "geleia geral" do *pop*.

Durante a ausência dos tropicalistas, o cantor Milton Nascimento e um círculo

de músicos e compositores ligados a ele, conhecido como Clube da Esquina, despontaram como uma nova força criativa. Inicialmente sediado em Minas Gerais, Nascimento gravou alguns discos com sabor de *jazz* e bossa nova no fim dos anos 60 e também escreveu diversas canções gravadas por outros artistas na época. Mas ele teve seu primeiro grande sucesso comercial somente em 1972, com um álbum chamado *Clube da Esquina*, que o afastou daquele estilo e o aproximou mais do *pop* e do *rock.* De fato, uma das canções desse movimento divisor de águas se chamava "Para Lennon e McCartney", e mais tarde, naquela década, Nascimento gravaria uma versão idiossincrática de "Norwegian wood", dos Beatles.

Os principais atributos de Nascimento eram a sua voz, um tenor puro de doer, que ele frequentemente deixava subir para um falsete etéreo, e seu elaborado senso de harmonia, que rapidamente fez dele um favorito dos músicos d*e jazz.* Essa inventividade harmônica sutil, segundo me disse ele numa entrevista de 1991, se devia em grande parte ao fato de ter crescido numa cidadezinha isolada do interior de Minas Gerais, onde ele era um ouvinte ávido das estações de rádio paulistas e cariocas, que tocavam os últimos sucessos brasileiros e estrangeiros, mas tinham seus sinais parcialmente interrompidos por uma cadeia de montanhas.

"Não se podia ouvir os harmônicos porque a recepção do rádio não era forte o suficiente", disse ele. "Se eles tocavam uma música de que gostávamos, copiávamos a letra e a melodia, mas tínhamos que inventar as harmonias. Meses depois íamos a uma cidade grande para tocar a música e víamos que nossas harmonias eram completamente diferentes das do original."

Essa inventividade gerou um convite, em 1974, para colaborar com Wayne Shorter, o saxofonista de *jazz* que gravou com Miles Davis e Weather Report, no disco *Native dancer,* considerado hoje um clássico do gênero *jazz*-fusão. Nos anos seguintes, Nascimento trabalhou não apenas com músicos de *jazz*, como Pat Metheny, Herbie Hancock, Ron Carter, George Duke e Quincy Jones, mas também com algumas das maiores estrelas da música *pop*, como Jon Anderson, do Yes, Duran Duran, Peter Gabriel, Paul Simon, Sting, Cat Stevens e James Taylor.

"Milton Nascimento tem uma voz belíssima, e nas suas músicas podem-se ouvir coisas que soam quase como melodias populares", disse-me Sting numa entrevista em 1991, pouco depois que ele e Nascimento haviam tocado juntos na televisão no Brasil. "A ideia de que pode haver verdade na beleza se perdeu no *rock and roll* e *jazz* contemporâneos, mas os brasileiros a conservaram, e Milton

é o seu melhor expoente."
Outro personagem colossal da geração de músicos que atingiu a maioridade no fermento dos anos 60 é o cantor e compositor Chico Buarque, que, numa pesquisa de revista em 1999, foi eleito o músico brasileiro mais importante do século XX. Às vezes chamado de Bob Dylan brasileiro, por seu domínio das palavras, Buarque estreou em meados da década de 60 como uma "unanimidade nacional", na frase de um crítico de música da época, e, portanto, popular em todos os grupos e classes sociais. Tradicionalistas musicais gostavam dele porque sua música era oriunda da tradição do samba e da bossa nova, com a qual ele parecia à vontade. Gente politicamente engajada, sobretudo de esquerda, gostava dele porque suas letras versavam sobre consciência social e muitas vezes continham críticas ao *status quo* revestidas de poesia. As moças o achavam bonito como um astro de cinema, especialmente por seus olhos muito verdes, e os pais delas o achavam aceitável porque ele vinha de uma das famílias mais proeminentes do Brasil, com vários artistas e intelectuais na sua árvore genealógica.
Nos anos seguintes, as letras de Buarque, ágeis e inteligentes desde o início de sua carreira, tornaram-se cada vez mais engenhosas e subversivas, e quando os censores militares proscreveram diversas das suas composições mais populares, como parte do aumento da repressão em dezembro de 1968, ele achou melhor partir para o exílio. Foi à Itália e, depois que voltou para casa, em 1970, muitas das canções novas que escreveu, cheias de trocadilhos e duplos sentidos intraduzíveis, continuaram a tratar de temas sociais, e ele também começou a escrever peças e romances para expressar suas inquietudes. Cada vez mais, no entanto, ele se tornou também autor de sambas ondulantes e canções de amor repletas de romantismo.
Nos debates culturais do fim da década de 60 e começo da de 70, Buarque foi frequentemente considerado uma espécie de antitropicalista, defensor dos valores tradicionais brasileiros contra o ataque dos bárbaros estrangeiristas. Essa distinção sempre foi mais artificial que real, e se tornou ainda menos plausível depois que Buarque voltou do seu exílio europeu, compôs e gravou com Gil, Veloso e Maria Bethânia, demonstrando disposição, no decorrer da década, de adotar algumas das técnicas dos tropicalistas. Ele também eletrificou sua banda, misturou gêneros, às vezes na mesma canção, e incorporou influências estrangeiras na sua obra, como nas suas adaptações da "Ópera dos três vinténs", de Kurt Weill, e "Os músicos de Brêmen", dos Irmãos Grimm.
Por conseguinte, o experimento tropicalista continua sendo a estética musical

dominante do Brasil até hoje, no sentido de que nas últimas quatro décadas a música popular brasileira tem sido uma deliciosa miscelânea. Quando o *reggae*, na década de 70, saiu da Jamaica na direção sul, por exemplo, os músicos da Bahia o absorveram para criar um novo estilo chamado samba-*reggae*. Cada novo desenvolvimento no *rock* ou música *dance* anglo-americanos, do *punk* e *disco* ao *hip-hop*, emo e eletrônica, tem sido incorporado à "geleia geral" de Gil. Com o aparecimento da internet, que torna tais intercâmbios mais fáceis e rápidos, esse processo ficou quase instantâneo.

A internet também alterou o que se poderia chamar de os termos de intercâmbio entre artistas brasileiros e seus equivalentes nos países mais prósperos e poderosos do Norte, ou ao menos alterou o modo como se encaram mutuamente. Em 1991, Gilberto Gil reclamou comigo que o fascínio do mundo exterior com a música brasileira estava originando o que ele chamou de "safári cultural", uma versão moderna do mesmo sistema explorador colonial que "permitiu aos portugueses vir aqui, remover todo o nosso pau-brasil e mais tarde a outros levarem nosso açúcar e café, mais para seu benefício que para o nosso".

Quando lhe perguntei especificamente sobre a onda de astros *pop* que, como parte do chamado movimento *world music*, estariam explorando e aproveitando-se do *pop* brasileiro, ele voltou à analogia do "safari cultural". Incomodava-o, disse ele, a "atitude do aventureiro, o sujeito que vem à procura de novidade, no seu Land Rover com ar-condicionado, de armas engatilhadas, e entra na selva dizendo: 'Cadê os espécimes raros? Ah, estão ali!'. Então é *bang, bang, bang*, tudo isso sem deixar o conforto do seu veículo, equipado com rádio e computador".

Até 2007, porém, essas práticas haviam "mudado completamente", argumentou ele, em grande parte graças aos avanços tecnológicos. "Hoje a hegemonia do Norte foi, de certa forma, quebrada", disse-me ele numa entrevista na sua casa, em Salvador. "As tendências locais têm como se manifestar e adotar sua própria linguagem e forma de apresentação. Não é mais aquela visão de transformar algum material regional cru em um único produto padronizado. Hoje temos todos os tipos de cenários locais que utilizam elementos universais."

Por causa disso a MPB hoje, respeitada mundialmente, está explodindo de energia e criatividade em todas as frentes, um glorioso pandemônio em que cada estilo imaginável floresce e é aceito. Os tropicalistas, agora veteranos, continuam a produzir obras que atingem audiências dentro e fora do país, assim como Chico Buarque, Milton Nascimento e Roberto Carlos. O processo de fundir música *soul* com *pop* brasileiro, iniciada por Jorge Ben, Luiz Melodia e o

falecido Tim Maia, tem sido continuado por Ed Motta, Luciana Mello e Max de Castro. Bandas de *rock* e intérpretes de longa data, como Arnaldo Antunes, Titãs e Para-lamas do Sucesso, também continuam em atividade, assim como uma geração mais nova de bandas tais quais a *pop* Los Hermanos, as de inspiração *punk* como Charlie Brown Jr. e Jota Quest, e grupos de inspiração *reggae* como Skank e Cidade Negra. No Rio, bandas de *funk* nacionais são particularmente influentes em favelas, mas também tiveram seu trabalho imitado e sampleado por artistas estrangeiros em visita ao país.

Particularmente impressionante é a vasta safra de cantoras que se desenvolveram nos últimos anos, variando desde intérpretes românticas estilo Joni Mitchell até líderes de *rock* pesado. Ao contrário das intérpretes de gerações passadas, de Carmen Miranda, passando por Astrud Gilberto, até Gal Costa e Maria Bethânia, essa geração recente também compõe suas canções e toca instrumentos no palco. Adriana Calcanhotto, Ana Carolina, Cássia Eller, Maria Rita e Vanessa da Matta já atingiram o estrelato no Brasil, e o exemplo delas está estimulando outras jovens a seguir-lhes os passos.

A paisagem brasileira de florestas, montanhas, mar e céu é tão surpreendente, com cores tão vibrantes e atraentes ao olhar, que não é surpresa os brasileiros terem demonstrado uma vocação para as artes visuais, que se manifesta não somente na pintura, na escultura, na xilogravura e na arquitetura, mas também nos filmes, sobretudo recentemente.

Nas primeiras décadas da aparição do cinema como forma de arte, o Brasil foi mais um tema para cineastas de fora do que um produtor de talentos para exportação. O fascínio de Hollywood com a noção de *glamour e* exotismo brasileiros gerou filmes como *Voando para o Rio*, filmado em terrenos de estúdio hollywoodiano e não em locação, e o estrelato de Carmen Miranda. Em 1942, Orson Welles teve até a inspiração de vir ao Brasil, depois do sucesso de *Cidadão Kane*, para filmar *It's all true*, película sobre Carnaval e pescadores que nunca foi concluída. A própria indústria cinematográfica brasileira, porém, estava nessa época muito limitada a comédias-padrão de pouca inventividade, as chanchadas.

Isso começou a mudar no início da década de 60, com o surgimento do Cinema Novo. Inspirado pelo neorrealismo italiano e pela *nouvelle vague* francesa, um grupo de jovens diretores e roteiristas de cinema, trabalhando praticamente sem dinheiro algum, produziu uma série de filmes que examinavam a realidade política e social do Brasil de um modo nunca feito antes: com seriedade, utilizando técnicas cinematográficas de vanguarda.

O primeiro desses filmes a obter repercussão internacional foi *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, baseado na peça de Alfredo Dias Gomes, que, em 1962, se tornou o primeiro filme brasileiro a ser indicado a um Oscar e ganhar o principal prêmio do júri no Festival de Cinema de Cannes. Mas o líder e ideólogo mais importante do Cinema Novo foi Gláuber Rocha, que via o movimento como uma resposta do Terceiro Mundo ao monopólio de Hollywood e pregava a "estética da fome", baseado na noção de que as únicas coisas necessárias para fazer um filme são "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça", e não um vasto orçamento hollywoodiano. Seu filme de estreia, *Barravento,* saiu em 1962 e foi seguido de perto por três obras que ganharam prêmios em Cannes e o tornaram o *enfant terrible* do mundo do cinema: *Deus e o diabo na Terra do Sol, Terra em transe* e O *dragão da maldade contra o santo guerreiro.*

Mas o golpe militar de 1964 praticamente destruiu o Cinema Novo, no momento em que os seus expoentes mais talentosos estavam entrando na sua melhor fase. Primeiro veio a censura, que limitou os assuntos que os diretores e roteiristas podiam abordar, sobretudo com relação a temas políticos e sociais; em seguida, o governo estabeleceu uma cota de filmes nacionais que os cinemas eram obrigados a exibir, o que paradoxalmente favoreceu a produção de obras da mais baixa qualidade possível. Assim, no decorrer dos anos de governo militar, o mercado foi inundado de pornochanchadas. Foi enorme o impacto disso sobre cineastas com verdadeira veia artística, que desistiram do ofício ou se mudaram para o estrangeiro, e, mesmo depois da queda da ditadura, em 1985, a indústria cinematográfica brasileira continuou estagnada, dependendo da generosidade do governo para sobreviver.

Foi também nos anos de ditadura que floresceu um gênero televisivo conhecido como telenovela, que forneceu refúgio para alguns dos criadores que não mais podiam fazer os filmes que desejavam, como Dias Gomes. A telenovela é frequentemente definida como a versão latino-americana da *soap opera*, e, se existem semelhanças entre os dois gêneros, existem também diferenças, a começar pela estrutura. Enquanto algumas *soap operas* norte-americanas vêm durando há mais de cinquenta anos, uma novela brasileira tem começo e fim, e normalmente tem de 150 a 180 episódios.

Tampouco a novela é limitada a um único dia de exibição semanal. Nos Estados Unidos existem *soap operas* no horário nobre, como *Dinastia* e *Dallas*, mas no Brasil as novelas vão ao ar cinco ou seis noites por semana. Isso atrai audiências maiores, exige cotas de patrocínio maiores e, portanto, faz jus a orçamentos mais

elevados, com o custo de um único episódio chegando a 100 mil dólares. A novela ainda é tão popular que transmissões noturnas de futebol, a outra paixão do país, são atrasadas até que ela termine.

A novela foi inventada em Cuba, para o rádio, e se tornou popular pela primeira vez no México, mas alega-se que o Brasil tenha aperfeiçoado o gênero e lhe dado estilo, peso e, ocasionalmente, seriedade. Sob um exterior frívolo, escritores e diretores de telenovelas usaram o gênero, durante a ditadura, para fazer críticas sociais e políticas que teriam sido censuradas se feitas em outra mídia. Por exemplo, *O bem amado*, de Dias Gomes, transmitida em 1973, retratava um político corrupto e egoísta, enquanto a sua *Roque Santeiro*, feita dois anos depois, usava o zelo religioso como metáfora para qualquer tipo de fanatismo ideológico.

Ambas as novelas mencionadas foram produzidas pela Rede Globo, que usou o domínio que tem desse formato para se tornar a maior rede de televisão comercial fora dos Estados Unidos. A fórmula da Globo é combinar produção aparatosa e tecnologia com enredos improváveis mas com apelo comercial, por incluírem sempre o elemento romântico. Isso tem ajudado a emissora a vender suas telenovelas a mercados variados como China, Turquia, Rússia e Filipinas. Esse sucesso comercial, porém, provocou uma rigidez na forma, uma previsibilidade no conteúdo e uma falta de inovação artística, que fazem da novela uma opção pouco atraente para os novos talentos com desejo de experimentação e de contar histórias de um jeito novo.

Talvez em consequência disso, a partir do fim da década de 1990 uma nova geração de cineastas começou a emergir, e com ela o Brasil pôde reivindicar um lugar no palco mundial. O primeiro filme a abrir caminhos foi *Central do Brasil*, de Walter Salles, a história do amor que se desenvolve entre uma velha amargurada e um menino órfão, enquanto percorrem o país em busca dos pais dele. Lançado em 1998, tornou-se sucesso mundial e rendeu a Fernanda Montenegro uma nomeação ao Oscar de melhor atriz em 1999. Graças à destreza que demonstrou em fazer um filme de estrada, Salles foi então contratado no exterior para dirigir *Diários de motocicleta*, baseado nos diários que Che Guevara escreveu ao viajar pela América do Sul quando moço, e depois a adaptação cinematográfica do livro *On the road*, de Jack Kerouac, com estreia programada para 2012.

Mas foi o drama *Cidade de Deus*, de 2003, dirigido por Fernando Meirelles, que de fato obrigou Hollywood, e o resto da indústria cinematográfica mundial, a prestar atenção no Brasil. Olhar implacável sobre as violentas vidas e mortes de

traficantes nas favelas do Rio, o filme foi um sucesso mundial e recebeu indicações ao Oscar em quatro categorias, mas seu maior impacto foi estético. Meirelles filmou simultaneamente com câmeras de 16 e 35 mm, depois converteu o filme para vídeo digital e acrescentou os tons de cor antes de transferir o vídeo de volta para filme de 35 mm. Os matizes resultantes pareciam lavados e desprovidos de vida, como se embranquecidos pelo tórrido sol. Esse efeito, combinado com o uso prolongado de câmeras manuais, deu a *Cidade de Deus* uma sensação deliberada de tontura e desorientação.

"Quando você assiste ao filme do começo ao fim, é como se o diretor e a equipe estivessem desaprendendo tudo o que supostamente se deve saber sobre como fazer um filme", disse-me Meirelles em 2002. "Eu queria que parecesse que estávamos perdendo o controle, porque, com o passar do tempo, o estado perdia o controle da região dos traficantes, e isso apenas leva ao caos."

Na época do Cinema Novo, Glauber Rocha havia declarado que "nós, cineastas brasileiros, precisamos abandonar a tabela da Kodak e descobrir a luz secreta dos trópicos". Meirelles fez exatamente isso, e o restante de uma indústria cinematográfica cada vez mais globalizada respondeu de imediato. Meirelles continuou em sua carreira bem-sucedida, filmando as adaptações para o cinema de *O jardineiro fiel*, de John le Carré, e *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago. Talvez mais importante que isso, seu diretor de fotografia, César Charlone, e o seu montador, Daniel Rezende, tomaram as técnicas de que Meirelles foi pioneiro e usaram-na em seus projetos no estrangeiro, fazendo com que se tornassem incorporadas no vocabulário de cineastas do mundo todo, na produção de filmes, comerciais e videoclipes.

Porém, a luta do Brasil para criar tradição e estilo próprios é talvez mais óbvia em artes como pintura e escultura. Na época colonial, o isolamento com relação a grandes centros de cultura mundial na verdade ajudou o Brasil a forjar sua variação única do estilo barroco então predominante, na pessoa de um formidável escultor e arquiteto conhecido como Aleijadinho, por causa da enfermidade que o fez perder os dedos e eventualmente deixou-o incapaz de caminhar. Nascido em Minas Gerais, Aleijadinho, filho de uma escrava negra e de um arquiteto português, trabalhou em madeira e em pedra para criar ricamente ornamentadas e dolorosamente evocatórias estátuas de santos e profetas bíblicos, destinadas a adornar as igrejas do que era então a província mais rica do Brasil. Críticos contemporâneos como Carlos Fuentes e José Lezama Lima consideram-no "a expressão máxima do barroco latino-americano", e boa parte da obra de Aleijadinho, feita em Ouro Preto e cidades

vizinhas, foi tombada como patrimônio da humanidade pela ONU.
No século XIX, no entanto, depois da proclamação da Independência, o Brasil se voltou para a França como modelo para pintura, escultura e muitas outras formas de expressão, de modo que a criatividade baseada em fontes locais de inspiração foi sufocada. Qualquer visita a um museu brasileiro que cobre esse período é desanimadora, visto que muito da obra dessa época é tão claramente imitativa e derivativa. Foi somente com a chegada do século XX que artistas brasileiros, estimulados por críticos como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, e por uma classe emergente de colecionadores novos-ricos interessados em temas e cenários nacionais, se sentiram confiantes o suficiente para se livrar desses grilhões.
O momento fundamental para as artes visuais é a exposição da Semana de Arte Moderna em São Paulo, no ano de 1922, bem como o manifesto que dela resultou. Jovens pintoras que iniciavam a carreira, como Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, foram beneficiárias imediatas, tendo exibido na mostra obras que lhes granjearam louvores pela primeira vez, após anos de zombaria dos críticos. Emiliano Di Cavalcanti, então com vinte e cinco anos, desenhou o programa para a exibição e também expôs algumas telas; Cândido Portinari, embora mais jovem que os demais, compareceu à mostra e incorporou-lhe a estética e o *éthos* às suas obras futuras, que incluem *O lavrador de café*. Juntos, esses quatro modernistas são os pintores brasileiros mais importantes do século XX.
Tarsila do Amaral é particularmente interessante, por motivos tanto estéticos quanto comerciais. Uma tela sua pintada em 1928, chamada *Abaporu*, palavra indígena que significa "homem que come carne", é o quadro único mais valioso já surgido no Brasil. Foi vendido por 1,5 milhão de dólares, em 1995, ao colecionador argentino Eduardo Constantini, que o levou para Buenos Aires a fim de fazer dele a peça principal do seu Museu de Arte Latino-Americana. O mais importante é que essa pintura a óleo, uma paisagem semiabstrata que mostra um homem sentado, um sol abrasador e um cacto, inspirou o marido de Tarsila, o crítico e escritor Oswald de Andrade, a escrever o seu *Manifesto antropofágico*, no qual postula que a característica principal da cultura brasileira é a sua habilidade de "comer", ou seja, de absorver e digerir a cultura europeia e transformá-la em algo inconfundível e singularmente brasileiro.
Muitos dos outros pintores e escultores mais notáveis do Brasil no século XX não foram filhos nativos, e sim imigrantes cuja obra reflete um sentimento de assombro e até de desorientação com as cores brilhantes, o calor e a exuberância da vida e da natureza nos trópicos. Lasar Segall nasceu na Lituânia; Fayga

Ostrower e Frans Krajcberg vieram da Polônia; Manabu Mabe, Tomie Ohtake e Tomoo Honda eram nascidos no Japão; Alfredo Volpi e Mira Schendel eram cidadãos italianos. De um modo ou de outro, todos foram inspirados pelo que Segall — cujas pinturas mais conhecidas são de paisagens de plantações, bem como de pobreza e prostituição urbanas — chamou de "milagre da luz e da cor" que eles viam no Brasil.

Os modernistas dominaram a arte brasileira até o fim da década de 50, quando outro manifesto desencadeou uma nova explosão de criatividade, controvérsia e notoriedade para uma geração nova de artistas e críticos liderada por Lygia Clark, Lygia Pape, Franz Weissmann e Ferreira Gullar. Esses chamados construtivistas, que tinham como sede o Rio, rejeitavam o formalismo e procuravam criar, em diversas mídias, obras que diminuíssem a distinção entre criador e observador, forçando o espectador a reagir de modo tão visceral quanto palpável. Ao tocar um objeto que foi libertado das estritas regras composicionais, segundo eles, o observador se torna parte dele, e a verdadeira função da arte é recuperada.

"Queríamos trabalhar intuitivamente, sem restrições", explicou Lygia Pape numa entrevista recente. "Na escultura, a ideia era destruir a base e fazer um objeto que pudesse ser chamado como tal e colocado em qualquer posição. A pintura tampouco seria envolta numa moldura, ela se projetaria no espaço... Essa vontade de inovar, de criar, foi o que realmente caracterizou o movimento. Nessa época, ainda se pensava que uma pintura deveria ser um quadro na parede, apenas para contemplação. Não havia o sentido de participação, de uso de materiais diferentes, de modo que isso nos dava uma tremenda sensação de liberdade."

Foi uma atitude tipicamente brasileira, e é por isso que o principal crítico de arte do país, Mário Pedrosa, descreveu o movimento como representativo de um retorno "à pré-história da arte brasileira". Antes que os portugueses chegassem, os habitantes indígenas originais do Brasil criavam objetos — hoje considerados obras de arte e exibidos em museus do mundo todo — a partir de materiais naturais que encontravam à sua volta: plumas, couro e ossos de animais, tinturas vegetais, madeira e folhas, capim e barbante. Esses objetos, que vão de tiaras e máscaras a potes, cestos, leques e remos de canoas, eram feitos para ser empunhados, sentidos, tocados e manipulados na vida cotidiana ou em rituais e cerimônias religiosas. E, quando os escravos africanos começaram a ser trazidos para o Brasil, eles chegavam com noções semelhantes, que foram inculcadas na consciência coletiva brasileira, e, nos tempos modernos, acharam expressão nos

trajes e instrumentos do Carnaval.

Embora todos os membros principais do grupo tenham seguido carreiras internacionais, em retrospecto o mais influente deles parece ter sido o mais moço: Hélio Oiticica, nascido em 1939. No início da década de 60, ele começou a criar o que chamou de "penetráveis", que hoje seriam classificados como instalações de multimídia. Os penetráveis de Oiticica eram ambientes interativos elaborados, às vezes em formas labirínticas, e causaram sensação entre os outros artistas quando exibidos pela primeira vez em Londres e Nova York. A mais famosa dessas instalações foi a *Tropicália,* que incluía bananeiras, papagaios, areia e uma televisão exibindo novelas; ela acabou inspirando diretamente o movimento musical que ficou conhecido como Tropicalismo.

Gilberto Gil, Caetano Veloso e os demais fundadores do Tropicalismo sentiram uma afinidade natural com Oiticica e suas ideias. "Pureza é um mito", escreveu ele num de seus penetráveis, e isso constituiu também o princípio básico dos tropicalistas. No início de 1968, Oiticica publicou um ensaio argumentando que "o mito da tropicalidade é muito mais do que araras e bananeiras: é a consciência de um não condicionamento às estruturas estabelecidas, portanto altamente revolucionário na sua totalidade. Qualquer conformismo, seja intelectual, social, existencial, escapa à sua ideia principal". Os tropicalistas também se apropriaram de cada uma dessas noções e as aplicaram à música.

Oiticica morreu em 1980, mas sua doutrina do "qualquer coisa serve" continua a dominar a arte brasileira, que consiste hoje numa miscelânea de influências e tendências em que nenhuma escola sozinha ou abordagem única predomina. A única ortodoxia é que não existe ortodoxia, como demonstra a cena atual. Vik Muniz explora a relação entre desenho e fotografia com suas melancólicas gravuras de gelatina; Rivane Neuenschwander faz instalações com utensílios domésticos; Marepe prepara *ready-mades* na tradição de Marcel Duchamp, frequentemente usando materiais adquiridos de vendedores de rua na sua Bahia natal; e Tunga é um criador de multimídia que mistura elementos de escultura, desenho, vídeo e arte performática nas suas instalações tridimensionais.

Distante do mundo cada vez mais rarefeito e acadêmico da arte formal, o Brasil também desenvolveu uma vibrante tradição popular particularmente forte em dois campos. Trabalhando tanto com argila quanto com madeira, os escultores populares brasileiros há muito atingiram a excelência em retratar cenas da vida cotidiana, bem como figuras arquetípicas e animais mitológicos de lendas populares. Muitas dessas peças acabaram em museus de arte popular ou primitiva espalhados pelo mundo. Ao visitar uma dessas coleções nos arredores

do Rio, num museu chamado Casa do Pontal, o escritor português ganhador do Prêmio Nobel José Saramago descreveu-a como "um tesouro nacional, mais importante que o Corcovado", e mais tarde apontou as peças que viu lá como inspiração para o seu romance *A caverna*.

Recentemente, no entanto, as xilogravuras brasileiras tornaram-se ainda mais valorizadas por colecionadores. O centro de ambas essas formas de arte é o interior árido do Nordeste, particularmente o estado de Pernambuco e a cidade de Caruaru e arredores. Nascido em 1909, Vitalino Pereira dos Santos, mais tarde conhecido como Mestre Vitalino, começou a produzir essas imagens de terracota na década de 30 e, quando seus vizinhos se deram conta do sucesso de sua empreitada, passaram a seguir-lhe os passos. Com o aumento da demanda e da concorrência, os artesãos pintavam as imagens com cores brilhantes e até berrantes depois de cozidas em fornos, na esperança de torná-las mais atraentes para os compradores.

Muito imitados, os quadros vivos de Mestre Vitalino exibem músicos tocando em danças, cerimônias de casamento, famílias fugindo da seca, consultas ao dentista ou ao advogado, cenas domésticas na cozinha, vaqueiros e touros, funerais, encontros de fazendeiros com onças ou javalis, todo o espectro da vida cotidiana no sertão, do nascimento à morte. Há também estátuas em tamanho natural, pintadas com cores brilhantes, do padre Cícero Romão Batista — nascido em 1844 e considerado santo por muitos nordestinos, devido aos muitos milagres que lhe são atribuídos —, de Lampião, um bandido atuante na década de 30 a quem vários camponeses tomam até hoje por uma espécie de Robin Hood brasileiro, e da esposa dele, Maria Bonita.

As xilogravuras exploram os mesmos temas, e de fato começaram como desenvolvimento do gênero de poesia popular conhecido como literatura de cordel. Desde o século XIX, poetas iletrados percorrem o remoto sertão nordestino recitando versos elaboradamente rimados sobre personagens e acontecimentos reais ou imaginários, tais como o Pavão Misterioso. Tradicionalmente, eles vendem esses poemas, transcritos, em feiras e mercados, com as xilogravuras servindo de capa para os livretos.

A partir da década de 60, no entanto, versões de tamanho fólio das xilogravuras em preto e branco, produzidas por prensas antiquadas e manuais, emergiram como uma forma de arte independente. O xilogravurista mais renomado é José Francisco Borges, autodidata que já trabalhou como vendedor de ervas, pedreiro, oleiro e carpinteiro, e cuja obra tem sido exibida no Louvre e nos museus Smithsonian. "Graças a Borges e a outros como ele, a tradição gráfica popular

está viva e vai muito bem, de um modo como não se vê em outros países", disse Marion Oettinger, diretora do Centro de Arte Latino-Americana do Museu de Arte em San Antonio, Estados Unidos, que também descreveu a obra de Borges como "muito poderosa, comovente e requintada".

Borges, que trabalha somente com uma faca e um bloco de madeira, frequentemente dá nomes esdrúxulos às suas xilogravuras, que hoje são vendidas por centenas de dólares em galerias dos Estados Unidos, Europa e Japão. Seus assuntos variam de amostras de cor local, como *Lua de mel do matuto* e *O criador de cabras,* a títulos puramente excêntricos, como *A mulher que botou o diabo na garrafa* e *O monstro do sertão.*

"Eu entalho o que vejo, não somente lendas e coisas imaginárias que me vêm à cabeça, mas também cenas do cotidiano ou do trabalho no campo, coisas ligadas à religião ou à sociedade", falou-me Borges certa vez, durante uma visita ao seu ateliê perto de Caruaru, onde suas xilogravuras estavam disponíveis por menos de 20 dólares. "Ninguém me ensinou a fazer isso, porém tenho mais de 200 títulos e as ideias continuam vindo."

Críticos vêm dizendo há décadas que o fim da xilogravura e outras formas de arte popular é inevitável, se não iminente. No entanto, assim como outras manifestações mais célebres de cultura popular brasileira, a arte popular continua a evoluir, a se adaptar e a absorver novos materiais e influências, que parecem assegurar a sua perenidade.

"Os artistas mais jovens vivem num mundo híbrido, e a obra deles reflete um amálgama de estilos", explica Candace Slater, especialista em folclore brasileiro na Universidade da Califórnia, em Berkeley. "Eles fizeram cursos de arte e não ignoram quem foi Picasso. Mas, ao mesmo tempo, são atraídos pelos temas tradicionais, como o Pavão Misterioso e Lampião. A longo prazo, a obra deles continua causando impacto porque a energia e a força criativas ainda estão lá."

O Brasil, com seus vastos espaços abertos, clima tropical e vegetação exuberante, tem também servido de tela para arquitetos, estrangeiros e nativos. O mais famoso destes é Oscar Niemeyer, nascido em 1907 e em atividade até hoje (2012). Niemeyer é um herói nacional para os brasileiros e projetou tanto edifícios públicos quanto residências particulares, em muitas das maiores cidades do país. Embora considerado o mais brasileiro dos arquitetos, ele começou como discípulo de Le Corbusier, o fundador franco-suíço do estilo modernista internacional, porém mais tarde desenvolveu um manifesto fortemente nacionalista para justificar suas escolhas estéticas peculiares.

"A curva me atraía. A curva livre e sensual que a nova técnica sugeria e as velhas

igrejas barrocas lembravam", escreveu Niemeyer — que também ajudou a projetar a sede da ONU em Nova York — no seu livro de memórias *As curvas do tempo,* publicado em 2000. "Desprezei deliberadamente o ângulo reto tão louvado e a arquitetura racionalista feita de régua e esquadro para penetrar corajosamente nesse mundo de curvas e formas novas que o concreto armado oferece. (...) Era o protesto pretendido que o ambiente em que eu vivia exaltava, com suas praias brancas, suas montanhas monumentais, suas velhas igrejas barrocas, suas belas mulheres bronzeadas."

Agradável ao olhar, o amor de Niemeyer por curvas é exibido em projetos como o Complexo da Pampulha, que engloba uma igreja, um cassino, um museu e um iate clube em Belo Horizonte; o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, semelhante a um ovni; e o sinuoso auditório no parque Ibirapuera, bem como no Memorial da América Latina, em São Paulo. Mas seu amor pelo concreto às vezes estraga a graciosidade dessas curvas, dando à sua obra um quê de pesado e desajeitado que não teria se outros materiais fossem usados. Além disso, as pessoas obrigadas a morar ou trabalhar nos edifícios de Niemeyer frequentemente se queixam de que os aposentos dessas estruturas de concreto são muito quentes e incomodamente propensos a ecos. Em outras palavras, a forma prevaleceu sobre a funcionalidade.

Juntamente com o urbanista Lúcio Costa e o paisagista Roberto Burle Marx, Niemeyer foi também um dos projetistas de Brasília, a capital federal construída no meio de lugar nenhum, que se tornou a materialização do espírito brasileiro do "tudo possível", bem como ímã para turistas. Muitos visitantes de primeira viagem, no entanto, voltam de Brasília decepcionados com o que julgam muito barulho sobre pouco. O passar dos anos não tem sido benévolo para com a cidade. Reminiscente do Epcot Center em Disney World, Brasília dá uma impressão de datada e parece exatamente o que de fato se tornou: uma visão ultrapassada, dos anos 60, do que o futuro seria. É também uma cidade pouco amigável para com os pedestres e segregada socialmente, com os pobres relegados às chamadas cidades-satélites, um lugar muito longe do monumento ao igualitarismo que pretendia ser.

O renome e o prestígio de Niemeyer, aliados à sua incrível longevidade, levaram a arquitetura brasileira a uma ortodoxia rígida da qual tem sido difícil escapar. Uma tentativa de contrabalançar a influência de Niemeyer é a chamada escola paulista de arquitetura, entre cujos expoentes se encontra Paulo Mendes da Rocha, o único brasileiro além de Niemeyer a ganhar o prestigioso Prêmio Pritzker, espécie de Nobel da arquitetura. Os arquitetos paulistas conhecidos

como brutalistas compartilham da preferência de Niemeyer por concreto, porém favorecem mais formas geométricas, materiais expostos e acabamento mais rústico.
Os praticantes da escola paulista, especialmente Joaquim Guedes, talvez o crítico mais ferrenho de Niemeyer no Brasil, são também conhecidos por sua ênfase numa arquitetura que vá ao encontro das necessidades da gente comum. Mendes da Rocha, por exemplo, supervisionou a renovação da Pinacoteca do Estado, complexo artístico numa região desolada no centro de São Paulo, enquanto Guedes, falecido em 2008, deu enfoque a casas residenciais unifamiliares. Poucos aplicariam essa característica à obra de Niemeyer, o que talvez seja o seu ponto fraco; pois, embora ele seja um comunista que prega uma sociedade sem classes e alegue ser um crítico de qualquer forma de elitismo, os seus edifícios apresentam uma tendência à grandiosidade pessoal, sem levar em conta o usuário.
Pelo fato de o Brasil se superar tanto em outras formas de arte, sua contribuição à literatura mundial às vezes não recebe o reconhecimento que merece. Esse desinteresse talvez se dê, em parte, por causa da língua em que os autores brasileiros são obrigados a escrever. Embora mais pessoas falem português do que francês, alemão, italiano ou árabe, o português não é considerado um idioma universal, e, enquanto as traduções de romancistas, poetas e dramaturgos latino-americanos de língua hispânica se multiplicaram nas últimas décadas, as de seus equivalentes brasileiros permaneceram bem atrás.
Os brasileiros também gostam de argumentar que o Brasil não é um país de leitores. Historicamente, há certa verdade nisso: sempre se alegou que em Buenos Aires, na Argentina, há mais livrarias que no Brasil inteiro, e até a maioria dos grandes romancistas e poetas brasileiros escreveram como trabalho extra ou diversão, obrigados a ganhar a vida como professores, diplomatas, jornalistas, médicos, engenheiros ou burocratas do governo. Mas as palavras deles sempre carregaram um peso na vida real totalmente desproporcional às vendas, ferindo sensibilidades, entre as quais as mais aguçadas foram as dos detentores do poder político: durante a era Vargas, e sobretudo durante a ditadura militar, alguns dos escritores mais proeminentes do país, incluindo poetas de pouco ou nenhum apelo popular, foram forçados ao exílio porque suas obras ofendiam as autoridades.
Poucos brasileiros discordam que a maior figura literária do país é Joaquim Machado de Assis, o romancista do século XIX conhecido como Bruxo do Cosme Velho, bairro carioca onde ele morava. Machado de Assis é para a ficção

brasileira o que Mark Twain é para a literatura estadunidense: o modelo, pedra de toque e fonte para definir um estilo nacional; descobridor e desenvolvedor de uma temática genuinamente nativa; padrão ao qual todos que vieram depois foram inevitavelmente comparados. Os dois homens foram contemporâneos, Machado um pouco mais moço e falecido dois anos antes de Twain. Machado de Assis até traduziu algumas obras de Twain para o português.

Do ponto de vista estilístico, no entanto, Machado é único. Seus assuntos favoritos eram o ciúme e a inveja, sobre os quais escreveu com elegante ironia e agudeza ferina, nos seus contos e nos cinco romances dos últimos anos de sua vida, considerados suas melhores obras. Sua prosa flui com grande poesia e beleza, mas ele é também um incisivo crítico social dos hábitos, costumes e comportamento dos últimos anos do Império e das primeiras décadas da República. É a combinação dessas duas qualidades que levou críticos contemporâneos a afirmar que *Dom Casmurro*, um estudo sobre ciúme num casamento, e especialmente *Memórias póstumas de Brás Cubas*, análise mordaz das classes altas supostamente ditada por um morto, são provavelmente os melhores romances já escritos por um brasileiro.

O mundo anglofalante foi apresentado tarde a Machado de Assis, mas, à medida que traduções finalmente começaram a surgir nas duas últimas décadas, os louvores cresceram e com eles a sua reputação. O crítico Harold Bloom descreve Machado de Assis como "o maior artista literário negro até hoje", enquanto Susan Sontag, outra ardente admiradora, o chamou de "o maior escritor já surgido na América Latina", superando até Jorge Luis Borges. Romancistas e poetas norte-americanos têm sido igualmente entusiastas: Philip Roth o classificou, juntamente com Samuel Beckett, como "um grande ironista, um comediante trágico" que "sublinha o sofrimento fazendo-nos rir", e Allen Ginsberg o chamou de "outro Kafka".

Para encontrar as próprias vozes, romancistas que escreveram depois de Machado de Assis, falecido em 1908, tiveram de guinar numa direção completamente diferente. A busca por um novo caminho resultou, em 1922, na publicação de um manifesto modernista em São Paulo e, pouco mais tarde, no romance alegórico *Macunaíma*, escrito por Mário de Andrade, um dos líderes do movimento de 1922 e talvez o intelectual e crítico brasileiro mais brilhante do século XX. Usando uma linguagem embutida de locuções populares e indígenas em vez de português castiço, Macunaíma narra as desventuras de um índio, "herói sem nenhum caráter", mas mesmo assim "o herói de nossa gente, nascido no mato-virgem e filho do medo da noite", à medida que ele viaja da zona rural

para São Paulo e Rio de Janeiro e volta. "Ai, que preguiça!" é o mote do personagem, que caiu no uso diário, geralmente para criticar a inércia no governo e nos negócios.

Começando na década de 30 e prosseguindo por mais de cinquenta anos, a obra de Jorge Amado aprofundou ainda mais a noção de uma literatura genuinamente brasileira, baseada em temas e linguagem extraídos das ruas. Seus diversos romances têm por cenário o seu estado natal da Bahia, em vez das duas metrópoles mais cosmopolitas no Sul, e, por meio de uso muito hábil dessa fórmula, com o passar do tempo Jorge Amado tornou-se o romancista mais popular do país. Graças a filmes de sucesso baseados em seus romances *Dona Flor e seus dois maridos* e *Gabriela, cravo e canela*, ele é também célebre fora do Brasil. Os críticos de Amado, e existem muitos, reclamam que ele favorece um exotismo romântico em detrimento do realismo social, mas não há dúvida de que a sua obra abrange vários tipos sociais reconhecíveis e também explica a influência de crenças e costumes africanos na sua visão de mundo e valores. Seus personagens também despontaram em telenovelas e comerciais, influenciando tendências da moda e até da culinária.

A reputação de dois escritores contemporâneos de Amado, que nunca desfrutaram do seu sucesso comercial, cresceu muito no Brasil e no estrangeiro desde o falecimento deles. Os brasileiros às vezes chamam João Guimarães Rosa de "o nosso James Joyce", e a comparação é apropriada: sua obra-prima de 1956, *Grande Sertão: Veredas*, é um épico denso, de estilo fluxo de consciência, em que ele brinca com a linguagem, inventando novas palavras e frases para descrever a vida no sertão. Isso o torna difícil de traduzir, embora exista uma aproveitável versão em inglês intitulada *The devil to pay in the backlands.*

Mas a estrela em ascensão dos anos recentes tem sido a romancista Clarice Lispector. Nascida na Ucrânia em 1920, ela veio criança para o Brasil e foi criada em Maceió, Recife, e no Rio, onde morreu em 1977, após passar muitos anos no estrangeiro como esposa de diplomata. Lispector especializou-se em estudos psicológicos profundamente introspectivos, a exemplo de *Perto do coração selvagem*, narrativa estilo fluxo de consciência sobre as mudanças no estado emocional de uma jovem chamada Joana, e *A paixão segundo G. H.*, em que uma mulher da classe alta no Rio de Janeiro atravessa uma crise existencial ao limpar o quarto de sua empregada. Lispector tornou-se uma espécie de ícone feminista; seu tradutor para o inglês, Gregory Rabassa, descreveu-a memoravelmente como "essa pessoa rara, que se parecia com Marlene Dietrich e escrevia como Virgínia Woolf e outros críticos a compararam com Kafka e

Dostoievski.
Embora escrevendo em estilos radicalmente diferentes, uma coisa que Amado, Lispector e Guimarães Rosa têm em comum é a consciência do sofrimento e pobreza de seus conterrâneos no Nordeste (onde Amado e Lispector cresceram) e do interior árido (o torrão natal de Guimarães Rosa). Isso tem sido um tema constante na literatura brasileira desde a publicação, em 1902, de Os *sertões*, de Euclides da Cunha, considerada a maior obra de não ficção do país, e tem frequentemente inflamado o debate político sobre como retificar essas desigualdades econômicas e regionais tão escancaradas. Amado é direto e coloquial sobre tais assuntos, Lispector geralmente mais sutil e oblíqua: "O quarto era o retrato de um estômago vazio", é como ela descreve o alojamento da empregada em *A paixão segundo G. H.* Seu último romance, *A hora da estrela*, no entanto, é o relato dolorosamente cômico de uma ingênua imigrante nordestina tentando achar seu caminho em São Paulo, e se tornou um ponto de referência cultural.
Entre os romancistas contemporâneos, o imensamente popular Paulo Coelho, inicialmente célebre nos anos 70 como compositor de canções populares com uma nota de misticismo, pertence a uma categoria própria. Numa prosa enxuta e fácil de traduzir, ele escreve pequenas fábulas e parábolas de crescimento e realização espiritual, entre as quais *O alquimista*, um dos romances mais vendidos no mundo nos últimos anos. Contudo, alguns críticos brasileiros não sabem como avaliá-lo, porque as histórias dele têm como cenário terras distantes (o Oriente Médio, a Espanha, os Bálcãs, os Estados Unidos) em vez do Brasil, e seus personagens tampouco são brasileiros.
Com a modernização do Brasil, a vida urbana ficou mais complicada, e uma das tendências principais das últimas décadas tem sido o afastamento do regionalismo colorido e popular de Amado e a aproximação a um tipo de hiper-realismo transgressor e ousado. Talvez os representantes mais notáveis desse estilo sombrio sejam dois escritores reclusos, notórios pelo seu enfoque na violência e em outras manifestações de comportamento aberrante: Rubem Fonseca, um ex-policial residente no Rio de Janeiro, e Dalton Trevisan, apelidado "Vampiro de Curitiba", que é tanto o título de um de seus livros quanto referência à sua cidade natal no Sul, da qual ele raramente sai.
Fonseca é sobretudo romancista, e obras como *Agosto*, o ácido *A grande arte* e *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos* foram traduzidas para o inglês. Trevisan, advogado por formação, especializou-se em contos que perscrutam o lado oculto e escuro da vida na cidade. Ambos têm em comum o enfoque na

psicologia humana, bem como o sofrimento e a angústia que a vida cotidiana no Brasil urbano pode gerar. Os dois, mas especialmente Trevisan, também escrevem num estilo conciso e despojado, por vezes deliberadamente seco e sem emoção, como um boletim de ocorrência policial, que parece ter o propósito de rejeitar tudo o que tiver um ranço ostensivamente literário.

Um processo semelhante ocorre na poesia. O principal poeta do século XIX, Antônio Frederico de Castro Alves, foi politicamente um progressista, abolicionista e republicano. Mas escrevia num floreado estilo romântico, fortemente influenciado por poetas franceses como Victor Hugo, que era derivativo e introspectivo, mas nada experimental. Até poemas escritos em favor da causa abolicionista, como O *navio negreiro*, hoje parecem ornamentados e elaborados demais, especialmente quando recitados por crianças na escola, onde ainda são obrigadas a memorizá-los.

Mas os maiores poetas do século XX, embora diferissem amplamente com relação aos temas escolhidos, geralmente buscaram um estilo mais despojado e preciso, próximo do vernáculo. A poetisa norte-americana Elizabeth Bishop, que morou no Brasil por quase vinte anos e ainda é uma das mais formidáveis tradutoras da moderna poesia brasileira para o inglês, gostava particularmente de Carlos Drummond de Andrade e de Manuel Bandeira, que se encaixam bem nessa descrição. De fato, Bandeira, falecido em 1968, declarou uma vez que queria os seus poemas "dizendo as coisas mais simples e menos intencionais".

É Drummond de Andrade, no entanto, que veio a ser considerado pelos compatriotas como provavelmente seu maior poeta moderno, a tal ponto que existe uma estátua dele sentado num banco na praia de Copacabana, um dos seus locais prediletos para descansar e observar o transcorrer da comédia humana. Drummond, que morreu em 1987, era um ironista capaz de enxergar a vida nos seus termos mais desoladores, como em "José", talvez seu poema mais popular, que começa: "E agora, José? / A festa acabou, / a luz apagou, / o povo sumiu, / a noite esfriou", e continua: "Com a chave na mão / quer abrir a porta, / não existe porta".

O Brasil contemporâneo também produziu um dramaturgo de gabarito mundial, Nelson Rodrigues, que, segundo me disse uma vez o diretor de cinema Bruno Barreto, "se apenas tivesse escrito em inglês, seria tão célebre quanto Tennessee Williams, O'Neill ou Pinter, tamanha é a qualidade universal, atemporal e subversiva da sua obra". Rodrigues, que morreu em 1980 aos 68 anos, também escreveu romances, contos e jornalismo, mas seu assunto era quase sempre o mesmo: a classe média baixa do Rio de Janeiro, cuja hipocrisia, especialmente

no tocante a sexualidade, ele retratava com jubilosa malícia.
Essa escolha de assunto resultou numa carreira turbulenta: durante a vida, suas peças foram consideradas tão perturbadoras e ofensivas que censores baniram uma delas, inocentemente intitulada *Álbum de família*, por 21 anos, e na estreia de outra um espectador irado sacou uma arma. Cada vez mais, no entanto, Rodrigues, cuja alcunha é "tarado de suspensórios", viu-se retornando aos temas da repressão sexual, do ciúme obsessivo e do adultério, geralmente com uma boa dose de vergonha, culpa, ódio de si mesmo e decadência física.
"Minhas peças têm um moralismo agressivo", escreveu Rodrigues em *Flor de obsessão*, uma coletânea de aforismos e ensaios dele. "Nos meus textos, o desejo é triste, a volúpia é trágica e o crime é o próprio inferno. O espectador vai para casa apavorado com todos os seus pecados passados, presentes e futuros. Numa época em que a maioria se comporta sexualmente como vira-lata, eu transformo um simples beijo numa abjeção eterna."
Embora Nelson Rodrigues permaneça uma figura marginal na cultura popular global, o Brasil está cada vez mais no centro da ação, mesmo quando sua presença não é percebida. Em 2010, por exemplo, a popular companhia canadense Cirque du Soleil fazia turnê pelo mundo com um espetáculo chamado "OVO", para comemorar seu vigésimo quinto aniversário. Do início ao fim a apresentação, idealizada e dirigida pela coreógrafa brasileira Deborah Colker, estava permeada de estilos brasileiros de música e dança, desde samba e ciranda até forró e baião. No entanto, os espectadores pareciam não fazer ideia de que estavam assistindo a um espetáculo essencialmente brasileiro. O mesmo ocorre aos ultramodernos nas casas noturnas de Nova York, dançando ao som da compilação feita por Diplo de bailes *funk* das favelas cariocas.
Ironicamente, esses são exemplos de canibalismo cultural em que a cultura brasileira está sendo canibalizada no exterior pela mesma gente que no passado teria fornecido ao Brasil material para consumir e transformar. Assim, como Gilberto Gil corretamente previu, os papéis de fornecedor e de consumidor estão sendo trocados, para vantagem do Brasil. É provável que vejamos cada vez mais disso no futuro. Através dos conceitos de amostragem e do "*mash-up*", a tradição brasileira de canibalismo cultural está agora firmemente estabelecida como uma estética global.
O Brasil pode muito bem estar pronto, de fato, para outro surto de inovação e criatividade, desta vez com implicações imediatas para consumidores de arte no mundo inteiro. A cultura brasileira permanece ágil, confortável com o improviso, e receptiva a toda espécie de influência externa. Graças à internet e à ascensão da

tecnologia digital, essa influência pode agora ser absorvida, adaptada e alterada quase instantaneamente, em vez de chegar ao conhecimento do Brasil anos ou décadas mais tarde. Com 200 milhões de "produtores culturais" com que contar, pode significar o início de uma idade de ouro para as artes no Brasil.

6 Gigante industrial, superpotência agrícola

Ao longo da segunda metade do século XX, o Brasil foi um dos maiores e mais assíduos clientes do FMI, condição que se converteu num desgosto nacional. Sempre que uma crise saía de controle, as autoridades em Brasília acabavam negociando um acordo do tipo "apertar os cintos", estorvando gastos, crescimento, emprego e investimento, para que o país pudesse se enquadrar nas linhas de crédito do FMI e assim receber os recursos para manter a economia a salvo. Em épocas recentes, fim de 1998 e início de 1999, ataques especulativos à moeda brasileira, o real, obrigou o Brasil a pedir ajuda ao FMI e a outras fontes internacionais, o que resultou no maior pacote de resgate financeiro da história, mais de 41,5 bilhões de dólares em empréstimos e garantias.

Hoje, em contraste, o Brasil é um dos credores do FMI, não um devedor. Uma prova simbólica dessa mudança foi a oferta brasileira de comprar 10 bilhões de dólares em títulos emitidos pelo FMI para ajudar países em desenvolvimento a lidar com o gênero de problemas antes sofridos pelo Brasil. Mais ainda, as reservas monetárias do país, produto do superávit da crescente balança comercial, superam agora os 350 milhões de dólares. Boa parte desse dinheiro está em papéis do Tesouro americano, o que faz do Brasil, antes um costumeiro visitante de Washington, sempre passando o pires, o quarto maior credor dos Estados Unidos.

"Vocês não acham chique o Brasil emprestar ao FMI?", o então presidente Lula perguntava, alegremente, aos jornalistas, em abril de 2009. Todo orgulhoso, talvez com uma ponta de vanglória, ele relembrava duas décadas atrás quando, líder sindical, conduzia protestos de rua exigindo a expulsão do FMI do Brasil, além de acrescentar sua satisfação pela oportunidade de "entrar para a história como o presidente que emprestou uns trocadinhos para o Fundo".

Há quarenta anos, quando Lula trabalhava como torneiro mecânico numa fábrica de automóveis, o Brasil era considerado um "país em desenvolvimento", eufemismo que substituía então o termo "nação subdesenvolvida". Hoje, o país é, de forma inevitável, descrito como uma "economia emergente", tendo deixado

para trás seus vizinhos e rivais latino-americanos, e agora colocado ao lado da Rússia, índia e China, que formam o chamado Bric. É difícil driblar o uso desse termo, inventado por analistas do Goldman Sachs como uma espécie de abreviatura daquelas quatro nações que chamaram a atenção devido ao seu tamanho e potencial e que continua a ser usado em bancos de investimentos e firmas de corretagem de Wall Street. O neologismo é artificial e, embora o termo parecesse adequado ao início da última década, as economias desses países desde então guinaram para diferentes rumos.

O Brasil jamais terá um mercado interno tão grande como o da índia ou o da China, cada um deles com mais de 1 bilhão de habitantes. Contudo, para se firmar como uma das grandes economias do mundo, o país não precisa igualar-se aos dois em tamanho. Apesar das queixas sobre pobreza e desigualdade de renda, problemas de fato sérios, o Brasil iniciou seu processo de modernização num nível mais alto de desenvolvimento, superior ao dos dois gigantes asiáticos, tanto em termos de renda per capita como na força de suas instituições.

A explosão da economia brasileira na última década pode ser medida de várias formas. Dependendo dos padrões de avaliação utilizados, ela é hoje classificada como a sexta ou a oitava maior do mundo, tendo já ultrapassado, em sua subida recente, países como Canadá, Itália e o Reino Unido. Ao longo das últimas quatro décadas, a renda per capita anual disparou de meros mil dólares, em 1970, para quase 10 mil dólares, segundo alguns cálculos, em 2008. Em anos recentes, graças a uma taxa média de crescimento de 20 por cento do comércio exterior, o país tem exportado mais de 200 bilhões de dólares anualmente. Algumas vezes, bens manufaturados como aviões e automóveis lideram a lista, outras vezes são as matérias-primas tradicionais como soja ou minério de ferro.

Hoje em dia, o Brasil tem uma das mais equilibradas e diversificadas economias do mundo. A exemplo de outros países que lograram algum grau de desenvolvimento, o comércio e os serviços respondem pelo grosso da atividade econômica. E, embora no exterior o país nem sempre seja visto como um fabricante de máquinas, equipamentos e bens duráveis de consumo, o fato é que a indústria responde por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 2 trilhões de dólares. A agricultura e a mineração, embora altamente desenvolvidas e responsáveis pelo maior volume das exportações, contribuem com menos de 10 por cento do PIB, uma tendência que representa uma aguda ruptura com os primeiros 450 anos da história brasileira.

Como se deu essa dramática virada? Em grande parte, isso é o resultado de dezesseis anos de políticas de mercado cada vez mais flexíveis, com ênfase na

disciplina financeira e na abertura da economia brasileira ao mundo exterior para torná-la mais competitiva. Fernando Henrique Cardoso, um social-democrata, fez do processo o cerne de seu programa de governo quando assumiu o poder em 1994. E Lula, mesmo com sua admiração por Fidel Castro e suas repetitivas promessas de uma "ruptura" com o modelo capitalista de desenvolvimento econômico, continuou e ampliou as medidas de Cardoso, depois de eleito em 2002. O Brasil sempre teve potencial para se converter num dínamo econômico, como revelado pelos relatórios entusiasmados dos primeiros exploradores portugueses e sua moderna e eterna reputação como a próxima potência mundial. Porém, até pouco tempo atrás faltava vontade política, inteligência econômica e políticas consistentes requeridas para pôr em prática tal enorme potencial em benefício dos brasileiros.

O principal desafio enfrentado por Cardoso quando se tornou presidente em 1995 era o controle da inflação. Desde a proclamação da República, em 1889, os preços em espiral sempre foram um problema crônico, derrotando um presidente atrás do outro. Enquanto alguns países, como a Alemanha durante a República de Weimar, ou o Zimbábue nesta fase final do ditador Robert Mugabe, sofriam crises curtas de superinflação, o desafio do Brasil era constante, com consequências mais severas. Durante o século XX, o Brasil tinha um índice inflacionário cumulativo de mais de 1 quatrilhão por cento, mas ainda assim conseguiu, às vezes meio trôpego, ir em frente e evitar um apocalipse econômico. Ao longo do tempo, contudo, o problema piorou devido ao fenômeno que os economistas chamam de inflação inercial, o que em termos leigos significa que inflação tende a gerar mais inflação, que leva ainda a mais inflação.

No começo dos anos 70, durante a ditadura militar, o governo tentou combater o problema instituindo um programa de indexação. Na esperança de manter um firme poder aquisitivo para os consumidores, ajustaram-se preços, taxas de juros e salários num ritmo regular, no esforço de ficar ao nível do índice oficial da inflação. Anunciava-se a cifra em jornais e na TV, e as pessoas sacavam suas calculadoras para determinar quanto de aumento receberiam. A iniciativa a princípio produziu confiança e um arranco de crescimento de taxas de dois algarismos, e durante algum tempo falou-se no "milagre brasileiro". Mas, à medida que a década corria, a indexação simplesmente dobrou a inflação, ou até a triplicou, em vez de eliminá-la ou monitorá-la. Quando os militares devolveram o poder a um governo civil, em 1985, a situação começava a fugir do controle.

Na década seguinte, vários ministros da Fazenda lutaram, sem sucesso, para trazer a inflação, já então conhecida popularmente como "o dragão", sob controle. Entre 1986 e 1990, seis planos de governo foram anunciados com grande estardalhaço, cada um representando um enfoque diferente do problema. A inflação, entretanto, continuava a aumentar, atingindo 2.700 por cento num período entre 1889 e 1990.

Entre 1940 e 1995, o Brasil precisou recorrer a oito diferentes moedas — do cruzeiro ao real. O fato em si era um reflexo do grave mal causado pela inflação ao corroer o valor do dinheiro. Em vez de imprimir cédulas em denominações astronômicas, como faziam alguns outros países, os governos simplesmente removiam três ou mais zeros quando a situação saía de controle, ou adotavam uma moeda com um novo nome. Tratava-se, em parte, de um truque psicológico destinado a convencer os brasileiros de que o governo começava da estaca zero, com novas e mais disciplinadas políticas, mas o resultado era o mesmo fracasso de sempre. Quatro dessas oito moedas diferentes foram usadas entre 1986 e 1990, época em que o problema estava em sua pior fase, gerando distorções que ameaçavam afundar a economia inteira.

Durante aquele período, os trabalhadores corriam para gastar todo seu salário sabendo que, se não fizessem isso, o valor do dinheiro recebido diminuiria tão rápido que no fim do mês os alimentos básicos — arroz, feijão ou ovos — podiam facilmente dobrar de preço. Houve até quem comprasse artigos duráveis — aparelhos de TV e ar-condicionado — como uma espécie de investimento, pois tais produtos subiriam de preço ao mesmo tempo em que os valores da poupança cairiam de forma drástica. E, embora fosse proibido por lei, muitos profissionais — médicos e arquitetos, por exemplo — começaram a cobrar seus serviços em dólares, convertidos em moeda brasileira pela cotação do dia, fosse ela qual fosse. As empresas jogavam no mercado *overnight*, transferindo o dinheiro de um banco a outro, numa base diária, dependendo de quem oferecesse a melhor cotação. Com frequência, obtinham maiores lucros com esses malabarismos financeiros do que com os produtos por elas fabricados e vendidos. Um samba popular da época, "Saco de Feijão", de Beth Carvalho, assim representava a difícil situação:

Meu Deus mas para que tanto dinheiro
Dinheiro só pra gastar
Que saudade tenho do tempo de outrora
Que vida que eu levo agora
Já me sinto esgotado

E cansado de penar, meu Deus
Sem haver solução
De que me serve um saco cheio de dinheiro
Pra comprar um quilo de feijão
Me diga, gente
De que me serve um saco cheio de dinheiro
Pra comprar um quilo de feijão
No tempo dos "derréis" e do vintém
Se vivia muito bem, sem haver reclamação
Eu ia no armazém do seu Manoel com um tostão
Trazia um quilo de feijão
Depois que inventaram o tal cruzeiro
Eu trago um embrulhinho na mão
E deixo um saco de dinheiro
Ai, ai, meu Deus

Tão logo assumiu o poder em março de 1990, o recém-eleito presidente, Fernando Collor de Mello, anunciou um plano dos mais radicais para frear a inflação. Congelou não somente preços e salários como também contas bancárias, impondo altas taxas nas transações financeiras. Medidas, todas elas, destinadas a restringir o fluxo de dinheiro, de forma a acabar com a inflação inercial. Ao mesmo tempo, ele adotou um câmbio de cotação flutuante, decretou a liberalização do comércio exterior e ordenou a privatização de algumas empresas estatais, além da extinção de outras, na esperança de levar a economia brasileira, por meio de um choque, a uma posição mais competitiva. Nos primeiros meses, a inflação caiu de forma aguda, bem como a atividade econômica. Como resultado, o governo não pôde reiniciar a economia sem um novo surto de inflação. O problema ainda não fora resolvido ao redor de setembro de 1992, quando Collor sofreu um *impeachment* por causa de seu envolvimento num esquema de tráfico de influência então revelado.

Apesar de seus muitos defeitos, que acabaram por bani-lo da vida pública por dez anos (ele voltou ao governo, no Senado, em 2006), Collor, em retrospecto, merece crédito por haver ajudado na abertura da economia brasileira ao mundo. Ele aumentou a competitividade através de medidas liberalizadoras, tais como tarifas mais baixas, além da redução de restrições na importação de computadores e outros produtos de alta tecnologia. Também incentivou a modernização da indústria e tentou reduzir o endividamento do governo. Em conjunto, essas medidas seriam importantes na década seguinte, à medida que a

economia começava a levantar voo. Contudo, coube ao Plano Real matar o dragão da inflação e finalmente pôr a economia brasileira no caminho de uma estabilidade propícia a um planejamento de longo termo e reformas estruturais mais amplas. O plano foi introduzido em meados de 1994, enquanto Fernando Henrique Cardoso ainda era ministro da Fazenda. O êxito inicial do plano rendeu a Cardoso a oportunidade de chegar à presidência no fim daquele ano. Fato que forneceu a continuidade de políticas necessárias para garantir que não haveria uma reincidência dos maus hábitos do passado, quando um novo presidente, de forma rotineira, eliminava as medidas do seu antecessor. De forma simultânea, ele se lançou, em seu primeiro mandato, a reformas adicionais, como a privatização de empresas estatais ineficientes, que pesavam no orçamento federal e assim eram uma fonte de pressão inflacionária.

Um exemplo era a estatal de telecomunicações, a Telebras, que operava o sistema telefônico. Por falta de capital e limitada por lei na cobrança de seus serviços, a empresa nunca pôde atender à demanda por linhas telefônicas, e quem quisesse um telefone ficava na fila durante muitos anos. Situação que criou um florescente mercado negro no qual linhas telefônicas eram vendidas por até 1.500 dólares. A solução dada por Cardoso foi desmembrar a Telebras, em pequenos núcleos regionais e depois vendê-los pela oferta mais alta, estrangeira ou nacional. Deu-se assim mais competitividade, melhores serviços e um vasto aumento na disponibilidade e linha de telefones, incluindo celulares. Hoje, esses serviços existem até mesmo nos mais remotos cantos da Amazônia, e as empresas brasileiras de celulares garantem que, per capita, os brasileiros falem ao seu aparelhinho mais que qualquer outro povo.

A principal característica do Plano Real foi a criação de uma nova moeda com o mesmo nome: real. Cotado inicialmente em paridade com o dólar, ao real se permitiu aumentar seu valor à medida que grandes quantidades de moedas estrangeiras começaram a fluir ao país, atraídas pelos juros altos, medida também liberada pelo governo. Tais decisões tornaram mais baratos artigos importados, o que amorteceu as pressões inflacionárias, forçando as empresas brasileiras a vender seus produtos a preços mais baixos por medo de perderem a sua fatia de mercado. Ao mesmo tempo, o governo restringiu as próprias despesas, iniciativa que ajudou a reduzir o déficit de gastos que contribuía para mais inflação. Cardoso também concentrou seus esforços na construção de reservas em divisas estrangeiras, outra medida que ajudou imensamente o Brasil quando o real finalmente foi removido de sua cotação fixa em paridade com o dólar, passando a flutuar no começo de 1999.

Ao longo dos últimos dezesseis anos, a estabilidade trazida pelo Plano Real transformou a economia brasileira tanto em grande como em pequena escala. A mais importante conquista de longo termo talvez tenha sido permitir a milhões de famílias de trabalhadores de classe média baixa, ou até pobres, se converterem em consumidores plenos. No passado, esses grupos haviam sido confinados às margens da economia, vivendo de um parco salário a outro. Eles não se dispunham a abrir contas bancárias porque a inflação reduziria o valor de suas poupanças, e também não podiam comprar a crédito porque não tinham certeza de quanto subiriam seus salários devido à inflação. De repente, tudo aquilo mudou graças às garantias de estabilidade vindas com o Plano Real. O país viveu um *boom* na compra de utensílios domésticos, incluindo artigos de mais alto valor, como geladeiras e aparelhos de ar-condicionado, à medida que os novos consumidores, fortalecidos, aproveitavam as vantagens de seu *status*.

Embora a represada demanda inicial tenha sido eventualmente satisfeita, esse padrão consumista continuou através dos inevitáveis altos e baixos do ciclo econômico ao longo dos anos. Sob a administração Lula, os programas do governo que visavam a reduzir a horrível brecha entre ricos e pobres colocou renda nas mãos dos muito pobres, ajudando-os também a se tornarem consumidores. Hoje, pela primeira vez na história do Brasil, quase todos os seus cidadãos participam da vida econômica do país, enquanto declina o número daqueles que vivem na base da pura subsistência. O resultado disso é o fortalecimento e a ampliação do mercado interno. Tal fato tem encorajado as empresas locais a aumentar seus investimentos e a dar emprego a mais gente, o que acaba incrementando o consumo.

Durante a grande recessão de 2008 e 2009, a contínua vitalidade do mercado interno ajudou a proteger o Brasil das piores turbulências econômicas do exterior, sendo essa uma das principais razões do menor sofrimento do país em comparação com outros. Em contraste com uma nação como o Chile, que tem somente 15 milhões de habitantes e assim depende de exportação para crescer, os produtores brasileiros encontram formas de prosperar mesmo sem necessitarem competir além de suas fronteiras. Desde 1950, a população quase quadruplicou, pulando de 51 milhões para pouco menos de 200 milhões, oferecendo vastas e novas oportunidades. Dessa maneira, enquanto as exportações cresceram rapidamente, para mais de 350 bilhões de dólares por ano, elas constituem somente 15 por cento do grosso da produção doméstica.

E, considerando que um mercado com quase 200 milhões de consumidores é de interesse inerente de quase qualquer produtor, a estabilidade gerada pelo Plano

Real também estimulou o surto de investimento estrangeiro no Brasil. Em anos recentes, empresas do exterior têm derramado anualmente no país ao redor de 60 bilhões de dólares, fazendo do Brasil, durante alguns anos, o segundo maior beneficiado com tais recursos entre os países em desenvolvimento (atrás somente da China). Essa condição vem sendo um incentivo para cada setor da economia, do comércio e serviços para duas áreas que são a principal fonte da riqueza e crescimento do Brasil: a indústria e a agricultura.

Por mais que os líderes brasileiros gostassem da ideia, o Brasil não é usualmente tido como uma potência industrial. Na letra da velha canção de Frank Sinatra, "There's an awful lot of coffee in Brazil", esse é o produto, o café, que os estrangeiros ainda mais associam ao país. Entretanto, a cada ano, fábricas brasileiras, a maioria concentrada no triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, no Sudeste ou mais ao Sul, manufaturam milhões de carros, televisores, refrigeradores e telefones celulares. O Brasil é um dos líderes mundiais na produção de químicos e fertilizantes; equipamento de transporte como navios, vagões de trem e locomotivas; aço e cimento, calçados, eletrônicos, peças automotivas e produtos de papel. Mesmo admitindo todas as vantagens que o México desfruta de sua proximidade com os Estados Unidos e sua integração no Nafta, 60 por cento de toda a produção industrial da América Latina ocorre no Brasil.

E, como em muitos outros setores, o Brasil chegou relativamente tarde ao processo de industrialização, o que torna o impulso do passado meio século ainda mais notável. Embora o país manufaturasse itens como têxteis, fósforo e produtos de couro desde a época da Independência, a primeira siderúrgica moderna, em Volta Redonda, foi somente construída em 1940, depois que os Estados Unidos concordaram em financiar a iniciativa sob a condição de que o Brasil se distanciasse da Alemanha nazista. Na verdade, a industrialização começou para valer somente nos anos 50, e ganhou velocidade quando o presidente Juscelino Kubitschek investiu na fabricação doméstica de automóveis. Ele também tentou estimular indústrias relacionadas como aço, alumínio, maquinaria pesada, equipamento elétrico, cimento, celulose, químicos e plástico.

Tal impulso à industrialização fazia sentido porque o Brasil é abençoado com enormes reservas de metais e minerais essenciais à moderna manufatura, o que dá ao país uma vantagem estratégica ainda hoje importante em meio a crescentes temores em outros lados de uma escassez de matérias-primas cruciais. Acredita-se, por exemplo, que depósitos de minérios de ferro são maiores no Brasil do que

em qualquer outra parte do planeta. A mesma coisa com a bauxita, matéria-prima da qual o alumínio é feito. Reservas significativas de cobre, chumbo, manganês, níquel, estanho, tungstênio, urânio e zinco também existem e são desenvolvidas para manufatura doméstica em vez de ser exportadas a centros industriais tradicionais do Hemisfério Norte. O carvão talvez seja a única substância vital à produção industrial de baixo suprimento, mas o Brasil encontrou e desenvolveu substitutos mais baratos e mais limpos, como veremos no próximo capítulo.

Tudo isso era parte de um modelo de substituição de importações destinado a permitir a indústria brasileira a fincar raízes e se diversificar, protegendo produtores locais da competição externa por meio de barreiras alfandegárias. Tal enfoque está hoje bastante fora de moda, criticado como injusto e ineficiente no mundo globalizado, mas na época parecia a forma mais apropriada para o governo dar à indústria brasileira, que obviamente não podia competir com companhias estrangeiras mais ricas e mais experientes, a oportunidade de deslanchar e desenvolver a própria tecnologia. E o Brasil não fechou as portas totalmente àquelas companhias estrangeiras; ao contrário, encorajou-as a vir ao país para investir e construir. Um dos resultados foi que o Brasil eventualmente se tornou o primeiro país do mundo no qual cada fabricante automotivo construiu uma fábrica. De forma mais imediata, a substituição de importações gerou um surto de crescimento, com a indústria se expandindo 9 por cento ao ano ou mais durante os anos de Kubitschek, duas vezes mais que o índice do então predominante setor agrícola.

Por três décadas, os fabricantes brasileiros continuaram operando com a proteção de altos impostos aduaneiros. Isso lhes garantiu o domínio de um mercado doméstico que crescia rapidamente, mas ao mesmo tempo permitia práticas ineficientes em seus negócios. Quando chegaram os anos 90 e a economia se abriu para o mundo exterior, algumas companhias e indústrias prosperaram; outras, porém, declinaram ou fecharam. Por exemplo, durante os anos 80, o Brasil tentou estimular o desenvolvimento de uma indústria doméstica de computadores, para tanto praticamente proibindo a importação de *hardware* e *software.* Essa política, contudo, foi eliminada quando Collor tomou posse. Ele percebeu que companhias brasileiras estavam ficando para trás do resto do mundo nos esforços para desenvolver tecnologias de computação, e que o Brasil nunca seria capaz de progredir se essas restrições continuassem. Removidas as barreiras comerciais, os principais fabricantes de computadores afluíram para o Brasil. Por essa razão, o Brasil tem hoje mais computadores e mais usuários com banda larga e conexões sem fio que todo o resto da América Latina, propiciando

assim às companhias locais ganhos significativos de produtividade.
No entanto, outras companhias brasileiras continuaram florescendo no novo e mais competitivo contexto. Por exemplo, a Estrela, um fabricante de brinquedos populares, logrou desbancar a Mattel. Redes domésticas de supermercados como Sendas e Pão de Açúcar resistiram às incursões de gigantes europeus como o francês Carrefour. O fabricante de papel e celulose Klabin prosperou, apesar do desafio da Georgia Pacific, e até mesmo se expandiu para a Argentina. Algumas companhias tomaram outro rumo, vendendo parte do controle a empresas multinacionais, para modernizar e receber novas injeções de capital A Brastemp, por exemplo, fabricante de fogões e geladeiras, é parte agora da Whirlpool Corporation, enquanto que a Kibon, fabricante de sorvetes e doces, de forma a competir com a Nestlé, se tornou afiliada local da Unilever.
Em anos recentes, à medida que o Brasil se integrava ao mundo mais amplo da economia, numerosas empresas brasileiras se expandiam em mercados internacionais com notável sucesso. Um exemplo instrutivo, mas pouco conhecido, é o da Ambev, um conglomerado de cerveja e refrigerante formado com a fusão das duas maiores cervejarias do país, Antarctica e Brahma, em 1999. Cinco anos depois, a Ambev fundiu-se com a gigante belga Inter para formar a InBev. Em 2008, aquela companhia comprou nos Estados Unidos a Anheuser-Busch, tornando-se a maior cervejaria do mundo. O resultado é que um brasileiro de São Paulo, Carlos Brito, agora dirige a companhia que fabrica a mais famosa marca de cerveja americana, a Budweiser.
Em nível internacional, as companhias brasileiras são particularmente fortes na área de matérias-primas. A Petrobras, a maior empresa do Brasil, é examinada em detalhe no capítulo sobre energia. Mas a Vale do Rio Doce, conhecida como Cvrd ou Vale, é outra antiga empresa estatal que prosperou desde a sua privatização, nos anos 90. Originalmente concentrada na extração de minério para siderúrgicas, diversificou-se dentro e fora do Brasil para se tornar uma das três maiores mineradoras no mundo. E, no espaço de uma geração, a Gerdau passou de uma pequena siderúrgica no Sul do Brasil a ter um importante papel mundial, com unidades em todas as partes da América Latina e presença crescente nos Estados Unidos, onde tem comprado várias companhias americanas.
A história de maior sucesso talvez seja a da Embraer, a fábrica de aviões baseada em São José dos Campos, a uma hora de carro de São Paulo. Fundada em 1969, a Embraer começou manufaturando aviões de treinamento para um único cliente, a Força Aérea Brasileira, proprietária e administradora da companhia. Numa

década, já fazia caças a jato para exportação a forças aéreas de países do Terceiro Mundo na América Latina, África, Ásia, além de produzir também aviões civis, inicialmente para linhas brasileiras, depois para estrangeiras. A companhia, porém, nunca deu lucro, e, em 1994, por ser uma das várias empresas estatais deficitárias, acabou vendida à iniciativa privada.

Hoje, a Embraer é o terceiro maior fabricante mundial de grandes aviões, depois da Boeing e da Airbus. Após entregar o recorde de 244 aeronaves em 2009, começou 2010 com encomendas confirmadas para 265 aeronaves, o que representou contratos de 16,6 bilhões de dólares. A companhia deve muito do seu êxito à sua decisão de não brigar com os seus dois rivais maiores na manufatura de um avião *wide-body.* Em vez disso, concentrou-se na fabricação de jatos menores para voos regionais curtos. Esse setor da aviação comercial floresceu com a desregulamentação e as políticas de *open skies* ao redor do mundo; é bem provável que um passageiro de Nova York a Indianápolis, ou de Manchester a Turim, esteja hoje voando num avião da Embraer. De fato, durante a campanha presidencial americana de 2008, a candidata republicana Sarah Palin, apesar de sua retórica "America first", voou ao redor do país em um jet da Embraer, de 108 lugares, o maior fabricado pela empresa. Esse nicho estratégico tem dado tão certo que a Embraer se expandiu na produção de jatos executivos para corporações, representando um desafio crescente à Lear.

Não é por acaso que a Embraer e várias outras empresas brasileiras de sucesso, incluindo as maiores automotivas, estão localizadas em São Paulo. Embora o mundo exterior considere o Rio de Janeiro a metrópole-vitrine do Brasil, a cidade e o estado de São Paulo são o verdadeiro motor econômico do país — com efeito, alguns líderes empresariais se queixam de que São Paulo é como uma locomotiva puxando vinte e seis vagões vazios, referência aos outros estados.

Com uma população batendo já nos 45 milhões, um pouco maior que a da Califórnia, São Paulo responde por 22 por cento da população brasileira. Contudo, gera mais de um terço da produção econômica do país, além de representar metade da base fiscal. Se o estado de São Paulo fosse um país independente em lugar de ser o estado mais populoso e próspero do Brasil, sua população e seu PIB superariam os da Argentina e Colômbia, que são, na América do Sul, os países com mais habitantes e maiores economias depois do Brasil.

Embora o interior do estado seja pontilhado de prósperas cidades, que fabricam ampla variedade de produtos industriais e agrícolas, o centro real de gravidade

de São Paulo é a cidade do mesmo nome, que, ao longo dos últimos 140 anos, tem tido "o mais rápido índice de crescimento urbano na experiência humana", de acordo com um relatório publicado pelo Instituto Mundial de Economia Fernand Braudel, um grupo de pesquisa em São Paulo. Com uma população de pouco mais de 12 milhões e outros 9 milhões nos subúrbios industriais ao redor da cidade, a Grande São Paulo é, de acordo com números das Nações Unidas, a terceira maior área urbana no mundo depois de Tóquio e Cidade do México. Em contraste, em 1870, somente 31 mil pessoas viviam em São Paulo.

Como Nova York, a moderna São Paulo, cidade e estado, foi construída em grande parte por imigrantes, e a eles deve sua riqueza e natureza cosmopolita. Esse fluxo começou em 1888, quando o Brasil aboliu a escravidão e precisava de novas fontes de mão de obra. Os paulistas gostam de se gabar de que em São Paulo há mais japoneses que em qualquer outra cidade fora do Japão, mais sírio-libaneses que em qualquer outra cidade fora do Oriente Médio e mais italianos que em qualquer outra cidade fora da Itália. Milhões mais, como o ex-presidente Lula, peão de fábrica automotiva antes de se tornar líder sindical, são camponeses que migraram dos estados pobres e áridos do Nordeste, da mesma maneira que negros pobres migraram em massa do sul dos Estados Unidos para as fábricas de Chicago e Detroit. Hoje, essa florescente classe trabalhadora constitui não somente a espinha dorsal da produção industrial, como um crescente e importante mercado consumidor para produtores.

O que mais diferencia o Brasil, contudo, de outros membros do Bric, além de nações adiantadas como Japão e Alemanha, é o seu inigualável potencial agrícola e produção. Dito de forma simples, o Brasil tem a habilidade de ser o celeiro do planeta, não só provendo alimento interno como também para o resto do mundo. O país tem sido sempre um produtor líder de safras de café e açúcar, de cacau e tabaco, desde os tempos coloniais. Ao longo da geração passada, porém, a agricultura brasileira vinha se diversificando e se modernizando de forma dramática, com notáveis aumentos em produtividade e variedade de safras. Não surpreende, pois, que quando o então ministro de Relações Exteriores dos Estados Unidos, o general Colin Powell, visitou o país em 2004, descreveu o Brasil como uma "superpotência agrícola", rivalizando com os Estados Unidos e até mesmo superando-os em algumas áreas.

A agricultura, historicamente, é, além da caça, o método mais antigo de produção de comida conhecido da humanidade e, não se pode negar, destituído do *glamour* e dos lucros garantidos associados às recentes conquistas de alta tecnologia. Mas, enquanto a indústria e a tecnologia com frequência estão

sujeitas às modas e mudanças súbitas e inesperadas — cria-se o iPod, desaparece a máquina de escrever, setores inteiros de manufatura são liquidados por alguma inovação —, as pessoas sempre precisam comer. Há muito tempo os planejadores do governo brasileiro perceberam que a agricultura, quando bem e inteligentemente desenvolvida, oferece uma base sólida menos volúvel a um crescimento econômico sustentável. Por essa razão, sempre estimularam a produção de gêneros alimentícios e outros produtos que podem ser cultivados em fazendas, plantações e sítios, itens como algodão, celulose e borracha. Não é de estranhar, portanto, que os brasileiros às vezes se referem à agricultura, que responde por 40 por cento das exportações, como a "âncora verde" da economia nacional.

Nesse sentido, o Brasil leva uma clara vantagem competitiva não somente sobre países densamente povoados e altamente industrializados, como Japão, Itália, França e Grã-Bretanha, bem como sobre os outros membros do Bric. Com as suas populações maciças e terrenos variados que incluem desertos e áreas montanhosas, nem a China nem a índia podem dispor da terra que seria necessária para suportar uma gigantesca expansão da produção agrícola. A Rússia dispõe de tais expansões, só que em boa parte em lugares onde o clima é hostil ao crescimento do cultivo. Dá-se aqui um contraste com o clima tropical do Brasil, que favorece um ano inteiro de cultivo, no qual duas ou até três safras podem ser colhidas. Além dos Estados Unidos, que também dirigiram lucros agrícolas para a construção de uma base manufatureira, talvez só o Brasil tenha a possibilidade de se tornar, de forma simultânea, um poder agrícola e industrial.

Até recentemente, porém, o Brasil se via prejudicado por sua tendência em se concentrar quase que exclusivamente num produto por vez, um processo conhecido como "o ciclo das monoculturas". No fim do século XIX, por exemplo, um *boom* na produção de café logo resultou em muito dinheiro para alguns grandes produtores e companhias em São Paulo, lucros que os mais hábeis usaram para a industrialização do estado e a construção de impérios comerciais familiares ainda hoje em pé. O *boom* cafeeiro, contudo, logo deu lugar a um surto na produção de borracha, o que permitiu a um pequeno grupo de plantadores e intermediários em Manaus fazer fortuna quase da noite para o dia. Esse *boom* também entrou em colapso depois que a produção se espalhou para o sudoeste asiático, e foi substituído por um breve *boom* de cacau na Bahia (o tema de alguns romances de Jorge Amado). Em ambos os casos, os altos lucros criaram uma mentalidade de enriquecimento rápido que estimulou o excesso de plantação, levando a um excesso de produção. Isso permitiu, por sua

vez, que os intermediários, a maioria deles de centros financeiros mundiais como Londres e Chicago, manipulassem os preços das safras em detrimento do Brasil.
No entanto, no começo dos anos 70, o Brasil começou um esforço, envolvendo governo e iniciativa privada, na diversificação das safras produzidas. Mesmo quando vim ao Brasil pela primeira vez, em 1972, o café era de longe o principal produto de exportação, e a situação econômica ainda dependia, de uma forma alarmante, de dois fatores que o Brasil não podia controlar: os preços fixados na Bolsa de Café de Londres e as previsões do tempo para São Paulo e Minas Gerais a cada julho e agosto, quando uma forte geada podia acabar com grande parte da safra, forçando o Brasil a pedir empréstimos para honrar os seus compromissos internacionais.
Hoje, em contraste, o Brasil não mais depende de um único produto para manter saudável seu comércio exterior. Em menos de uma geração, a produção agrícola brasileira diversificou-se a ponto de que o país se acha hoje entre os principais produtores e exportadores de pelo menos doze produtos alimentícios — uma façanha extraordinária. A soja, por exemplo, teve um *boom* desde meados dos anos 90 — em parte graças ao surgimento de uma nova classe média na China e outras localidades da Ásia que desejavam e podiam bancar uma dieta mais variada e rica em proteína — e é agora o principal produto agrícola de exportação do Brasil. De fato, em alguns anos a soja virou o maior produto na pauta global de exportação, competindo nesse campo com os aviões da Embraer. Enquanto os Estados Unidos ainda permanecem sendo o maior produtor de soja, o Brasil se constitui no maior exportador do produto. Isso ajuda a explicar por que o Ministério de Agricultura americano se mantém bem informado de cada passo nas principais áreas de cultivo do Brasil, e por que o próprio Brasil, como parte de um esforço conjunto com a China, recolhe dados de um satélite que, entre outras coisas, monitora a colheita de soja nos Estados Unidos. Alguns anos atrás, os principais grupos de fazendeiros em Iowa, o maior rival do Brasil nos mercados internacionais de grãos, montaram uma apresentação para os seus membros chamada "Será que o Brasil está nos causando indigestão?" A resposta foi um sim com algumas ressalvas, e, em anos recentes, agricultores de todo o Meio-Oeste estadunidense têm afluído ao interior do Brasil para comprar vastas extensões de terra, aproveitando a vantagem de preços mais baixos e um clima que pouco varia durante o ano, permitindo múltiplas colheitas anualmente.
Porém, em contraste com o passado, o *boom* da soja não se deu à custa de outras safras. Produtos tradicionais como açúcar e cacau também estão no alto da lista de exportações agrícolas, bem como o café. Desse jeito, o Brasil permanece

sendo o maior produtor e exportador de café do mundo, embora o produto tenha caído do primeiro ao sétimo lugar na classificação. Ao mesmo tempo, também se tornou um líder mundial na produção e exportação de laranja, porco, algodão, tabaco, sementes de óleo, milho e, especialmente, frango e carne de boi. Andando pela Amazônia, por exemplo, encontrei caubóis brasileiros conduzindo manadas de gado ao Líbano, onde os animais são sacrificados ritualmente de acordo com os costumes muçulmanos, de forma que os fiéis possam consumir a carne. O Brasil possui o maior rebanho comercial do mundo, mais de 185 milhões de cabeças de gado, duas vezes maior que o rebanho americano. Exporta também mais carne que qualquer outro país, faturando mais de 5 bilhões de dólares por ano, tendo a Rússia como seu maior cliente.

Essa diversidade contribui para proteger o Brasil dos inevitáveis altos e baixos dos mercados internacionais, além de dar ao país maior flexibilidade e força na negociação de contratos. Se o preço da soja cai, como aconteceu no meio da década passada, o aumento dos preços de carne de boi alimentado a pasto e de frango nutrido com soja, consequência do pânico da Doença da Vaca Louca na Europa, ajuda a compensar aquela queda e prevenir prejuízos à balança de pagamentos do Brasil. Tivesse o Brasil já investido mais em armazenamento de suas safras, como fizeram há muito tempo os agricultores do Meio-Oeste americano, o país teria um poder de negociação ainda maior. Essa melhora, contudo, já vem sendo implementada à medida que cooperativas rurais, sobretudo nos estados férteis do Centro-Oeste, se tornam mais prósperas e investem no próprio futuro. Dessa forma, o Brasil espera ganhar nos próximos anos uma posição mais forte de mercado.

Muito do surto de soja e outros produtos agrícolas veio do cerrado, uma vasta savana que se estende por mais de 1.500 quilômetros através do Brasil central, bem ao sul da Amazônia. Descartada durante séculos como imprestável, a região do cerrado transformou-se, em menos de uma geração, no cinturão de grãos do Brasil. Em grande parte isso se deve ao trabalho pioneiro de agrônomos numa agência do governo, a Embrapa.

Começando em meados dos anos 70, os cientistas da Embrapa avançaram em duas áreas importantes. Primeiro, tratando de encontrar a mistura adequada de químicos, eles determinaram que os solos do cerrado poderiam ficar férteis desde que banhados com fósforo e cal para reduzir a sua natural acidez. Ao mesmo tempo, também desenvolveram mais de quarenta variedades tropicais de soja, produto que, até então, se acreditava só podia ser cultivado em climas temperados, e forneceram assistência técnica aos agricultores que plantavam

essas sementes.
Hoje, três quartos da produção de algodão do Brasil também se originam no cerrado, que proporciona terra de pasto a quase metade do gado brasileiro. A Embrapa também criou uma variedade tropical de porco com menos gordura e colesterol do que o porco norte-americano, porém com maior produtividade de lombo e presunto, que resultou no aumento das exportações suínas brasileiras. Estimulados por esses resultados, os cientistas da Embrapa em anos recentes se concentraram na adaptação de safras de outras zonas temperadas, como trigo, aos trópicos. Ao longo de sua história, o Brasil sempre importou trigo de países vizinhos, como a Argentina. A Embrapa, porém, já desenvolveu variedades de trigo para ser plantadas no cerrado tropical, com produtividade comparável à de países como Canadá e Austrália, e também investiga agora formas de adaptar a cevada à região.
Líder mundial na pesquisa de um campo altamente promissor como é o da agricultura tropical, a Embrapa, nos últimos anos, começou a mover-se de forma agressiva em áreas de ponta como biotecnologia e bioenergia. Em 2007, a Embrapa e a Basf, fabricante química alemã, anunciaram uma associação para desenvolver um tipo de soja geneticamente modificado, resistente aos herbicidas. Esse produto deve começar a ser negociado em 2012 e dele se espera que compita com a marca Roundup Ready, da Monsanto, que hoje domina o mercado. E, embora a Embrapa continue sendo uma entidade governamental, recebeu em 2005 autorização do Congresso brasileiro para formar *joint ventures* e reter lucros dessas iniciativas comerciais, decisão destinada a ajudar a empresa a superar a crônica escassez de capital de investimento no Brasil.
Com o apoio do Banco Mundial e outros organismos internacionais de desenvolvimento, a Embrapa também se fez mais ativa na Ásia e especialmente na África.
Em 2007, abriu um escritório em Gana para ajudar na transferência de tecnologia e métodos brasileiros a países que têm savanas com solo e condições de chuva similares ao cerrado e que gostariam de repetir o sucesso do Brasil. Em longo prazo, isso significaria possibilidades comerciais de *royalties* para o Brasil, ao assistir nações que querem aumentar sua produtividade de soja, carne bovina, milho e especialmente mandioca, um tubérculo feculento, ingrediente básico na dieta de povos em áreas tropicais ao redor do mundo. O doutor Norman Borlaug, o pai da chamada Revolução Verde e ganhador do Nobel da Paz, me disse em 2007 que havendo "transformado uma terra incultivável numa das áreas mais produtivas agrícolas do mundo", a Embrapa e os seus cientistas

merecem reconhecimento "por uma das maiores façanhas da ciência agrícola no século XX".
Consideradas juntas, a Embrapa e a Embraer são exemplos de uma estratégia que funcionou bem para o Brasil em sua escalada no campo econômico e tecnológico num mundo cada vez mais competitivo e globalizado. Retardatário em seu desenvolvimento, o Brasil descobriu que a forma mais rápida de se fazer competitivo é encontrar um nicho ignorado por outros e explorá-lo agressivamente. A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (fapesp) oferece outro exemplo. O consórcio concentra o seu foco em Genômica, sendo já um líder mundial nesse campo. Financiados pela fapesp, pesquisadores brasileiros foram os primeiros a sequenciar o genoma da cana-de-açúcar; outros sequenciaram o genoma das pragas de plantas que atacam árvores frutíferas e a do eucalipto, esta a preferida da indústria do papel e celulose por seu rápido crescimento. Tais esforços de pesquisa têm óbvia importância econômica porque o Brasil é o líder mundial na exportação desses produtos.
Mesmo com todo o rendimento que o Brasil colheu de seu solo, a agricultura continua oferecendo enigmas que o país tem sido incapaz de resolver. Em 1940, 80 por cento da população vivia no campo, somente 20 por cento nas cidades. Na virada do século, essas porcentagens haviam revertido com exatidão. Mas isso ainda significa que 40 milhões de pessoas vivem na terra e dela dependem, muitas das quais são meeiros arrendatários ou agricultores de subsistência, desligados dos mercados globais e até locais, mal conseguindo se sustentar com os seus esforços. Isso pode ser primariamente um problema social, e assim é visto, mas é também um desafio à economia.
A propriedade da terra no Brasil sempre esteve concentrada nas mãos de uma pequena elite. Contudo, a inexorável lógica do moderno agronegócio, com sua ênfase na economia de escala que vem com grandes fazendas e sítios, exacerba aquela tendência ainda mais, da mesma forma que o foco brasileiro na produção para exportar. De acordo com cifras divulgadas em 2009 pelo Ibge, a concentração na posse da terra só piorou ao longo da última década. Mais de 1,3 milhão de agricultores abandonaram seu meio de vida durante aquele período, mas, daqueles que permaneceram, quase 40 por cento não sabem nem ler nem escrever. Como é de esperar, esse problema de desigualdade é mais severo nos estados mais pobres, onde grande parte da terra pertence a alguns poucos.
Dessa forma, em algum momento, o Brasil terá de escolher se deseja mecanizar e padronizar sua produção agrícola completamente, como fizeram os Estados Unidos, quase liquidando no processo a fazenda familiar, ou preservar um nicho

para arrendatários e agricultores de subsistência, mesmo sendo isso ineficiente em termos puramente econômicos. Trata-se obviamente de uma decisão política e, embora Lula, um homem de esquerda, ele próprio de origem camponesa, tenha deixado claro que prefere a segunda opção, governos futuros talvez não pensem assim. Mas então o Brasil terá de encontrar algum outro caminho para incorporar essa força de trabalho ociosa a outras partes da economia e tornar os seus integrantes membros produtivos da sociedade.

Graças a um *boom* da indústria e da agricultora, o Brasil mostrou na década passada uma notável expansão do seu comércio com o resto do mundo. Acompanhando tal impulso, deu-se também um notável progresso na balança comercial comparado com décadas recentes, quando um fluxo de equipamento e maquinaria, necessários no processo de industrialização, geralmente causava déficits. Em 1999, o total de exportações e importações estava quase perfeitamente equilibrado e chegava a quase 100 bilhões de dólares, uma cifra relativamente pequena para um país do tamanho do Brasil. Contudo, quando esses números foram apurados no fim de 2008, momento em que a crise financeira nos Estados Unidos estava começando, o comércio exterior brasileiro quase quadruplicara para 371 bilhões de dólares, com as exportações superando as importações em 24,7 bilhões de dólares. Naquele ano, o comércio exterior somou o equivalente a quase 30 por cento do PIB. Isso foi um recorde para o Brasil em tempos modernos, embora ainda abaixo do desempenho de países latino-americanos menores, tais como Chile ou até mesmo o México, onde o comércio exterior de forma rotineira excede 50 por cento do PIB.

Os superávits no comércio exterior são comuns em países no estágio de desenvolvimento do Brasil, e até mesmo excedentes maiores foram registrados no meio da década, quando por três anos consecutivos as exportações brasileiras excederam as importações por mais de 40 bilhões de dólares. Esses superávits são eclipsados, claro, quando comparados aos da China e são basicamente o resultado da alta demanda por *commodities* — de minério de ferro a soja — em vez de produtos manufaturados, a fonte principal do excedente chinês. Mas, em contraste com o caso da China, não são o resultado de um câmbio manipulado ou políticas cujo propósito é de restringir importações. No caso do Brasil, as importações têm crescido mais de 40 por cento em anos recentes, em parte porque o real se fortaleceu diante do dólar, tornando as importações mais baratas.

De igual ou maior significado é a forma como o Brasil conseguiu diversificar seus parceiros comerciais ao longo da última década. Historicamente, os Estados

Unidos têm sido o maior cliente e fornecedor do Brasil, padrão que remonta a quase um século. Em certas ocasiões durante aquele período, os Estados Unidos vêm respondendo por mais de dois terços de todo o comércio do Brasil com o mundo exterior. Porém, nos anos 90 os planejadores do governo implementaram uma política destinada a reconfigurar os padrões do comércio internacional, de forma que o comércio exterior ficasse dividido em quatro setores, cabendo partes quase iguais à América Latina, América do Norte, Europa e Ásia. Essa meta em grande parte tem sido atingida: de fato, em abril de 2009 a China substituiu os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil, fato devido basicamente a um aumento da demanda por minério de ferro. No total, o comércio exterior brasileiro está assim dividido: 25 por cento com a União Europeia, 25 por cento com a América Latina, 25 por cento com a Ásia, 14 por cento com os Estados Unidos e 11 por cento com outros, África incluída, Oriente Médio, Europa Oriental e Canadá.

Essa mudança ajudou o Brasil a amortizar o impacto frontal da crise econômica que começou nos Estados Unidos em 2008. A situação brasileira, a propósito, mostra um agudo contraste com a do México, cujo destino econômico permanece dependente de sua relação com o vizinho do norte, bem como com as de muitos outros países latino-americanos e nações do Caribe. Mais uma razão para que o Brasil pareça estar muito bem posicionado para se beneficiar do aumento do comércio exterior mundial que se espera ao término da grande recessão. Graças à sua insaciável sede por recursos naturais como minério de ferro, outros metais e polpa de celulose, a China deve permanecer como o parceiro comercial mais importante do Brasil. O que se deu entre os dois países ao longo da década passada foi uma relação triangular, na qual o Brasil exporta matérias-primas à China, onde são transformadas em mercadorias de consumo e outros produtos acabados, depois vendidos aos Estados Unidos. Por essa razão, alguns investidores institucionais agora consideram a presença no Brasil como uma forma indireta de investir na China, onde as proteções legais são sabidamente escassas e o mercado é manipulado pelo governo.

Embora esse arranjo, combinado com o aumento nas vendas da soja e outros produtos alimentícios, tenha contribuído para o acúmulo de grandes superávits na balança comercial do Brasil e a solidificação de suas reservas monetárias, notam-se dúvidas e descontentamento em alguns pontos do país, sobretudo entre líderes empresariais paulistas. Em épocas coloniais, as riquezas naturais do Brasil mantiveram a prosperidade do império português sem com isso beneficiar os brasileiros, e no século XIX tais recursos foram essenciais para a Grã-

Bretanha e os Estados Unidos em seus esforços de industrialização. Os brasileiros estão bem conscientes daquele padrão. O que eles menos desejam no século XXI é novamente fazer o papel de fornecedores de um emergente gigante industrial, forçados a se contentar com migalhas. Como resultado, crescem as exigências para que a China processe alguns de seus produtos no Brasil, dessa forma criando valor adicional para ambos os lados. Há também queixas sobre a tremenda agressividade chinesa no campo da exportação, que ameaça devastar a indústria doméstica brasileira em setores tradicionais como calçados e têxteis.

Quando em 2008 explodiu a crise financeira global, a reação inicial do Brasil foi a de zombar do problema. "Crise? Que crise?" Lula perguntou logo em seguida ao colapso do Lehman Brothers, em setembro daquele ano. "Perguntem ao Bush. A crise é dele." Contudo, os tecnocratas do Banco Central e os ministros da Fazenda e do Planejamento tinham uma visão mais realista da situação. Para começar, 20 por cento dos mercados de crédito do país consistiam em dinheiro vindo de fora. Isso significava que, no mesmo instante em que aquelas linhas secassem devido a problemas nos Estados Unidos e em outros lugares, as empresas brasileiras não conseguiriam obter ou renovar empréstimos. E os bancos comerciais brasileiros tampouco poderiam aliviar a situação, pois grande parte de sua liquidez também dependia da manutenção de fluxos abundantes de capital externo. À medida que os consumidores não mais podiam levantar empréstimos para comprar carros, por exemplo, a atividade industrial no setor logo começou a diminuir, parecendo então que o Brasil poderia ser arrastado pela grande recessão.

Entretanto, devido ao fato de que o governo brasileiro vinha há muitos anos acumulando superávits no orçamento e no comércio exterior, além de seguir outras políticas fiscais responsáveis, num claro contraste com os Estados Unidos do então presidente George W. Bush, o Banco Central do Brasil tinha em caixa, como citado acima, mais de 200 bilhões de dólares em reservas. Tais recursos logo ficaram disponíveis, aumentando o acesso a linhas de crédito em dólares, de forma a compensar a súbita evaporação de fluxos externos. Além disso, o Banco Central diminuiu as exigências, muito altas, para as reservas dos bancos, dando a eles uma fonte adicional de fundos que poderiam emprestar. Baixou também as taxas de juros, que eram das mais altas do mundo. Assim armado, o Brasil não precisou gastar um centavo para resgatar bancos, e, até mesmo antes do fim de 2008, o crédito já circulava de novo.

Indiretamente, porém, as exportações brasileiras, especialmente de matérias-primas, sofreram. Enquanto os consumidores americanos cortavam fundo suas

compras, a China, a fonte de muitos produtos manufaturados, diminuía sua produção, não mais precisando importar do Brasil tanto ferro, alumínio, cobre ou madeira. Mas a demanda doméstica brasileira, que vinha crescendo numa media anual de 9 por cento, continuou robusta. Ou seja, em contraste com crises anteriores, como o baque financeiro de 1997, no qual o chamado "efeito contágio" de problemas no sudoeste da Ásia, Turquia e Rússia eventualmente infectou as percepções internacionais do Brasil, desta vez coube ao Brasil o papel de resgatador. Em setembro de 2009 o ministro do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, chegou a agradecer publicamente ao Brasil por ajudar o mundo a sair da recessão. Suas palavras despertaram pouca atenção nos Estados Unidos, mas no Brasil deram primeiras páginas nos jornais e manifestações de orgulho pelo novo *status* do país.

Vale lembrar também que o Brasil nunca caiu na armadilha de acreditar no mantra repetido nos Estados Unidos durante os anos Bush: o mercado infalível e onisciente sempre faz as melhores escolhas e, portanto, não precisa de regulação. Todos os principais partidos políticos do país menos um endossam o conceito de uma presença estatal significativa, e o estado com frequência tem guiado ativamente a política econômica. Tal papel não é tão intruso como na China, no Japão ou na índia, mas há no Brasil um consenso de que o desejo de lucro nem sempre garante o melhor resultado para a sociedade como um todo e, portanto, é necessária alguma supervisão. Essa crença é às vezes sujeita a debate, especialmente quando contestada por grupos empresariais que mantêm que o Brasil faria um progresso ainda mais rápido se o espírito empreendedor pudesse funcionar sem entraves. Contudo, a regulação governamental do setor financeiro e de outros sem dúvida fez com que o Brasil não se visse prejudicado pelos piores efeitos da crise de 2008-2009.

Embora o Brasil muito tenha logrado no espaço de uma geração, ainda continua a enfrentar importantes gargalos estruturais que impedem a sua economia de funcionar e de chegar à eficiência máxima. O mais importante desses problemas são as vastas deficiências na sua estrutura física. Um segundo problema importante é a ampla, ineficiente e quase sempre corrupta burocracia pública que administra um desconcertante sistema de formulários, permissões, licenças e regulações que desesperam a quem quer fazer negócios — é o chamado "custo Brasil".

São óbvios os problemas na infraestrutura brasileira (especialmente no setor de transporte), e podem ser minorados, senão solucionados, simplesmente com mais investimento. Os portos são em grande parte congestionados porque

simplesmente não existem docas nem armazéns suficientes (embora práticas trabalhistas corporativistas também sejam um fator problemático). O transporte aéreo comercial, essencial em um país de dimensões continentais, quase quebrou em 2007 por causa de falhas num sistema de segurança com base no obsoleto equipamento de controle de tráfego aéreo, incluindo defeitos nos sistemas de radar. Não há suficientes estradas, sobretudo estaduais, e muitas das existentes são obrigadas a suportar excesso de tráfego ou foram mal construídas, abrindo crateras no asfalto que retardam e avariam veículos. Considerado o tamanho do país, o Brasil, num forte contraste com a índia e a China, não conta com uma verdadeira rede ferroviária, mesmo no altamente populado e industrializado Sudeste. Durante décadas, por exemplo, falou-se no Brasil da construção de uma via rápida ferroviária entre São Paulo e Rio de Janeiro comparável ao trem-bala Tóquio-Osaka ou com o serviço da Amtrak entre Nova York e Washington. Mas somente agora — depois de décadas de falatório desarticulado e manchetes periódicas — a construção parece finalmente prestes a começar, e isso em decorrência das promessas feitas pelo Brasil para garantir ser anfitrião da Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro.

Por outro lado, lidar com os entraves burocráticos talvez represente um problema ainda mais complexo, que requer não um aumento de investimentos, mas a mudança de uma mentalidade presente no país desde a época da chegada dos portugueses, há 500 anos. A exigência de certificados, credenciais, licenças e outros documentos oficiais perpassa todos os aspectos da vida brasileira, causando longas filas e perda de tempo. Ainda me lembro da minha reação atônita quando a minha mulher precisou levar a sua avó de 80 anos ao banco para provar, por meio de um documento juramentado, que estava viva e assim poder receber a sua pensão — o mesmo banco, aliás, no qual ela recebia todo mês esse mesmo benefício. No fim dos anos 80 até foi criado um Ministério da Desburocratização para combater o problema, mas a iniciativa acabou em mais uma onda de inspeções e requisitos, logo virando objeto de zombaria.

De forma regular, a imprensa e grupos empresariais conduzem estudos comparativos do processo de abertura de um negócio no Brasil em relação a outros países. Inevitavelmente, os resultados mostram que o Brasil exige mais papelada, além de ser mais lento nas autorizações do que qualquer outro país com setores industriais e comerciais significativos.

De acordo com uma pesquisa do Banco Mundial de 2009, por exemplo, leva cinco meses em média para completar toda a papelada requerida para abrir um negócio no Brasil. Dos 181 países estudados na pesquisa, o Brasil ficou no 125°

lugar, bem abaixo da maioria das nações que vê como rivais ou que aspira superar.
Esse gargalo acabou criando um sistema complexo no qual exércitos dos chamados despachantes são contratados para acelerar o andamento dos processos. Como dito antes, é a função do despachante "agilizar" a papelada e evitar que ela fique jogada durante meses em cantos empoeirados das repartições públicas. Tal objetivo é com frequência atingido por meio de propinas a servidores de menor nível, que esperam tal benefício como forma de permitir ao requerente furar a fila. Num nível mais elevado, sabe-se de funcionários com o poder de conceder contratos em troca de comissões ou até percentagens do total. Daí resulta uma falta de transparência que prejudica a reputação do Brasil e um sistema no qual os contatos pessoais valem mais que a lei.
No passado, era equivocado e ingênuo observar a combinação das vastas e abertas expansões do país e sua grande população e acreditar que uma bonança econômica apontava no horizonte. De um lado, o grosso da população vivia ao longo da costa, deixando grande parte do interior subdesenvolvida e fora do alcance de ligações de transporte. Ainda mais decepcionantes eram os números do Censo feito a cada dez anos, mostrando que milhões de brasileiros, talvez mesmo a maioria, viviam na pobreza, num regime de subsistência, fora da economia formal.
Durante os anos 70, o economista brasileiro Edmar Bacha inventou o termo "Belíndia" para descrever a estrutura econômica e social do Brasil. A ideia, ainda bastante popular, sugeria que o Brasil era realmente dois países, "uma Bélgica dentro de uma índia" Havia uma pequena elite, moradora em áreas urbanas, que desfrutava de um padrão de vida como o europeu e dispunha dos bens materiais para se distanciar do resto da sociedade, e por outro lado uma maioria miserável, comparável a camponeses indianos, que estava condenada à pobreza e lutava desesperadamente para sobreviver de um dia para o outro.
Na verdade, tal descrição, cujo propósito principal era provocar vergonha entre legisladores e votantes, era imprecisa em ambos os aspectos. A pobreza no campo brasileiro, ainda hoje ruim em alguns bolsões do Nordeste e na Amazônia, nunca foi tão severa como na índia ou na China. E aqueles no alto da pirâmide, com frequência entregues a uma vida de luxo e ócio, acabavam dando inveja à gente da classe alta europeia quando estas vieram conhecer o Brasil e visitaram os apartamentos, palácios e ilhas particulares de seus anfitriões locais.
O Brasil é hoje, em ritmo crescente, um país com uma ampla e florescente classe média. Segundo um estudo publicado no fim de 2009 pela Fundação Getúlio

Vargas, a instituição líder de pesquisa econômica e social do país, mais da metade dos brasileiros agora se qualificam como classe média, condição que o estudo define, de forma generosa, como qualquer família com uma renda mensal entre mil e 2.750 dólares. Isso significa que mais de 100 milhões de brasileiros agora dispõem de recursos para dar-se o luxo de certos símbolos do *status* de classe média, tais como telefones celulares, viagens de férias ou compras a crédito. Muitos podem até aspirar a maiores confortos, como um automóvel, casa própria e talvez até escolas particulares para os filhos (muitas das quais cobram mensalidades mais baixas que as dos Estados Unidos). Um grupo adicional de 16 por cento de famílias obtém uma renda mensal de mais de 2.750 dólares, o que lhes confere status de elite e até mesmo mais rendimento disponível.

Este novo estouro de mobilidade ascendente ameaça o domínio que velhas famílias, conhecidas na gíria brasileira como "quatrocentonas" (por sua riqueza e influência desde os tempos coloniais), sempre exerceram sobre a economia. Entre 2006 e 2008, por exemplo, o número de milionários no Brasil cresceu quase 70 por cento, saltando de 130 mil para 220 mil, segundo um estudo realizado pelo Boston Consulting Group. Ainda de acordo com o mesmo estudo, somente nove países têm mais milionários que o Brasil. Mais, 210 daquelas famílias têm patrimônio líquido de 100 milhões de dólares ou mais, dando ao Brasil o décimo lugar em nível global na categoria. Com 16 por cento da população da índia, o estudo apurou, o Brasil tem mais milionários. O ainda mais seleto clube de bilionários brasileiros também cresce num ritmo sem precedentes. A revista de negócios *Exame* calculou que só em 2007 pelo menos catorze brasileiros se converteram em bilionários, contra três em 2006.

Em questão de poucos anos, o Brasil tem visto o surgimento de jovens empreendedores que fizeram fortunas em atividades diversas, como linhas aéreas, cosméticos, matadouros, sapatos, brinquedos e computadores. Parte dessa nova riqueza foi gerada pela súbita explosão de ofertas públicas iniciais no mercado de ações, entre 2005 e 2008, quando companhias tradicionalmente pertencentes a grupos familiares decidiram vender ações para levantar o capital necessário para expandir suas atividades. Esse fenômeno, particularmente notável nos campos da agricultura, agropecuária, petróleo e mineração, fez-se acompanhar por um surto de gastos em itens de luxo — desde joias e roupas de grife até aviões privados e iates, privilégios que os novos super-ricos gostam de desfrutar em grande estilo.

São Paulo é o epicentro dessa explosão de consumo conspícuo. Os novos-ricos,

como seus antecessores, talvez prefiram passar férias no Rio de Janeiro, onde pagam preços escorchantes por ingressos do Carnaval e compram, no ato, coberturas de frente para o mar, elevando os preços a níveis tais que os moradores locais se sentem alijados do mercado imobiliário. Os novos-ricos, porém, preferem, sem dúvida, fazer compras em São Paulo, a capital de *shopping centers* de alto luxo, como a Daslu, onde se faziam compras somente a convite ou com hora marcada — até a polícia entrar, prender os donos do negócio e fechar o local, pois muitos produtos eram importados ilegalmente, com preços rebaixados nas declarações da Alfândega, dessa forma livrando-se do pagamento de impostos.

Na rua Oscar Freire, no entanto, a resposta paulista à Rodeo Drive de Beverly Hills ou à Quinta Avenida de Nova York, as lojas de luxo continuam florescendo, exibindo em sua vitrines marcas mundiais famosas — Cartier, Louis Vuitton, Gucci, Armani, Hermès, Versace, Calvin Klein, Dior e Montblanc. E novas butiques do gênero, especializadas em produtos de altíssimo luxo, são abertas toda semana. Segundo um estudo feito em 2008 pela empresa consultora brasileira MCF, o mercado de luxo no país cresce três vezes mais rápido que a própria economia. Já que o crescimento geral da economia está na base de 5 por cento ou mais, calcula-se que as vendas desses produtos somem já mais de 5 bilhões de dólares anuais.

De todos os exemplos de como operam os novos-ricos, o mais emblemático talvez seja o de Joesley Batista, homem frugal, comprador nato, conhecido como o "rei da carne". Nascido numa família proletária no estado de Goiás, no centro do país, ele começou a trabalhar antes mesmo da adolescência, num açougue fundado pelo pai em 1953. Com outros dois irmãos, em meio a uma crise após outra, aguentou firme e expandiu o negócio. Quando ocorreu a drástica desvalorização do real, em 1999, a empresa da família Batista, a JBS Friboi, encarou os problemas não como uma ameaça, mas como uma oportunidade de entrar no mercado externo, para tanto tomando recursos emprestados pelo Bndes. Essa estratégia, apoiada pelo governo, mostrou-se tão bem-sucedida que, em 2007, a JBS Friboi, depois de levantar um capital adicional através de uma oferta pública inicial, pôde comprar o frigorífico americano Swift, uma das marcas mais conhecidas no mundo. Em 2009, os Batista, Joesley sempre no pleno comando da empresa, acrescentaram à sua lista de aquisições a Bertin, sua maior rival no mercado, e a Pilgrim's Pride, outra empresa americana. Em seguida, a companhia começou a negociar ações em bolsas fora do Brasil.

Hoje, embora quase totalmente desconhecida fora do Brasil, a JBS Friboi é o

maior negócio frigorífico do mundo, tendo há pouco superado a americana Tyson Food, muito mais conhecida. Dentro do Brasil, um quarto da carne bovina é processado e embalado pela JBS Friboi; em nível mundial, a porção da empresa é de quase 10 por cento. Estimam-se as vendas de 2009 em 29,1 bilhões de dólares, 2 mil por cento a mais do que em 2004. Joesley Batista, já bilionário, tem afirmado na imprensa brasileira que ultrapassar a Tyson Foods foi "apenas o primeiro passo" de uma estratégia maior e que a companhia planeja também tornar-se líder no setor de leite e produtos lácteos, campo onde já vem concentrando esforços e investimentos.

A ascensão de Joesley Batista é mais do que uma versão brasileira contemporânea da história de Horatio Alger. Contém também uma mensagem promissora sobre a natureza dinâmica do capitalismo brasileiro no começo do século XXI. Quando o Brasil, relutante, duas décadas atrás abriu sua economia à competitividade exterior, muitos analistas previram que os principais conglomerados internacionais do agronegócio, como Cargill, Archer Daniels Midland e Tyson, afluiriam em bloco ao país, arrasando ou comprando os líderes locais. Em vez disso, deu-se o contrário: ao mesmo tempo em que a JBS Friboi comprava a Pilgrim's Pride em 2009, por exemplo, seu principal rival no Brasil, a Marfrig, comprava da Cargill a Seara Foods.

Esses exemplos deixam bem claro um fato: o Brasil não está simplesmente criando animais e cultivando safras para as mesas de jantar do mundo inteiro. De forma crescente, também vem processando carne, frutas, grãos e vegetais para o consumo externo, uma atividade industrial que é a fonte real de lucro e empregos no negócio alimentício. Três dos dez maiores produtores globais de proteína animal são agora empresas brasileiras. Espera-se que o papel do Brasil cresça ainda mais na próxima década, à medida que aumente a sua produção de carne bovina, frango e porco. A mesma coisa vale para produtos que vão do suco de laranja ao algodão: no lugar de exportar as matérias-primas para mercados que vão consumi-las, o Brasil tem optado pelo processamento em casa, ficando com a maior parte do lucro e estimulando a produção doméstica de equipamento para fazer daquele processamento também um negócio rendoso.

O recente surto de crescimento e prosperidade não se confina a uma única região geográfica. O triângulo formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, historicamente o coração do país tanto no plano econômico como no político, domina a vida nacional em cada sentido da palavra. Tal situação não deve mudar no futuro próximo. Mas novos centros regionais, na forma de prósperas cidades comerciais e industriais de meio milhão de habitantes, têm surgido em anos

recentes, ganhando agora mais importância. Pouca gente fora do Brasil jamais ouviu falar de lugares como Barreiras, Campina Grande, Goiânia, Londrina, Marabá, Ribeirão Preto ou Uberlândia. Algumas delas mal existiam há cinquenta anos. Todas, porém, são agora cidades em fase de crescimento rápido, com uma classe média vibrante e em expansão, tendência cujo efeito é o de espalhar a riqueza do Brasil, afastando-a dos centros tradicionais e reduzindo a dolorosa desigualdade entre regiões.

Essa diversidade geográfica é especialmente importante no caso do Nordeste, historicamente a região mais pobre e atrasada do país. Se um dos maiores desafios da história norte-americana desde a Guerra Civil tem sido eliminar a brecha econômica entre Norte e Sul, o mesmo problema é ainda mais acentuado no Brasil, onde o abismo entre regiões é mais amplo e mais fundo. O fluxo de negros pobres do Deep South rumo às fábricas do norte durante o século XX na busca de oportunidades e libertação do racismo é uma parte essencial da narrativa histórica norte-americana. O Brasil tem o próprio equivalente na migração do Nordeste de famílias pobres, camponeses analfabetos, com frequência arrancados da terra pela seca e uma interminável exploração, que se dirigem às fábricas de São Paulo. O próprio Lula viveu aquela experiência e sempre pareceu levado por um impulso obsessivo de melhorar a vida dos que ficaram para trás, ao redor de uns 50 milhões de pessoas. Sua sucessora precisa encontrar formas de dar seguimento e aprofundar esse processo.

Antes mesmo da crise de 2008, o Brasil começava a ser reconhecido pelo manejo cuidadoso de sua economia. Em 2007 e 2008 todas as três maiores agências internacionais de *rating* de crédito (Fitch, Moodys, Standard & Poors) outorgaram ao Brasil o cobiçado *ranking* de "alto grau de investimento". Em setembro de 2009, o Moodys concedeu ao Brasil outro ponto, fazendo do país o primeiro a melhorar seu *rating* de crédito desde a crise global econômica um ano antes. Esse *upgrade* colocou a credibilidade do Brasil ao nível da índia e de vários países da Europa Ocidental — uma façanha inimaginável no começo da década e, portanto, amplamente destacada na imprensa brasileira.

Contudo, obter o *ranking* do grau de investimento significa mais do que uma questão de orgulho ou um voto simbólico de confiança num país como o Brasil. De posse desse selo oficial de aprovação, grandes investidores institucionais dos Estados Unidos e outros lugares, tais como fundos de pensão que controlam trilhões de dólares, são autorizados a comprar ações na Bolsa brasileira e adquirir títulos brasileiros. Muitos deles estavam ansiosos para fazer isso, já que a principal bolsa brasileira, a Bovespa, em São Paulo, tem de forma consistente

superado seus competidores em anos recentes, mas se viram contidos pelo ceticismo das agências de crédito. Agora que elas deram seus selos de aprovação ao Brasil, podemos esperar crescentes fluxos de investimento estrangeiro e compra de ações. Tal tendência deve minorar a eterna escassez de capital no mercado doméstico brasileiro.

A modernização da economia brasileira estendeu-se à Bovespa. Durante muitos anos, a Bovespa era um lugar indisciplinado, onde só se negociavam as ações de algumas poucas companhias, sendo assim suscetível a manipulações de mercado. Apesar dos esforços para eliminar os problemas, alguns deles ainda persistem. A Bovespa, porém, tornou-se a quarta maior bolsa do mundo, quando medida em termos de valor de mercado, e a décima segunda maior em termos de valor das ações de 432 companhias que lá são negociadas. Como um grupo, essas companhias valem mais de 1 trilhão de dólares, o que representa o duplo do valor em 2004. Juntas, essas empresas levantaram mais de 100 bilhões de dólares de recursos através de oferta de ações daquele período. Na primeira metade de 2009, nenhum mercado de ações em lugar algum do mundo produziu melhores resultados para investidores. Os investidores da Bovespa viram o valor das suas ações em dólares aumentar 87 por cento, comparados aos 79 por cento da bolsa mais próxima, a de Xangai, 64 por cento da Rússia e 59 por cento da índia. Esse salto veio depois de uma aguda retração em 2008, de 41 por cento. Mas, mesmo com aquela caída mundial incluída, o índice da Bovespa, que mede a performance das ações que representam 80 por cento dos negócios, quase quadruplicou em valor entre o começo da década e o fim de 2009.

Como nos Estados Unidos, Europa e Japão, muito dos maiores *players* no mercado são fundos domésticos de pensão, representando empregados de empresas privadas como o gigante do minério Vale do Rio Doce ou dezenas de milhares de trabalhadores de companhias estatais como Petrobras e Banco do Brasil. Entre o começo da década e o fim de 2009, quase triplicou o valor total dos ativos que investidores institucionais brasileiros colocaram no mercado. Um estudo recente conduzido pelo Bank of America Merrill Lynch prevê que, por volta de 2013, o total de posses desses investidores terá mais que dobrado outra vez, a 280 bilhões de dólares. Mas, já que o Brasil desfruta de *status* de grau de vencimento por parte das agências de *rating*, investidores estrangeiros também estão entrando na Bovespa, às vezes na base de 3 bilhões de dólares por mês ou mais. É óbvio que são atraídos pelas altas taxas de retorno numa moeda estável que nos últimos anos se valorizou diante do dólar.

Ao mesmo tempo em que essas amplas transformações aconteciam, o Brasil,

quase em silêncio, também fazia pequenos ajustes técnicos, que resultaram importantes na estabilização da perspectiva financeira de longo prazo. No fim dos anos 90, por exemplo, grande parte do débito governamental estava denominada em dólares ou outras moedas estrangeiras. Tal dependência deixava o país vulnerável a bruscas flutuações nas taxas de câmbio, do tipo que afligiam a economia brasileira no fim de 1998 e começo de 1999, fazendo com que ficasse mais difícil para devedores brasileiros honrar os seus compromissos. Em resposta, o governo paulatinamente começou a dar preferência a bônus e outros débitos denominados em reais, medida que aliviou enormemente a carga dos devedores e tornou mais fácil para o governo e dirigentes corporativos realizar as suas tarefas.

Como outros países em desenvolvimento, o Brasil tem procurado mostrar-se mais atraente aos negócios e a investidores, para tanto produzindo mão de obra mais bem formada e mais treinada. Depois de anos investindo nessa e em outras áreas de infraestrutura social, começando com Fernando Henrique Cardoso e acelerando com Lula, o Brasil está hoje pronto para colher os benefícios daquele esforço. Em 1995, por exemplo, 15 por cento das crianças brasileiras em idade escolar não iam às aulas. Graças, contudo, ao Plano Real, hoje os pais se sentem estimulados a investir no futuro dos filhos. Tão logo o dragão da inflação foi vencido, não mais se pensava ser necessário colocar a criança para trabalhar numa idade prematura, para ajudar no sustento familiar. Durante o primeiro mandato de Cardoso, a formação no segundo grau aumentou 35 por cento, crescendo mais em termos absolutos do que nos cinquenta anos anteriores. Por volta de 2005, em decorrência dos programas que o governo do Lula continuou ou expandiu, somente 3 por cento das crianças em idade escolar não iam às aulas. Mais aprimoramentos na qualidade e no acesso à saúde resultaram na entrada de mais gente na força de trabalho, pessoal mais bem formado, com perspectivas de uma longa carreira pela frente, o que os converte em mais produtivos e mais atraentes para as companhias contratantes.

Isso constatado, o sistema educacional brasileiro continua sendo um problema que dificulta o desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com cifras compiladas pela Organização de Coordenação Econômica e Desenvolvimento, em 2009, o Brasil fica em segundo lugar no mundo em termos de gastos com educação como uma porcentagem do PIB, indicando que o governo tem, em anos recentes, incrementado seus investimentos em escolaridade. Porém, especialistas do Banco Mundial e outras organizações internacionais vêm criticando a qualidade da instrução no Brasil, observando

que, entre outras deficiências, os professores são mal treinados, o currículo escolar não é rigoroso o suficiente, o tamanho do sistema universitário é pequeno demais para atender às necessidades do país e inclui muitas instituições inferiores que não são bem supervisionadas. Além disso, quase 10 por cento da população permanece na condição de analfabetos funcionais.

O principal desafio para o governo que sucede ao de Lula será continuar o processo de trazer os excluídos do crescimento para dentro da economia, criando-lhes empregos que paguem salários decentes, de forma que possam se converter em consumidores. Um quarto da população brasileira ainda permanece abaixo da linha da pobreza: o salário mínimo, por lei ajustado anualmente, era de 258 dólares mensais em 2009, e milhões de pessoas subsistem com essa quantia ou até menos, já que é prática comum empregar trabalhadores sem registro. Milhões mais podem oficialmente estar acima da linha da pobreza, mas eles também lutam para sobreviver, sobretudo porque o tamanho das famílias tende a crescer à medida que alguém desce mais fundo na escala de renda.

Mas os novos governantes terão uma base sólida sobre a qual construir. A economia brasileira está mais estável, diversificada e resiliente do que em qualquer outra época na história do país. Grande parte do trabalho duro de adaptar o Brasil à economia globalizada já foi feita e o custo político já pago. É forte a base de recursos do país e variados seus parceiros comerciais. A força de trabalho é jovem, flexível, desejosa de aprender e aproveitar as oportunidades oferecidas. E o Brasil dispõe de mais opções em relação às indústrias a serem desenvolvidas — que cultivos plantar, que metais e minerais a serem prospectados e que fontes de energia a explorar —, tudo isso mais que quase qualquer outra nação.

Sempre existe o perigo, claro, de que um novo presidente com tendências populistas possa tentar alterar o rumo assumido pelo país nos últimos dezesseis anos. Políticos desse tipo ainda existem, e têm ambições pessoais e seguidores, embora o número de partidários dessa filosofia esteja diminuindo. A vasta maioria do povão, o cidadão brasileiro comum, porém, já colheu alguns frutos da disciplina e do sacrifício feitos desde o começo dos anos 90, e parece perceber que mais benefícios estão por chegar nos próximos anos desde que o país mantenha seu curso. O otimismo, tanto no campo pessoal como no futuro da nação, sempre foi uma característica do brasileiro médio. Hoje, contudo, mais do que nunca, é um sentimento justificado.

7 Energia para queimar Petróleo, etanol e hidrelétricas

"Deus é brasileiro", afirmam orgulhosos os brasileiros quando, ao contemplar seu país, fazem um balanço dos vastos recursos naturais com que foram abençoados. Constatação verdadeira, sobretudo em relação à abundância de fontes de energia que parecem, à medida que o século XXI avança, se converter num dos fatores determinantes do poder, influência e prestígio de uma nação na cena mundial. Talvez por isso o governo de Lula tenha adotado, em 2009, o slogan "Brasil, quinto poder mundial", insinuando que a extraordinária base energética do país é capaz de projetá-lo na mesma categoria que os Estados Unidos, União Europeia, China e índia.

De fato, o Brasil talvez seja singularmente abençoado, dispondo de mais opções do que qualquer outro país. Já é autossuficiente em petróleo e gás, e logo deverá subir ao nível de grande exportador graças às recentes e gigantescas descobertas no mar, as mais promissoras desde o início do novo século, estando previsto que comecem a jorrar em meados da década. Muito antes, nos anos 70, depois que o primeiro choque no preço do petróleo disparou o custo energético, o governo brasileiro sabiamente aproveitou a longa experiência do país no cultivo da cana-de-açúcar e suas vastas expansões de terra não lavradas para assumir a liderança na produção de etanol — sua mais barata e promissora fonte de energia renovável. E os três principais sistemas de rios, incluindo grande parte da bacia do Amazonas, que tem o maior volume de água no mundo, dão ao Brasil mais capacidade hidrelétrica do que qualquer outro país, um potencial que mal começou a render frutos. Além disso, é claro, o país também conta com energia solar e eólica em quantidades virtualmente ilimitadas, ainda pouco desenvolvidas, bem como depósitos significativos de urânio para energia nuclear.

O desafio para o Brasil na próxima década será administrar essa abundância sem produzir distorções econômicas e prejudicar o meio ambiente, sobretudo na esteira do novo ceticismo sobre *offshore drilling,* resultado do desastre

"Deepwater Horizon" no golfo do México, em abril de 2010. Os depósitos de petróleo e gás no fundo do mar somam talvez 80 milhões de barris, mas são de difícil e caro acesso. Contudo, alguns líderes políticos parecem ter sido vítimas da mesma euforia populista que provocou gastos desmesurados no Oriente Médio, na Venezuela e na Indonésia. E, na corrida para desenvolver etanol e energia hidrelétrica, algumas vezes se descuidaram dos fatores ambientais e sociais. Lidar com a bonança de energia obviamente é preferível a batalhar com as carências que muitas nações deverão enfrentar nos próximos anos. Administrar aquela fartura, porém, vai exigir disciplina e muito planejamento a longo prazo, duas virtudes frequentemente ausentes no Brasil.

Comparado a outros produtores líderes de energia na América Latina, sobretudo México e Venezuela, o Brasil registrou um atraso relativo na descoberta e exploração de depósitos de petróleo e gás. Até vinte anos atrás, quando o México e a Venezuela exportavam milhões de barris de petróleo por dia e ganhavam enormes somas em moeda corrente, isso parecia uma desvantagem que poderia dificultar o progresso e o crescimento do Brasil no tocante às suas aspirações de se tornar um poder mundial. No final, contudo, a condição de recém-chegado acabou beneficiando o Brasil: agora o décimo quinto maior produtor de petróleo do mundo, o país parece pronto, graças às recentes descobertas marítimas, para galgar um dos cinco lugares no *ranking* mundial na próxima década, ao mesmo tempo em que diminuem as reservas em outros lados e os preços sobem.

Por outro lado, a produção da Venezuela vem declinando. A empresa estatal do país, a Petróleos de Venezuela, tem sido muito afetada por agitações políticas, situação que provoca instabilidade entre a junta administrativa e a saída de engenheiros e outros profissionais tecnicamente habilitados. A política do presidente Hugo Chávez, no sentido de desviar lucros para financiar seus programas sociais populistas, que reduziu a disponibilidade de dinheiro para investimento e exploração, tem sido também um golpe igualmente devastador. Em janeiro de 2010, uma nova avaliação do cinturão de petróleo do Orinoco dobrou a estimativa de reservas "tecnicamente recuperáveis" para mais de 500 bilhões de barris. Acontece que extrair petróleo daquela região arenosa vai exigir enorme *expertise* e investimento, além da habilidade da Venezuela, sobretudo numa época quando Chávez alienou as empresas petroleiras e os bancos estrangeiros, que têm esses recursos. Assim, se o Brasil jogar direitinho e Chávez continuar no seu ritmo antagônico, o Brasil deve substituir a Venezuela como o principal destino de investimentos em petróleo e gás na América Latina,

podendo até mesmo emergir como o principal poder petrolífero da região.

As primeiras descobertas de campos de petróleo comercialmente exploráveis no Brasil ocorreram na Bahia, no fim dos anos 30 e começo dos 40, quando Getúlio Vargas, então ditador, dirigia o país. Tais descobertas eram extremamente modestas, contudo, e, uma década depois, após impor racionamento durante a 2a Guerra Mundial, o Brasil ainda importava 93 por cento de petróleo e produtos relacionados que consumia. Apesar disso, muitos brasileiros se diziam convencidos de que o país, rico em tantos outros recursos naturais, devia com certeza ter depósitos de petróleo pelo menos de igual dimensão ao dos vizinhos. Grupos nacionalistas logo aproveitaram esse sentimento para deslanchar uma campanha intitulada "O petróleo é nosso", culpando o governo por sua incapacidade de localizar os depósitos que, clamavam, estavam à espera de ser descobertos. Em outubro de 1953, de novo no poder, agora eleito com o voto popular, Vargas respondeu com a criação da Petrobras, uma empresa petrolífera que seria de propriedade do Estado e por ele dirigida, com os direitos exclusivos para a extração de petróleo e gás no Brasil.

Desde então, a política energética brasileira tem sido entrelaçada com a Petrobras, às vezes até como sinônimo da empresa, que, embora pouco conhecida fora do Brasil, tem hoje um valor de mercado que supera o da Microsoft. Em 1997, quebrou-se o monopólio da extração e distribuição de petróleo e gás, em meio a intensos debates políticos, logo depois que o controle governamental também se diluiu em consequência de uma decisão paralela, que permite a compra e venda de ações da empresa em bolsas do exterior. Apesar das sinistras previsões dos nacionalistas, temerosos da competição e a perda de soberania, a Petrobras seguiu prosperando. E continua sendo a maior empresa do Brasil, além de a maior fonte pagadora de impostos, com 70 mil funcionários e um valor de mercado que passa dos 291 bilhões de dólares. Faz-se também cada vez mais presente no cenário mundial: em 2010 já se convertera na terceira maior empresa aberta no Hemisfério Ocidental, a quarta maior entre as petroleiras mundiais e a sexta maior em termos globais quando medida por valor de mercado.

No entanto, nada convencional tem sido o caminho da Petrobras rumo a esse *status* exaltado e a essa posição de comando. Quando a empresa começou a operar, em 1954, mal produzia 2.700 barris por dia, ou menos de 3 por cento das necessidades energéticas do Brasil na época. Ao longo das próximas décadas, o Brasil continuou importando grandes quantidades de cru enquanto batalhava, com resultados desalentadores, na descoberta de fontes domésticas de petróleo e

gás. Em 1960, Walter Link, um geólogo americano a serviço da Petrobras, escreveu uma série de relatórios, logo vazados à imprensa, concluindo que, com a exceção do alto rio Amazonas, eram pálidas as perspectivas do país em relação a descobertas significativas de petróleo e gás em terra. Em vez disso, ele recomendava que a Petrobras se concentrasse na exploração em alto-mar e também investisse na prospecção de petróleo no exterior.

Tratava-se de uma posição impopular na época, quando um governo nacionalista, de esquerda, chegava ao poder, sendo Link logo denunciado como espião da CIA, cujo objetivo secreto seria atrasar o desenvolvimento do Brasil. Sob pressão política, a Petrobras perfurou inúmeros poços de testes em terra, a um custo de 10 milhões de dólares e sem nenhum resultado notável. De fato, a produção doméstica de petróleo e gás declinou entre 1960 e 1964, aumentando a dependência do Brasil de energia importada. Foi só depois do golpe militar de 1964 que a Petrobras finalmente começou a dar maior ênfase à exploração marítima.

Nos anos 70, acelerada a exploração de águas da plataforma continental com boas promessas geológicas, o destino do Brasil começou a mudar. Em 1974, houve descobertas ao longo da costa, e, um ano depois, a Petrobras, relutante, deu o primeiro passo na renúncia de seu monopólio. Como o governo precisava de capital para expandir investimentos, permitiu-se às empresas estrangeiras assinar "contratos de risco", por meio dos quais se tornavam sócias minoritárias da Petrobras na exploração marítima. Isso propiciou um surto de atividade e, por volta de 1984, o Brasil produzia 500 mil barris por dia. Grande parte do petróleo provinha dos poços marítimos, e, embora isso não fosse suficiente para satisfazer todas as necessidades de um país cuja indústria e cidades cresciam de forma tão rápida, representava um aumento de quase um terço sobre a cifra que a Petrobras vinha produzindo dez anos antes.

Em 1997, a produção doméstica já atingira 1 milhão de barris por dia. Naquele mesmo ano, o Congresso aprovou uma lei controvertida, que acabava com o monopólio de 44 anos da Petrobras. Essa legislação não só permitiu a empresas de fora competir com a brasileira na licitação e permissões para perfuração, como também reduziu subsídios para energia, instituiu medidas obrigatórias para estimular eficiência energética e criou uma agência reguladora para supervisionar o setor de petróleo e gás. Em poucos anos, mais de setenta companhias, estrangeiras e nacionais, já estavam envolvidas na exploração petrolífera no Brasil, com frequência associadas à Petrobras, às vezes, porém, por sua própria conta.

Em 2003, a Petrobras deu um importante passo para reforçar seu perfil no exterior ao comprar, por preço de ocasião, a segunda maior petroleira argentina, a Pérez Companc Energia, também ativa na Bolívia, no Peru e na Venezuela. Hoje, a Petrobras opera em vinte e sete países, possui refinarias e uma frota de navios petroleiros e fabrica produtos petroquímicos vitais para a indústria. Dentro do país, a empresa também se diversificou na produção e distribuição de etanol e eletricidade, estando presente em cada aspecto do fornecimento de energia para os quase 200 milhões de habitantes.

À medida que o Brasil incrementou seus esforços na exploração marítima, a Petrobras tornou-se mais e mais apta na perfuração submarina, eventualmente se convertendo na líder mundial da especialidade. Ao longo dos últimos trinta anos, a companhia petrolífera brasileira tem quebrado recordes sucessivos na perfuração dos mais profundos poços no mar; em 2010, o mais fundo desses poços chegava a 3 mil metros de água oceânica. Tão respeitada é a *expertise* brasileira em perfuração que a Petrobras exporta sua tecnologia de águas profundas a vários países, enviando seus técnicos para aconselhar outras nações e companhias, além de treinar estrangeiros nos três *campi* da Universidade Petrobras.

Graças a esse *know-how*, a empresa tem também ampliado suas investidas na perfuração em águas profundas em outras partes do mundo, como o golfo do México e a África Ocidental. Em setembro de 2009, anunciava o que chamou de "uma gigantesca descoberta", a 300 quilômetros ao sudeste de Houston, no campo Tiber-1, descrito então como o mais fundo poço de petróleo jamais perfurado. A distância total perfurada até atingir petróleo era de 11 mil metros — distância debaixo da superfície do mar equivalente à altitude de aviões voando sobre a terra em viagens intercontinentais. Porém, os planos da Petrobras para aquele projeto talvez tenham sido atrapalhados pelo fracasso da operação "Deepwater Horizon", da British Petroleum, que envenenou amplas áreas do golfo do México e provocou um forte clamor exigindo um basta na perfuração adicional na região.

Em 2006, o Brasil finalmente conquistou a autossuficiência energética. A Petrobras então produzia, sozinha, mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia, e as reservas provadas estavam ao redor de 8 bilhões de barris, segundas na América do Sul, superadas só pelas da Venezuela. Revelou-se um sucesso a abertura do setor de petróleo e gás, tanto para o Brasil como para a Petrobras, cujas ações já eram negociadas na Bolsa de Nova York desde 2000. Embora o governo brasileiro continuasse dono da maioria das ações de voto, quase três

quartos do capital total estava em mãos de investidores privados, tornando a Petrobras muito mais adaptável aos padrões internacionais de prestação de contas e gerência corporativa.

Aí então, em 2007, com o preço do petróleo quase batendo nos 100 dólares por barril, um extraordinário golpe de sorte pareceu ser a prova mais convincente de que de fato Deus é brasileiro. Em novembro daquele ano, a Petrobras anunciou uma descoberta gigante a mais de 6 mil metros de profundidade das águas da bacia de Santos, no litoral de São Paulo. A descoberta se deu em parte do que se conhece como área do pré-sal, assim chamada por causa de uma grossa camada de sal entre o solo do mar e o petróleo. Segundo a empresa, foram detectados ali entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de cru e gás natural, tudo isso num único campo, o Tupi, constituindo a maior descoberta no mundo em quase dez anos. Se corretas as estimativas, o tamanho dessa única descoberta faria o Brasil passar o México e o Canadá no total de reservas, colocando o país em segundo lugar, depois da Venezuela, na condição de líder na produção de energia. Em outras palavras, numa única tacada, as reservas provadas quase dobraram para 14 bilhões de barris.

Desde então, dois outros megacampos na camada pré-sal, chamados Iara e Parque das Baleias, foram encontrados, gerando previsões de que poderiam produzir outros adicionais 6 bilhões de barris anuais. Explorações preliminares de campos em mar profundo, na mesma região, também deram resultados promissores. Ninguém sabe com exatidão quanto petróleo existe na plataforma continental, sendo bom por isso evitar o que Alan Greenspan chamaria de "exuberância irracional". Contudo, estimativas do governo brasileiro vazadas à imprensa local asseguram entre 50 bilhões e 80 bilhões de barris, informação que, se for correta, seria espetacular: o número mais alto dos dois é mais do que as reservas provadas combinadas dos Estados Unidos, Canadá e México. Uma coisa está clara: os 149 mil quilômetros da área do pré-sal, que correm pelas águas litorâneas do Espírito Santo, passando pelo sul de São Paulo, são provavelmente, hoje, a região petroleira mais promissora no mundo, e companhias de todo o globo se mostram ansiosas em participar da festa.

O campo Tupi, a quase 300 quilômetros mar adentro, não deve, até 2014, começar a produzir quantidades significativas de petróleo, e o pleno desenvolvimento de outras áreas do pré-sal só se dará num prazo de dez anos. Mas, tão logo foi anunciada essa bonança, em novembro de 2007, deu-se um equilíbrio de poder no campo da energia — tanto no Brasil como no resto da América Latina. Numa reunião de chefes de estado na Argentina, naquele

mesmo mês, Hugo Chávez, ameaçado de perder muito de sua influência se o Brasil emergir como uma potência energética, referiu-se, algo nervoso, ao colega brasileiro Lula como um "barão do petróleo", e Lula, no ato, exerceu a autoridade que lhe confere tal *status.* Ele disse que o Brasil "obviamente integraria a Organização dos Países Exportadores de Petróleo", cujo "choque de petróleo" em 1973 impulsionou o Brasil rumo à autossuficiência, mas prometeu trabalhar dentro do grupo para reduzir os preços do produto. Uma semana depois, a Petrobras informava a um encolhido Chávez que se retirava de um ambicioso projeto de gás natural, em parceria com a Venezuela, mencionando, sem especificar, "razões técnicas e econômicas".

Dentro do Brasil, a promessa dessa nova riqueza reabriu o velho debate sobre o papel apropriado do Estado no desenvolvimento dos recursos energéticos do país. Assumidos herdeiros ideológicos de Getúlio Vargas, Lula e o PT estavam a favor de uma crescente participação estatal, propondo ademais que à Petrobras, representando o Estado, fosse concedido o monopólio total da região do pré-sal. Alguns membros do governo falaram até na criação de uma nova estatal, a Petro-Sal, para controlar todos os aspectos do desenvolvimento do pré-sal. Prometiam honrar todos os contratos vigentes na área, mas também queriam um sistema no qual as propostas de perfuração em campos ainda por abrir viriam com uma exigência — as companhias estrangeiras deveriam ter um sócio brasileiro. Certas áreas promissoras, eles sugeriam, seriam totalmente vedadas aos de fora. Um *slogan* governamental veiculado no fim de 2009 explica a posição do partido no poder, o PT, de forma sucinta: "Pré-sal: patrimônio da União, riqueza do povo, futuro do Brasil".

Integrantes do governo argumentam que a desistência de um modelo de concessão se justifica porque a perfuração na área do pré-sal é "como ganhar na loteria", e insistem que 87 por cento dos poços de testes perfurados têm produzido quantidades comercialmente exploráveis de petróleo e gás. Analistas independentes e consultores de energia dizem que o índice de sucesso não chega tão alto e observam uma série de fatores próprios da área do pré-sal que devem dificultar e encarecer a operação.

Em primeiro lugar, mesmo com a reconhecida *expertise* da Petrobras, a extração de petróleo na região do pré-sal será um enorme desafio técnico que só em novos investimentos terá um custo de dezenas de bilhões de dólares. Novas tecnologias deverão ser desenvolvidas, dezenas de milhares de novos trabalhadores contratados e treinados: pelo menos 285 mil por volta de 2014, de acordo com estimativas da indústria. Dúzias de plataformas em alto-mar deverão ser

compradas ou construídas e depois instaladas. Os poços perfurados nessas plataformas precisarão primeiro passar através de camadas cambiantes de areia e sedimento antes de atingir o grosso estrato de sal, que poderia corroer tubos e até entupir o poço. O próprio petróleo estará misturado com gás e outras substâncias e, assim, terá de ser separado antes de enviado à terra, um desafio logístico e ambiental de enorme dimensão.

O ceticismo no Brasil também cresceu como resultado do desastre ambiental da British Petroleum, no golfo do México, em abril de 2010, fato que gerou temores de que pudesse haver um vazamento similar nas bacias de Santos ou Campos, com as conhecidas consequências sobre as praias, a vida cotidiana litorânea e a economia do Rio de Janeiro e São Paulo. O recorde de segurança da Petrobras, a propósito, embora não tão ruim como os de outras empresas, não é imaculado. A companhia operava a maior plataforma do mundo, a P-36, nas águas do Rio de Janeiro, quando uma explosão a bordo, em 15 de março de 2001, provocou o afundamento da plataforma cinco dias depois, com a perda de três vidas. Além disso, vários outros vazamentos ocorreram no país, incluindo alguns em áreas populosas, como a baía de Guanabara. Tudo isso levantou questões sobre os métodos a serem usados na extração do petróleo da camada pré-sal.

No começo de 2009, a Petrobras anunciou um aumento de mais de 50 por cento em seu plano quinquenal de investimento, de 112 bilhões para 174 bilhões de dólares, dos quais uma gorda fatia se destina aos esforços do pré-sal. A empresa informa ainda que talvez tente levantar capital com a emissão de ações, a serem negociadas nas bolsas do país e do exterior. Em maio de 2009, anunciou um incomum contrato de permuta com a China, cuja fome por matérias-primas a torna um cliente atraente para o Brasil. Em troca de 10 bilhões dólares dos chineses, a Petrobras lhes fornece, durante dez anos, entre 150 mil e 200 mil barris por dia.

Ainda assim, analistas do ramo energético questionam se tais iniciativas são suficientes para bancar os custos de desenvolvimento da camada pré-sal e de outros projetos da Petrobras. Na opinião deles, a empresa já está além de seus recursos e ficará ainda mais apertada se o governo fechar ou reduzir o papel da iniciativa privada. Muitos desses analistas estão contra a ideia de um novo monopólio da Petrobras — tanto em bases ideológicas como práticas. Recomendam um papel maior para empresas privadas, que têm acesso a capital próprio, como uma forma de reduzir a possível pressão na economia do país e na capacidade da Petrobras.

Há sinais, contudo, de que o governo brasileiro venha a escolher uma estratégia

de deliberada lentidão no desenvolvimento do pré-sal. Isso em parte se deve a que o país tem outras opções atraentes de energia, algumas delas menos poluentes, mas outras razões também entram no cálculo estratégico. Por exemplo, retardar o passo de desenvolvimento permitiria ao Brasil avançar numa indústria doméstica de serviços petroleiros. Lula sempre manifestou seu desejo de dispor de maquinaria, plataformas, navios, embarcações flutuantes e equipamento manufaturado no Brasil (em vez de lugares como Cingapura), o que criaria dezenas de milhares de empregos para brasileiros. A curto prazo, baixar o ritmo significaria menos receitas a ser distribuídas a governos estatais e municipais. A ideia, porém, é a de que os benefícios políticos da criação de tantos e bem pagos empregos compensariam um jorro menor de *royalties.*

Se a Petrobras não vai permitir à iniciativa privada um papel significativo no desenvolvimento do pré-sal, a oposição também apoia uma redução de ritmo — embora por motivos inteiramente diferentes. Dentro do Brasil, a Petrobras é mais do que uma empresa; é também uma potência política que, muitas vezes no passado, foi administrada em beneficio dos poderosos. A companhia faz enormes doações a programas comunitários e sociais e financia também a produção de filmes, peças, livros, exposições de arte e programas de TV, atividades que obviamente podem ser manipuladas em favor dos interesses do partido no poder. Além disso, cifras divulgadas pelo próprio setor de controle de gastos do governo indicam que ao redor de 80 por cento dos contratos da Petrobras são assinados sem licitação ou com severos limites de competição. Disso resulta que muitos deles vão parar nas mãos de um grupo de companhias que são também os maiores doadores ao PT e seus aliados. A oposição quer mais transparência e licitações abertas, e se diz de acordo em retardar o passo do pré-sal, desde que isso diminua o fluxo antecipado de doações políticas à coalizão de inclinação esquerdista no poder.

Com os preços do petróleo em alta, a Petrobras já começou a reexaminar suas perspectivas em terra, sobretudo em relação à produção de óleo de xisto, essencialmente petróleo preso em forma sólida dentro da pedra. O Brasil tem o segundo maior depósito de óleo de xisto no mundo, superado só pela Venezuela, sendo já o segundo maior produtor do gênero, depois da Estônia. Desde 1954, a Petrobras desenvolve tecnologia de extração do produto, e hoje opera a maior superfície em terra do mundo nesse tipo de atividade. Mas, quando liquefeito, o óleo de xisto produz uma forma muito pesada de cru, às vezes zombado como lodo e geralmente condenado como o combustível mais sujo do mundo. Por essa razão, o óleo de xisto é tido como um combustível a ser desenvolvido só em

último caso, e ainda assim mais para exportação do que para uso doméstico.
Por outro lado, o gás natural aos poucos emergiu como uma fonte de energia abundante e mais atraente, muito embora represente só uma pequena parte do consumo total de energia do Brasil. Os altos preços do petróleo também ajudaram no aumento da demanda de gás natural, tradicionalmente usado em aplicações industriais ou em usinas de força, como um substituto da gasolina. E, como os preços do gás natural doméstico permanecem mais baixos do que os da gasolina, que acompanham os valores do mercado internacional, o diferencial de preço tem estimulado os consumidores a usar o gás natural.
É difícil imaginar tal situação, mas o fato é que o papel da Petrobras no setor do gás é talvez mais predominante que no de petróleo. A companhia é o maior produtor de gás natural do mundo e controla 90 por cento das reservas domésticas. É também o maior fornecedor em vendas por atacado de gás natural, além de operar o sistema de transporte de gás, bastante incômodo e limitado, tendo sido no passado um dos obstáculos no aumento da produção e consumo. Essa rede inclui 2 mil quilômetros de tubulação de gás, ainda não interconectada, com projetos em andamento para fazer essa ligação.
Quantidades significativas de gás têm sido importadas, sobretudo da Bolívia, através de um gasoduto de 3 mil quilômetros que alimenta São Paulo. Porém, uma combinação de fatos em anos recentes vem estimulando os planejadores brasileiros a incrementar a produção doméstica de gás. Em 2006, o novo presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, um nacionalista de esquerda que reclamou do preço baixo que o Brasil vinha pagando, com base num antigo acordo, nacionalizou as indústrias de óleo e gás do país. A nova conjuntura forçou o Brasil a pagar preços mais altos pelo gás boliviano e levou a Petrobras, até então um grande investidor na Bolívia e com planos de expansão local, a suspender os seus projetos. Um novo acordo, pessoalmente negociado por Lula e Morales, exigiu da Petrobras absorver perdas significativas, centenas de milhões de dólares, reduzindo-a a uma participação minoritária na nova companhia estatal boliviana de energia, com direito a somente 18 por cento do que ela produz.
Contudo, o gosto amargo deixado por esse episódio de alguma forma foi compensado no ano seguinte pela perspectiva de riqueza do pré-sal. As mesmas áreas mais promissoras na produção de petróleo parecem também conter reservas significativas de gás, como com frequência ocorre com petróleo e seus subprodutos. A Petrobras estima que o campo Tupi possa conter 7 trilhões de pés cúbicos de gás natural recuperável. Como sempre acontece com esse tipo de

previsão, especialmente quando o preço da ação de uma companhia está envolvido, recomenda-se cautela. Se essa cifra se confirmar de fato, vai incrementar as reservas de gás natural brasileiras em 50 por cento e também estimulará a exploração e o desenvolvimento de uma melhor infraestrutura de energia.

No passado, o Brasil simplesmente queimou muito gás natural em locais de extração marítima, uma prática esbanjadora que parecia justificada pela baixa demanda e pelas deficiências no sistema interno de transporte de gás. Agora, as reservas potenciais de gás envolvidas são tão grandes que seria insensato continuar com aquela prática. Como acontece com o petróleo, enormes investimentos, dezenas de bilhões de dólares, serão exigidos, primeiro para separar o gás do óleo, depois dissolvê-lo para transferi-lo para navios, que devem levá-lo aos terminais portuários. Ou construir novas tubulações para levá-lo aos consumidores, tanto industriais como residenciais. Mas a demanda está lá, da mesma forma que o suprimento.

Em terra, também são promissoras as perspectivas de desenvolvimento de gás, especialmente na Amazônia, como previu Walter Link há cinquenta anos. Em 1986, a Petrobras fez uma grande descoberta em Urucu, numa selva densa bem ao sul do rio Solimões, a 500 quilômetros a oeste de Manaus. Mas o plano inicial de desenvolver a área esbarrou numa série interminável de desafios geográficos, logísticos, ambientais e políticos, só contornados quando a Petrobras finalmente concordou em compartilhar alguns dos benefícios materiais do projeto com gente local, além de construir uma tubulação para Manaus, de forma a limitar e mitigar os danos ambientais. Era uma nova forma de fazer as coisas na Amazônia, com mais consciência social, e essa mudança de táticas recebeu a aprovação relutante até dos mais ardorosos ambientalistas.

Usando o modelo Urucu, a Petrobras espera agora desenvolver depósitos de petróleo e gás mais a oeste, na densa selva perto do rio Juruá, que foram descobertos em 1938. "Eles realmente tentaram minimizar o impacto, e o resultado não é tão ruim como temíamos", disse-me Paulo Adario, diretor da campanha amazônica do Greenpeace em Manaus, no fim de 2006. "Já que eles estão tirando petróleo e gás do coração da Amazônia, criando um modelo para o que será no futuro, essa preocupação nossa é bem compreensível e necessária."

A economia brasileira é provavelmente muito grande e diversificada para cair vítima da chamada síndrome do petroestado, que aleijou ou distorceu o desenvolvimento, alimentando a corrupção em lugares como Indonésia e Venezuela. Sobre esta, a propósito, o romancista Arturo Uslar Pietri disse certa

vez: "Colombo descobriu, Bolívar libertou e o petróleo arruinou". Porém, a promessa do pré-sal é fascinante e a tentação de permitir que o desenvolvimento de petróleo e gás tenha precedência sobre outras formas de energia já pode ser sentida no país. Ceder a essa tentação seria um erro, porque duas outras fontes de energia renovável oferecem também uma promessa extraordinária. As duas têm os seus problemas, é verdade, mas são eles mais baratos e mais fáceis de resolver do que o desafio tecnológico e político de extrair petróleo e gás do mais fundo da crosta terrestre, em níveis que a humanidade jamais penetrou.

O desenvolvimento da indústria brasileira de etanol, um dos grandes triunfos do país, é uma história pouco conhecida em outros lados. Que o Brasil tenha se tornado um líder absoluto nesse campo é, antes de tudo, um testemunho da persistência e engenho de cientistas e membros do governo que ignoraram gozações e previsões de fracasso. É também uma das deliciosas ironias da história que a cana-de-açúcar, o cultivo mais antigo no país, em produção contínua de quase 500 anos, tenha sido a chave da habilidade do país para desenvolver a tecnologia e ganhar a experiência que permitiu dele fazer uma potência em energia renovável no século XXI.

O etanol, também conhecido como álcool etílico, é produto de fermentação, como cerveja ou vinho. Pode ser produzido de uma ampla variedade de materiais orgânicos com fibras de celulose, como milho, açúcar de beterraba, lascas de madeira e capim, que os Estados Unidos, a Europa e a China tentaram desenvolver. Mas, das plantas que os cientistas examinaram como fontes potenciais de etanol, a cana-de-açúcar revelou-se de longe a mais atrativa. Para cada unidade de energia gasta para produzir etanol de cana, o produto final gera mais do que oito unidades de energia. Em contraste, a proporção de energia de etanol feito de milho, a fonte preferida nos Estados Unidos, é menos que duas para uma. Além disso, os custos mais baixos de produção e os preços de terra mais baratos fazem da cana-de-açúcar uma fonte mais eficiente e econômica de etanol do que as outras plantas.

Defensores ardorosos do etanol o descrevem como uma maravilha de combustível. Não é uma panaceia, mas oferece vantagens significativas sobre os combustíveis convencionais. Em primeiro lugar, é uma fonte de energia renovável, ao contrário da gasolina, e mais barata de produzir, pelo menos no Brasil. Embora um carro movido a gasolina faça mais quilômetros por galão, o etanol tem um índice mais alto de octanagem, o que ajuda a compensar aquela desvantagem. Mais importante, contudo, o etanol é, sem dúvida, um combustível ecologicamente correto, sobretudo quando usado exclusivamente para mover um

veículo em vez de ser misturado com gasolina. O uso de etanol puro em lugar de gasolina redunda numa queda de 20% ou mais nas emissões dos gases do efeito estufa, particularmente dióxido de carbono e benzeno.

Inicialmente, a decisão do Brasil de investir em etanol foi uma consequência da Guerra do Yom Kippur, entre Israel e os países árabes, em outubro de 1973. A subsequente decisão da Organização de Países Exportadores de Petróleo, dominada por estados árabes ou muçulmanos como Arábia Saudita, Iraque, Irã e Kuwait, primeiro em suspender a produção de petróleo e depois subir os preços, pegou o Brasil desprevenido. Aquele primeiro "choque petrolífero" praticamente acabou com o chamado Milagre Brasileiro, no qual o país tivera um crescimento econômico de dois dígitos e era festejado como um modelo para o mundo em desenvolvimento.

Os generais que dirigiam o Brasil na época se mostraram nervosos com a estratégica vulnerabilidade exposta por aquela primeira crise de energia global, e imediatamente partiram para encontrar ou criar fontes alternativas de energia. Eles anteciparam, corretamente, que crises similares ocorreriam de novo, e queriam reduzir ou mesmo eliminar, se pudessem, a dependência do Brasil de fontes externas de energia. Um grupo queria dar prioridade exclusiva à energia nuclear. Esse núcleo, liderado por nacionalistas, estava interessado em obter a bomba atômica, mas ao mesmo tempo rejeitava a cana-de-açúcar como uma fonte energética, porque a considerava um símbolo do atraso brasileiro. Por causa de suas pressões, o Brasil assinou um acordo multibilionário com a então Alemanha Ocidental, em 1985, para instalar uma série de setes usinas nucleares no litoral do Rio de Janeiro até o ano de 2000. Em 2010, só duas unidades haviam sido terminadas e estão em operação, embora vários governos tenham falado na reativação dos esforços.

Mas o foco principal do governo militar converteu-se no programa por eles denominado Pró-Álcool, também lançado em 1975. Ao longo do resto dos anos 70 e na década seguinte, o governo forneceu subsídios generosos a produtores de açúcar, bilhões de dólares, para ajudar uma indústria quase moribunda à medida que os produtores agrícolas se expandiam com safras mais lucrativas. Incentivos similares eram concedidos aos grandes fabricantes automotivos, que pareciam relutantes em fabricar carros com motores movidos a etanol, até que estivessem seguros de que o novo combustível estaria disponível. Tratava-se de uma equação do tipo o ovo ou a galinha, já que os produtores de açúcar não queriam ficar com estoques do etanol não vendido, o que poderia levá-los à falência. Em meados dos anos 80, porém, mais de três quartos dos 800 mil carros então

fabricados anualmente no Brasil rodavam com etanol manufaturado com cana-de-açúcar, cultivada em grande parte no estado de São Paulo.

Naquela altura, o Brasil parecia a caminho de liberar os seus motoristas da dependência da gasolina importada e cara. Mas, quando os preços do açúcar subiram bastante em 1989 por causa de um surto global na demanda, os proprietários das usinas de açúcar pararam de ceder a cana disponível para o processamento do álcool e aproveitaram a oportunidade de lucrar com o prêmio em moeda corrente que os mercados internacionais queriam pagar pelo açúcar. O resultado foi que os motoristas brasileiros ficaram na mão, bem como os fabricantes de carros que haviam reequipado suas linhas de produção para fazer carros movidos a etanol. O etanol caiu em descrédito devido a razões puramente econômicas, não técnicas. Continuou sendo uma fonte eficiente de combustível, mas, se um fornecimento confiável não pudesse ser garantido, os consumidores preferiam se proteger voltando à gasolina, que nunca teve o seu suprimento interrompido.

Essa situação persistiu ao longo dos anos 90. Mesmo depois que os preços do açúcar voltaram aos seus históricos baixos níveis, os motoristas temiam ser novamente enganados, e assim as vendas dos carros movidos a etanol continuaram caindo. A equação, contudo, mudou no começo de 2003, com um avanço tecnológico: o desenvolvimento do que veio a ser conhecido como motor flex, que funciona com gasolina ou etanol ou qualquer combinação dos dois. Esses motores dão ao consumidor autonomia para comprar combustível disponível mais barato, assim livrando-o tanto de uma escassez de etanol como de qualquer aumento maior no preço da gasolina. E, como os motores a etanol podem demorar no arranque em temperaturas mais frias, o motor flex também oferecia uma vantagem prática.

A Volkswagen foi o primeiro fabricante automotivo a introduzir o motor flex, mas logo pressões de mercado forçaram todos os outros, incluindo as afiliadas brasileiras das três grandes americanas, a entrar no sistema. Em três anos, três quartos dos carros vendidos no Brasil eram modelos com motores flex, geralmente vendidos sem aumento de preço que forçaria os consumidores a absorver o custo da nova tecnologia. Hoje, virtualmente todos os 3 milhões de veículos de passageiros manufaturados anualmente no Brasil, alguns dos quais destinados a exportação para a América Latina e a Ásia, saem equipados com motores flex. Como resultado, as vendas do etanol no Brasil agora superam as da gasolina. Na verdade, até mesmo a gasolina vendida no Brasil contém uma mistura de etanol de 25 por cento, uma prática que acelerou a independência

brasileira do custoso petróleo importado.
"O ritmo com o qual essa tecnologia tem sido adotada é notável, o mais rápido que eu jamais vi na indústria automotiva, mais ainda que o *airbag*, a transmissão automática ou as janelas elétricas", disse Barry Engle, então presidente da Ford do Brasil, em 2006, quando visitei a fábrica em São Bernardo do Campo. "Do ponto de vista do consumidor, é maravilhoso, porque você tem flexibilidade e não precisa pagar mais por isso."
Graças em grande parte ao sucesso do motor flex, a indústria automotiva brasileira cresceu de forma substancial ao longo da década passada, com isso atraindo novos investimentos de muitos dos principais fabricantes automotivos mundiais. Mesmo com a redução da produção em outros lados, a fabricação de carros no Brasil tem sido dobrada: cifras preliminares de 2008, as mais recentes disponíveis, indicam que o Brasil já passou a França e é agora o quinto maior produtor mundial de carros e caminhões.
Mesmo com essas e outras vantagens conferidas pelo etanol, porém, outras nações têm se mostrado relutantes em seguir o caminho brasileiro e dedicar-se integralmente ao uso do etanol e de outros biocombustíveis renováveis. Várias são as razões disso, que vão desde a economia simples e as políticas de comércio exterior, sobretudo protecionismo em países industrializados como os Estados Unidos, até preocupações ambientais e estratégicas.
Fossem os mercados internacionais realmente livres e o conceito de vantagem competitiva permitido para operar sem supervisão, não haveria razão para um país como os Estados Unidos, muito menos os membros da União Europeia, tentar competir com o Brasil na produção de etanol. Mas os fazendeiros representam um poderoso grupo nos Estados Unidos e na Europa, e o resultado é um esquema de duas frentes politicamente esperto, mas custoso em termos econômicos: subsídios designados a sustentar fazendeiros no Hemisfério Norte que de outra maneira não poderiam competir, e tarifas destinadas a manter produtores brasileiros de etanol mais eficientes fora daqueles mercados.
Os Estados Unidos, por exemplo, impõem uma taxa de 54 centavos o galão de todo o etanol brasileiro importado, uma medida em grande parte destinada a ajudar os agricultores do Meio-Oeste interessados em produzir etanol do milho. O dinheiro recolhido, de fato, é distribuído aos produtores agrícolas norte-americanos como um subsídio para as suas próprias safras. O Brasil argumenta que tanto a tarifa como o subsídio norte-americano violam as normas da Organização Mundial do Comércio. O governo brasileiro, contudo, tem hesitado em registrar uma queixa naquela organização e, assim, tanto os subsídios como a

tarifa, esta considerada ilegal por muitos economistas norte-americanos, continuam vigentes. Graças ao senador Chuck Grassley, de Iowa, e outros senadores dos estados do chamado cinturão do milho, a atual lei agrícola garante que ambas as práticas devem continuar até pelo menos 2013.

O Brasil gostaria de expandir sua indústria de etanol de forma mais rápida, mas, como outros países em desenvolvimento, sofre de uma escassez doméstica de capital de investimento. Normalmente, o país recorreria aos mercados internacionais, mas, dado que as exportações do etanol brasileiro aos maiores mercados mundiais continuam bloqueadas, investidores estrangeiros têm hesitado a dedicar-se à construção de novas usinas e a compra de equipamentos e terras que produtores no Brasil estão procurando. Os quatro gigantes internacionais que controlam grande parte do agronegócio mundial — Archer Daniels Midland, Bunge e Born, Cargill e Louis Dreyfuss — têm mostrado interesse, sobretudo por causa do potencial oferecido pelo enorme mercado brasileiro. Mas, enquanto grandes bancos de investimento e outros investidores institucionais e individuais continuam visitando o Brasil e fazendo ofertas modestas, o país ainda tem muita sede pelo capital exigido para expandir a indústria do etanol.

O Japão, como uma nação desenvolvida comprometida a reduzir as emissões de gases estufa sob o acordo de Kyoto, e a China, com uma economia crescendo rapidamente, sedenta de energia e sob pressão para reduzir a poluição de seu enorme consumo de carvão, pareceriam ser os mercados lógicos para o etanol brasileiro. De fato, os dois países, junto com a Coreia do Sul, também têm mostrado interesse. Mas o Japão, o cliente mais promissor, se preocupa com a habilidade brasileira de cumprir compromissos em qualquer acordo formal de exportação. No momento, o Brasil produz suficiente etanol para atender à demanda doméstica e muito lhe sobra ainda para exportação. Mas o que acontece se a demanda no Brasil continua a crescer e a infraestrutura não acompanha? É uma possibilidade real diante da falta de capital. Entre honrar os contratos de exportação e despertar a indignação dos eleitores brasileiros, o que faria o governo? Só de pensar nisso governos e empresários do leste da Ásia se sentem incomodados.

O papel dominante do Brasil na produção de combustível de álcool e sua liderança na tecnologia do etanol também surgiram como problemas no uso do etanol em nível internacional. Depois de décadas forçados a contar com petróleo importado de regiões politicamente repressivas e voláteis, tais como o Oriente Médio e a Venezuela, a última coisa que a maioria dos governos quer fazer é

trocar um tipo de dependência energética por outra. Tampouco apreciam a ideia de pagar *royalties* pelo uso da tecnologia de etanol desenvolvida no Brasil ou preocupar-se que o acesso a essa tecnologia possa ser cortado numa crise global. Tais inquietações ainda existem, embora o Brasil tenha a imagem internacional de um bom vizinho e procura garantir suas boas intenções para com os seus possíveis clientes.

"Não estamos interessados em nos tornar a Arábia Saudita do etanol", disse em 2006 Eduardo Carvalho, o então diretor do Sindicato Nacional da Cana-de-Açúcar e da Agroindústria, o principal grupo de produtores de etanol no Brasil, em São Paulo. "Não é nossa estratégia porque não produz resultados. Como grande produtor e usuário, preciso ter grandes compradores e vendedores no mercado internacional, caso o etanol se converta numa *commodity* global, nosso real objetivo."

Durante uma visita ao Brasil em março de 2007, o presidente George W. Bush assinou um memorando de entendimento em São Paulo, capital da indústria do etanol, com Lula, que convocava os Estados Unidos e o Brasil, que produzem 70 por cento do etanol mundial, a promoverem a produção e uso do etanol como combustível. A ideia era que, juntos, ajudassem outros países produtores de açúcar a replicar a experiência brasileira na produção do etanol. Tal medida abriria ao Brasil novos mercados para sua tecnologia e equipamentos, ao mesmo tempo dando aos americanos uma fonte confiável de energia renovável em sua própria vizinhança. Como um subproduto, também debilitaria o poder e as finanças do homem forte da Venezuela, Hugo Chávez.

No Brasil, o acordo foi visto como um histórico divisor de águas, um mecanismo que permitiria ao país projetar-se no cenário mundial como um *player* maior e exportador de energia. "Isto é mais que um documento, é um ponto de convergência na relação mais densa e mais intensa do que nunca vimos nos últimos vinte ou trinta anos", me disse Antônio Simões, diretor da divisão de energia do Ministério de Relações Exteriores naquele momento. "O Brasil lucrará, os Estados Unidos lucrarão, bem como terceiros países. É uma situação imbatível para todos os envolvidos."

Simões deixou claro que o Brasil esperava usar o acordo para estimular a produção de etanol através da África tropical, onde o país há muito tempo faz um esforço para expandir sua influência e comércio, e em nações asiáticas produtoras de açúcar, como a Tailândia. "O bom é que um país pobre pode reduzir o que paga por petróleo importado e ganhar dinheiro exportando isso", ele explicou. "Dessa forma, disporão de mais recursos para investir em

programas sociais, e a produção de energia será democratizada no mundo, com uns cem países produzindo-a, em vez de quinze ou vinte."
Embora o acordo prometesse oportunidades, pouco se fez durante o resto do mandato de Bush no sentido de dar sequência à iniciativa, e quando Barack Obama assumiu a presidência, em 2009, o entusiasmo americano pelo etanol de cana-de-açúcar já se havia evaporado. Como senador por Illinois, Obama representava um estado produtor de milho com uma florescente mas ineficiente indústria de etanol. Na mesma medida em que tinha interesse no etanol como uma fonte de energia renovável, ele queria a produção dentro da América, não no exterior, mesmo havendo pouca justificativa econômica ou científica para tanto.
"Substituir petróleo importado por etanol brasileiro não serve à nossa segurança nacional e econômica", argumentou Obama num discurso durante sua campanha pelo Meio-Oeste em 2008. Fazer isso, acrescentou, só atravancaria "o esforço do nosso país rumo à independência energética". Como presidente honrando a sua palavra, ele não tomou medidas para eliminar a tarifa em cima do etanol brasileiro, a qual, aliás, foi ratificada na mais recente lei agrícola aprovada pelo Congresso.
As prioridades do Brasil parecem também estar mudando. Antes da descoberta do pré-sal, em 2007, o governo claramente considerava o programa de etanol como um mecanismo estratégico mais importante na conquista da autossuficiência energética. Mas a dimensão da recente bonança petrolífera é tão grande e tão deslumbrante que as esperanças de que o etanol tenha efeitos mágicos, ideia certamente irrealista, parecem se desfazer. O Brasil continua a investir e apoiar o programa, mas perdeu-se algum entusiasmo, e com ele o momento oportuno. Não está claro, por exemplo, que porcentagem de lucros do petróleo, se houver algum, será dirigida ao programa de etanol, e se o custo de desenvolvimento do pré-sal vai desviar investimentos dos programas de etanol. O discurso do Brasil nos fóruns internacionais também já mudou: antes o mais ardoroso proponente de energia verde renovável, o Brasil agora tem um interesse estratégico em prolongar o consumo de combustíveis fósseis (a preços mais elevados, claro) o maior tempo possível.
A produção de etanol hoje está claramente em uma encruzilhada, com decisões difíceis que terão de ser tomadas nos próximos anos. A experiência inicial do Brasil com o açúcar, em épocas coloniais, gerou todo tipo de abuso e exploração, desde a escravidão de milhões de índios e africanos até a destruição da paisagem original do país nas regiões de cultivo da cana-de-açúcar. Grupos ambientais

internacionais já advertem que o rápido crescimento da indústria brasileira de etanol tende a expandir e acelerar a destruição da Amazônia. Além disso, sindicatos e grupos de direitos humanos em alguns países tentam bloquear a importação do etanol brasileiro sob a alegação de que as atuais práticas trabalhistas na indústria são tão deploráveis como nos tempos da colônia.

O problema trabalhista deve ser menos preocupante ou relevante à medida que a indústria do etanol se mecaniza e governos estaduais apertam as suas inspeções e fazem esforços na aplicação das regras nas fazendas onde se cultiva açúcar. Em São Paulo, que responde por dois terços da produção brasileira de cana-de-açúcar para etanol, metade da colheita já é feita por máquinas, e, por volta de 2014, espera-se a eliminação de todo corte manual. Por outro lado, a expansão da produção na Amazônia é um legítimo motivo de preocupação, além de ser um teste da habilidade do Brasil em planejar, fiscalizar e administrar, sobretudo considerando a duvidosa performance durante *booms* anteriores de *commodities*, como o recente surto de produção de feijão-de-soja na Amazônia.

A cana-de-açúcar não floresce no coração da Amazônia, onde chuvas pesadas e o calor ao longo do ano reduzem bastante a produção. De acordo com um estudo governamental, um acre de cana-de-açúcar na Amazônia produz ao redor de 25 por cento menos do que um hectare plantado em São Paulo. E porque a cana da Amazônia não é tão doce, a quantidade de açúcar processada de uma tonelada de cana crua em São Paulo é 50 por cento mais alta do que a quantidade de uma tonelada plantada na Amazônia. Contudo, graças ao crédito governamental disponível, acelerou-se a plantação de cana-de-açúcar nas áreas de savanas nas franjas da região amazônica. Dentro da região definida pelo governo como Amazônia Legal, somente em terra já classificada como "degradada" pode ser plantada a cana-de-açúcar. Há, porém, pouco monitoramento do que ocorre, e um influxo de usinas de açúcar, cujos operadores querem funcionar na capacidade total, parece encorajar violações daquela política. Grupos ambientais brasileiros e partidos de esquerda têm batalhado pelo maior rigor da lei e suas aplicações, mas até agora com pouco sucesso.

Existem, sim, alternativas para incentivar o cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia. José Goldemberg, um físico brasileiro que já foi ministro da Ciência e Tecnologia e secretário estadual de Ambiente de São Paulo, calcula que o estado de São Paulo sozinho tenha suficientes alqueires de terra de pasto, 10 milhões de hectares, para acomodar um aumento na produção para satisfazer todas as necessidades de etanol do Brasil sem infligir mais danos à Amazônia. Já que os campos de cana-de-açúcar de São Paulo estão mais próximos de portos e

cidades do que de selvas que seriam arrasadas na Amazônia, haveria benefícios adicionais e economias na forma de redução das "pegadas de carbono" e custos mais baixos no transporte dos estoques de etanol.

Em anos recentes, alguns críticos têm atribuído ao etanol a aguda alta nos preços dos alimentos observada em 2008 e que provocou protestos em alguns países pobres. Houvesse nisso uma ligação direta e demonstrável, ainda assim sujeita a debate, seria a produção de etanol de milho no Hemisfério Norte, não o etanol de cana-de-açúcar do Brasil. Enquanto as terras de cultivo nos Estados Unidos e outros lados eram desviadas para a produção de milho, de forma a aproveitar o *boom* temporário do etanol, o Brasil não caiu na armadilha desse jogo de "vencedores e vencidos". É um dos poucos países no mundo com terra fértil ainda não lavrada, como dito acima, além de possuir muita terra que pode ser usada no cultivo de cana-de-açúcar sem reduzir terreno para outras safras.

Também com ceticismo devem ser encarados argumentos de que o etanol é, de forma inerente, ineficiente e poluente. De novo, a distinção entre cana-de-açúcar e milho, já mencionada, é crucial: cada unidade de energia gasta para converter cana-de-açúcar em etanol gera oito novas unidades de energia, comparadas com menos de duas para milho. E, enquanto alguns estudos indicam que o etanol pode aumentar os níveis de ozônio, a energia produzida da cana-de-açúcar é tal que, dito antes, reduz as emissões de outros gases estufa, mais do que o milho.

Estimulado pelo sucesso do programa do etanol nos últimos anos, o governo brasileiro tem também destinado dinheiro à pesquisa para produzir um substituto para o diesel que seja orgânico, renovável e biodegradável, e que seria usado em caminhões, ônibus, tratores e geradores. O programa do biodiesel investiga uma variedade de plantas, incluindo feijão-de-soja, óleo de palma, girassóis, algodão e até alga. Contudo, o grosso do esforço até agora tem sido dirigido à mamona, um arbusto que cresce abundantemente no Nordeste e produz sementes grandes, escuras. Conhecida em inglês como *castor bean*, a mamona tem sido tradicionalmente usada no Brasil como purgante. Porém, sua alta viscosidade e fácil solubilidade lhe dão um poder de adaptação que outras plantas e gorduras animais não têm. Outra vantagem é que Lula, nordestino, é um fascinado pelo potencial da planta, tendo por isso estimulado com vigor o desenvolvimento do produto. Empenho que causou protestos de grupos a favor de outras fontes, incluindo uma planta local, o pinhão-manso. Mas paira a dúvida se seus sucessores terão o mesmo entusiasmo pela mamona.

Já em 2010, os resultados iniciais eram limitados, embora encorajadores. Frotas de ônibus de Curitiba, uma cidade de 2 milhões de habitantes no sul do país, já

estão usando o biodiesel, havendo planos para a instalação de bombas de biodiesel em postos de gasolina em quase 500 cidades até o fim de 2010. Nos estágios iniciais dos testes do programa, o Brasil planeja misturar o biodiesel com o diesel comum, este um combustível poluente, em pequenas quantidades de 2 por cento a 5 por cento, por volta de 2013, e eventualmente até 20 por cento. Isso não exigiria a modificação de motores dos carros. Mas, se os resultados continuarem sendo positivos, o próximo passo seria começar a manufaturar veículos com motores movidos a puro biodiesel.

Enquanto o debate global sobre o etanol se inflama, o Brasil continua a dar passos para solidificar o seu domínio no campo do etanol e aprimorar a eficiência da produção. Isso inclui melhoras técnicas que prometem aumentar a produção e cortar ainda mais os custos. No passado, por exemplo, o bagaço, resíduo deixado quando a cana-de-açúcar é comprimida para extração do caldo, era simplesmente descartado. Hoje as usinas brasileiras usam esse resíduo para gerar eletricidade no processamento da cana-de-açúcar para o etanol, e aplicam outros subprodutos como fertilizadores nos campos de plantação da cana. Algumas usinas produzem agora tanta eletricidade que podem vender as sobras para o governo. Por volta de 2015, Goldemberg estima que a quantidade que elas produzirão possa chegar a 10 milhões de kilowatts, quase o equivalente da eletricidade produzida pelo maior projeto hidrelétrico do país, Itaipu.

Do ponto de vista brasileiro, é ainda mais prometedora a perspectiva de um enorme aumento de produção, por meio do cultivo de cana-de-açúcar geneticamente modificada. No fim dos anos 90, cientistas brasileiros financiados pelo governo mapearam o genoma da cana e começaram pesquisa nos genes para fazer a planta mais doce, coisa que interessa tanto aos produtores de etanol como às grandes multinacionais de refrescos e doces como Coca-Cola e Nestlé. O Brasil tem a capacidade de começar a modificar a genética da cana-de-açúcar imediatamente, mas vem adiando esse plano até que o debate global sobre organismos geneticamente modificados se resolva, por causa do temor de perder mercados para os seus produtos agrícolas.

Outra possibilidade é desenvolver novas variedades de cana-de-açúcar ou engendrar geneticamente variedades existentes, de forma a que resistam a pesticidas e pragas naturais, até mesmo à seca. Cientistas brasileiros já aumentaram a produção de energia de algumas variedades da cana-de-açúcar do padrão 8,3 a 1 até mais de 10 por 1 e falam em atingir o nível de 20 por 1, ou até mais alto. "Estamos convencidos de que não há limite na produtividade, pelo menos teoricamente", disse, em 2006, Tadeu Andrade, o diretor do Centro de

Tecnologia Canavieira em São Paulo, onde se faz a mais avançada pesquisa.
Em meio à excitação pelas recentes e extraordinárias descobertas de petróleo e gás e ao orgulho associado à criação de uma indústria doméstica de etanol de cana, há uma tendência, entre os próprios brasileiros, de negligenciar a enorme capacidade hidrelétrica do país, até agora mal explorada. Tal potencial se concentra, mas não está limitado, à bacia do rio Amazonas, que em termos de volume de água circulando é a maior do mundo. Mesmo diante dessa promessa, o poder hidrelétrico continua largado no terceiro lugar da hierarquia brasileira de fontes de energia.
Em teoria, não devia ser assim. A água é um recurso abundante e renovável que produz energia limpa. Nesse sentido, é como energia nuclear, mas sem nenhum risco de vida e outras associações negativas que acompanham os reatores nucleares, e também se mostra em distinto contraste com o carvão, com a inevitável poluição por ele trazida. E, ao contrário do etanol e o petróleo extraído dos depósitos do pré-sal, a energia hidrelétrica não requer a invenção de novas e inovadoras tecnologias. Além disso, o custo por quilowatt-hora gerado é muito baixo. Mas, devido ao mau gerenciamento do governo, especialmente a escassa atenção dada pela ditadura militar ao impacto social e ambiental causado pela construção de represas e a falta de planejamento apropriado nos posteriores governos civis, a energia hidrelétrica criou um problema de imagem que ainda luta para superar.
O potencial hidrelétrico do Brasil é tão vasto que, embora o país tenha mal arranhado a superfície, só a China e o Canadá geram mais energia daquela fonte. Mais de 80 por cento da eletricidade consumida no Brasil é do ramo hidrelétrico, o que acontece desde os anos 80, quando concluído o projeto Itaipu, no rio Paraná, ao sul, ao longo da fronteira com o Paraguai. Quando Itaipu, gigantesca, ao custo de 19,6 bilhões de dólares, começou a operar, em 1984, era a maior do gênero. Desde então foi superada pela represa Three Gorges sobre o rio Yangtze, na China, mas hoje, com todas as suas vinte turbinas funcionando, tem uma capacidade de geração de 14 mil megawatts. Isso faz de Itaipu uma das cinco maiores fontes de eletricidade no mundo, que lhe permite fornecer quase 20 por cento da eletricidade consumida pelo Brasil. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, outros grandes projetos surgiram, incluindo Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó ao longo do rio São Francisco, no nordeste, e Ilha Solteira e Furnas, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, no sudeste do país.
Todas as represas aqui mencionadas, além de outras, foram construídas, ou ficam próximas, ao coração industrial do país, o triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-

Belo Horizonte, e se destinam a abastecer e servir fábricas e consumidores naquela região. Mas, à medida que a economia brasileira vem crescendo, cresce também seu apetite por mais energia, forçando os planejadores a ir mais longe. O maciço projeto de Tucuruí, no rio Araguaia, no estado amazônico do Pará, com uma capacidade instalada de 8.300 megawatts, foi o primeiro a ser construído longe de centros populacionais, tendo sido erguido no início dos anos 80, quando a ditadura militar ainda podia sufocar os protestos de grupos ambientais e indígenas.

Desde a volta à democracia, em 1985, tornou-se mais e mais complicado o processo de aprovação de construção de represas. Tucuruí é um bom exemplo de como não se deve proceder. Na pressa para construir o projeto, que custou 8 bilhões de dólares, os militares brasileiros nem se preocuparam em remover árvores do lago artificial de 2.800 quilômetros quadrados que cresceram atrás da represa. Por essa razão, a decomposição da vegetação ao longo dos anos gerou milhões de toneladas de dióxido de carbono e metano, convertendo Tucuruí numa fonte de gás estufa maior que a área metropolitana de São Paulo.

Além disso, tão intensas têm sido as infestações de mosquitos que alguns assentamentos da região tiveram de ser realocados, e os cientistas se preocupam que a crescente acidez da água no reservatório poderia corroer as turbinas da represa. Mais ainda, nenhuma providência foi tomada para fornecer moradia permanente ou emprego aos milhares de trabalhadores trazidos à Amazônia do Nordeste para construir a represa. Assim, quando terminado o projeto, alastraram-se assentamentos favelados, notórios por sua violência, bares e bordéis, e repletos de famílias pobres desesperadas, tudo isso ao redor da cidade de Tucuruí.

Originalmente, o setor elétrico brasileiro se baseava numa imitação do modelo da Petrobras. Em 1962, o governo de esquerda então no comando do país criou um monopólio estatal denominado, e não podia ser de outro jeito, Eletrobras. Mesmo depois do golpe militar de direita de 1964, a Eletrobras e as suas muitas subsidiárias continuaram sendo dirigidas com uma filosofia estatizante aparentemente mais interessada em atingir os objetivos políticos e estratégicos do governo do que em aderir aos princípios do livre mercado. De 1974 a 1992, por exemplo, o preço da eletricidade era fixado no mesmo nível para todo o país, sendo proibidos os ajustes de uma região a outra, baseados em diferenças de demanda ou distâncias de transmissão. As tarifas de eletricidade também eram usadas às vezes como um instrumento para controlar a inflação, embora sem muito sucesso. As receitas saíam basicamente do orçamento federal, e de uma

taxa específica de consumo, ou, quando isso se mostrava insuficiente, de empréstimos externos que só aumentavam a carga de débito do Brasil.

Com a volta da democracia em meados dos anos 80 ocorreram duas mudanças importantes. A primeira, a nova constituição brasileira, ratificada em 1988, aboliu o imposto de consumo da eletricidade, privando a Eletrobras de uma importante fonte de renda. Ao mesmo tempo, agências de desenvolvimento internacional se mostravam mais relutantes em fornecer empréstimos de juros baixos para projetos hidrelétricos, em parte por causa do crescente clamor dos ambientalistas, preocupados com o impacto de tais iniciativas sobre o meio ambiente e os povos indígenas que viviam perto dos locais mais indicados para represas. Dessa forma, durante a primeira metade dos anos 90, houve insuficiente investimento na geração e transmissão de eletricidade. Em média, a capacidade expandiu-se só em 1.250 megawatts anualmente, bem abaixo do aumento da demanda associado a um setor industrial próspero e uma crescente classe média.

Em resposta, o governo decidiu em 1995 acabar com o monopólio da Eletrobras, abrindo a distribuição de eletricidade ao investimento privado. Um ano mais tarde, criou-se uma agência regulatória independente para eletricidade, e em 1998 permitiu-se ao capital privado participar da geração de eletricidade. O setor privado respondeu com entusiasmo a essas e outras iniciativas: menos de uma década depois, investidores privados representam quase dois terços da distribuição de eletricidade no Brasil e mais de um quarto da geração de eletricidade. Hoje, a fatia do governo na Eletrobras, que ainda continua sendo a maior companhia do gênero na América Latina, mal perfaz 50 por cento, e a empresa registra saudáveis lucros.

Tão logo terminou o monopólio da Eletrobras, o investimento em novas hidrelétricas e linhas de transmissão explodiu imediatamente. Mas, devido ao fato de que tais projetos exijam um longo tempo inicial antes de começar a operar, a crescente demanda por eletricidade continuou a ultrapassar o arrastado aumento no fornecimento, e, com a chegada do novo milênio, a matriz energética do Brasil ficou mais e mais apertada. Por volta de 2000, o consumo de eletricidade era 58 por cento mais alto do que fora em 1990. Por outro lado, a capacidade instalada de geração de energia cresceu somente 32 por cento durante o mesmo período.

Esse quadro provocou uma ampla crise em 2001 quando uma severa seca, a pior em setenta anos em algumas partes do país, se mostrou muito pesada para o sistema. Em vários lugares, os níveis de água nos reservatórios caíram para

menos da metade do normal, incapacitando a habilidade das represas existentes de gerar energia. O governo de Fernando Henrique Cardoso respondeu na metade do ano impondo um racionamento de eletricidade, o qual requeria cortes no consumo entre 15 e 25 por cento, forçando a indústria e o comércio a suportar mais carga do que clientes residenciais.

Essas restrições que incluíam multas e até suspensão do serviço por falhas na redução do consumo continuaram até o começo de 2002, ano de eleição presidencial, e afetaram severamente a economia, sobretudo a produção industrial. O crescimento econômico que em 2000 fora de 4,4 por cento, caiu para 1,5 por cento em 2001, e com isso alguns operários de tempo integral foram demitidos ou tiveram seu emprego reduzido a meio expediente. Embora a crise de energia não tenha sido o fator decisivo na vitória de Lula e do PT na eleição de 2000, acabou sendo um embaraço para o sucessor escolhido de Cardoso, José Serra, expondo o presidente a críticas de que a crise toda poderia ter sido evitada se o governo tivesse sido mais eficaz e assumido um papel mais ativo. Nos primeiros anos depois da debacle de Tucuruí, os planejadores do governo pareciam ter aprendido e começaram a dar prioridade maior a projetos menores, mais modestos, dúzias dos quais foram construídos. As represas de Balbina e Samuel, ambas na Amazônia, foram erguidas e operadas com base naquele princípio. Contudo, elas também provocaram a ira dos ambientalistas, sobretudo por causa da grande área inundada pela Balbina em relação a sua produção modesta, proporcionalmente até pior que a de Tucuruí, e sua alta produção de gases estufa.

A crise energética de 2001, porém, encorajou o poderoso *lobby* de eletricidade a pensar grande outra vez e a advertir que o impacto de outro blecaute seria mais danoso economicamente que o anterior. Desde a posse de Lula, um presidente claramente a favor de um papel maior do Estado no desenvolvimento econômico, a Eletrobras e seus apoiadores têm pressionado agressivamente pela construção de megaprojetos em uma escala similar a Tucuruí.

Os dois mais importantes desses projetos são Belo Monte, numa curva do límpido rio Xingu, no leste da Amazônia, projetado para 11.100 megawatts, e Santo Antônio-Jirau, no rio Madeira, no oeste amazônico, que deve ter uma capacidade instalada de 6.400 megawatts. Uma versão anterior de Belo Monte, que parecia haver sido arquivada no começo da década, apareceu reavivada em 2007, apesar dos consideráveis desafios financeiros e ambientais que apresenta. Como planejado, agora Belo Monte seria a terceira maior hidrelétrica do mundo, com um custo de 15 bilhões de dólares, podendo inundar 6 mil quilômetros

quadrados de floresta tropical, mais do dobro de Tucuruí. A Santo Antônio, que consiste em duas represas separadas, uma delas a só 150 quilômetros da fronteira com a Bolívia, seria a sexta maior do mundo, com um custo estimado de 9 bilhões de dólares, podendo inundar 500 quilômetros quadrados de selva.

Esses dois projetos hidrelétricos se converteram em campos de batalha entre o governo e as construtoras de um lado, e os grupos ambientais e indígenas do outro. Proponentes dos projetos de represas argumentam que os atuais procedimentos de construção são muito mais ecologicamente corretos e menos invasivos do que nas épocas de Itaipu e Tucuruí. Os oponentes, por outro lado, dizem que não se tem feito o suficiente para amenizar danos ao ambiente e proteger residentes indígenas da área afetada. Dizem também ser questionável a eficiência de muitas das medidas prometidas pelo governo. No caso de Santo Antônio, argumenta-se ainda que o projeto viola um acordo que o Brasil assinou com a Bolívia, o que fez o presidente boliviano Evo Morales a ameaçar com o envio do caso às cortes internacionais.

Um problema adicional com ambos os projetos é que exigiriam milhares de quilômetros de linhas de transmissão do local das represas até a rede elétrica nacional no sul do país, onde se localizam o grosso da população brasileira e a indústria. Para começar, tal medida seria custosa e destrutiva em termos ambientais, porque vastas expansões de floresta tropical na Amazônia teriam de ser derrubadas. Como a eletricidade tende a se dissipar em longas distâncias, uma grande quantidade de energia, talvez 30 por cento do total, se perderia na transmissão, problema que faz pensar sobre a viabilidade econômica dos projetos.

Uma alternativa a essas longas linhas de transmissão seria a construção de até cinco usinas no leste amazônico para processar metais industriais, que seriam acionados por Belo Monte. Mas o principal beneficiário desse plano seria a China, dona das empresas que manifestaram intenção de se instalar na região para fazer mineração e transformar alumínio, aço, cobre e níquel. Os produtos finais seriam exportados de volta à China, em vez de ser usados para o desenvolvimento local ou enviados ao sul do país aos centros industriais já existentes. Assim, além de suspeito em termos ambientais, o plano é também politicamente impopular.

"Tudo na Amazônia que depende da eletricidade tem um componente chinês e vem obtendo forte apoio oficial, embora o beneficiário principal vai ser claramente a China, e não o Brasil", disse Lúcio Flávio Pinto, o autor do livro *Projetos hidrelétricos na Amazônia* e editor do *Agenda Amazônica*, a principal

newsletter que cobre a região. "Os chineses não só vão investir o mínimo possível como também estarão transferindo os problemas de poluição para a Amazônia."

Diante de tais críticas, a Eletrobras e os planejadores do governo tratam de adaptar o modelo ambiental menos invasivo que a Petrobras desenvolveu para os seus gasodutos na Amazônia. O governo agora propõe a construção de um complexo de cinco represas no rio Tapajós, região vista como a próxima fronteira de energia no Amazonas, com uma capacidade total de 10.700 megawatts. Em vez de construir estradas para o local da represa e enormes dormitórios para milhares de trabalhadores, o Ministério de Minas e Energia propõe instalar plataformas no próprio rio. Ao invés de morar no próprio local durante o projeto, os trabalhadores seriam levados em turnos de duas ou mais semanas por vez e abrigados nas plataformas. Esse sistema não só reduziria o desmatamento na área como também impediria a chegada de madeireiros ilegais e fazendeiros que habitualmente têm sua entrada na selva facilitada por projetos desse tipo.

Um benefício imprevisto da crise energética de 2001 foi fazer cidadãos brasileiros comuns mais parcimoniosos no uso da energia do que em épocas anteriores. Hoje, o consumo de energia per capita é ao redor de um décimo da média americana e somente um quinto da média em nações altamente industrializadas pertencentes à Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Os brasileiros também têm estado atentos à importância de diversificar as suas fontes de energia, de forma a não serem apanhados de surpresa outra vez no caso de uma crise. Parecem também conscientes da necessidade de investimento privado, preços atraentes de geração de energia e um regime regulador estável. Enquanto países vizinhos como Argentina e Chile se preocupam todos os anos com falta de energia e blecautes, na época de inverno no Hemisfério Sul, o Brasil até aqui tem estado livre de tais transtornos.

Há, porém, sinais de advertência no horizonte. O consumo de energia no Brasil é agora o décimo maior no mundo, e deve crescer ainda mais à medida que as demandas de uma economia próspera e uma vibrante classe média continuam a se expandir: em 1970, menos de um terço de lares brasileiros tinha eletricidade comparado aos 99 por cento de hoje. Além disso, quando a Eletrobras foi privatizada, em meados dos anos 90, muitos investidores que chegaram ao país receberam concessões de vinte anos, o que significa que estas começaram a expirar em meados desta década. Não está claro se o governo tem intenção de renovar essas concessões ou sujeitá-las a novas licitações, e essa decisão não

seria feita por Lula, pela sua sucessora, Dilma Rousseff.
A incerteza resultante desse quadro contribui, nenhuma surpresa nisso, para uma brecha entre demanda e instalações de nova capacidade reminescente do começo dos anos 90. De fato, Luiz Pinguelli Rosa, o mesmo cientista que então advertiu o governo da escassez de petróleo à vista e que foi presidente da Eletrobras durante os dois primeiros anos de Lula na presidência, de novo adverte sobre uma crise de energia em meados desta década.
No geral, o sistema energético brasileiro é um dos menos intensivos em carbono no mundo, com quase metade do consumo total fornecido por combustíveis renováveis menos poluidores. Essa é uma situação a que muitos outros países aspiram, mas não podem, e isso permitiu ao Brasil adotar uma posição nas negociações de mudanças climáticas em Copenhague e em outros lugares, que é mais flexível do que no passado. Mas, para eliminar a brecha entre o fornecimento e a demanda por eletricidade, o Brasil ao longo da última década utilizou usinas movidas a energia térmica, utilizando combustíveis poluentes como carvão, como uma solução temporária até que novas hidrelétricas comecem a funcionar.
Essa tendência, que poderia se exacerbar devido à incerta situação que pode prevalecer no setor elétrico depois de 2015, não é nada saudável. Combinada com o enorme potencial, atração do pré-sal e a tentação de impulsionar a produção de cana-de-açúcar na Amazônia, tal perspectiva cria um risco verdadeiro de que o Brasil poderia regredir de uma situação hoje invejada por nações ao redor do mundo, justo quando outros países estão finalmente fazendo esforços para resolver a equação da energia equilibrada que o Brasil vem desfrutando. Esse tipo de retração seria um erro, ao qual o país deveria resistir tanto para o seu próprio bem-estar e o de outros, especialmente porque o seu comportamento e suas políticas para o Amazonas já causaram muito dano ao meio ambiente.

8 Amazônia: Nacionalismo e paranoia na selva

Na manhã de 12 de fevereiro de 2005, um sábado, dois pistoleiros a soldo de terratenentes locais assassinaram com seis tiros a freira norte-americana Dorothy Stang, quando ela, Bíblia na mão, percorria uma senda da floresta, a poucos quilômetros ao norte da Transamazônica, a caminho de uma reunião com líderes camponeses. Quando visitei a área alguns meses depois, uma simples cruz de madeira com o seu nome marcava o local exato onde ela caíra — e capangas armados ainda perambulavam por ali, ameaçando os moradores cuja causa a Irmã Dorothy abraçara, destruindo suas safras e derrubando suas frágeis casinhas.

O conflito que causou a morte da irmã Dorothy começara havia alguns anos antes, quando o governo brasileiro anunciou planos de pavimentar a esburacada Transamazônica na região onde a religiosa trabalhava desde os anos 70. A informação fez subir muito o valor das terras, e madeireiros, fazendeiros e especuladores de outras partes do país afluíram à área, derrubando árvores, incendiando a floresta, abrindo serrarias, poluindo rios, matando a vida animal, trazendo enormes rebanhos de gado e usando de violência para forçar famílias camponesas a deixar as terras onde viviam havia muitos anos.

"A Amazônia é nossa." Desde o jardim da infância inculca-se na cabeça dos brasileiros esse *slogan*, tão repetido ao longo de suas vidas que acabou virando uma espécie de mantra nacionalista. Há quem interprete esse princípio como "Podemos fazer o que quisermos com a terra, e ninguém tem nada com isso" embora persistam abusos como a escravidão. A Amazônia é maior do que a Europa inteira, e nos últimos quarenta anos um quinto dela tem sido queimado, cortado, retalhado ou arrasado. Enquanto o Brasil abre caminho para fazendas de gado, plantações de soja, estradas, madeireiras, siderúrgicas, projetos hidrelétricos, ferrovias, minas, campos de gás e petróleo e assentamentos para camponeses sem teto, vale perguntar se tal decisão realmente acelera o desenvolvimento econômico do país ou se trata simplesmente de uma devastação gratuita de um precioso recurso natural.

Dizer que a Amazônia é a maior selva tropical do mundo não transmite na plenitude a sensação de majestade e mistério que a região deixa gravada de forma indelével no visitante. Certa ocasião, quando eu percorria aldeias indígenas no alto Rio Negro, acabou a gasolina do nosso barco a motor. "E agora?", perguntei ao piloto, que, sem dizer palavra, me passou um remo de canoa. Nas três horas seguintes, até chegar ao assentamento mais próximo e conseguir algum combustível, remamos em meio a um silêncio quase sepulcral, rompido o sossego apenas pelo grasnar ocasional de um multicolorido tucano, o guincho de um macaco ou o farfalhar de algum bicho desconhecido no mato. Ao nosso redor, árvores, algumas com sessenta metros de altura e pontilhadas de enxames de insetos e ninhos de pássaros, se espichavam até o céu azul sem nuvens. Não mais afugentados pelo barulho do nosso motor, antas, tamanduás e capivaras de dentes salientes — quatro pés de comprimento, o maior roedor do mundo — emergiam da selva para nos examinar. Bandos de borboletas em brilhante coloração pastel se alvoroçavam nas margens do rio, nutrindo-se do sal no solo. No rio, golfinhos e lontras curiosos chapinhavam à nossa volta, e peixes saltavam da água e davam piruetas no ar, suas escamas faiscando à luz do sol.

A selva, porém, nem sempre é tão idílica. Acidentalmente, entrei em pântanos que pareciam areia movediça, ameaçando tragar-me ao fundo. Apanhei febres das mordidas de formigas de fogo e picadas de vespas, fiquei zonzo com os enxames de mosquitos ao entardecer ou moscas atraídas pelos rios de suor produzidos pelo mínimo esforço naquele implacável calor e umidade. Contudo, o animal mais aterrorizante não é a temida onça ou a infame piranha, mas o candiru, um peixinho em forma de agulha que, por isso mesmo, penetra fácil nos orifícios humanos: em praias de rios na região, encontrei placas advertindo mulheres menstruadas e gente precisando urinar ou defecar que se afastem das águas, infestadas de candiru.

Embora escassos 10 por cento da população do país viva na Amazônia, a região cobre 60 por cento do território brasileiro e contém muitos dos seus privilegiados recursos naturais. Para o grosso da população, moradora ao longo da costa, no sul, a Amazônia sempre pareceu distante e estranha. É um lugar hostil, visitado por poucos brasileiros, mas com uma aura mítica algo semelhante à que os americanos cultuam em relação ao faroeste.

Para o resto do mundo, devido à ameaça de mudança climática, a Amazônia, fonte de um quarto da água fresca do mundo e local da maior concentração de peixes, plantas e espécies de pássaros no planeta, está prestes a se converter num campo de batalha. Os cientistas não podem prever quando os gases estufa

atingirão níveis tão altos que a região deixará de ser um sistema ecológico viável e funcional, capaz de extrair imensas quantidades de dióxido de carbono do ar e convertê-las em oxigênio. No entanto, eles concordam que, devido ao ritmo acelerado com que os brasileiros devastam a floresta, o mundo se aproxima mais, a cada ano, do chamado ponto de inflexão, depois do qual a mudança climática é irreversível, e pode ser alcançada em dez ou vinte anos — a não ser que se reduza drasticamente o desmatamento. Assim, a política dos brasileiros em relação ao seu tesouro nacional terá importância crucial não só para eles como para o resto do mundo.

A floresta tropical foi aberta ao desenvolvimento numa grande escala há menos de cinquenta anos, e desde então autoridades do governo e interesses empresariais que têm lucrado com aquela medida nos garantem que "somente" 20 por cento da selva tem sido arrasada, não havendo nada com que se preocupar. A evidência científica, contudo, contradiz essa afirmação. Todo mês de julho, no começo da estação seca durante a qual ocorre a maior parte da destruição, o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (inpe) anuncia que outra área do tamanho do estado de Nova Jersey (ou Israel ou a ilha da Sardenha) foi despojada de sua cobertura florestal. Líderes do governo manifestam então sua preocupação e sua intenção de maior rigor na aplicação da lei, mas para o resto da estação seca a fumaça da selva, queimada para abrir novos espaços de cultivo ou pasto de gado, é tão espessa que pilotos não podem sobrevoar certas áreas.

Ironicamente, a tecnologia do país está bem adiantada para identificar desde o espaço sideral o que o governo não pode controlar em terra. Embora o Brasil teoricamente tenha os recursos para descobrir e punir aqueles que querem explorar a selva de forma irresponsável, o planejamento de longo prazo não faz parte da tradição do país, e as leis com frequência não são aplicadas. Mesmo assim, o Brasil comprometeu-se em dezembro de 2009, na conferência de Copenhague sobre mudança climática, a reduzir suas emissões de gases estufa em 40 por cento, metade disso vinda da redução do desmatamento. Honrar essa garantia será o maior desafio ambiental do Brasil no futuro próximo.

Como resultado das políticas atuais que enfatizam a exploração em detrimento do desenvolvimento sustentável, o Brasil é o quarto maior produtor mundial de importantes gases estufa. Somente a China, os Estados Unidos e a Indonésia expelem mais dióxido de carbono na atmosfera que o Brasil, e, ao continuar essa tendência, o Brasil logo poderá ultrapassar a Indonésia. Entretanto, em contraste com os Estados Unidos e a China, as emissões do Brasil não são produto de um estilo de vida extravagante de seus habitantes nem a rápida expansão de uma

base industrial excessivamente dependente de combustíveis fósseis. Mais de três quartos das emissões de gases estufa se originam na derrubada da floresta amazônica, daí a importância das promessas brasileiras feitas em Copenhague.

Viajei pela primeira vez à Amazônia em 1978, no auge dos esforços da ditadura militar para abrir a região fornecendo "terras sem homens para homens sem terra", como rezava o *slogan* da época. Minha primeira parada foi no estado fronteiriço de Rondônia, na Amazônia ocidental, fronteira com a Bolívia, onde camponeses pobres do sul do Brasil, a 3 mil quilômetros de distância, eram estimulados a ocupar pedaços de terra na selva para construir cabanas para suas famílias, limpar o bosque cerrado ao redor e começar a cultivar suas rudimentares propriedades. Esses colonos formaram assentamentos com nomes otimistas como Nova Esperança ou Progresso, mas suas utopias não tinham base alguma. Não se construíram estradas secundárias para permitir aos lavradores-camponeses transportar suas safras de mandioca, feijão e abacaxi a cidades próximas, e muito menos a cidades famintas no Sul, e assim grande parte de sua produção ou estragava ou alimentava os animais. De forma ilegal, especuladores se apresentavam munidos de escrituras de propriedade da terra, enquanto pistoleiros, conhecidos como jagunços, expulsavam os camponeses. Como a presença policial quase não existia, tudo parecia caótico ao extremo. Este era o mundo no qual a irmã Dorothy, com outros defensores da floresta também assassinados, como Chico Mendes, era forçada a trabalhar.

Ainda hoje o governo não exercita uma soberania completa e efetiva sobre amplas porções do território. Em parte devido a isso, a preocupação do mundo com a saúde dos ecossistemas amazônicos, expressada através de declarações de líderes governamentais e cientistas, campanhas internacionais de grupos ambientais e indígenas, além de visitas muito badaladas à região por celebridades como James Cameron, o diretor do filme *Avatar*, levantam suspeitas. Os brasileiros proclamam que "A Amazônia é nossa", mas também sabem que não dispõem dos recursos para firmar o seu domínio na região, nem mesmo podendo fornecer os serviços básicos a muito dos seus habitantes. O resultado é uma espécie de paranoia nacional, a convicção de que os de fora, sobretudo os Estados Unidos, com sua história tumultuada na América Latina, invejam o domínio brasileiro sobre a Amazônia e adorariam arrancar o controle da região.

"Tudo indica que os problemas ambientais e indígenas são meros pretextos" para essa tão coordenada investida internacional, de acordo com relatório da inteligência militar brasileira que obtive em 2007 de um ex-membro do governo

preocupado com o conteúdo do documento. O documento afirmava que grupos como Greenpeace, Conservation International, Rainforest Action Network e The World Wildlife Fund são instrumentos que "poderes hegemônicos" como os Estados Unidos manipulam "de forma a manter e aumentar os seus domínios".

É muito difícil convencer os brasileiros de que tal conspiração não existe, especialmente quando qualquer mostra de preocupação internacional ou investimento na Amazônia é dada como prova dessa ameaça. De 1920 em diante Henry Ford tentou cultivar borracha em larga escala em plantações ao longo do rio Tapajós, ao redor de 1.500 quilômetros da boca do Amazonas; nos anos 70, o bilionário magnata de navegação Daniel Ludwig enterrou uma enorme fatia de sua fortuna no Projeto Jari, destinado a produzir papel e alumínio numa fábrica por ele construída no Japão e depois transportada por meio mundo a um local quase no Equador. Porém, essas empreitadas eventualmente fracassaram, em parte porque tanto Ford como Ludwig não entenderam o clima político e calcularam mal as dificuldades práticas de operar em escala industrial na selva. Estes mesmos fatores têm desencorajado outros investidores estrangeiros e contribuído para o atraso econômico da Amazônia.

Às vezes, as provas apresentadas para reforçar a ideia de um complô chegam a ser simplesmente tolas. Nos anos 90, um mapa que teria sido extraído de um livro de geografia para escolas secundárias norte-americanas mostrava a Amazônia debaixo do controle de um consórcio internacional. O tal mapa continha um texto num inglês macarrônico, gramaticalmente incorreto, escrito por alguém que obviamente não era um nativo, argumentando que, pelo fato de os brasileiros serem um povo "sem inteligência e primitivo", incapaz de administrar a Amazônia, a região deveria ser tomada deles e transformada em uma reserva global.

Durante anos, tanto o governo brasileiro quanto a embaixada estadunidense vêm tentando rebater essa fabricação grosseira sem sucesso. Em vez disso, tem havido a proliferação de outras fábulas improváveis: uma publicação da Universidade de Harvard recomendando o desmembramento do Brasil, a começar pela Amazônia; um general norte-americano dizendo no Congresso que os Estados Unidos deveriam invadir a Amazônia no caso de políticas brasileiras irresponsáveis na área; há ainda um memorando naval, de número 1817, que advoga a "desestabilização" do Brasil, de forma que a Amazônia e o Nordeste possam ser recortados e transformados em repúblicas independentes subjugadas pelos Estados Unidos. Até mesmo Al Gore foi vítima de uma campanha similar. Quando ele ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 2007, a imprensa brasileira

reproduziu suas palavras de que "ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não lhes pertence, é de todos nós". Gore, contudo, nunca disse tal coisa, nem nada semelhante. Essas palavras foram na verdade ditas por um senador republicano, Robert Gasten, em 1989, numa homenagem fúnebre em Washington ao ambientalista Chico Mendes e imediatamente repudiadas por Gore.

Embora seja difícil rastrear propaganda na internet às suas origens, no caso da paranoia da Amazônia a trilha quase sempre leva ao *site* de algum obscuro grupo nacionalista liderado por militares aposentados do SNI, o órgão de espionagem fechado depois da queda da ditadura, em 1985. Inevitavelmente, esses nacionalistas advogam um desenvolvimento econômico acelerado, além de um papel maior para os militares cuja reputação e orçamento encolheram desde então. Outros *sites* do gênero também são operados por grupos da extrema esquerda, como os comunistas, ou outros aliados radicais do governo do PT. No fundo, eles basicamente ecoam a linguagem e os argumentos de seus antigos inimigos e perseguidores na direita, os malucos saudosos pelos velhos e bons tempos da ditadura militar.

Contudo, outro grupo, ainda mais poderoso e influente em anos recentes, também propaga o mito dos estrangeiros cobiçando a Amazônia. Trata-se dos interesses econômicos e comerciais responsáveis pelo grosso da destruição da Amazônia ao longo da geração passada: fazendeiros, madeireiros, mineiros, construtoras, arrozeiros, a maioria dos quais migrados do Sul. Eles se apresentam aos brasileiros como uma versão moderna dos bandeirantes, os pioneiros que desbravaram o interior na época colonial, e proclamam que estão trabalhando para construir um Brasil forte e próspero. Na verdade, porém, muitos deles manipulam os sentimentos patrióticos para forrar os próprios bolsos, e alguns até recorrem à escravidão para montar sua força de trabalho. Como grupos similares nos Estados Unidos, eles também tentam desacreditar cientistas e entidades ambientais, contestando a noção de mudança climática ou negando que as próprias atividades prejudicam a Amazônia.

Ao longo dos anos, tenho comparecido a numerosas audiências públicas em lugares tão longínquos como Altamira, no leste, no rio Xingu, e Porto Velho, no rio Madeira, extremo oeste do país, convocadas para discutir projetos como represas. Sempre tem gente ali distribuindo volantes ou panfletos clamando que os Estados Unidos ou a Comissão Trilateral ou o príncipe Bernhard da Holanda (fundador do WWF) querem controlar a Amazônia. A única maneira de deter a conspiração estrangeira, prossegue o raciocínio, é o fortalecimento da presença

brasileira na região, medida obviamente mais bem atingida com a liberação de um desenvolvimento econômico sem entraves.

É uma estratégia inteligente, que fala tanto ao patriotismo da população local como à sua fome por empregos. O Brasil tem um ativo movimento ambiental próprio, e ambientalistas às vezes vêm ocupando importantes posições no governo. Por exemplo, quando Fernando Collor de Mello se tornou presidente, em 1990, ele nomeou como seu ministro do Meio Ambiente José Lutzberger, ecologista conhecido por sua combatividade; nomeou também como seu ministro de Ciência e Tecnologia José Goldemberg, um físico renomado que se opôs, com grandes riscos pessoais, ao programa nuclear militar. Grupos ambientalistas nutriam então grandes esperanças de uma mudança de política. Collor, contudo, logo se viu envolvido em grande escândalo de corrupção e em 1992, para evitar um *impeachment*, renunciou à presidência. Dez anos mais se passaram antes que outro ambientalista de prestígio ocupasse o posto outra vez.

Enquanto as afiliadas brasileiras de grupos ambientais internacionais como Greenpeace e World Wildlife Fund tentam promover o desenvolvimento sustentável, especuladores de terras, comerciantes de madeiras, fazendeiros, mineiros que arrasam a Amazônia usam o nacionalismo para questionar a credibilidade e o patriotismo dos ambientalistas. Trata-se de um antigo e familiar recurso que remonta à construção da Transamazônica, há mais de quarenta anos.

Com quase 4.500 quilômetros de extensão, grande parte não asfaltada, a Transamazônica é a espinha dorsal de uma ampla rede de rodovias destinadas a ir até as fronteiras do Brasil e a elas levar a presença e a jurisdição do governo federal. Com o seu quilômetro inicial no Nordeste empobrecido, esperava-se também que atraísse à região milhões de camponeses lavradores, assentando-os em terras próprias. Em certa medida, a Transamazônica atingiu esse objetivo, mas também se converteu na principal rota através da qual milhares de camponeses de estados pobres do Nordeste, especialmente Piauí, Maranhão e Ceará, foram atraídos à escravidão, com falsas promessas de empregos bem pagos e oportunidades para melhorar de vida.

O regime militar no poder durante os anos 70 imaginou um programa de assentamento não somente liderando o desenvolvimento econômico, mas também ajudando a manter os camponeses longe dos agitadores marxista-leninistas. Mas os chefes políticos tradicionais da Amazônia, conhecidos como caciques, viam a Transamazônica e a onda de colonos por ela trazidos como uma oportunidade para expandir o próprio poder e riqueza. Lembro ainda de fazer campanhas em barcos, subindo e descendo rios tributários do Amazonas, em

1980, junto ao mais famoso e durável desses caciques: Gilberto Mestrinho, durante muito tempo governador do estado do Amazonas, na época candidato ao Senado, tentando uma volta depois de ter seus direitos políticos suspensos por dez anos por causa de corrupção.

Mestrinho, falecido em 2009, conhecido por ser um cara bom de papo, foi apelidado de "Boto Tucuxi", em alusão a uma lenda amazônica de um golfinho que se transforma em homem e seduz jovens mulheres. A cada parada que fazíamos ao longo do rio, ele honrava sua fama, falando da floresta tropical como um obstáculo ao progresso e crescimento do estado. Os maiores aplausos explodiam quando prometia que, se eleito, forneceria motosserras a todos os interessados. Naquela época, a lei brasileira proibia o comércio de madeira e peles de animal, e ele também jurava eliminar essas restrições e criar uma nova legislação que permitiria aos camponeses lavradores cultivar terras florestais sem limites. Seu objetivo, ele dizia, era criar "um novo Amazonas", no qual os camponeses "não mais serão sufocados pela floresta".

Promessas desse tipo atraíam os habitantes tradicionais da Amazônia, conhecidos como caboclos, termo algo pejorativo, ou mais respeitosamente, como ribeirinhos. Os governos sempre negligenciaram essa gente, e os sofisticados residentes do sul do país os consideravam caipiras, que nem sabiam falar o português corretamente. Sempre tiveram vida difícil e assim continuam até hoje. Muitos deles vivem fora da economia formal, ganhando sua subsistência de uma mistura de pesca, caça, agricultura e armadilhas. Sofrem de doenças tropicais como malária, dengue, leishmaniose e chagas, e morrem ainda jovens. Somente um punhado de gente como a irmã Dorothy, que conheci nos anos 70, adotou a sua causa.

"É duro aguentar aqui no meio do nada, mas este é o único mundo que conhecemos", me disse Sebastião Batista Pereira em 2005, quando visitei a sua cabana de palha numa ribanceira acima do rio Solimões, a poucos quilômetros corrente abaixo de Tefé. Ele se queixava de regulações governamentais que o impediam de caçar os jacarés que comiam os seus porcos e galinhas e ameaçavam os seus filhos. "Não temos lojas, escolas, clínicas médicas, eletricidade, delegacias, policiais, igrejas. Vivemos como os nossos antepassados, ou seja, muito humildemente."

Para incentivar o crescimento e fornecer aos colonos a infraestrutura necessária, a ditadura militar criou em 1966 uma agência chamada Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (sudam). No entanto, ao longo dos anos esse esquema acabou sendo um presente do céu mais para caciques como Mestrinho e

Jader Barbalho, do vizinho estado do Pará, do que para os ribeirinhos supostamente beneficiados. Muitos contratos foram facilitados a amigos e aliados dos chefões, para projetos corruptos, de mínimo uso prático e prejudiciais ao ambiente, de forma que em 2001 o governo federal decidiu extinguir a agência.

No ano anterior, enquanto eu pesquisava uma matéria sobre as dificuldades de fazer o censo na Amazônia, encontrei o que me pareceu um perfeito exemplo do desenvolvimento fracassado, ao estilo amazônico. Um dos recenseadores que eu acompanhei quando eles percorriam o rio Solimões era uma mulher de 26 anos, France Maria de Souza, que aceitara o emprego porque não encontrava trabalho como professora. Viajando de barco, visitamos uma pequena ilha com quase cem crianças, nenhuma das quais ia às aulas pela simples razão de que a construção de uma escola rural fora abandonada quando os recursos se esgotaram. "Eu daria tudo para ser a professora daqui", France me disse pensativa, enquanto íamos de casa em casa. "Mas o dinheiro nunca chega aonde deve. Sempre acaba nos bolsos dos políticos e seus amigos."

Essa paranoia em torno das supostas intenções estrangeiras de arrebatar o controle da Amazônia também tem levado muitos brasileiros a olhar a própria população indígena com profunda suspeita — como uma espécie de quinta coluna. Há muito tempo os nacionalistas se queixam do desinteresse dos grupos tribais em adotar a língua oficial do país e sua cultura, impostas ao longo da história de 500 anos do Brasil, obliterando, por sua vez, a cultura e a identidade daqueles povos indígenas. Mas o problema é especialmente agudo na Amazônia, onde as terras tradicionais de grupos tribais como os ianomâmis e os uaiuais se dividem por fronteiras sem controle.

Sitiados por forças econômicas e sociais desatadas pelo governo na Amazônia desde a construção da Transamazônica, os povos indígenas têm tentado se proteger e à sua cultura, forjando alianças com organizações domésticas e estrangeiras favoráveis à sua causa. Estas abrangem desde a Igreja Católica, por meio de seu Conselho Indigenista Missionário (cimi), a entidades quase ambientais, como a Survival International, até *pop stars* como Sting. Mas os militares e seus simpatizantes nacionalistas tendem a desconfiar dos esforços indígenas em sua autodefesa. Para eles, os índios, cujo *status* legal no Brasil durante muitos anos foi igual o de uma criança, são joguetes de estrangeiros inescrupulosos, os quais, de acordo com esse ponto de vista, estão procurando uma abertura para estabelecer uma presença física na Amazônia e minar o Estado brasileiro.

Em 2002, visitei uma reserva dos ianomâmis, que por milhares de anos têm vivido em ambos os lados do que é hoje a fronteira Brasil-Venezuela. As forças armadas brasileiras há pouco tempo instalaram bases na reserva, chamada Surucucu, contra a vontade dos líderes tribais, que me convidaram para ouvir suas queixas. Os soldados engravidaram pelo menos dezoito meninas ianomâmis e transmitiram doenças venéreas às outras, eles disseram, e tentavam recrutar jovens índios para o exército. Quando escrevi uma matéria detalhando tais abusos, o exército e o Ministério da Defesa me acusaram de ser parte "de uma campanha sistemática e reiterada" para manipular a questão dos ianomâmis com o propósito de despojar o Brasil de sua soberania na Amazônia.

Esse problema tem sido exacerbado pela notável ressurgência demográfica dos povos indígenas ao longo dos últimos quarenta anos. Ninguém sabe quantos índios habitavam a região quando os primeiros exploradores espanhóis e portugueses lá chegaram no século XVI, mas as estimativas calculam 6 milhões, e relatórios da época falavam de grandes e florescentes comunidades pontilhando as margens dos principais rios. Por volta de 1970, contudo, a população indígena já caíra para 200 mil, e alguns defensores da causa indígena preveem o completo desaparecimento de grupos tribais. Mesmo assim, no Censo de 2000, aquele número triplicara, indo a 600 mil, sendo esperado um aumento adicional quando anunciados os resultados do Censo de 2010.

Muitos desses grupos tribais são nômades, vivendo em pequenos núcleos com apenas duas ou três dúzias de integrantes. Para manter a sua forma tradicional de vida, eles não querem abrir mão de seus costumes, precisam de grandes espaços para circular. À medida que cresce a população, novos assentamentos têm sido criados para acomodar mais comunidades e grupos familiares. Isso gerou certa competição pelas melhores terras dentro das áreas designadas como reservas, o que por sua vez levou algumas tribos a solicitar do governo a expansão das fronteiras das reservas e a cessão de mais terras.

Tal exigência causa indignação aos grupos mais interessados em acelerar o desenvolvimento da Amazônia. E opõem os índios contra os fazendeiros, plantadores de soja e outros interesses comerciais que querem desenvolver partes da Amazônia férteis e ricas de recursos. Muitos brasileiros sem nenhum interesse pessoal na briga se mostram inclinados a concordar com os desenvolvimentistas. Em torno de 10 por cento do território brasileiro é hoje designado como reservas de povos indígenas, que mesmo com o seu crescente aumento ainda constituem menos que 1% da população. No densamente populado sul do país, as reivindicações indígenas são respondidas com perguntas: "O que mais eles

querem?" e "Quando vão acabar suas exigências?".
Há dez anos, o governo tentou criar uma nova reserva denominada Raposa-Serra do Sol. Localizada no extremo norte do Brasil, na fronteira com a Venezuela e a Guiana, essa área era terra tradicional dos povos Macuxi e Wapixana. Contudo, arrozeiros, mineiros (diamante e ouro), madeireiros e contrabandistas aos poucos invadiram o território, e um ex-governador chegou a ponto de construir uma casa de fim de semana em terra dentro das fronteiras da reserva. Preocupados com a porosidade da fronteira, os militares se fizeram presentes na área, mas foram grosseiros, arrogantes e desrespeitosos em seu trato com os povos nativos, neles provocando muito ressentimento, como constatei em viagens à zona de conflito em 2004 e 2007.
Por decreto governamental, os índios são os proprietários oficiais da terra. Mas manifestantes brancos, armados com rifles e pistolas, têm bloqueado estradas durante dias com seus carros e caminhões, ameaçando também os chefes indígenas e os pajés. O governo federal nunca quis punir essas violações das leis ou processar os líderes dos protestos. Em vez disso, tem negociado acordos de tal forma esticando o processo legal que até este momento a reserva continua existindo somente no papel.
Não é de admirar, portanto, que alguns povos indígenas ainda resistem ao contato com o mundo exterior. Tais grupos tribais parecem se concentrar na Amazônia ocidental, perto de trechos das fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia, que permanecem subdesenvolvidos. Ao contrário de outros grupos contatados no passado, muitos deles estão cientes de que existem ao seu redor outros modos de vida mais avançados em termos tecnológicos. Eles temem, porém, o que pode acontecer caso tentem se integrar a um mundo além do seu, onde são os donos do próprio destino.
A Fundação Nacional do índio (funai), agência do governo encarregada de lidar e cuidar dos povos indígenas, tinha um corpo de agentes conhecidos como sertanistas, famosos por sua bravura, que se especializaram nos primeiros contatos com as tribos. Há um século seu lema tem sido o mesmo: "Morrer se preciso for, matar nunca". Mas eles sabem que os grupos tribais remanescentes ainda relutam em entregar-se ao mundo de fora, e por essa razão a época do sertanista parece agora chegar ao fim. O mais famoso desses aventureiros intrépidos, Sydney Possuelo, já disse publicamente que lamenta os danos infligidos em muitas das tribos que ele contatou e por isso abandonou o trabalho de campo.
Por ser a Amazônia tão vasta e o controle do governo federal sobre ela tão tênue,

há registros de abusos sociais como escravidão — não só no passado, como em anos recentes. Esse foi um grande problema durante o *boom* da borracha no fim do século XIX e começo do século XX, quando milhares de camponeses pobres foram enviados a plantações remotas na selva para trabalhar em condições que hoje seriam caracterizadas como desumanas. O problema diminuiu somente quando empresas britânicas transferiram sua produção de borracha para o sudeste da Ásia. Mas, à medida que a economia da Amazônia tem se modernizado em anos recentes, com a chegada de agricultura de exportação, corte de árvores e mineração, o velho problema parece ressurgir. Um grupo da Igreja Católica estima que, em dado ano, pelo menos 25 mil pessoas são forçadas a trabalhar nessas indústrias como escravos. E nos últimos anos incursões federais têm libertado mais de mil desses escravos durante cada estação seca.

A escravidão na Amazônia não se enquadra no modelo clássico, no qual pessoas são diretamente compradas e vendidas. Em vez disso, camponeses de estados pobres do Nordeste assinam contratos e são transportados para trabalhar em locais no fundo da selva, com frequência a centenas de quilômetros de estradas, assentamentos ou telefones. Lá chegando, descobrem que não vão receber os salários prometidos, além de pagar preços exorbitantes por comida, alojamento e ferramentas e equipamentos necessários. Como esses itens só podem ser comprados na loja local da empresa, os trabalhadores logo ficam endividados e são proibidos, com frequência ameaçados de morte, de ir embora até que liquidem os seus débitos, os quais, claro, crescem à medida que eles permanecem.

Em 2001, passei mais de um mês percorrendo áreas de rápido crescimento entre os rios Tocantins e Xingu. Vastas extensões onde a selva florescera nos anos 70, quando visitei a região pela primeira vez, se viam agora pontilhadas de fazendas de gado, plantações de castanha, operações madeireiras, serrarias, olarias e produtores de carvão. Grupos religiosos e de direitos humanos que monitoram os abusos na região me disseram que o trabalho escravo era uma parte essencial de todas aquelas atividades, e logo descobri que não exageravam.

Um dos ex-escravos liberados que conheci, Bernardo Gomes da Silva, me contou que ficara preso ali, contra a sua vontade, durante doze anos, trabalhando em quatro diferentes fazendas de gado. "Éramos obrigados a trabalhar das 6 da manhã às vezes até as 11 da noite", ele diz. "Nunca me pagaram nada em todo esse tempo, e ainda alegavam que eu lhes devia dinheiro."

Grande parte do trabalho envolvia a derrubada de árvores em pontos da floresta,

onde os trabalhadores dormiam em cabanas de palha que gotejavam quando chovia. A comida era escassa, boa parte dela estragada, incluindo alimentos impróprios até para o gado. Quando os trabalhadores ficavam doentes, coisa comum, devido ao excesso de trabalho e às epidemias de malária, deles também se cobravam os remédios necessários. Os criadores de casos, sobretudo aqueles que pressionavam para receber os seus salários, eram simplesmente assassinados.

"Não sei ler, e assim talvez uma meia dúzia de vezes recebi ordens de queimar as cédulas de identidade e carteiras trabalhistas de homens que vi na estrada, indo embora", ele disse. "Também encontramos ossuários na selva, mas nenhum de nós jamais falou sobre isso."

Seis anos mais tarde, um governo diferente estava no poder, agora comandado por um ex-líder sindical que se dizia protetor do trabalhador brasileiro. O Brasil, contudo, se encontrava em meio a um *boom* de exportação, e, quando voltei aos estados amazônicos do Pará e Maranhão, por insistência de grupos antiescravidão, dessa vez viajando rumo ao leste do rio Tocantins, constatei que pouco havia mudado. A paisagem era pontilhada por centenas de fornos de barro, fáceis de ver da estrada por causa dos rolos de fumaça que soltavam no ar. Com frequência consumindo madeira ilegalmente adquirida, os fornos, usando trabalho escravo, produzem carvão vegetal, depois transportado às siderúrgicas de Marabá, uma cidade poeirenta e rude de 250 mil habitantes às margens do Tocantins. Ali o carvão é usado para fazer ferro-gusa, componente básico do aço, que é então enviado aos Estados Unidos e à Europa, onde é usado na fabricação de carros e eletrodomésticos.

"Os fornos de carvão são ainda piores que as fazendas, posso lhe dizer da minha própria experiência", me disse José Alves de Souza, 30 anos, que fora escravo ainda adolescente, numa entrevista que fiz com ele em uma cidade chamada Açailândia. "Você trabalha cercado de guardas armados, que podem te matar, tem doença para todo lado, só come arroz e feijão cheios de vermes, e eles te forçam a trabalhar longas horas só de bermudas e sandálias, sem nenhuma proteção contra o calor ou o fogo."

Depois de quase dez anos em cativeiro, Souza e um irmão surdo-mudo decidiram fugir. "Tivemos de percorrer 100 quilômetros de selva para chegar à estrada", disse Souza, cuja história foi checada por um grupo antiescravidão ativo na área. "Nós nos cansamos de ser enganados e decidimos não mais tolerar aquilo. Eles mentem e mentem, e você não tem como reagir, protestar, conseguir justiça."

A reação do governo brasileiro à presença de trabalho escravo na Amazônia, tão prejudicial à imagem internacional do país, tem sido contraditória. A seu favor, ao longo dos últimos quinze anos tem reforçado o combate ao fenômeno, invadindo fazendas e operações madeireiras e mineiras onde trabalhadores ficam contra a sua vontade, e obrigam os responsáveis a pagar salários atrasados. Mas tudo isso tem sido de forma relutante e incompleta, em muitos casos respondendo a ameaças de boicotes de grupos antiescravidão e de consumidores do exterior. Com frequência, o governo também desfere golpes verbais aos seus críticos estrangeiros e seus motivos, num claro esforço para neutralizar opiniões negativas e conseguir apoio dentro do país.

Na opinião do governo brasileiro, da mesma forma que aqueles preocupados com o ambiente planejam secretamente tomar a Amazônia, críticos estrangeiros da escravidão são meros protecionistas invejosos do crescente sucesso brasileiro na exportação de seus produtos para os Estados Unidos e outros países industriais e estão determinados em bloquear o acesso do Brasil a esses mercados. "Quanto mais competitivo for nosso país, mais entraves nos serão colocados", disse Luiz Furlan, ministro da Indústria e do Comércio, durante o primeiro governo de Lula, quando surgiram as primeiras queixas contra o ferro-gusa na Amazônia. "Os países vão melhorando e acabam incomodando setores que estavam acomodados."

Essa atitude é talvez compreensível num ministro cujo dever principal é promover as exportações brasileiras a qualquer custo. Mas no Ministério do Trabalho, cujas responsabilidades incluem a proteção dos trabalhadores brasileiros, as reações ao trabalho escravo na Amazônia não têm sido muito diferentes. Quando um subcomitê da Câmara de Deputados americana anunciou intenções de promover audiências sobre práticas trabalhistas injustas na indústria brasileira de ferro-gusa, Luis Marinho, então ministro do Trabalho, disse claramente a Washington que cuidasse dos próprios negócios. "O congresso norte-americano que se preocupe com os norte-americanos", disse Marinho, que foi presidente da maior federação trabalhista do país antes de entrar para o governo. "Do trabalho brasileiro, nós damos conta."

Só que o ministro do Trabalho nunca se mostrou competente para lidar com a praga do trabalho escravo. Eu viajei com as equipes móveis de fiscalização do Ministério, em ambos os estados onde os trabalhadores são recrutados e retidos contra a sua vontade, quando pude constatar como os inspetores são corajosos e comprometidos com a sua missão. Mas quase sempre eles não têm dinheiro suficiente, equipamento ou proteção, o que limita a sua habilidade no trabalho a

ser feito. A polícia poucas vezes está disponível ou pronta para acompanhar os inspetores, alguns dos quais foram baleados ou assassinados pelos pistoleiros a serviço dos fazendeiros e outros donos de escravos. Com frequência, as missões são adiadas ou suspensas porque as equipes não têm suficiente gasolina para os seus veículos ou porque um deles quebrou e as peças de reposição não são encontradas.

Esse problema também afeta o trabalho de campo das unidades do ibama e da funai. Aquele problema maior, por sua vez, de novo sugere o enigma fundamental que aflige a condução brasileira da Amazônia. O próprio governo, confrontado com apertos orçamentários comuns num país em desenvolvimento, não tem a capacidade de fazer tudo o que precisa ser feito para proteger a Amazônia e os que lá vivem. Entretanto, devido ao temor de ver a sua soberania na região ainda mais enfraquecida, o Brasil não quer que estrangeiros tenham um papel ativo, nem mesmo quer aceitar a sua assistência financeira. Tal atitude fortalece a mão de poderosos interesses domésticos que controlam a Amazônia e seus aliados na bancada rural do Congresso, alguns dos quais são donos de propriedades onde se usa trabalho escravo.

Entretanto, nos últimos dez anos tem se dado uma revelação positiva na Amazônia, ou seja, o surgimento de uma nova geração de líderes mais esclarecidos em alguns cantinhos da região. Os primeiros sinais encorajadores vieram do Acre, pequeno estado no extremo oeste onde Chico Mendes, o líder ambientalista e dos seringueiros, conhecido internacionalmente, trabalhou e foi assassinado, em 1988. Um dos seus aliados, Jorge Viana, lá se elegeu governador em 1998, quatro anos depois que outro de seus associados, Marina Silva, filha de um seringueiro que cresceu na selva, foi eleita senadora. Ambos pertenceram ao PT, na época na oposição, e eram naturais do estado, ao contrário de muitos fazendeiros e madeireiros que afluíram à área.

Juntos eles trouxeram uma nova perspectiva à Amazônia. Em vez de considerar a floresta tropical como um obstáculo à prosperidade do Estado, nela viam uma fonte de crescimento desde que tratada de forma apropriada. Criaram novas políticas destinadas a inibir a devastação da floresta para dar lugar a mais fazendas de gado, que empregam pouca gente. Estimularam projetos de longo prazo baseados na sustentabilidade econômica da floresta. Isso incluía incentivos financeiros e garantias de mercados para encorajar os caboclos a voltarem ao cultivo da borracha. Um projeto particularmente interessante que eu visitei, em Xapuri, terra de Chico Mendes, envolvia a fabricação de "camisinhas verdes", feitas de borracha cultivada em plantações com certificados ambientais. A

mesma cooperativa tinha um contrato garantido para fornecer borracha à fábrica de pneus italiana Pirelli.

Como indicava o envolvimento da Pirelli, o governo do Acre não tinha medo de deixar de lado a xenofobia tradicional e forjar parcerias com estrangeiros. A primeira vez que falei com Jorge Viana, no seu escritório na capital do estado, a cidade de Rio Branco, ele me disse que seu objetivo era "fazer do Acre a Finlândia da Amazônia", o que significava usar os recursos da vasta floresta para expandir os serviços e exportações de produtos refinados. Para esse fim, numerosos grupos ambientais e universidades dos Estados Unidos e da Europa se candidataram mandando pesquisadores ao Acre para ajudar em projetos designados a comercializar plantas locais para usar em perfumes, bálsamos e remédios. O desmatamento caiu dramaticamente, subindo de forma considerável a renda de agricultores e seringueiros, fato que despertou interesse entre grupos de camponeses em outras partes da Amazônia.

Quando Lula se tornou presidente em 2003, havia esperança que esse novo enfoque poderia se espalhar a outras áreas. Os ambientalistas haviam integrado o grupo de fundadores do PT, e como ministro do Ambiente Lula escolheu Marina Silva, o que aumentou aquele otimismo. Rapidamente, porém, Lula se mostrou um defensor do desenvolvimento em primeiro lugar, o ambiente em segundo. Marina Silva conseguiu evitar o término do asfaltamento da BR-163 que corre através do coração da Amazônia e encabeçava os desejos dos plantadores de soja ansiosos em expandir as suas atividades mais fundo na floresta. Mas ela perdeu a maioria das grandes batalhas, enquanto Lula optava com frequência por alinhar-se com seus ministros de Agricultura e Comércio e Indústria, que viam a Amazônia como um celeiro para o mundo e uma fonte exportadora a novas potências industriais emergentes na Ásia. Em 2008, depois de anos de frustração, Marina Silva finalmente se demitiu.

Enquanto isso, contudo, outros líderes cuja perspectiva era compatível com o desenvolvimento sustentável e a cooperação com os movimentos ambientais internacionais já haviam ocupado o cenário. O mais importante deles era Eduardo Braga, governador do estado do Amazonas, o maior do Brasil, com um território superior ao da França, da Alemanha, da Grã-Bretanha e da Itália combinados. Um dos problemas que Viana e Marina Silva haviam tido era o pequeno tamanho do seu estado, sempre à margem dos acontecimentos. O Amazonas, em contraste, responde pela maior porção da Amazônia, e até seu nome lembra a região. Durante uma entrevista, Braga me explicou: "Quando viajo ao exterior as pessoas acham que sou governador da Amazônia inteira".

Braga nomeou Virgílio Viana, um proeminente ecologista de São Paulo, como Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e também deslanchou o programa Green Free Trade Zone, para garantir esforços encorajando ribeirinhos a cultivar borracha, plantas medicinais e fragrâncias, como alternativas para o desmatamento ou migração para Manaus, capital do estado, que abriga três quartos dos 2,5 milhões de habitantes do estado. O cultivo da soja já causara um rápido desmatamento em Mato Grosso, o estado vizinho mais ao sul, e o objetivo de Braga era fornecer uma alternativa econômica que bloquearia a sua expansão no canto sudeste do Amazonas.

Reeleito em 2006, Braga, um empresário que pertence a um partido aliado ao presidente, mostrou-se também inovador em seu segundo mandato. Pouco depois de assumir o poder, ele assinou o primeiro estatuto brasileiro para combater a mudança do clima, em uma cerimônia em Manaus à qual compareci. Aquela medida pioneira confere um valor monetário ao que agora é conhecido como "desmatamento evitado" e permite aos ribeirinhos e às tribos indígenas receber compensação por "serviços ambientais" que forneçam ao estado e ao mundo, não destruindo a floresta. Em outras palavras, governos estrangeiros e grupos ambientais internacionais foram abertamente recrutados como financiadores, avalistas e monitores da manutenção da floresta. Os habitantes da Amazônia não mais depredariam a floresta, e em troca patrocinadores mais ricos do norte lhes pagariam por isso.

Braga deu esse passo ousado, de pedir o envolvimento de estrangeiros, apesar da ativa oposição de setores poderosos do governo, sobretudo o Ministério de Relações Exteriores. No Brasil, como em outros países, a política exterior tende a refletir as preocupações internas e as prioridades e pressões de eleitorados regionais. Não é de admirar, portanto, que a posição brasileira nas discussões internacionais sobre mudança climática tem espelhado seus temores, reais e imaginários, sobre a Amazônia. Ao longo dos anos, governos brasileiros, não importando a ideologia do partido no poder nem o ministro de Relações Exteriores no comando, sempre resistiram a qualquer acordo internacional que permitiria compensação por evitar desmatamento.

Essa resistência ficou clara durante as negociações patrocinadas pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, que resultaram no Protocolo de Kyoto em 1997, e continuaram na primeira década deste século. Embora seja um dos maiores poluidores ambientais do mundo, o Brasil tradicionalmente tem combatido qualquer medida que forçaria os países em desenvolvimento a conter suas emissões ou, no mesmo sentido, tomar providências para controlá-las, com

frequência agindo junto com a China para bloquear tais esforços.
"Todos sabemos que os países ricos são responsáveis por 60 por cento das emissões de gás, e, portanto, precisam assumir responsabilidades", disse o presidente Lula numa reunião do G-8, em 2007. "Não aceitamos a ideia de que os emergentes é que têm de fazer sacrifícios, inclusive porque a pobreza já é um sacrifício."
Comparada ao enfoque nada delicado da administração Bush, a estratégia do Brasil era mais sutil e, portanto, mais efetiva. Mas o resultado foi quase tão danoso. Em vez de deixar abertamente as negociações e assim prejudicar a sua imagem internacional, como fez o governo Bush, o Brasil permaneceu dentro do processo, participando das conversas e ao mesmo tempo bloqueando qualquer progresso. Por causa dessa postura, ganhou várias vezes o prêmio de "Fóssil do dia", concedido por grupos ambientais que também contemplaram os governos obstrucionistas dos Estados Unidos e da Arábia Saudita.
Por exemplo, o Brasil havia tempos tentava sabotar os esforços para um acordo internacional para criar qualquer mecanismo de créditos de carbono baseado em forças de mercado, a chamada legislação *cap and trade* que o Partido Republicano também está combatendo. Esta é uma proposta apoiada pela maioria dos países em desenvolvimento, que seriam os principais beneficiários dos recursos dos países industrializados, seja na forma de dinheiro, ou assistência técnica, ou ainda benefícios comerciais, como uma compensação pelos gases estufa que as indústrias e automóveis dos países ricos produzem. O Brasil, contudo, tradicionalmente tem estado a favor de outro sistema, no qual as nações mais prósperas do mundo contribuiriam para um fundo administrado pelos próprios países em desenvolvimento, para projetos que estes considerem mais necessários, em lugares mais vulneráveis.
A maioria dos governos e organizações ambientais que tratam habitualmente com o Brasil tem dúvidas fundamentais sobre essa proposta, ou a rejeitam de cara. No entanto, estão conscientes de que não pode haver um progresso real e efetivo na mudança de clima, a não ser que o Brasil esteja totalmente envolvido, cooperando, e por essa razão eles têm expressado as suas preocupações em surdina. Porém, pelo que dizem em privado, está claro que a proposta brasileira não pode funcionar porque doadores nunca concordarão com ela.
O principal problema é a falta de fiscalização. Conhecida a história de programas governamentais para melhorar as condições de vida na Amazônia, os doadores estrangeiros não estão dispostos a oferecer centenas de milhões de dólares, sem poder dar um palpite em como e onde o dinheiro será gasto. Mas a

sua insistência na prestação de contas como condição *sine qua non* para qualquer transferência monetária bate de frente com o argumento tradicional brasileiro: qualquer opinião estrangeira sobre a Amazônia constitui "ingerência" que "feriria a soberania do Brasil".

Com base na teoria que a melhor defesa é um forte ataque, o Brasil tem também se voltado contra as principais nações industriais que vêm se queixando da errática administração da Amazônia feita pelo governo brasileiro. Como Lula disse em 2008, "O que não podemos aceitar é que aqueles que fracassaram nos cuidados de suas próprias florestas, que não preservaram o que tinham, desmataram tudo e são responsáveis por grande parte dos gases lançados na atmosfera e pelo efeito estufa, eles não deveriam meter o nariz em assunto alheio e dar palpite". Está é uma posição popular no Brasil que também evoca os sentimentos de culpa entre os simpatizantes verdes nos Estados Unidos e na Europa.

Essa posição deu ao Brasil alguma cobertura e força enquanto Bush esteve no poder e bloqueou qualquer esforço de ir além do Protocolo de Kyoto, que ele mesmo se recusou a assinar. Mas, tão logo Obama assumiu a Casa Branca, a posição obstrucionista do Brasil ficou mais difícil de defender ou justificar. Lula e seu governo apontaram para uma redução substancial no desmatamento como prova de que estão agindo com maior vigor, mas esses números devem ser tratados com certa cautela. Tradicionalmente, os números anunciados todo mês de julho correspondem a flutuações mais relacionadas com o estado da economia do que com políticas ou ações governamentais. Quando as épocas são boas e a economia se expande, o desmatamento aumenta, e quando as épocas são magras e a economia se contrai, o desmatamento diminui.

Por todas essas razões, a mudança de atitude demonstrada pelo Brasil durante a conferência de Copenhague sobre mudança climática, em dezembro de 2009, é um sinal de esperança. Um mês antes do início da reunião, o Brasil indicou um recuo de sua intransigência anterior, prometendo fazer grandes cortes nas emissões de carbono ao longo da próxima década. Tal flexibilidade foi premiada pela inclusão do Brasil, junto com a China, índia, África do Sul e eventualmente os Estados Unidos, nas discussões paralelas à conferência. Isso resultou num projeto de convênio conhecido como o Acordo de Copenhague, que, entre outras coisas, reconhecia "o papel crucial da redução de emissões de desmatamento e degradação da floresta e a necessidade de aumentar a remoção das emissões de gases estufa pelas florestas", através de um mecanismo a ser financiado por países desenvolvidos.

Os brasileiros argumentam que essa sua mudança de política aumentou a pressão em cima de seus aliados China e índia para que trilhem o mesmo caminho. Mas, como foi notado pelos críticos, aquele acordo lateral, modesto em seus objetivos, não tem uma estrutura legal, e não foi adotado pela conferência como um todo, não contendo compromissos compulsórios para a redução das emissões de dióxido de carbono ou outros gases estufa. Além disso, o Brasil está somente prometendo "reduções voluntárias" como um "gesto político" para envergonhar as nações ricas do norte, e levá-las a aceitar cortes maiores nas emissões. O Brasil continua também a rejeitar a ideia de "metas vinculadas" de qualquer espécie para países em desenvolvimento. Finalmente, para o Brasil atingir o objetivo pelo qual tem lutado, o desmatamento terá de declinar 80 por cento por volta de 2020, o que representa uma formidável tarefa.

Assim, teria sido irreal esperar uma dramática alteração da postura brasileira quando Lula deixou o poder, em 2011 — algo que aconteceu na passagem de Bush para Obama. Além de Marina Silva, nenhum dos candidatos à sucessão de Lula estava estreitamente identificado com o movimento ambiental. Além do mais, nenhum presidente brasileiro pode se dar o luxo de sacrificar crescimento e desenvolvimento só para garantir a preservação da Amazônia. Mas nenhum político nunca ganhou uma popularidade significativa, fora de alguns poucos bairros de classe alta no Rio de Janeiro ou São Paulo, defendendo a necessidade de contenção na Amazônia. Em sua grande maioria, os brasileiros continuam considerando a região como um tesouro de recursos que devem ser extraídos para o beneficio da nação, e esperam que seus líderes pensem da mesma forma. Espera-se, portanto, do tema amazônico, nos próximos anos, o mesmo de sempre: esforços que apenas roçam brandamente o problema, levando a um progresso limitado, mas a nenhuma solução fundamental.

O Brasil tem prometido amplas mudanças em sua política amazônica, que deve ser posta no lugar ao longo da próxima década. O governo merece elogios por finalmente demonstrar coragem e vontade de engajar o resto do mundo num tema sensível que hoje não mais pertence ao Brasil de forma exclusiva. Contudo, e em vista das promessas não cumpridas e programas fracassados que se alastram pelo passado da Amazônia, vale a pena também lembrar a frase que Ronald Reagan citou durante outro tipo de negociação que também tinha implicações de segurança mundial: "Confie, mas verifique".

9 Virando "um país sério"

Em 2 de outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional (I0C) concedeu os Jogos Olímpicos de 2016 à cidade do Rio de Janeiro, que ganhou de Chicago, Madri e Tóquio, apesar dos apelos pessoais do presidente americano Barack Obama e dos primeiros-ministros da Espanha e do Japão. O então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, também foi a Copenhague fazer *lobby* pelo seu país. Quando ele falou aos jornalistas brasileiros depois do anúncio oficial do Comitê Olímpico, tão emocionado estava que rompeu em lágrimas e precisou de um lenço para secar os olhos.

"Hoje é o dia em que eu senti muito mais orgulho de ser brasileiro do que eu já sentia", ele disse, seus comentários transmitidos ao vivo no Brasil. "Hoje o Brasil conquistou sua cidadania internacional. Hoje quebramos a última coisa de preconceito que tinha contra o nosso país. Acredito que hoje é um dia para celebrar, porque saímos do patamar de segunda classe para a primeira. Hoje ganhamos respeito. Provamos ao mundo que nós temos competência de fazer uma Olimpíada, que somos cidadãos."

Para entender a reação emocional de Lula, precisamos voltar ao começo dos anos 60, quando o Brasil e a França se envolveram numa briga sobre direitos de pesca em águas costeiras. Muito irritado, Charles de Gaulle, o então presidente francês, teria dito, queixoso, "que o Brasil não é um país sério". A verdade é que ele provavelmente não disse nada disso e que um repórter brasileiro em Paris interpretou erroneamente o comentário casual de algum diplomata. Mas a frase *le Bresil n' est pas un pays sérieux* pegou tão mal, tão fundo feriu a própria imagem do Brasil e suas aspirações de desempenhar um papel maior no cenário mundial, que acabou entrando para o folclore político nacional como uma espécie de bordão. Ainda hoje, sempre que o Brasil experimenta o que percebe como uma leve reprimenda de outras nações de maior poder ou prestígio — ou, quando alguém se comporta de uma forma tão absurda ou frívola que faz com que o país seja visto lá fora como uma nação de gente leviana —, a crítica contida na frase do general de Gaulle é ressuscitada.

Se existe alguma coisa que o Brasil deseja acima de tudo nas suas relações com o resto do mundo é ser levado a sério, sobretudo pelos países que tem na conta de grandes poderes. Os brasileiros consideram sua nação destinada à grandeza, e anseiam pelo respeito de outros, coisa que interpretam como uma confirmação da própria crença na grandeza do país. A imagem do Brasil como a terra do futebol e do samba, de praias e belezas em biquínis, e só isso, irrita e constrange os seus cidadãos. Se alguma publicação americana ou europeia derrapa e escreve que Buenos Aires é a capital do Brasil ou sugere que os brasileiros falam espanhol, a reação no Brasil é intensa. Quando um chefe de Estado comete uma gafe semelhante, como Ronald Reagan fez em 1982, quando, num jantar oficial em Brasília, levantou um brinde ao "povo da Bolívia", os lamentos sobre a falta de *status* global do Brasil — e a falta de conhecimento e consideração pelo país externada lá fora — podem às vezes se tornar ensurdecedores.

Como resultado, o objetivo subjacente do Brasil em seus tratos com países estrangeiros não é tanto defender interesses comerciais ou de segurança (embora estes também sejam importantes) e sim obter seu respeito. Por trás da calidez com a qual os brasileiros tipicamente tratam os visitantes — pois a noção do "brasileiro cordial" é também uma parte essencial da identidade nacional — reside uma profunda insegurança. Há mais de cinquenta anos, o dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues, um dos mais astutos observadores do caráter nacional, escreveu que os brasileiros padecem do que ele chamou de *o complexo de vira-lata*. O termo evoca a imagem de um animalzinho assustado, que revira as latas de lixo à procura de migalhas e restos. Nelson usava essa analogia porque via os brasileiros como sofredores de um complexo de inferioridade que estraga sua autoestima e envenena sua habilidade para lidar com gente de fora numa base de respeito mútuo e igualdade.

Tal comportamento se explicaria como reação natural de uma nação que vê a si própria como um sócio que chega um pouco atrasado ao clube dos grandes poderes. Como os Estados Unidos, o Brasil é um país jovem, mas carente de muitos dos instrumentos convencionais através dos quais o poder é expresso. Durante grande parte de sua história tem sido um típico país em desenvolvimento, forçado a se concentrar na ocupação do seu vasto território e na luta para alimentar, abrigar e educar seu povo. Suas forças armadas sempre foram fracas e mal equipadas, e sua diplomacia tímida, embora com um serviço exterior extraordinariamente capaz. Mesmo com sua dimensão e recursos, o comportamento do Brasil no quadro internacional tem sido historicamente o de um país muito menor, hesitante e inseguro. Um ex-embaixador norte-americano

em Brasília certa vez me disse, usando uma analogia do boxe, que o Brasil é um país que consistentemente "golpeia debaixo de seu peso".

O desejo ardente pelo respeito alheio revelou-se muito claro ao longo da campanha para levar o maior evento esportivo do mundo, a Olimpíada, para a América do Sul, pela primeira vez. O governo brasileiro havia tempos fazia um *lobby* constante e incansável em nome do Rio de Janeiro, e, quando se divulgou a decisão, numa sexta-feira à tarde, centenas de milhares de pessoas fluíram à praia de Copacabana para comemorar. Brandiam a bandeira verde e amarela e a de seus times de futebol, soltavam fogos de artifício, jogavam confete no ar, dançavam e cantavam ao som das baterias de samba, beijavam-se e se abraçavam, enquanto o anúncio e a reação de Lula eram vistos numa tela gigante.

Mas aquela resposta entusiasmada deixou claro também que muitos brasileiros comemoravam algo que, em suas mentes, ia muito além da competição para hospedar o evento esportivo. Viam o seu triunfo também como uma confirmação do mundo do seu *status* como um poder em ascensão. Houve até quem falasse de uma "consagração" que permitiria ao Brasil armar uma festa para formalizar o seu novo *status*, como fez o Japão em 1964 com a Olimpíada de Tóquio, e a China com a Olimpíada de 2008, em Pequim. "Nosso momento finalmente chegou", uma mulher exultante, cara pintada com as cores nacionais, dizia às câmeras de televisão. "Para os outros competidores, teria sido só outra olimpíada. Mas para nós é uma oportunidade que nunca tivemos antes para mostrar ao mundo do que somos capazes, de fortalecer nossa autoestima e lograr novos avanços."

Esse mesmo desejo pelo reconhecimento e apreço de outras nações ajuda a explicar a forma entusiástica como o Brasil recebeu sua classificação como um membro do bric, junto com a Rússia, a índia e a China. O bric é essencialmente uma construção artificial, elaborada em 2003 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, uma ferramenta de *marketing* de Wall Street, mais do que qualquer outra coisa, e ignora as significativas diferenças culturais e políticas de seus integrantes. Mas os brasileiros estão emocionados, até mesmo lisonjeados, ao serem colocados com a Rússia, Índia e China como poderes econômicos em ascensão no século XXI, capazes de mudar o equilíbrio do comércio global, em vez de ser confundidos, como tem sido o caso no passado, com a Argentina, Colômbia e Venezuela. Tenha ou não um sentido objetivo, aos ouvidos brasileiros o termo "bric" tem um som mais agradável que "nação em desenvolvimento" ou "país emergente", expressões muito aplicadas ao Brasil no

passado.
Contudo, essa fome de ser classificado como um país sério, membro apreciado do que se considera, de certa forma ingenuamente, uma espécie de clube da nova geração de grandes poderes, às vezes tem levado o Brasil a se exceder e dar passos em falso, que acabam minando aquelas mesmas ambições. Um exemplo disso é o programa nuclear brasileiro, que criou fricções e suspeitas desnecessárias e facilmente evitáveis nas relações com amigos e aliados; outro exemplo é o programa espacial do país, que se converteu num verdadeiro constrangimento. Uma campanha de dez anos para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas mal chegou perto de seu objetivo, e várias outras iniciativas e políticas também falharam. Para o Brasil, a estrada rumo à grandeza tem sido com frequência semeada com iniciativas mal concebidas ou executadas de forma inepta. O mais recente desses projetos foi o fracassado esforço conjunto com a Turquia, em maio de 2010, para evitar um confronto internacional com o programa nuclear do Irã através de um acordo no qual este país enviaria combustível nuclear ao exterior em troca dos Estados Unidos e seus aliados no Conselho de Segurança concordarem em não impor sanções a Teerã.
Há muito tempo o Brasil se considera um país injustamente depreciado ou desacreditado, e os brasileiros às vezes percebem desfeitas que não são intencionais ou se ofendem com insultos imaginários. Estrangeiros que travam contato com o país pela primeira vez quase sempre não captam essa hipersensibilidade, incapazes que são de enxergar mais além do exterior afável e cordial dos brasileiros que conhecem, e às vezes dão mancadas e afrontam sem querer. Essa insegurança, de raízes profundas, e a propensão para se sentir esnobado e afrontado podem emergir nos mais inesperados momentos e contextos.
Na condição de uma nação de dimensões continentais, o Brasil tradicionalmente tem se definido e comparado não com seus vizinhos menores, mas com Estados maiores e poderes regionais em outras partes do mundo. Esse foco no longínquo tem provocado amplas brechas no entendimento brasileiro dos países vizinhos e um sentido de superioridade em relação a muitos deles, especialmente Argentina, Bolívia e Paraguai. Por exemplo, tenho ouvido com frequência brasileiros chamando os argentinos de gringos, e até mesmo se referindo aos residentes de países latino-americanos com uma população predominantemente indígena, como *cucarachas*, termo inspirado na canção mexicana sobre baratas. Em termos psicológicos, é quase como se o Brasil tivesse vivido toda a sua

história de costas para o resto da América Latina, seus olhos fixos nos centros mais distantes de cultura e poder aos quais aspira.

Inicialmente, esse olhar se dirigia à Europa, embora não tanto ao país-mãe, Portugal, com frequência alvo de piadas, mas à França. Mais que qualquer outro lugar, a França forneceu ao país de independência recente um modelo tão desejado. Considerava-se a cultura francesa, as roupas e os costumes como o máximo do refinamento; muito se valorizava uma educação francesa ou uma viagem à Paris, palavras francesas se incorporavam ao português falado na Corte Imperial, ela própria um ramo da casa francesa de Orleans. Brasileiros bem formados preferiam, como língua estrangeira, falar francês, claro, e famílias das altas classes brasileiras, incluindo a do imperador, tentavam casar os seus filhos com jovens membros de ilustres famílias francesas. Até mesmo ondas subsequentes de imigrantes da Itália e da Alemanha pouco fizeram para alterar esse fascínio com tudo o que é francês.

Em anos recentes expandiram-se os horizontes do Brasil na direção de pontos muito mais distantes, como Japão, China e índia. Mesmo com as origens negras da maioria da população, o *establishment* brasileiro evita qualquer comparação com a África, vista como um continente fracassado e inferior, só servindo como mercado para produtos brasileiros, nada oferecendo além disso. Por outro lado, os três modernos e maiores poderes asiáticos inspiram curiosidade e admiração porque oferecem diferentes modelos para tirar da pobreza e do subdesenvolvimento países fragilizados e projetá-los na comunidade de nações industrializadas. No caso do Japão, os laços são fortalecidos pela presença da maior comunidade de descendentes de japoneses fora do Japão, os quase 2 milhões de brasileiros que podem reivindicar algum grau de ascendência nipônica.

Contudo, de forma crescente, no século passado os Estados Unidos se tornaram o foco principal de atenção do Brasil quando este se vê em relação ao mundo exterior. Há muitas razões para isso, começando com certas similaridades superficiais entre as duas nações mais populosas do hemisfério ocidental. Tanto o Brasil como os Estados Unidos são países de dimensões continentais, construídos por pioneiros empreendedores, que enfrentaram todo o tipo de perigos e privações para povoar o vasto interior: a saga da conquista do Oeste Americano ressoa tão forte no Brasil que ainda hoje o termo *faroeste* é usado para descrever um assentamento de fronteira ou qualquer situação tumultuada ou violenta.

Ambos os países também tiveram de lutar para superar o legado negativo da

escravidão e o extermínio dos povos nativos que originalmente habitavam seu território; e ambos os países tiveram seu caráter moderno forjado por milhões de imigrantes que lá chegaram de todos os cantos do mundo. Além disso, eles criaram identidades que permanecem apostas à vasta massa de falantes em espanhol, pouco além de suas fronteiras.

O Brasil e os Estados Unidos são também sociedades cujo marco central é o otimismo construído sobre a noção de que quase tudo é possível, que o mais modesto cidadão pode chegar ao alto da pirâmide. Em ambos os países, isso tem se traduzido como algo excepcional, a sensação de viver numa nação abençoada por Deus, com um papel histórico único a desempenhar. O destino manifesto, ideia bem americana, é um conceito que os brasileiros entendem e apreciam, embora não usem esse termo.

Mas o foco do Brasil nos Estados Unidos, que em certos setores virou uma espécie de obsessão, se origina também de outros fatores. Precisamente porque os dois países parecem compartilhar muitas características, os Estados Unidos com frequência acabam sendo um instrumento pertinente de avaliação, oferecendo mais pontos de comparação que outros lugares. Ainda assim, por causa do fato de que os Estados Unidos cresceram a ponto de se tornar uma superpotência mundial, o Brasil ficando atrás, o sucesso americano resulta quase uma reprimenda para alguns brasileiros. Nas discussões de suas próprias deficiências, seja material, seja moral, eles citam com frequência esse sucesso para medir suas conquistas ou justificar seus fracassos. Se o índice de homicídios com armas de fogo no Rio ou em São Paulo é alarmantemente alto, por exemplo, qualquer discussão ou problema cedo ou tarde acaba mencionando estatísticas de Nova York ou Los Angeles, numa tentativa de argumentar que as coisas poderiam ser piores.

Essa mentalidade, é claro, complica as relações entre os dois países, de maneira que a maioria dos americanos não percebe ou nem pensa sobre o assunto — o que só agrava a ofensa na opinião dos brasileiros. Milhões de brasileiros admiram os Estados Unidos e acham inspiradora sua ascensão, com base na teoria de que "se eles podem conseguir, por que nós não podemos?" Existe, porém, outro pensamento local que vê a história como um jogo de soma nula e argumenta que o êxito americano foi conquistado à custa do Brasil. Alguns intelectuais, sobretudo da esquerda, vão mais longe e afirmam que os Estados Unidos sempre estiveram, desde os primeiros dias de sua existência, engajados num esforço para impedir o Brasil de atingir a grandeza que de outra forma seria o seu destino. Não se trata aqui de uma escola de pensamento marginal, mas de

uma corrente expressa por historiadores respeitados como Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor de livros como *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, publicados por grandes editoras e adotados para estudos em universidades e também nos programas de treinamento dos jovens diplomatas formados pelo Itamaraty.

Talvez o exemplo mais extremo e curioso de tal fenômeno, do ponto de vista norte-americano, seja o debate interminável sobre quem merece o crédito de haver feito o primeiro voo. Os brasileiros afirmam que o avião foi de fato inventado não pelos irmãos Wright, mas por Alberto Santos-Dumont, o filho de um cafeeiro milionário, que passou a maior parte de sua vida em Paris. No Brasil, os irmãos Wright são tidos como uma fraude, dois enganadores que, querendo se fazer ricos, roubaram o crédito a Santos-Dumont, que pilotou o primeiro voo público de um avião em 1906, três anos depois do voo dos irmãos Wright com o seu Kitty Hawk. O brasileiro fez os desenhos para suas invenções, incluindo o *aileron* e o hidroplano, disponíveis para todos os interessados, sem objetivos de lucro pessoal. O voo dos irmãos Wright com o Kitty Hawk em 1903, por outro lado, teria sido feito em segredo, sem verificação, auxiliado por uma catapulta, e portanto sem validade.

Cem anos depois, Santos-Dumont continua sendo um herói nacional, um símbolo de como o mundo agiu mal com o Brasil. Sua imagem, habitualmente mostrando-o com um chapéu-panamá e colarinho alto e duro, seu traje favorito, é onipresente por todo o país. Ele e seu avião denominado 14-Bis aparecem em cédulas de dinheiro e dezenas de canções, poemas, pinturas e livros, que celebram os seus feitos. Um dos dois aeroportos do Rio leva o seu nome, bem como ruas, praças e escolas, onde estudantes aprendem que a insistência norte-americana em honrar os irmãos Wright, nas palavras de um livro didático, "é desonesta e desrespeitosa com o Brasil". Mais tarde, Santos-Dumont suicidou-se, e sobre os americanos recaiu a culpa pelo fato. É que ele teria ficado inconsolável ao ver sua invenção usada com objetivos militares, além de não haver recebido o reconhecimento que lhe era devido.

A maioria dos norte-americanos nunca ouviu falar de Santos-Dumont e se mostra chocada com a veemência dos brasileiros na defesa do seu herói, ou, dando outro exemplo, quando alegam que os Estados Unidos tratam de minar seu controle da Amazônia. Isto, claro, é parte de um padrão muito mais amplo de indiferença e falta de percepção. Se os brasileiros tendem a ser obcecados com os Estados Unidos, o oposto é verdadeiro do lado dos norte-americanos: para muitos deles, o Brasil mal é registrado em sua tela de radar. Para os brasileiros, a

relação com os Estados Unidos é central, da maior importância; para Washington, não passa de uma das muitas relações, e só recebe atenção concentrada da Casa Branca em épocas de crise, quando a cooperação do Brasil, ou sua ajuda, de repente se torna útil ou o país é percebido como um obstáculo teimoso, como acontece no recente impasse do programa nuclear do Irã.

Desde que assumiu o poder em 2003, Lula e seu ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, disseram várias vezes que "nunca antes na história" foram melhores as relações entre Brasil e Estados Unidos como agora, sob seu comando. É um exagero, e nisso concordam diplomatas brasileiros e americanos quando falam com os jornalistas em *off*. Ao longo dos últimos cinquenta anos, as relações estiveram no seu mais baixo nível entre 1977 e 1981, quando Jimmy Carter ocupava a Casa Branca e no Brasil havia uma ditadura militar no poder. Desde o primeiro dia de Carter, houve choques retóricos sobre direitos humanos. Tal situação gerou discussões sobre compras de armas e proliferação nuclear, o que fez a visita de Carter ao Brasil, em março de 1978, quando conversou com críticos e oponentes do regime militar, tensa do começo ao fim.

Eu diria que essas relações na verdade atingiram o seu auge histórico duas décadas depois, durante as presidências de Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, na segunda metade dos anos 90. Não somente se deu uma boa química entre os dois chefes de Estado, logo estabeleceram uma boa amizade que continuou depois que deixaram o poder, como também tinham afinidades ideológicas e uma visão de mundo comum, que se traduziu em laços mais cálidos entre os dois países. Como resultado disso, quando o Brasil sofreu uma crise fiscal no fim de 1998 e começo de 1999, Washington mostrou-se disposta a intervir em favor de Cardoso, fornecendo apoio financeiro e defendendo o país junto ao Banco Mundial, ao FMI e em Wall Street.

Por outro lado, Cardoso e Bush eram como azeite e água. Bush, isso ficou bem claro, achava o presidente brasileiro, um renomado intelectual e autor de vários livros de sociologia e economia, uma figura pomposa e condescendente, como se fosse um professor universitário e Bush um estudante particularmente lento. Cardoso, por sua vez, ficou perplexo com a ignorância de Bush e sua preguiça intelectual. Um incidente famoso ilustra bem tal situação: durante uma visita à Casa Branca em 2001, enquanto Cardoso conversava com Bush sobre os negros brasileiros, este se mostrou surpreso ao ouvir que o Brasil tinha em sua população descendentes de africanos. Quando a notícia vazou para a imprensa no Brasil, provocando risos, desdém, e o tradicional constrangimento diante da ignorância estrangeira em relação ao Brasil, a Casa Branca negou o episódio.

Contudo, outros brasileiros presentes na sala quando houve essa conversa me confirmaram sua autenticidade, e eu não tenho nenhuma razão para duvidar deles.

Desde que Lula assumiu o poder, as relações entre Brasil e Estados Unidos têm sido cordiais e construtivas. Apesar de suas diferenças ideológicas, Lula e George W. Bush — "o Camarada Bush" como Lula certa vez o chamou brincando — se deram bem e pareciam apreciar a companhia um do outro. Isso aconteceu talvez porque os dois são tão parecidos, em aspectos que vão mais além de sua preferência por churrasco e a tendência a maltratar sua própria língua. Ambos chegaram à presidência com pouca experiência do mundo exterior, além das fronteiras de seus países, restritos por uma visão ideológica rígida e um limitado entendimento de política internacional e de outros povos e culturas. A ambos lhes falta curiosidade intelectual, e os dois dependeram principalmente de um único conselheiro na formação de sua visão de mundo para levá-los a um mínimo de compreensão das complexidades da política externa: Condoleezza Rice para Bush, e, para Lula, Marco Aurélio Garcia, um professor universitário de esquerda de São Paulo e há muito tempo chefe da divisão internacional do PT.

Em um nível pessoal, Barack Obama caiu ainda mais nas graças de Lula, e, depois que ele substituiu Bush, predições entusiásticas do Brasil garantiam que as relações seriam mais próximas e mais calorosas. "Esta é uma oportunidade única para a América Latina estabelecer uma nova relação com os Estados Unidos," o próprio Lula disse a repórteres brasileiros depois que ele e Obama bateram papo durante uma reunião do G-20, em Londres, em abril de 2009. "Obama é o primeiro presidente com a cara da gente. Se você encontrar ele na Bahia, vai pensar que é baiano, se encontrar com ele no Rio, vai dizer que é carioca."

Do seu lado, Obama também foi efusivo: "Ele é o cara", disse, câmeras de televisão rodando quando Lula dele se aproximava naquela mesma reunião do G-20. "Eu amo esse cara, ele é o político mais popular sobre a Terra. Isso porque ele é um boa-pinta." E, como os brasileiros com frequência tendem a ver e avaliar as relações entre Estados através do prisma de relações pessoais entre chefes de governos, essas frases casuais, virtualmente ignoradas nos Estados Unidos, logo foram captadas no Brasil como um endosso do governo de Lula e de suas políticas, além de um sinal de que o Brasil pode finalmente receber dos Estados Unidos o que lhe é devido.

Contudo, a despeito da mudança de ocupantes da Casa Branca e a virada

resultante em tom e clima, a substância das relações bilaterais continua praticamente a mesma. É verdade que Obama, ao rejeitar o unilateralismo da época Bush, fez um esforço para consultar Lula sobre temas regionais e trabalhar ativamente com o Brasil na tentativa de resolver problemas na área, tais como o golpe de Estado em Honduras que derrubou o presidente eleito em 2009. Mas, no final, os Estados Unidos e o Brasil acabaram em lados opostos do conflito, sendo que a posição americana prevaleceu, fato que muito irritou o Brasil. E, em relação ao Irã e à fervente disputa em cima do seu programa nuclear, Lula e Obama tiveram posições conflitantes, e nelas continuam. "Quando o Brasil olha para o Irã, não vê só o Irã. Vê também o Brasil." É o que disse um assessor de Marco Aurélio Garcia a Matias Specktor, o coordenador do Centro de Estudos de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, em abril de 2010.

Do lado brasileiro, então, as relações com os Estados Unidos continuam se caracterizando com um enfoque esquizofrênico, no qual Lula e seus conselheiros não somente assumem posições contrárias a Washington como com frequência adotam um tom antiamericano em muitos de seus pronunciamentos e ações, ao mesmo tempo professando sua amizade pelos Estados Unidos. As coisas devem permanecer assim, nesse estado, enquanto o PT conseguir permanecer no poder. Como Lula, sua sucessora Dilma Rousseff assumiu o posto maior sem nenhuma experiência em política exterior e marcada dependência do mesmo pequeno grupo de especialistas que trabalhou com ele.

Tal divergência entre retórica e ação em grande parte se deve à dinâmica da política doméstica brasileira. Como Obama, Lula foi eleito numa plataforma que prometia mudanças profundas. No campo interno, contudo, ele deu sequência às políticas econômicas de mercado aberto de seu predecessor Cardoso, o que o fez querido em Wall Street. Mas a adoção de Lula pelo capitalismo causou funda desilusão na ala esquerda de seu próprio partido e de outros mais à esquerda — tanto assim que Chico de Oliveira, um dos fundadores do PT, mas agora dissidente crítico, passou a descrever o primeiro ano de Lula no poder como "o nono ano da presidência de Fernando Henrique Cardoso".

Na maioria dos países, inclusive nos Estados Unidos, a política exterior sempre contém um amplo componente de retórica e, salvo em época de guerra ou em outros momentos de crise nacional, geralmente só interessa a uma pequena elite. Assim é no Brasil. Lula rapidamente descobriu que a política exterior lhe oferecia um caminho fácil e indolor para mitigar a sensação de traição e irritação sentida pela ala esquerda do partido. Ao falar num "tom de esquerda" sobre assuntos internacionais, ele podia compensar pelo menos em parte sua decisão

de "agir à direita" na economia, como os Estados Unidos queriam que ele fizesse. Como resultado disso, seu governo passou a advogar conceitos vagos que soam importantes e que presumem uma comunidade inexistente de interesses e valores compartilhados entre todos os países do que foi chamado de Terceiro Mundo. Assim, muito se fala de "solidariedade Sul-Sul", o que significa juntar Brasil, China e África do Sul em um único grupo, além do patrocínio de uma reunião Árabe-América do Sul, em Brasília, que fracassou quando o Brasil tentou dar ênfase ao comércio, e os participantes árabes insistindo em se concentrar no seu conflito com Israel.

Mesmo com o carinho com que se refere a Obama, Lula também procurou manter a percepção de distância e independência dos Estados Unidos e, nas palavras da imprensa brasileira, até mesmo dando um "puxão na barba do Tio Sam", quando isso servia a seus propósitos. Essa estratégia fazia sentido na época da administração Bush, porque, desde que as pesquisas começaram na América Latina, nenhum presidente norte-americano foi mais impopular na região do que George W. Bush. Faz menos sentido agora, mas o Brasil continuou engajado em gestos provocadores, que causaram desconcerto e resmungos em Washington. Em 2009, por exemplo, o Brasil convidou o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, para uma visita oficial, com o objetivo ostensivo de incrementar o comércio entre os dois países, e deu ao líder iraniano uma recepção muito calorosa e amigável. Lula defendeu o programa nuclear do Irã, enquanto se postava ao lado do visitante, e mais tarde reiterou a mesma posição na visita que fez ao Irã, em maio de 2010, para anunciar que o país aceitara uma proposta brasileira para transferir seu combustível nuclear ao exterior. Lula depois culpou o governo de Obama quando o trato fracassou, e a imprensa brasileira começou a criticar sua iniciativa, que incluiu um presente ao presidente iraniano, uma camisa da seleção brasileira.

"Ninguém gosta de um novo ator, mas quem diz que os Estados Unidos devem ser o xerife do Oriente Médio e do mundo?", queixou-se Lula. "São necessários mais atores numa nova governança global." Logo depois de voltar a Brasília, ele e Garcia se disseram perplexos quando Obama, àquela altura exasperado, recusou um convite para visitar o Brasil antes das eleições de outubro de 2010. Em informações vazadas à imprensa brasileira, o Brasil atribuiu a frieza norte-americana a dois fatores relacionados: o suposto ressentimento da secretária de Estado, Hillary Clinton, com Lula por ele haver negociado um acordo que ela não pôde fazer e a amizade de seu marido com Fernando Henrique Cardoso.

Mas essa não foi a primeira vez que os Estados Unidos e o Brasil discordaram

sobre o tema de proliferação nuclear. Dos quatro países que formam o bric, o Brasil é o único que não tem a bomba atômica, fato que algumas vezes irrita nacionalistas da direita e da esquerda, que consideram a possessão de um arsenal nuclear como uma afirmação necessária de *status* de uma grande potência. No passado, eles responderam reivindicando um programa nuclear, atitude que criou confusão e problemas desnecessários para o Brasil. Por exemplo, durante a ditadura militar no poder, de 1964 a 1985, cada um dos três setores das forças armadas tinha o próprio programa nuclear, secreto, com o objetivo de dar ao Brasil capacidade nuclear.

Contudo, cada um dos quatro governos civis que chegaram ao poder depois do fim da ditadura militar tomou decisões no sentido de enfraquecer o esforço nuclear, sob a pressão dos Estados Unidos e seus aliados. José Sarney assinou um acordo de cooperação no setor, com troca de informações, com a Argentina, o rival histórico, cujo programa nuclear, também controlado pelos militares, ostensivamente justificava o esforço brasileiro. Fernando Collor de Mello revelou oficialmente o plano dos militares, mandando fechar o túnel de 300 metros de profundidade em uma base aérea na Amazônia, construído de forma clandestina para um teste de bomba nuclear. Em maio de 1994, o governo de Itamar Franco ratificou o Tratado de Tlatelolco de 1967, que declarou a América Latina uma zona livre de armas nucleares. E com Fernando Henrique Cardoso o Brasil finalmente assinou o Tratado Global de Não Proliferação Nuclear em 1998.

Todas essas medidas teriam respondido a todas as perguntas e dúvidas. Mas, durante a campanha presidencial de 2002, Lula de novo levantou a questão: num discurso feito no Rio em um clube de oficiais militares da reserva, ele criticou o tratado de não proliferação como injusto, desdenhando a noção de que países como Brasil deveriam renunciar as armas nucleares. "Como cidadão, imagino que só teria sentido se todos os países que já detêm essas armas abrissem mão das suas, porque se um cidadão pede para eu me desarmar, ficar de estilingue e ele de canhão em cima de mim, qual é a vantagem que eu levo?" Disse ainda que "Não é justo que os países desenvolvidos, que têm a tecnologia das armas nucleares, exijam que os outros não tenham e não desativem as deles. Então ficamos todos os países em desenvolvimento com estilingue e eles com a bomba atômica".

Diante da onda de protestos no Brasil e no exterior, Lula fez um "esclarecimento", dizendo que o Brasil não intencionava desenvolver armas nucleares. Mas, tão logo ele assumiu a presidência em janeiro de 2003, seu então

designado ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, levantou o assunto de novo, agora em termos ainda mais inflamatórios. Numa entrevista dada à BBC, Amaral disse que "o domínio do ciclo atômico é importante" para o Brasil porque era necessário criar uma espécie de defesa contra ameaças externas em potencial. Pouco importava, nesse contexto, que o Brasil tivesse relações amistosas com todos os seus vizinhos e que o maior desafio à soberania brasileira não viesse de um exército estrangeiro, mas de traficantes de drogas e contrabandistas de armas.

"O Brasil é um país pacífico, sempre preservou essa condição, é um defensor da paz, mas devemos estar preparados, inclusive em termos tecnológicos," o ministro Amaral frisou. "Não podemos renunciar a qualquer forma de conhecimento científico, seja o genoma, o DNA ou a fissão nuclear." De novo houve um clamor internacional, de novo o Brasil se retraiu sob essas pressões. Em Brasília, respondendo aos jornalistas, o porta-voz de Lula disse que "o governo está a favor da pesquisa nessa área só e exclusivamente com propósitos pacíficos".

Contudo, ao longo do mandato de Lula, surgiram focos de tensão com a Agência Internacional de Energia Atômica devido à recusa do Brasil em permitir a inspeção de uma usina de enriquecimento de urânio no Rio de Janeiro controlada pela marinha brasileira. Oficiais dessa corporação se gabavam de que a instalação operava com centrífugas baseadas em "tecnologia 100 por cento brasileira". Logo, grupos nacionalistas saíram a campo com o argumento já conhecido, ou seja, de que a agência agia como parte de uma conspiração internacional para roubar o valioso segredo científico do Brasil. Na verdade, a tecnologia básica nada tinha de brasileira, pois fora adquirida da Alemanha da mesma forma que o Paquistão desenvolveu uma tecnologia similar. O governo, porém, mostrou-se avesso em admitir o fato, num gesto que minaria a imagem apresentada aos brasileiros como um triunfo da própria capacidade interna para desenvolver *know-how.*

Eventualmente, logrou-se um compromisso entre as partes, e à agência permitiu-se uma inspeção parcial da usina. Entretanto, devido ao fato que um acordo de armas com a França anunciado em 2009 inclui um submarino atômico a ser entregue ao Brasil ainda nesta década, alguns aspectos do tema podem ressurgir no futuro próximo. Há mais de trinta anos, a marinha brasileira vem batalhando para construir um reator nuclear de duplo uso, alimentando o submarino e também gerando eletricidade para populações civis. A posição brasileira insiste que um reator desse tipo não estaria sujeito aos critérios internacionais de

segurança, que incluem inspeções. Tanto a agência como autoridades americanas já deixaram claro que não concordam com isso, queixando-se de que a postura recalcitrante do Brasil só complica os esforços na busca de acordos com ditaduras maliciosas como o Irã e a Coreia do Norte. Nesse sentido, vale notar que o Brasil não assinou, e continua veementemente contra, o "Protocolo Adicional" ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, que permite a inspetores da agência maior autoridade para fazer o escrutínio de reatores nucleares como o do Rio de Janeiro, além de examinar documentos relativos ao programa nuclear do país.

A questão maior, porém, se resume a uma pergunta: por que o Brasil, um país que não tem inimigos, deseja ter um submarino nuclear? A marinha brasileira argumenta que o país necessita de uma frota de submarinos para proteger suas águas territoriais, sobretudo os vastos depósitos de óleo e gás nas costas do Rio de Janeiro e São Paulo. É verdade que o Brasil conta com um enorme litoral, com mais de 8 mil quilômetros, o que dificulta seu patrulhamento. Contudo, analistas da marinha norte-americana que avaliaram a Estratégia de Defesa Nacional anunciada pelo Brasil em dezembro de 2008 alegam que o argumento dos campos petrolíferos "em nada contribui para justificar o enorme investimento que o projeto requer". Submarinos não são apropriados na defesa de plataformas *off-shore* de perfuração de petróleo. Tal constatação leva a uma conclusão: o esforço do Brasil para ter um submarino nuclear se deve em grande parte a um projeto vaidoso, destinado a dar aos brasileiros a impressão de que cresce a força do seu país, além de projetar no exterior uma imagem de seriedade e poderio.

O Brasil tem tido também quase a mesma cota de experiências ambivalentes, embora muito mas trágicas, na sua tentativa de construir o programa espacial, projeto que sucessivos governos militares e civis sempre consideraram como outro símbolo de *status* e poder mundial. Esse esforço nasceu no fim dos anos 60 como parte do projeto da ditadura militar para criar um "Brasil Grande" e se destinava a capitalizar a vantagem pouco usual que o Brasil tinha em comparação com os Estados Unidos, a União Soviética e outros rivais possíveis: uma plataforma de lançamento quase no Equador, o que permite colocar em órbita os satélites mais facilmente e com menos combustível.

Muito rapidamente, construiu-se uma base, em Alcântara, na extremidade leste da Amazônia. Porém, ao mesmo tempo em que sucessivos governos abraçavam a visão de um Brasil no espaço cósmico, todos eles, em contraste com a China e a índia, falharam ao não alimentar tal ambição com recursos econômicos. Desde

o começo, o programa de desenvolvimento de foguetes, controlado pelos militares e tocado em segredo, sofreu crônica falta de dinheiro, forçando os pesquisadores a depender de peças inferiores e procedimentos questionáveis. Falharam três tentativas de lançar um satélite num foguete brasileiro. Mas, em agosto de 2003, um foguete explodiu na plataforma de lançamento, na hora incinerando 21 cientistas e técnicos importantes que ali trabalhavam.

O programa de satélites brasileiro é manejado por uma agência civil, que coopera de forma extensiva com os seus congêneres ao redor do mundo. O Brasil e a China, por exemplo, desenvolveram em forma conjunta quatro satélites de sensoriamento remoto, que circulam a Terra em uma órbita polar, permitindo aos dois países monitorar de perto grande parte do hemisfério ocidental. Autoridades brasileiras me garantiram que o seu interesse maior no lançamento de tais satélites é comercial: ao monitorar colheitas, cultivos e padrões de temperatura das plantações ame ricanas, entre elas a de soja, Brasil e China ficam mais bem equipados para lidar com a flutuação de preços nos mercados mundiais. Mas essas mesmas autoridades reconheceram, ainda que com relutância, que o sistema de satélites eventualmente dará aos brasileiros e chineses uma forma de monitorar o movimento de tropas americanas e equipamento militar.

Entretanto, por ser o desenvolvimento dos foguetes controlado pelos militares, os americanos com frequência bloqueiam os esforços brasileiros na aquisição de certas tecnologias, ao mesmo tempo que pressionam seus aliados a seguir a mesma política. Com base em parte no antigo namoro do Brasil com os projetos nucleares do Iraque, as autoridades em Washington há muito tempo se preocupam com a possibilidade de que um foguete *Made in Brazil* venha a cair nas mãos de terroristas. Durante a época de Saddam Hussein, o Brasil exportou ao Iraque foguetes de artilharia, vendeu urânio que acabou entrando no programa nuclear secreto do Iraque, ajudou o país na prospecção de urânio e desenhou uma usina processadora de urânio subterrânea. Em 1990, o general Hugo Piva, ex-diretor do Centro de Tecnologia Espacial do país, era visto no Iraque com uma equipe de especialistas brasileiros em mísseis, quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait. O general admitiu mais tarde que também fora ao mercado negro à procura de peças de foguete, para assim acelerar o programa brasileiro nesse campo.

O bloqueio resultante acabou levando à elaboração de artimanhas e estratagemas, incluindo, por parte da Força Aérea brasileira, um acerto clandestino com cientistas russos depois do colapso da União Soviética, duas

décadas atrás. Especialistas russos foram levados ao Brasil para ensinar em universidades ou funcionar como conselheiros do programa espacial, que tem sua base em São José dos Campos. Além disso, em meados dos anos 90, em várias ocasiões a Força Aérea adquiriu na Rússia peças essenciais de foguetes, em seguida enviadas de forma clandestina ao Brasil. Num caso específico, o equipamento russo foi escondido num embarque de visores noturnos e depois levado secretamente em um avião da Força Aérea para São José dos Campos. A Força Aérea brasileira nunca reconheceu publicamente o papel dos russos em toda a história, preferindo promover o programa espacial ao povão brasileiro como mais um exemplo da mais pura tecnologia tupiniquim.

Em 1997, o Brasil foi um dos dezesseis países convidados a participar da construção da Estação Espacial Internacional. O convite se devia ao *lobby* feito pelos Estados Unidos, especialmente pelo governo Clinton, que queria encorajar intercâmbios científicos e técnicos com o Brasil e ao mesmo tempo incrementar o prestígio do presidente Fernando Henrique Cardoso. Como preço de entrada, o Brasil prometeu separar 120 milhões de dólares para a construção de seis módulos da estação. Em troca, ao Brasil seria permitido usar a estação espacial para experimentos científicos, tendo ainda o direito também de contar com um astronauta na equipe espacial.

Mas o dinheiro que o Brasil havia prometido nunca apareceu. O governo de Fernando Henrique contava com um fluxo seguro de dinheiro obtido com o aluguel da base de Alcântara para companhias americanas e de outros países, que queriam economizar recursos lançando satélites de comunicação no Equador. Contudo, o PT afundou esse acordo com os Estados Unidos sob o argumento, previsivelmente paranoico, de que isso daria aos militares americanos uma plataforma para infiltrar a Amazônia e, portanto, ameaçar a soberania brasileira. Como resultado, o Brasil perdeu o prazo inicial e em 2003, depois de negociações com a nasa, optou por um papel muito mais modesto que requeria um gasto de somente 8 milhões de dólares. Esse dinheiro tampouco apareceu. Eventualmente, o Brasil se viu forçado a sair do consórcio espacial, sua credibilidade entre os exploradores espaciais ficou em frangalhos.

Mesmo assim, o Brasil continuou a nutrir ambições de ter algum tipo de presença no espaço. Em 2006, o governo do mesmo PT que sabotara a cooperação com os Estados Unidos logrou encontrar 10,5 milhões de dólares para pagar à Rússia para que o astronauta Marcos Pontes, originalmente treinado na nasa, pudesse passar algum tempo numa nave Soyuz, que viajava à estação espacial. Não por coincidência, a viagem de Pontes coincidia com o centenário

do primeiro voo de Santos-Dumont. Na semana que o brasileiro ficou no espaço, alguns jornalistas o ridicularizaram, chamando-o de "turista espacial" e "carona sideral". O governo de Lula, no entanto, retratou o voo de Pontes como um triunfo para o Brasil. O presidente falou com ele por telefone e os escolares estudaram os oito experimentos que ele realizou na estação. Para o consumo doméstico, pelo menos, parecia que o Brasil finalmente se firmava na elite científica do mundo, embora a realidade fosse totalmente o contrário.

Em setembro de 2009, um pouco antes do dia da Independência brasileira, 7 de setembro, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, visitou Brasília. Depois de um jantar oficial algo embriagador, durante o qual se consumiram muitas caipirinhas e uísque, os dois líderes anunciaram uma parceria "estratégica" entre os seus dois países, incluindo um acordo militar. Parte da declaração conjunta consistia de afirmações simbólicas, mas os detalhes que revelavam também incluíam o negócio de armas, que talvez seja o maior da história do Brasil: trinta e seis caças a jato, cinquenta helicópteros de transporte, tanques, quatro submarinos convencionais e um submarino nuclear, num pacote total de mais de 12 bilhões de dólares.

O Brasil nunca se pensou — ou foi assim visto por outros — como uma potência militar. Em toda a sua história, o país só travou uma guerra maior, contra seus vizinhos muito menores, Uruguai e depois Paraguai, de 1864 a 1870 — um conflito que se mostrou tão perturbador e custoso que acabou reforçando o traço pacifista que os brasileiros consideram parte de seu caráter nacional. O Brasil conta hoje com exército, marinha e aeronáutica, atualmente com 360 mil membros na ativa. Mas, como o país não enfrenta nenhuma ameaça externa séria, a principal função das forças armadas, desde que o Império cedeu à República, há quase 125 anos, tem sido a guarda de fronteiras, a manutenção da estabilidade interna e a intromissão nas políticas domésticas.

Mas até mesmo esses papéis do exército têm diminuído desde o fim do duro regime militar, em 1985. Outro golpe foi a formalização de uma aliança entre Brasil e Argentina, esta tradicionalmente vista como um inimigo, quando da fundação do Mercosul, em 1991, e a ratificação de outro tratado, no qual os dois países concordaram em abandonar seus programas nucleares e permitirem inspeções mútuas. Desde então, o orçamento governamental tem sido parcimonioso com as forças armadas, com efeitos previsíveis. Em meados da última década, mais da metade dos 773 aviões da Força Aérea ficaram no chão, não levantaram voo por falta de peças de reposição. Mais ainda, arrochou-se o orçamento do exército de tal forma que os convocados, jovens de 19 anos que

servem em bases próximas de suas residências, iam dormir em casa, assim economizando o custo de abrigá-los e alimentá-los nos alojamentos.
Em outras palavras, os militares brasileiros se tornaram uma força em busca de uma missão, qualquer missão, para justificar sua existência. Muitas das reclamações de que poderes externos, especialmente os Estados Unidos, têm seus olhos na Amazônia e querem tomá-la do Brasil se devem a oficiais militares, tanto na reserva como ativos, que buscam obter uma fatia maior do orçamento para os seus camaradas. Outros núcleos apontam uma suposta ameaça à fronteira amazônica por parte das farc, um grupo guerrilheiro colombiano de esquerda, traficantes de droga, que desde 1960 luta contra o governo. As farc tiveram o seu auge nos anos 90, e agora parecem haver entrado em declínio.
Na esperança de ganhar dinheiro e adquirir experiência, os militares têm também aproveitado cada oportunidade de servir nas missões de paz das Nações Unidas — em 23 lugares diferentes como Congo, Chipre, Timor Leste e Haiti. E, apesar das reservas manifestadas por alguns integrantes do Estado-Maior, que temem ser o exército arrastado num conflito que, além de ser altamente corruptor, é impossível vencer, a instituição também tem sido às vezes levada a intervir numa guerra urbana interna, ajudando a polícia na batalha contra as gangues do tráfico de drogas e fazendo patrulhamento nas ruas durante grandes eventos internacionais como os Jogos Pan-americanos.
Contudo, uma "parceria estratégica" com a França beneficiaria o Brasil em muitos aspectos. Em primeiro lugar, daria à aeronáutica e à marinha brasileira, ambas mal equipadas, um monte de novos e brilhantes brinquedos e o sentido de satisfação e importância. Só isso já teria sido uma justificativa suficiente para Lula, quando estava no poder. Na condição de presidente que representa um partido de esquerda e que veio de um movimento trabalhista combatido pelos militares, sob a suspeita de inspiração comunista, Lula empenhou toda a sua energia para assegurar seus antigos adversários de suas intenções benignas. Por outro lado, dar às forças armadas novos armamentos cria também nos brasileiros um sentido de orgulho nacional, que, segundo o próprio Lula, é o que falta ao país. O Brasil pode não ser uma potência militar, capaz de projetar força além de suas fronteiras, mas pelo menos terá os recursos para tanto, como outras nações em ascensão, que aspiram a se converter em grandes potências.
Os que apoiam o armamento agora em fase incipiente argumentam que isso é necessário somente como uma medida defensiva, do tipo proteção às riquezas petrolíferas há pouco descobertas na costa brasileira. Essa ameaça, se é que ela existe, é, claro, um exagero muito parecido com a noção de que o resto do

mundo ambiciona o controle da Amazônia, um mito discutido em detalhe no capítulo 8 deste livro. Militares e grupos nacionalistas têm de fato se referido aos depósitos *off-shore* como a "Amazônia azul", jogando assim com as tradicionais inseguranças dos brasileiros em relação aos desígnios estrangeiros sobre o seu território. Há também talvez uma certa satisfação subliminar ao ver Sarkozy, o sucessor de de Gaulle, fazendo a longa viagem ao Brasil para pleitear uma "relação especial" e tentar vender seu peixe a um Brasil mais confiante, mais poderoso e mais próspero do que o próprio de Gaulle jamais imaginou — em outras palavras, a definição de um país sério.

Porém, fica a pergunta: terá um Brasil equipado com armamento sofisticado, de repente, objetivos agressivos em relação aos seus vizinhos? Isso também parece igualmente improvável. Alguns brasileiros, incluindo membros do Congresso, reagiram com raiva em 2006, quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionalizou as instalações da Petrobras em seu país, e claramente teriam gostado de prosseguir na briga. O conflito, contudo, foi resolvido amigavelmente, por meio de negociações, nas quais o Brasil não levou vantagem. A mesma coisa aconteceu num desacordo recente com o Paraguai sobre o preço que o Brasil paga pela energia do projeto hidrelétrico de Itaipu, na fronteira dos dois países.

Bem mais real é a possibilidade de que o Brasil esteja querendo simplesmente manter o nível com os vizinhos. Nesse caso, isso significa Hugo Chávez, o presidente populista da Venezuela, ao norte do Brasil. Chávez em anos recentes gastou mais de 6 bilhões de dólares em compras de armas da Rússia, incluindo tanques, mísseis antiaéreos, caças a jato Sukhoi, helicópteros, submarinos a diesel e 100 mil rifles de assalto Kalashnikov AK-103, em sua mais moderna versão. Embora ele tenha dito repetidas vezes que todo esse armamento tem exclusivamente propósitos defensivos, o fato é que ele dispõe agora de uma capacidade ofensiva que a Venezuela pode projetar bem dentro do coração da América do Sul. Tendo em vista o acordo de cooperação militar assinado entre Venezuela e Bolívia, logo depois da posse de Evo Morales, acordo esse que prevê o treinamento de tropas bolivianas por tropas venezuelanas, o compartilhamento de armas, e até mesmo a presença de soldados da Venezuela nos postos fronteiriços da Bolívia, o Brasil tem boas razões de questionar os motivos de Chávez.

De forma alguma, Chávez é um inimigo do Brasil. Na verdade, ele sempre se apresentou como um amigo do Brasil e de Lula. Ele, porém, tornou-se uma dor de cabeça maior para os governantes brasileiros ao longo da década passada. O

Brasil sempre se considerou o líder natural da América Latina, e quando Lula assumiu o poder em 2003, seu carisma pessoal e seu passado de líder sindicalista eram vistos como fatores que permitiriam ao Brasil assumir mais facilmente um papel mais visível. Trata-se de uma antiga ambição brasileira, que transcende a ideologia de quem quer que seja presidente. Essa aspiração mostrou-se particularmente pronunciada no caso do PT, que cultivou laços estreitos com outros partidos de esquerda da América Latina, ademais de se considerar na vanguarda de um novo ressurgimento de esquerda na região.

Em vez disso, na opinião dos altos escalões brasileiros Chávez tem ocupado o centro das atenções, empurrando o Brasil para o lado, em sua ânsia de falar em nome de todo o continente, e ser percebido no cenário mundial como o principal líder da região. Essas tensões ficaram muito claras desde o começo do governo Lula, quando Chávez chegou tarde à primeira reunião em Brasília dos dois chefes de estado, e só se intensificaram desde então. Sejam quais forem as afinidades ideológicas entre Lula e Chávez, o Brasil tem respondido friamente a várias iniciativas por ele propostas, especialmente quando são tidas como projeção da Venezuela na esfera de interesse e influência que o Brasil considera sua.

Talvez a maior, a mais cara e a mais mirabolante dessas ideias tenha sido a do projeto de um gasoduto que iria de Caracas a Buenos Aires e ligaria as redes de energia do Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela. Chávez também urgia a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, com o objetivo de juntar os militares de cada país sob um comando unificado, uma agência de notícias sul-americana e uma rede de televisão, além de um banco regional de desenvolvimento. Em cada caso, Chávez se via como líder da nova instituição, e o Brasil, reconhecendo que tal proposta conflitava com os próprios objetivos, trabalhou em silêncio para minar ou até sabotar as propostas, ao mesmo tempo professando acordo com a ideia de Chávez de uma unidade regional muito mais ampla. Assim fazendo, o Brasil agiu de acordo com o que considera seus próprios interesses, que nesse caso convergem com aqueles dos Estados Unidos e têm o tácito apoio e aprovação de Washington.

De formas sutis, Chávez parece querer aproveitar de uma certa desconfiança das intenções do Brasil, algumas vezes latente no resto da América do Sul, devida ao tamanho do Brasil e sua cultura e linguagem diferentes. Como me disse certa vez um ex-ministro de Relações Exteriores do Paraguai, talvez o vizinho de menor prestígio junto aos brasileiros, "o que os Estados Unidos são para o México, o Brasil é para nós". Durante a ditadura militar, publicou-se um livro em espanhol,

escrito por um diplomata boliviano, intitulado *O processo do subimperialismo brasileiro.* Ou como me disse um proeminente intelectual uruguaio, "os Estados Unidos são imperialistas por necessidade, mas o Brasil é imperialista por vocação". Com isso ele queria dizer que o Brasil às vezes tem uma tendência de exibir o seu poder e se considerar superior aos vizinhos menores de fala espanhola, e com frequência relegados a segundo plano nos esforços de Brasília para se projetar no quadro global.

Durante o seu primeiro mandato, a iniciativa de Lula mais importante na área de relações exteriores foi sua campanha para conseguir um assento permanente, com poder de veto, no Conselho de Segurança da ONU. Tradicionalmente, o Brasil é o primeiro país a se manifestar na abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro de cada ano, além de ser o país que mais tem servido como membro eleito do Conselho de Segurança. O Ministério de Relações Exteriores do Brasil sempre se mostrou ambíguo em relação a tal ambição, que era uma ideia popular, mas nunca perseguida com seriedade e agressividade. Como me explicaram diplomatas brasileiros, se eles pressionam de forma muito dura para que o Brasil se torne o primeiro país latino-americano membro permanente do conselho, correm o risco de alienar o México, que também deseja esse assento, e a Argentina, que já propôs um assento rotativo alternado entre Brasil e a própria Argentina.

Mas, quando Lula assumiu o poder, sua campanha para juntar-se aos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Rússia e China como um membro permanente do Conselho de Segurança, tornou-se uma alta prioridade, o principal objetivo da diplomacia brasileira. Numa tentativa de ganhar o apoio de nações africanas, por exemplo, Brasília despachava missões àquele continente, oferecendo tentadores financiamentos comerciais e promessas de perdoar dívidas. Para persuadir os Estados Unidos e a França e mostrar que era capaz de desempenhar um papel maior fora de suas fronteiras mais próximas, o Brasil concordou em liderar, junto com o Chile, a missão de paz das Nações Unidas no Haiti. Essa missão fora desde 1994 uma dor de cabeça para Washington e Paris, quando uma força militar das Nações Unidas liderada por esses dois países restaurou ao poder Jean-Bertrand Aristide. Para ficar bem com os Estados Árabes, o Brasil recalibrou a sua política no Oriente Médio e tornou-se mais crítico de Israel e mais pró-Palestina. Para ganhar os favores de Pequim, oficialmente reconheceu a China como uma economia de mercado pleno, iniciativa que facilitou a entrada dos chineses na Organização Mundial de Comércio e trouxe ao governo chinês alguns outros benefícios concretos no setor.

Embora os Estados Unidos não tivessem sido conquistados e oficialmente continuaram descompromissados com o Brasil, os esforços de Lula no Haiti contribuíram para a decisão francesa de apoiar o país em relação a um assento permanente no Conselho de Segurança. Mas os gestos beneficiando os chineses simplesmente fracassaram. Pois ao certificar a China como uma economia de mercado, o Brasil tornou mais fácil o fluxo de entrada de produtos chineses baratos no país, em detrimento dos produtos locais como sapatos e brinquedos, coisa que enfureceu o empresariado paulista. E, quando chegou a hora de uma decisão sobre os planos de expansão dos assentos permanentes no Conselho de Segurança na ONU, a China exerceu seu veto e votou contra, dessa forma aniquilando a proposta. O Brasil cometera o erro de se aliar à índia e ao Japão, ambos também ambicionando assentos permanentes no Conselho de Segurança. Pequim, querendo permanecer como a única potência asiática com *status* e poder de veto, se opôs àquele esforço, e o Brasil, ao se colocar no pacote com os dois maiores rivais regionais da China, saiu perdendo no fogo cruzado.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem sido incapaz de livrar-se do Haiti, e pode enrolar-se mais ainda nessa situação como resultado do terremoto de janeiro de 2010. Quando concordou em liderar a missão de 2004, depois da deposição do presidente Aristide, e mandar 1.200 soldados a Port-au-Prince, Lula parecia confiante de que o Brasil teria sucesso onde seguidas administrações americanas haviam falhado. Não havia história de laços estreitos entre o Brasil e o Haiti, mais do que um certo sentimento de pan-africanismo entre alguns poucos brasileiros da comunidade negra. Contudo, a diplomacia de "mão mais leve" que o Brasil prometeu, como afirmações do tipo "os haitianos trabalhariam melhor com latino-americanos do que com brancos americanos ou europeus," acabou se mostrando ingênua e ao mesmo tempo falhando quanto à estabilidade ou à paz. Além disso, não chegou ao Haiti a ajuda prometida pela comunidade internacional, o que exige agora maior nível de assistência para que o país se recupere dos efeitos do terremoto. Como resultado, o Brasil agora se encontra num lamaçal. Cresceram as críticas a um compromisso aberto, bem como queixas de que o dinheiro gasto em tal missão poderia ser mais bem aplicado nas cidades mais pobres do próprio Brasil.

A campanha na busca de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e as consequências desse esforço representam um sério erro de cálculo do Brasil e mostram um triunfo da ambição e ideologia sobre o bom-senso. Em seu desejo de incrementar a imagem e estatura do Brasil no exterior, ao mesmo tempo construindo confiança e orgulho em casa, Lula foi longe demais. Mas ele

não pode, porém, alegar que não foi avisado, isso porque o Itamaraty, há muito tempo ciente dos perigos de uma campanha ambiciosa dessa natureza, já advertira, com muito vigor, governos anteriores dos riscos de se envolver em tais iniciativas. Dessa vez, contudo, o sólido conselho dos profissionais foi ignorado e a diplomacia brasileira sofreu um revés.

Quando Henry Kissinger visitou o Brasil como ministro de Relações Exteriores dos Estados Unidos, nos anos 70, seu colega brasileiro Antônio Azeredo da Silveira o levou a um *tour* das instalações do Itamaraty, em Brasília, uma cintilante e ultramoderna estrutura de vidro e mármore projetada por Oscar Niemeyer. Mais tarde, como Silveira lembrou anos depois, ele perguntou a Kissinger suas impressões sobre o que viu. E logo veio a resposta: "É um belo edifício, Antônio. Só falta agora uma política exterior para usá-lo".

O Brasil é um país abençoado ao contar com um corpo diplomático amplo e altamente profissional, popularmente conhecido como Itamaraty, que é o nome do palácio onde ficava o Ministério das Relações Exteriores, quando o Rio de Janeiro era a capital do Brasil. Os diplomatas brasileiros, altamente treinados, multilingues, têm sido em várias situações escolhidos para dirigir agências das Nações Unidas e da OEA, servindo também em postos burocráticos de áreas de defesa, ciência e tecnologia. Algumas nações latino-americanas e africanas enviam seus diplomatas para estudar no Instituto Rio Branco, onde os futuros embaixadores e *attachés* são formados, mas a reputação do Itamaraty vai muito mais além disso.

Numa viagem que fiz a Washington quando Bill Clinton ainda era presidente, fui conversar com Charlene Barshefsky, que era então a representante americana da área de comércio, encarregada de negociar acordos comerciais, industriais e direitos de propriedade intelectual com os parceiros dos americanos. A certa altura, perguntei a ela que país tinha os mais competentes negociadores que ela jamais conhecera, esperando que mencionasse a China. Em vez disso, ela me surpreendeu com a sua resposta: sem vacilar, disse que era o Brasil. "O Itamaraty sempre envia diplomatas que são educados, corteses, cálidos, sofisticados e habilidosos", ela respondeu. Mesmo diante de algum desacordo dos assuntos em pauta, dizia, as diferenças sempre se expressavam de uma forma charmosa, revelando um desejo de encontrar uma solução ou acomodação, um meio-termo aceitável para ambos os lados. Sem abrir mão das próprias posições, ela concluía, os brasileiros também reconheciam que todos têm interesses que precisam defender.

Seja como for, a observação de Kissinger, embora feita como uma piada, era

válida e assim permanece até hoje. As ambições do Brasil cresceram ao longo dos últimos trinta e cinco anos, assim como o seu nível de engajamento com o mundo externo. Mas em muitas ocasiões, ainda hoje, a política externa brasileira parece reativa, movida não por uma filosofia abrangente, ou um conjunto de metas estratégicas de longo prazo, mas navegando na direção de onde sopram os ventos, de forma a poder atingir objetivos de curto prazo.

À medida que as relações exteriores do Brasil são guiadas por crenças fundamentais, o princípio maior tradicionalmente parece ter sido simplesmente minimizar conflitos e evitar inimigos sempre que possível. Isso pode ser apreciado na maneira como o Brasil tem manejado suas relações em anos recentes com os Estados Unidos e a Venezuela. Os dois países se tornaram adversários, mas o Brasil logrou permanecer em bons termos com ambos.

De forma inevitável, a política de relações exteriores de uma nação reflete seus códigos internos e atitudes, sendo esse claramente o caso do Brasil. Como já vimos, em seus tratos um com o outro, os brasileiros apostam firme no *jeitinho*, uma forma de contornar desacordos, encontrar soluções e conciliar interesses. Às vezes, esse enfoque, discutido em profundidade no capítulo 2 deste livro, implica fingir que diferenças reais não existem, que todos estão em bons termos, e que todas as partes buscam o mesmo objetivo. Essa é uma das razões pelas quais os diplomatas brasileiros têm se mostrado tão aptos no cenário mundial e porque o Brasil com frequência é solicitado como mediador de disputas internacionais.

Em termos práticos, isso significa que o Brasil com frequência tenta ser amigo de todos e que, também com frequência, suas crenças mais fundas, sejam elas quais forem, não são claramente definidas, articuladas ou defendidas. Sofredor que foi durante o regime autoritário, o Brasil professa ser um rigoroso campeão da democracia. A seu crédito, quando golpes ameaçaram governos civis democraticamente eleitos em lugares como Paraguai ou Honduras, o Brasil tem se manifestado abertamente em favor de respeito ao estado de direito. Contudo, nas Nações Unidas, o Brasil não vota para condenar as violações de direitos humanos em países como Cuba, com frequência se abstendo. Embora o Brasil reivindique o manto da liderança regional, tem se mostrado pouco disposto a suportar os custos desse papel e demonstrar comando decisivo, até mesmo em assuntos mais próximos de casa. Tal situação acabou criando uma expressão bastante usada agora no resto da América Latina: "Brasil: gigante econômico, anão diplomático".

Por exemplo, o Mercosul, uma união alfandegária sul-americana fundada em 1990, foi uma iniciativa do Brasil, e dela participam Argentina, Paraguai e

Uruguai como membros plenos, e Chile e Bolívia como membros associados. Contudo, desde 2006, Argentina e Uruguai têm tido conflitos por causa de uma fábrica de celulose, construída pelos uruguaios às margens do rio que forma sua fronteira comum. À medida que a disputa se aprofundou, os dois países pediram a mediação do Brasil. Mas o Brasil se recusou a entrar na briga, aparentemente temeroso de se ver obrigado a escolher um lado e ofender o outro.

Como resultado, os esforços para reduzir barreiras comerciais entre os países-membros e adotar uma moeda comum se arrastam. No final das contas, o Uruguai é o integrante mais infeliz do Mercosul, e não tem ocultado sua ideia de assinar um acordo comercial bilateral com os Estados Unidos, atitude criticada no Brasil, como se o comportamento do Brasil nada tivesse a ver com essa disposição.

Esse desejo de ser todas as coisas para todas as pessoas e evitar tomar partido é um enfoque bastante tradicional. Ficou evidente, por exemplo, nos anos anteriores à 2a Guerra Mundial, dessa forma arredondando as percepções que uma geração de diplomatas americanos tinham do Brasil. Inicialmente, o Brasil cultivou uma cálida relação com a Alemanha nazista e a Itália fascista, refletindo as inclinações ideológicas de Getúlio Vargas, o ditador do país, e seu chefe de polícia, Filinto Müller, o filho nazistoide de imigrantes alemães. Depois de Pearl Harbor e da entrada dos Estados Unidos na guerra, contudo, o Brasil abandonou a neutralidade, tornando-se um aliado dos americanos e declarando guerra aos poderes do Eixo. Para agradar mais ainda a Washington, Vargas enviou uma força expedicionária de uns 25 mil homens para combater ao lado dos Aliados na Itália, ao mesmo tempo em que revitalizou o cultivo da borracha na Amazônia, assim oferecendo aos Estados Unidos um substituto de suprimentos do sudoeste da Ásia cortados pelos japoneses.

Hoje, os poucos e velhos sobreviventes da força expedicionária marcham todo dia 7 de setembro e são tratados como heróis. Livros didáticos de história enaltecem o seu sacrifício na Itália, exagerando a contribuição brasileira ao esforço de guerra aliado e habilmente evitando mencionar o namoro inicial com nazistas e fascistas. Alguns brasileiros até mesmo se queixam que historiadores americanos e europeus diminuem, de forma deliberada, o papel do Brasil na guerra, com o objetivo de privar o país do crédito que merece por ter ajudado na vitória final. Tais recriminações, claro, não reconhecem o hábito do Brasil de jogar dos dois lados.

Queira ou não, o próximo presidente brasileiro terá de se engajar mais com o resto do mundo, mais do que os outros presidentes até agora. O Brasil hoje tem

mais pontos de contato com outras nações do que tinha dez ou vinte anos atrás, e por isso aumenta o potencial tanto de fricção quanto de cooperação. Não somente disparou o investimento estrangeiro, realçando o perfil do país e fazendo suas opiniões mais importantes, como o comércio do Brasil alcançou cifras recordes, o que lhe conferiu um papel de destaque em duas recentes negociações importantes, a primeira com o objetivo de estabelecer uma Área de Livre Comércio com as Américas e a segunda para estender as características de liberalização comercial da Organização Mundial de Comércio. No final, falharam as duas negociações multilaterais, com acusações de práticas de obstrução por parte do Brasil, feitas pela administração Bush e pela União Europeia. Embora injustas, essas acusações são um sinal saudável porque indicam que pelo menos no território da diplomacia comercial o Brasil talvez não precise mais "golpear abaixo do seu peso" e finalmente define, articula e defende uma visão coerente do seu interesse nacional.

Porém, no *front* político tudo indica que o Brasil vai continuar sentindo "dores de crescimento" enquanto batalha para encontrar seu lugar no mundo. A situação haitiana tem sido uma experiência decepcionante para o Brasil, ensinando aos seus líderes como pode ser difícil lidar com uma crise internacional. Mas o Brasil é também abençoado ao ocupar um canto do mundo que não tem sido amaldiçoado com guerra ou conflitos contínuos baseados em diferenças étnicas, religiosas ou raciais. Assim, em sua confortável cadeira de espectador, de alguma forma à margem dos assuntos internacionais, tende a alfinetar aqueles envolvidos na tentativa de resolver tais problemas, especialmente aqueles países que considera aliados e rivais, caso dos Estados Unidos e grandes nações europeias. Com todas as lições aprendidas do Haiti, essas espécies de suposições e reclamações mesquinhas não pararam nem vão parar.

O cantor de blues americano B.B. King há muitos anos escreveu uma canção intitulada "Você tem que pagar o custo de ser chefe". Nesse caso, o que se aplica a relações pessoais não é menos relevante para políticas internacionais. O Brasil pode continuar se aborrecendo com o domínio dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, reclamando das desfeitas reais ou imaginárias que sente de nações que ele considera inferiores, e se irritando ao ver o papel que o Brasil quer assumir entre as nações latino-americanas eclipsado por Hugo Chávez. Ou o Brasil pode escolher agir com mais equanimidade na busca de seus interesses nacionais e menos ansiedade sobre a sua imagem na cabeça de estrangeiros. Mas, enquanto não se livrar do complexo de inferioridade que há tanto tempo arrasta, o Brasil, tudo indica, vai permanecer amarrado a uma política exterior essencialmente

reativa, e o resto do mundo terá de continuar pisando leve se quiser obter a cooperação do Brasil e evitar ofendê-lo.

10 Política depois de Lula e FHC

Desde o colapso da ditadura militar de direita em 1985, dois personagens dominaram a política do Brasil mais que todos os demais: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A regra número um da política brasileira é que, em muitas situações, personalidade, carisma pessoal e laços de amizade e sangue importam mais que filiações partidárias ou mesmo ideologia. Os brasileiros geralmente se referem aos seus políticos, sobretudo aqueles de quem gostam mais, por apelidos carinhosos. Assim, Getúlio Vargas era afetuosamente chamado apenas de Getúlio, e o nome difícil de pronunciar de Juscelino Kubitschek se tornou JK. O mesmo vale para Cardoso, identificado pelas iniciais FHC, e para Silva, conhecido por todos como Lula. Isso pode soar informal demais para um ouvido não brasileiro, mas é um sinal de familiaridade que os dois políticos cultivam, a ponto de Silva ter legalmente mudado seu nome para incorporar o "Lula", a fim de aparecer assim nas cédulas eleitorais.

Lula e FHC foram inicialmente aliados na luta para derrubar a ditadura, e ambos sofreram por causa desse engajamento. FHC passou mais de uma década no exílio, primeiro no Chile, depois nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na França, lecionando em universidades de lá. Lula, embora nunca forçado a deixar o país, foi perseguido por muito tempo e preso por pouco tempo durante a ditadura militar, devido a sua atividade como líder sindical. Após a volta da democracia, eles gradualmente se tornaram adversários, com FHC defendendo uma social-democracia no estilo europeu e Lula continuando a flertar com o marxismo e atacando o capitalismo até o início da última década.

FHC e Lula representam, de forma acentuada, facetas diferentes do Brasil. Filho de um general, nascido no Rio de Janeiro em 1931, mas criado em São Paulo, FHC é um membro particularmente esclarecido da elite histórica e teve acesso ao que o Brasil tem de melhor para oferecer aos seus filhos escolhidos. Ele tem Ph.D. em sociologia, fala cinco idiomas, escreveu numerosos livros e claramente não apresenta inclinações populares: ele admitiu, numa autobiografia, que não aprecia futebol, confissão quase impensável num político brasileiro. Tampouco

nunca mostrou muito entusiasmo pelo Carnaval, e sempre preferiu degustar um bom vinho a entornar um trago de cachaça. O partido que ele representa e ajudou a fundar, o Partido da Social-Democracia Brasileira, ou Psdb, é uma agremiação de centro-esquerda moderada, semelhante ao Partido Trabalhista inglês ou aos sociais-democratas da Alemanha.

Lula, em contrapartida, é o que os brasileiros chamam de "povão". Nascido em outubro de 1945, numa família de camponeses no árido e paupérrimo estado nordestino de Pernambuco, ele percorreu, criança ainda, 2.500 quilômetros na traseira de um caminhão até São Paulo, onde foi vender laranjas na rua e trabalhar como torneiro mecânico em fábricas. Parou de estudar após a quinta série, e até hoje, em público, Lula massacra o idioma português de tal forma que existem páginas na internet dedicadas às gafes dele. Eclético quanto a bebida, ingere cachaça, uísque e cerveja com igual prazer. Nas suas declarações públicas recorre frequentemente a metáforas futebolísticas para enfatizar seus argumentos. É o fundador do Partido dos Trabalhadores, sobre o qual falarei mais daqui a pouco neste capítulo, originalmente publicado em inglês em setembro de 2010, antes da eleição.

Nos anos 90, ambos concorreram à presidência da República, e em ambas as vezes FHC teve vitória decisiva. Foi apenas em 2002, quando o segundo mandato de FHC chegou ao fim, que Lula, na sua quarta tentativa, conseguiu vencer uma eleição presidencial, e mesmo assim só depois que moderou suas opiniões de esquerda ortodoxa. Em outubro de 2006, foi eleito para um segundo mandato de quatro anos. Juntos, FHC e Lula são responsáveis em grande parte pela transformação radical do Brasil nos últimos dezesseis anos. A despeito de todas as suas diferenças pessoais e ideológicas, eles devem ser considerados em conjunto como os arquitetos e engenheiros de um período de estabilidade econômica e tranquilidade social incomum na história do país.

É preciso reconhecer que a primeira década da fase democrática atual não foi nada auspiciosa, o que torna as realizações dos últimos dezesseis anos ainda mais notáveis. Tancredo Neves foi eleito presidente em 1985, num acordo intermediado no Congresso, mas morreu antes de tomar posse. No lugar dele, foi empossado o seu vice-presidente, José Sarney, um membro da oligarquia nordestina convidado para a chapa com o propósito de que a liderança conservadora na sua região apoiasse uma transição democrática. Ele demonstrou ser um hábil articulador político, dado a negociatas e a dividir os espólios do poder com aliados. Mas foi absolutamente incompetente em lidar com a economia, e deixou o cargo com sua credibilidade maculada por acusações de

corrupção.
Quando os brasileiros finalmente tiveram chance de votar, em 1989, elegeram Fernando Collor de Mello, um candidato jovem, vigoroso, que aparecia bem na televisão e que havia surgido no cenário nacional projetando uma imagem de reformador ao atacar o que ele chamava de "marajás", burocratas do governo que ganhavam salários enormes para não fazer nada. Mas, como governador do pequeno estado de Alagoas e filho de um senador famoso por dar um tiro num oponente em pleno Congresso, Collor de Mello era também um membro da oligarquia nordestina, e, mal completou um ano depois de tomar o poder aos 40 anos de idade, foi envolvido num imenso escândalo de corrupção e tráfico de influência. O processo de *impeachment* foi instaurado em setembro de 1992, e ele renunciou no fim desse ano para não ser formalmente afastado do cargo. Isso deixou o poder nas mãos de um presidente tampão, Itamar Franco, ex-senador de Minas Gerais que cultivava a imagem de mulherengo, tinha reputação de temperamental e caprichoso, e pareceu desnorteado pela inflação, que chegou a mais de 2 mil por cento em 1993.
FHC iniciou o processo de estabilização mesmo antes de se tornar presidente, quando, na qualidade de ministro da Fazenda de Itamar Franco, implementou o Plano Real em 1994. Isso rapidamente pôs fim a décadas de inflação e provocou um surto de crescimento, que lhe assegurou uma vitória decisiva contra Lula no primeiro turno da eleição ocorrida naquele ano. Depois de se tornar presidente, em janeiro de 1995, FHC também iniciou reformas no aparato estatal por meio de leis e emendas constitucionais que impuseram, entre outras coisas, cortes no orçamento e nos salários de burocratas, e também na quantidade da dívida de estados e municípios que o governo federal teria de cobrir. Com o dinheiro poupado graças a essas medidas e obtido com a privatização de empresas estatais ineficientes, ele investiu muito em infraestrutura física, mas também — fiel às convicções que adquirira como acadêmico estudioso de raças, classe e pobreza — em educação e programas sociais de longo prazo.
Durante os oito anos de FHC, as matrículas no ensino secundário triplicaram, o ingresso de estudantes nas universidades duplicou e o número de crianças fora das escolas caiu para 3 por cento, em comparação aos quase 20 por cento do início dos anos 90. Ao mesmo tempo, a taxa de mortalidade infantil caiu 25 por cento, e as mortes causadas por aids foram reduzidas em dois terços. Além disso, cerca de 600 mil famílias de camponeses sem-terra foram assentadas em propriedades próprias, mais que o dobro do total durante as três décadas precedentes. Em 2002, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

deu a FHC o primeiro prêmio por liderança excepcional, declarando que a sua administração havia "supervisionado importante progresso no desenvolvimento humano" nas áreas de educação, saúde e reforma agrária.

Contudo, talvez o presente mais precioso que FHC tenha deixado para Lula foi a estabilidade política. Quando ele colocou a faixa presidencial no seu sucessor, em 1o de janeiro de 2003, foi a primeira vez em mais de quarenta anos que um presidente civil eleito transferia o poder a outro. FHC não conseguiu aprovar reformas que teriam regulado as doações de campanhas, limitado o poder de caciques locais e tornado mais fácil governar sem o apoio de partidos nanicos que continuam a exercer uma influência desproporcional na política brasileira até hoje. Mas ele estimulou o respeito pelo Judiciário e suas decisões, tratou o Congresso como igual ao Poder Executivo, sentando-se à mesa de negociações com líderes no Congresso de modo democrático, e criou condições para que uma imprensa livre florescesse, mesmo quando lhe causava problemas pessoalmente. FHC também conseguiu colocar os militares sob o controle civil, feito significativo num país onde as forças armadas tinham um longo histórico de intromissão na política, e uma das razões pelas quais a sucessão presidencial foi talvez mais tranquila que qualquer outra já ocorrida no Brasil anteriormente. Não é de estranhar, portanto, que numa pesquisa feita quando FHC deixava o cargo os brasileiros o tenham apontado como o melhor presidente da sua história.

Governar à altura de FHC não seria fácil, mas Lula, na maioria das ocasiões, demonstrou aptidão para a tarefa. Depois de ter inicialmente prometido uma "ruptura" com o capitalismo e chamado a classe empresarial de parasitas, ele teve o bom senso de, chegando ao poder, dar prosseguimento e até expandir as reformas favoráveis ao mercado que FHC começara. Isso tranquilizou Wall Street, que havia reagido com nervosismo durante a transição, fazendo o real sofrer uma queda recorde. Lula também aprimorou e ampliou programas sociais já existentes, às vezes dando-lhes nomes novos para que o seu antecessor não recebesse o crédito por havê-los criado. No fim da era Lula, o Brasil ganhara reconhecimento pelo mundo afora, simbolizado pela decisão de sediar a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro, após uma campanha vigorosa liderada pessoalmente por Lula, que via isso como o seu presente de despedida à nação.

Contudo, os oito anos de Lula no poder também podem ser considerados os mais corruptos da história do Brasil republicano, em termos de quantidade de dinheiro envolvido e número de escândalos. Diversas pesquisas, no entanto, mostraram que, embora os brasileiros vissem com repugnância a enxurrada de subornos, fraudes, sordidez, desonestidade, conduta ilegal e nepotismo em Brasília, eles

não culpavam Lula pelas irregularidades, em vez disso dirigindo sua raiva contra os deputados e ministros.

Lula foi também propenso a rompantes de autoritarismo, como em 2004, quando, ofendido por um artigo que escrevi sobre seus hábitos etílicos, ele ordenou a minha expulsão, utilizando a mesma lei da época da ditadura outrora usada para silenciá-lo. Ele suspendeu essa ordem só depois que o Superior Tribunal de Justiça emitiu uma liminar, criticando-o severamente por se exceder em sua autoridade. "No Estado democrático de direito não se pode submeter a liberdade às razões de conveniência ou oportunidade da Administração", estabelecia a liminar. "E aos estrangeiros residentes no país, como aos brasileiros, são assegurados direitos e garantias fundamentais pela Constituição Federal." Houve outras tentativas por parte de Lula de controlar e intimidar a imprensa, as quais o Congresso Nacional, para seu mérito, se recusou a aprovar.

No geral, porém, a administração de Lula foi positiva para os brasileiros. Como todos os demais povos, eles tendem a votar com o bolso, e nesse quesito Lula obteve muito sucesso. Os rendimentos cresceram, a distribuição de renda melhorou de modo significativo e duas décadas de hiperinflação tornaram-se uma lembrança remota. Investimentos de longo prazo em infraestrutura física e desenvolvimento humano também aumentaram consideravelmente, embora a educação tenha ficado para trás. Além disso, o Brasil está em paz com seus vizinhos e se tornou um grande exportador, com uma moeda estável que se fortaleceu de tal forma com relação ao dólar nos últimos anos que os brasileiros da classe média podem facilmente passar as férias nos Estados Unidos e na Europa.

O Brasil está hoje numa visível fase de transição. Em 2010, pela primeira vez desde a volta da democracia 25 anos antes, nenhum desses dois personagens colossais foi candidato ao cargo mais importante do país. Durante quatro anos, a partir de 1o de janeiro de 2011, o Brasil vem sendo governado por uma presidente cujo principal desafio é preservar e aperfeiçoar o balanço positivo dos dezesseis anos anteriores. Não é fácil, e não somente porque Dilma Rousseff não possui a vantagem do enorme carisma e popularidade de Lula. À medida que o país continua a crescer e prosperar, as muitas deficiências dessa complicada colcha de retalhos que é o seu sistema político deverão certamente piorar e a corrupção tenderá a crescer, o que forçará a presidenta a encarar esses desafios.

Um defeito fundamental que contribui para ambos os problemas é o incomum sistema de representação proporcional do Brasil, implantado pela Constituição de 1988, a nona da história do país. Em vez de um sistema em que o vencedor

leva tudo, como o dos Estados Unidos, do Reino Unido e de vários outros países europeus, o Brasil reparte a representação em seus corpos legislativos numa base percentual que corresponde à votação total. Nas eleições para o Congresso, não há, portanto, distritos: os partidos compõem chapas estaduais, e candidatos do mesmo partido competem para estar entre os mais bem colocados na lista do partido, a fim de aumentar suas chances de conseguir uma cadeira. Isso significa muito pouca competição entre os partidos durante as campanhas e uma grande quantidade de conflitos dentro dos mesmos, com uma vantagem óbvia para os candidatos mais endinheirados. Isso acarreta não somente falta de lealdade, mas também partidos cronicamente fracos e indisciplinados.

Uma consequência disso é que políticos frequentemente trocam de partido, em busca do melhor negócio para si e para seus seguidores. Não é incomum um deputado ser eleito como candidato por um partido, mudar para outro uma vez no Congresso e concluir seu mandato como membro de um terceiro. O caso mais notório, muitas vezes citado como exemplo de por que o Brasil precisa urgentemente de uma reforma política, é o do deputado que mudou de partido oito vezes ao longo de sua carreira legislativa, incluindo três estadas separadas, mas breves, no mesmo partido.

Oportunidades de manipular o sistema são abundantes porque o Brasil tem mais de vinte partidos políticos. Nem todos esses chamados partidos nanicos sempre possuem cadeiras no Congresso, mas muitos deles têm representação (e um desejo de aumentar seus números a qualquer preço) para permitir que essa desordem prossiga. Eles também têm sido eficazes em barrar repetidas tentativas de dinamizar as eleições e de tornar mais difícil para esses partidos se organizarem e participarem do sistema. Lembro-me como se fosse ontem quando entrevistei Fernando Henrique Cardoso, em abril de 1999, em Brasília, e escutei, cético, quando ele prometeu que a grande realização do seu segundo mandato seria uma reforma geral do sistema político. Uma década depois, essa reforma ainda não ocorreu, em grande parte devido ao poder desproporcional detido por essas pequenas "siglas de aluguel", como são conhecidas na gíria política de Brasília. Na verdade, a situação ficou ainda mais complicada depois da eleição de 2010, com 22 partidos atualmente representados no Congresso.

Essa confusa dispersão de representação dificulta, às vezes até impossibilita, que um presidente governe com autoridade, não importa de que tamanho seja o seu mandato eleitoral. Era isso que se esperava, obviamente, quando Fernando Collor de Mello teve uma vitória esmagadora em 1989, concorrendo sob a bandeira de um pequeno partido ao qual ele se filiou apenas para preencher o

requisito legal de que todo candidato precisa ter uma afiliação partidária. Mas isso foi verdade também com relação a Lula, que venceu duas vezes com grandes margens como candidato do PT. De fato, desde a volta da democracia há um quarto de século, nenhum presidente jamais desfrutou o privilégio de ter o seu partido detendo maioria absoluta no Congresso, com exceção de José Sarney durante a convenção que redigiu a Constituição de 1988.

Por causa disso, conseguir que qualquer legislação seja aprovada requer constante negociação, a fim de alcançar a maioria necessária, com alianças instáveis e movediças cuja composição muda de um projeto de lei para outro. Alguns presidentes, graças ao seu temperamento ou experiência, têm sido mais hábeis nesse tipo de coisa do que outros. José Sarney, por exemplo, ele mesmo uma criatura do Congresso, foi talvez o mais astuto em forjar essas alianças temporárias quando deteve o poder entre 1985 e 1990. FHC, apesar de ser um acadêmico e um intelectual que precisou tampar o nariz e aprender a barganhar, também se saiu surpreendentemente bem, especialmente nas negociações de 1997, que possibilitaram uma mudança constitucional permitindo que presidentes concorram a um segundo mandato consecutivo. Lula, por outro lado, sempre demonstrou aversão pelo processo, apesar de sua vasta experiência como líder sindical, acostumado a sentar-se à mesa de negociações com patrões e fazer acordos com eles.

É óbvio que essa situação acarreta corrupção desenfreada, o que infelizmente se tornou uma das bases e principais características do sistema político brasileiro, deformando o processo legislativo. Uma coisa é um presidente — ou seus aliados e os líderes do seu partido no Congresso — apoiar um projeto de um deputado de outro partido, em troca do seu voto em um projeto de lei que o presidente quer aprovar: esse tipo de fisiologismo acontece em todas as democracias. Porém, no Brasil moderno de hoje, esforços para aliciar deputados amiúde vão muito além disso. Eles também adotam práticas tais como agraciar algum parente ou amante do deputado com uma sinecura, troca de favores entre ministérios e agências reguladoras que fiscalizam atividades lucrativas, como comunicações e transporte, e até mesmo a compra descarada de votos.

Numerosos indícios provam que tais métodos têm sido utilizados em todas as administrações desde o fim da ditadura militar. Porém, o exemplo mais notório e público é o chamado escândalo do mensalão, que veio à luz perto do fim do primeiro mandato de Lula e pode ter influenciado a sucessão presidencial em 2010, provocando a renúncia de alguns dos conselheiros mais próximos do presidente, vistos como sucessores em potencial. Num testemunho público em

2005, o líder de um pequeno partido aliado do presidente declarou que membros do PT haviam oferecido a deputados até 400 mil dólares para cada um para que ingressassem em partidos aliados, e depois pago mensalidades de 12.500 dólares àqueles que mudaram de partido. Foi instaurada uma CPI, que apurou que cerca de vinte deputados estavam envolvidos no esquema. Muitos dos implicados renunciaram ou tiveram seus direitos políticos cassados, e outros quarenta foram acusados por promotores públicos, num processo que percorre até hoje as cortes brasileiras.

Esse sistema de troca de favores, mexer os pauzinhos e comprar e vender apoios, seja por dinheiro, seja por outras considerações, precede a constituição adotada em 1988. A prática brasileira do clientelismo, que Augusto de Franco, no seu livro *Pobreza e desenvolvimento local,* definiu como um "modo de regulação autocrático" envolvendo uma "cadeia vertical de subordinações e favores", está de fato tão profundamente entranhada na política do país que conseguiu sobreviver a duas décadas de esforços das forças armadas para extirpá-la. A sucessora de Lula herdou esse sistema carcomido e paralisante, e, independentemente do tamanho do mandato eleitoral registrado em outubro de 2010, ela vai inevitavelmente descobrir que, enquanto não for eliminado — o que seria uma tarefa hercúlea —, a necessidade de fazer acordos vai constantemente limitar a sua habilidade de governar.

Em alguns outros aspectos importantes, no entanto, a ditadura militar foi bem-sucedida em organizar e guiar a transição gradual do Brasil de volta à democracia. Isso faz da situação do Brasil bastante diferente da dos países vizinhos que também padeceram sob governos repressivos de extrema direita, nas décadas de 70 e 80. No Chile, o general Augusto Pinochet não tinha intenção alguma de abrir mão do poder, até que ele inesperadamente perdeu um referendo organizado para ratificar seu governo perpétuo, enquanto o brutal regime militar da Argentina, a despeito de suas ambições de longo prazo, simplesmente desmoronou, desacreditado após sofrer uma derrota humilhante da Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, de 1982. No Brasil, em contrapartida, durante pelo menos dez anos antes da volta à democracia, começando no mandato do general Ernesto Geisel, os militares prepararam a devolução do poder aos civis, num processo que resultou relativamente ordeiro e pacífico quando comparado com a situação nos países vizinhos.

Mesmo no auge da ditadura, no início dos anos 70, quando o general Emílio Médici estava no poder, os militares procuravam manter uma certa fachada de democracia e conservar pelo menos algumas das instituições existentes antes do

golpe. Os partidos políticos tradicionais foram proscritos, mas, ao contrário da Argentina e do Chile, a atividade político-partidária não foi. Em vez disso, criou-se um sistema bipartidário artificial e cuidadosamente controlado, com os apoiadores do regime arrebanhados numa entidade chamada Aliança Renovadora Nacional, e todos os oponentes, independentemente de ideologia, reunidos no Movimento Democrático Brasileiro, mencionado no capítulo 1. Os próprios militares não fingiam estar operando uma democracia; em vez disso, eles descreviam o seu governo como "estado de exceção", que eventualmente terminaria, embora ninguém soubesse exatamente quando.

Além disso, a repressão política, ainda que ampla e profundamente detestada, com toda razão, pelos brasileiros, nunca foi tão feroz quanto na Argentina ou no Chile em seus piores momentos, fato que provou ser importante depois de 1985. Milhares de opositores políticos da ditadura tiveram seus direitos políticos cassados ou foram forçados a se exilar, e cerca de 400 pessoas, a maioria guerrilheiros marxistas e seus simpatizantes, foram raptadas e assassinadas; mas não houve uma chacina generalizada da classe política. No Chile e especialmente na Argentina, onde a lista dos mortos chegou a cerca de 30 mil, intelectuais como FHC e líderes sindicais como Lula simplesmente desapareciam e eram assassinados. O extermínio de toda uma geração de jovens inteligentes e politicamente engajados ajuda, de fato, a explicar a mediocridade da liderança argentina nos últimos anos.

Ao contrário desses países, o Brasil foi relativamente afortunado, embora decerto não parecesse na ocasião. Os anos de FHC no exílio ampliaram sua perspectiva política e econômica, levando-o a se afastar do simplismo de teorias de cunho marxista, como as que ele subscrevia em livros como *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* Lula nunca foi obrigado a deixar o país, embora fosse constantemente importunado, ameaçado e até, por um curto período, aprisionado. No entanto, mesmo essa prisão revela algo fundamental sobre a natureza da política no Brasil e quanto difere da de outros países sul-americanos. Enquanto Lula estava detido sob a acusação de subversão, sua mãe morreu, e Romeu Tuma — que, como chefe da polícia política de São Paulo, era responsável pela perseguição e tortura dos inimigos e críticos do regime militar — autorizou a libertação temporária de Lula para que ele pudesse comparecer ao funeral.

Posteriormente, até seu falecimento, em 2010, Tuma foi senador pelo estado de São Paulo e, embora defensor implacável da lei e da ordem, além de membro de um partido de oposição direitista, ele apoiou Lula em algumas ocasiões. Em

2007, seu filho, Romeu Tuma Jr., membro de um partido aliado de Lula, foi nomeado secretário nacional de Justiça. Isso talvez simbolize, melhor que qualquer outro exemplo, um aspecto positivo do pragmático sistema brasileiro de lealdades políticas maleáveis. Ao contrário de outros países da América Latina, o passado realmente é passado, e rixas e antagonismos históricos podem ser perdoados, se não esquecidos, em vez de transmitidos de geração para geração.

O que tudo isso significa agora que o Brasil deixou a era FHC-Lula? Mesmo que os brasileiros se sintam tentados a ter uma recaída em seu afeto por líderes carismáticos, com os quais o eleitorado pode criar vínculos emocionais, isso vai ser difícil. A eleição presidencial de 2010 foi incomum, com os dois partidos principais escolhendo candidatos notoriamente desprovidos de carisma. Tanto José Serra, representando o Partido da Social-Democracia Brasileira (psdb), quanto Dilma Rousseff, do PT, começaram a campanha com a reputação de serem oradores sem graça e pouco calorosos no contato pessoal com eleitores, e eles pouco fizeram no decorrer da disputa eleitoral para desfazer tal percepção. É muito cedo para dizer se a escolha de candidatos vistos como reservados ou antipáticos representa uma mudança na política presidencial do Brasil, ou se o pleito de 2010 foi apenas uma curiosa coincidência que não se repetirá; mas essa foi a dinâmica inesperada e atípica que caracterizou essa eleição.

Serra (o único dos grandes aspirantes à presidência nos últimos anos a ser conhecido pelo sobrenome) e Dilma diferem em muitos aspectos, mas ambos são personalidades cerebrais, tecnocratas, que frequentemente se destacam como ministros, mas raramente obtêm sucesso ao concorrer para o mais alto cargo executivo do Brasil. Serra, de fato, sofreu uma derrota esmagadora na eleição de 2002, recebendo 20 milhões de votos a menos e ficando 22 pontos percentuais atrás de Lula. Sua história de vida, no entanto, é bastante atraente, e, como a de Lula, resulta de uma combinação de origem humilde, mobilidade social e perseguição política. Acontece que Serra, como é de seu estilo, sempre foi reticente em usar suas experiências pessoais para ganhar votos; em vez disso, ele prefere dar ênfase às suas realizações intelectuais e se apresentar ao público como um homem de ideias e habilidade administrativa.

Nascido em São Paulo em 1942, José Serra foi filho único de um imigrante italiano, que vendia frutas num mercado local, e de uma filha de imigrantes italianos; ambos economizaram o que puderam para que seu filho pudesse receber a melhor educação possível. Primeiro membro de sua família a ingressar na faculdade, Serra inicialmente estudou engenharia e logo ficou tão

profundamente envolvido em política estudantil que foi eleito presidente da União Nacional Estudantil em 1963. Por causa disso, ele era frequentemente o orador mais jovem nos comícios que o governo esquerdista de Goulart organizou numa tentativa malsucedida de mobilizar o apoio da população e impedir o golpe militar.

Por causa da sua proeminência, Serra foi obrigado a se esconder logo que as forças armadas tomaram o poder em 31 de março de 1964. Inicialmente, após se refugiar na Embaixada da Bolívia, ele se exilou na França, mas eventualmente foi parar no Chile, onde permaneceu até que o governo de Salvador Allende foi derrubado, a 11 de setembro de 1973, em outro golpe militar apoiado pelos Estados Unidos. No Chile, Serra trocou a engenharia pela economia, tornou-se amigo íntimo de Fernando Henrique Cardoso e de outros intelectuais que mais tarde fundariam o psdb, conheceu e se casou com Silvia Monica Allende, uma bailarina chilena (sem parentesco com o presidente Allende) que mais tarde se tornou psicóloga.

Depois que Pinochet tomou o poder, no entanto, Serra foi preso quando tentava deixar o país e detido no Estádio Nacional, onde centenas de outros esquerdistas foram executados. Num golpe de sorte, eventualmente conseguiu se refugiar na embaixada italiana e passou oito meses lá antes de partir para os Estados Unidos, onde obteve um Ph.D. em economia na Universidade Cornell e depois lecionou em Princeton e outras universidades estadunidenses. Voltou ao Brasil somente em 1978, após catorze anos no exílio. Embora ainda proibido pelo governo de se candidatar a cargos eletivos, Serra imediatamente mergulhou na política, mas permaneceu nos bastidores.

Durante o início da década de 80, Serra foi consultor econômico de líderes oposicionistas, o que o levou a se tornar secretário do Planejamento do estado de São Paulo quando a oposição chegou ao poder, em 1983. Foi eleito deputado em 1986 e senador em 1994, nomeado ministro do Planejamento pouco depois que seu amigo FHC se tornou presidente, e de 1998 a 2002 serviu como ministro da Saúde. Não parecia um cargo particularmente glamoroso, mas Serra fez nele um trabalho exemplar. Supervisionou um programa de combate à aids que reduziu muito a taxa de mortalidade causada por essa doença e se tornou um modelo mundial recomendado pela ONU; estimulou a produção de medicamentos genéricos para ajudar a estender a assistência médica aos pobres e teve a ousadia de quebrar as patentes de empresas farmacêuticas internacionais, que insistiam em cobrar preços altos por medicamentos que os pacientes de aids e vítimas de várias doenças tropicais precisavam, mas não podiam custear.

Na eleição presidencial de 2002, Serra emergiu como o candidato de reserva depois que a primeira escolha lógica do Psdb, Mário Covas, governador de São Paulo, morreu de câncer na bexiga aos 70 anos. A essa altura, no entanto, o psdb estivera no poder por oito anos, e o Brasil estava visivelmente ansioso por mudanças. Lula personificava essa inclinação de um modo que Serra simplesmente não podia, além de ter maior carisma pessoal. Assim, Serra sofreu uma derrota tão grande que até pareceu predestinada. Ele foi de novo a Princeton para lecionar e estudar; mas, após voltar para casa em 2004, foi eleito prefeito de São Paulo e, dois anos depois, governador do estado de São Paulo, o que lhe deu a tribuna e a visibilidade política que ele não tivera como ministro.

Tal como seu amigo FHC, Serra evoluiu de marxista ortodoxo a adepto da social-democracia em estilo europeu, conforme praticada em países como a Suécia ou a Grã-Bretanha de Tony Blair. Ele parece particularmente interessado em questões de desenvolvimento e contempla um papel economicamente forte para o estado com mais simpatia que alguns outros membros do seu partido. A classe empresarial de São Paulo o tem apoiado resolutamente em cada etapa de sua carreira nos últimos vinte e cinco anos, em parte porque ele tem geralmente apoiado grandes projetos de investimento governamental. Essas ligações com São Paulo têm sido uma desvantagem, contudo, no Nordeste, onde Serra frequentemente é visto como indiferente às necessidades dessa região. Tal percepção não corresponde à realidade, uma vez que o Nordeste se beneficiou enormemente com o trabalho de Serra à frente do Ministério da Saúde, mas ela continua a perseguir Serra e prejudicar o seu partido.

Como José Serra, Dilma Rousseff é economista e filha de pai imigrante. Oriundo da Bulgária, onde foi membro do Partido Comunista, Petar Rousseff veio ao Brasil nos anos 1930, estabelecendo-se em Minas Gerais como um próspero homem de negócios, especializando-se em construção civil e administração de imóveis. Segunda de três irmãos, Dilma, nascida em Belo Horizonte em dezembro de 1947, foi criada com regalias da classe média: escola particular, aulas de piano, um professor de francês, empregados e fins de semana em um clube social exclusivo.

Incentivada pelos pais, Dilma também se tornou (e permanece) uma leitora voraz, o que a levou a desenvolver profundo sentimento de indignação por causa das injustiças sociais que via ao seu redor. Quando terminou o colegial, pouco depois do golpe militar de 1964, ela já havia se engajado e mergulhado em política estudantil. Dali foi apenas um passo para o seu envolvimento no movimento clandestino marxista-leninista empenhado em derrubar a ditadura, e,

antes de completar 21 anos, Dilma juntou-se a um grupo de guerrilha fora da lei, o Comando de Libertação Nacional.
Um ano mais tarde, depois que a polícia e agentes da inteligência rastrearam e prenderam membros da organização dela que haviam assaltado um banco a fim de angariar fundos para a sua causa, Dilma foi forçada a largar seus estudos universitários, entrar na clandestinidade e adotar um disfarce e um nome falso. Sua organização fundiu-se pouco mais tarde com outra, chamada Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, que se mudava entre várias casas seguras no Rio de Janeiro e em São Paulo, enquanto ela auxiliava a obter e esconder armas e dinheiro, dava aulas de teoria marxista e ajudava a supervisionar as finanças da organização.
Exatamente qual a importância do papel que Dilma desempenhou na resistência armada à ditadura tem sido assunto de debate, que apenas se intensificou à medida que a notoriedade dela aumentava nos últimos anos. Relatórios da inteligência militar e de promotores na época em que ela estava na clandestinidade se referem a ela como "Joana d'Arc da subversão" e afirmam que ela "controlava vastas somas de dinheiro" para o grupo. "Ela é um dos cérebros do esquema revolucionário posto em funcionamento pela esquerda radical", assevera um documento. "É uma pessoa de dotes intelectuais consideráveis." Porém, ex-comparsas recentemente entrevistados pela imprensa zombam dessa versão, dizendo que a polícia secreta e o aparato de espionagem deliberadamente exageravam a importância de Dilma, porque assim poderiam se gabar da própria habilidade quando eventualmente a prendessem ou matassem.
Por essas razões é difícil, se não impossível, determinar qual papel Dilma desempenhou (se é que teve algum) no planejamento e execução de um dos atos mais notórios de "expropriação revolucionária" durante o período mais repressivo da ditadura: o roubo, em 1969, de um cofre que continha cerca de 2,5 milhões de dólares, da casa de uma amante de Adhemar de Barros, o notoriamente corrupto ex-governador de São Paulo. Barros, cujo *slogan* de campanha era "Ele rouba, mas faz", havia acumulado uma fortuna à custa do povo, e a Vanguarda Armada Revolucionária o considerava um alvo cuja expropriação contaria com a simpatia popular. Em entrevistas, Dilma repetidamente negou envolvimento no assalto. Militares e membros do serviço de inteligência, no entanto, acusaram-na tanto de planejar o assalto quanto de distribuir do dinheiro que ele rendeu, e documentos que aparentam ser relatórios oficiais do suposto envolvimento dela, os quais podem ou não ser falsificados, também têm circulado nos últimos anos.

Qualquer que tenha sido o papel dela na guerrilha clandestina, Dilma foi de fato capturada em São Paulo, em meados de janeiro de 1970. No cárcere, ela foi severamente torturada. Em queixas judiciais encaminhadas mais tarde, ela afirmou ter sido espancada, submetida a choques elétricos e amarrada durante horas em varas suspensas horizontalmente, uma prática comum da ditadura militar, conhecida como "pau de arara". Condenada por algumas acusações e absolvida de outras, ela foi libertada no fim de 1972 e se mudou para Porto Alegre, a fim de ficar perto de um namorado — mais tarde marido — aprisionado lá e para retomar seus estudos de economia, os quais concluiu em 1977, pouco depois do nascimento de sua única filha.

Daí em diante, todas as atividades políticas de Dilma ocorreram dentro do sistema político-partidário convencional. Inicialmente ela era filiada não ao PT, mas ao PDT, que se considera herdeiro de Getúlio Vargas e suas ideias, e que concorreu na eleição de 2006 com um candidato adversário de Lula. Ela liderou a usina de ideias do partido, a Fundação de Economia e Estatística, e enquanto o partido esteve no poder ela serviu como secretária municipal das Finanças em Porto Alegre e secretária estadual de Minas, Energia e Comunicações. Depois que o PT assumiu de novo o poder no Rio Grande do Sul em 1999, Dilma foi convidada a reassumir a Secretaria de Minas e Energia. Ela resolveu aceitar a oferta e permaneceu mesmo depois que líderes do seu próprio partido quiseram que ela saísse, o que contribuiu para que ela trocasse de partido em 2000, ingressando no PT.

Desde então, a ascensão de Dilma foi nada menos que espetacular. Ela chamou a atenção de Lula pela primeira vez durante a campanha presidencial de 2002, como membro de um comitê cuja função era elaborar a política relativa a energia. Esperava-se que o cabeça desse grupo fosse nomeado ministro das Minas e Energia depois que o PT vencesse; mas Lula surpreendeu os analistas políticos ao escolher Dilma. Segundo outros conselheiros de Lula, ele ficou impressionado com sua eficácia, capacidade organizacional, domínio sobre questões e números, equilíbrio sob pressão e habilidade em argumentar e defender seus pontos de vista.

Mesmo assim, Dilma era um personagem obscuro quando chegou a Brasília em 2003, e emergiu como sucessora de Lula, escolhida mais a dedo que por meio de prévias do partido, quase por eliminação, devido em grande parte à distância dela da enxurrada de escândalos de corrupção que enxovalhou o governo Lula. Quando o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, Lula parecia estar preparando dois outros ministros para suceder-lhe. Esses favoritos iniciais,

ambos com bases fortes e um histórico longo dentro do partido, eram Antônio Palocci, médico e ex-prefeito de Ribeirão Preto, nomeado por Lula seu ministro da Fazenda, e José Dirceu de Oliveira e Silva, conhecido popularmente como José Dirceu, seu chefe da Casa Civil. Dilma, como relativamente nova no partido e escalada para um papel secundário, não foi mencionada por ninguém.

Contudo, Palocci e Dirceu caíram por causa de escândalos separados de corrupção, durante o primeiro mandato de Lula: Dirceu em meados de 2005, devido ao mensalão, e Palocci no início do ano seguinte, após ser acusado de manter encontros secretos com lobistas numa mansão em Brasília, alugada para esse propósito. Dirceu retomou seu assento no Congresso, mas sofreu *impeachment* no fim de 2005 e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, o que o deixa sem ação até o meio da década atual. Palocci, nascido em 1960, também voltou ao Congresso, mas procurou não chamar atenção nos anos seguintes. Os dois homens, segundo se diz, ainda nutrem fortes ambições para cargos mais altos, mas, apesar dos esforços do PT em limpar a imagem deles, a reabilitação da reputação de cada um tem sido lenta. (No entanto, quando Dilma assumiu a presidência, no início de 2011, Palocci foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil, cargo que o deixou mais uma vez numa posição muito privilegiada, no coração do poder, mas fora dos holofotes.)

Para preencher o vácuo deixado pela queda de José Dirceu, que havia funcionado como uma espécie de primeiro-ministro, desempenhando as tarefas rotineiras do governo que Lula achava tediosas ou desagradáveis, o presidente recorreu a Dilma. Ela já havia demonstrado ser um dos membros mais capazes e disciplinados do gabinete de Lula, e, como essas qualidades eram dolorosamente escassas no Palácio do Planalto, ela foi a escolha lógica para se tornar a nova chefe da Casa Civil. À medida que ela resolvia um problema após o outro, a admiração de Lula por ela crescia, e em 2008, a despeito das ambições de um punhado de governadores e deputados, havia pouca dúvida de que Dilma era a herdeira política dele.

Como resolvedora de problemas e negociadora de Lula, Dilma encontrava-se com ele quase diariamente, e muitas vezes viajava com Lula pelo Brasil e para o exterior. Embora com apenas dois anos de diferença de idade, "eles têm um relacionamento de pai e filha", disse o secretário de Imprensa de Lula em 2009. Isso não quer dizer que não houvesse queixas dentro do PT, e não apenas porque a rápida ascensão de Dilma frustrava aspirações alheias. A despeito de sua ostensiva capacidade e experiência administrativa, Dilma nunca concorrera a cargos eletivos antes que Lula a ungisse sua sucessora. Sim, ela dirigira

campanhas e escrevera estudos técnicos e discursos para candidatos, mas sempre trabalhara nos bastidores, nunca como centro das atenções ou discursando na tribuna, e, à medida que sua notoriedade aumentava, aumentava também a especulação sobre qual tipo de plano B Lula guardava na manga se a candidatura dela não decolasse.

A falta de experiência de Dilma no vale-tudo de uma campanha política não era vista necessariamente como um defeito fatal. Michelle Bachelet também era uma novata política quando concorreu à presidência do Chile em 2005, após servir como ministra da Saúde e depois da Defesa, e rapidamente aprendeu a combinar certa falta de jeito nesse novo papel com um calor humano e franqueza quase maternais, fazendo com que esses atributos trabalhassem a seu favor. Dilma, no entanto, não demonstrou esse mesmo talento.

Uma das deficiências de Dilma durante a campanha foi, de fato, que ela demonstrava os mesmos traços de personalidade que a tornavam tão eficaz como braço direito de Lula. A sua oratória foi sempre pedagógica em vez de inspiradora, e ela parece às vezes lacônica, abrupta, rígida, impaciente, ríspida, severa, quase autoritária, no seu trato com os outros. Ninguém jamais duvidou da inteligência ou competência de Dilma, mas mesmo seus colegas de partido duvidavam de sua habilidade em interagir com eleitores num nível pessoal, o que continua sendo a chave para o sucesso na política brasileira. Em 2008, Dilma submeteu-se a uma cirurgia plástica, que suavizou sua aparência e a fez parecer menos austera. Mas a piada da época era: "Quando ela vai fazer plástica na sua personalidade?"

Como candidata cuja primeira campanha foi para o mais elevado cargo do país, Dilma foi também submetida a intenso escrutínio a respeito do seu passado, e não somente sobre suas atividades guerrilheiras. Sua biografia oficial inicialmente alegou que ela obtivera mestrado e doutorado em economia numa das mais prestigiosas universidades do Brasil. Porém, uma investigação conduzida pela revista *Piauí* em 2009 descobriu que ambas as alegações eram falsas, e em meio a uma tempestade de críticas ela corrigiu seu *curriculum vitae.*

Também houve questionamentos referentes à sua saúde. Em abril de 2009, Dilma anunciou que médicos haviam removido um tumor cancerígeno do seu seio, admitiu que também sofria de linfoma e começou a fazer quimioterapia. Ela parece ter se recuperado, mas recordações da experiência penosa de Tancredo Neves em 1985, e o trauma nacional que ela causou, permanecem na lembrança de milhões de brasileiros.

Dilma não foi a primeira mulher a concorrer à presidência do Brasil, mas foi a

primeira candidata a representar um partido com chances realistas de vencer uma eleição. Como outras líderes poderosas, ela foi rotulada com apelidos do tipo "Dama de Ferro" e tem reclamado da "camisa de força" do estereótipo sexual. "Não sou criticada por ser dura, mas sim por ser mulher", declarou em 2009. "Sou uma mulher dura cercada por ministros meigos." No geral, porém, a novidade da ideia de uma mulher presidente favoreceu Dilma, criando uma aura de entusiasmo e curiosidade que faltariam na campanha de um candidato homem com as mesmas qualificações e formação. E, a despeito da reputação machista do país, os eleitores brasileiros não hesitaram em elegê-la presidente, tampouco a outras mulheres como governadoras, prefeitas (incluindo duas em São Paulo) e deputadas.

Dilma não foi a única mulher a concorrer na corrida presidencial de 2010. Também concorreu Marina Silva, uma senadora do Acre e candidata pelo Partido Verde, cuja trajetória política seguiu o caminho oposto ao de Dilma. Ela pertenceu ao PT desde os primeiros dias e chegou a ser uma estrela no ministério empossado junto com Lula em 2002, mas se decepcionou com a política ambiental e relacionada à Amazônia do presidente e se demitiu, em protesto, do seu cargo de ministra do Meio Ambiente. Por fim, rompeu com o PT, que sempre a exibiu como um símbolo do seu compromisso com as causas ambientais, a Amazônia, os pobres e as minorias raciais.

Nascida numa família de onze irmãos, em 1958, Marina Silva é filha de um seringueiro e cresceu no coração da selva amazônica. Aos 15 anos, próxima da morte em consequência de um caso de hepatite erroneamente diagnosticado como malária, ela foi trazida para a cidade de Rio Branco, capital do Acre, onde ficou sob tratamento médico, morando com freiras. Ali aprendeu a ler e se matriculou na escola, eventualmente estudou história numa universidade local, tornou-se professora, converteu-se ao protestantismo evangélico e se juntou à fundamentalista Assembleia de Deus.

Devido à sua formação, ela também foi atraída ao movimento liderado por Chico Mendes, que em breve se tornaria o símbolo mundialmente famoso da Amazônia. O movimento dele fundia ativismo sindical com ambientalismo, e, juntos, Mendes e Marina fundaram uma federação sindical para seringueiros e outros trabalhadores rurais, pregando um evangelho de desenvolvimento econômico sustentável ambientalmente correto. Quando Mendes foi assassinado, em dezembro de 1988, ela se tornou a líder mais visível do movimento, e sua ascensão política acelerou: eleita deputada estadual em 1990, Marina concorreu vitoriosamente ao Senado em 1994 e foi reeleita duas vezes. Com a eleição de

Lula em 2002, foi a escolha óbvia para se tornar ministra do Meio Ambiente, e sua nomeação causou uma onda de otimismo que previa uma nova era de conscientização ambiental oficial.

Infelizmente, a realidade acabou sendo outra. Embora o desmatamento tenha declinado por alguns anos, Marina Silva perdeu muitas, se não a maioria, das batalhas que travou como ministra e foi ficando cada vez mais frustrada. Repetidas vezes Lula optou por políticas que os ambientalistas consideram nocivas: o uso de sementes geneticamente modificadas foi aprovado durante seu primeiro mandato, bem como a pavimentação de uma estrada que atravessaria o coração da Amazônia. Ao longo do segundo mandato a situação piorou, com a demarcação de áreas protegidas cada vez mais lenta e o governo adotando um novo plano de desenvolvimento da Amazônia que privilegiaria a atividade econômica e enfraqueceria os controles de licenciamento ambiental. Em 13 de março de 2008, cinco dias depois que o plano foi anunciado, Marina Silva demitiu-se como ministra para reassumir sua cadeira no Senado, e em agosto de 2009 deixou o PT e se filiou ao PV.

Sob muitos aspectos, Marina Silva é a anti-Dilma. Como pessoa, ela é gentil, afável, de fala mansa e aparência frágil devido a sequelas das várias doenças tropicais de que padeceu ao longo dos anos. E como afro-brasileira nascida numa família pobre, sua formação não poderia ser mais diferente da de Dilma. Politicamente, as duas mulheres também diferem e frequentemente entraram em conflito sobre questões políticas, quando serviam juntas sob Lula. Quando ministra das Minas e Energia, por exemplo, Dilma aprovou projetos de construção de enormes hidrelétricas na Amazônia sem as salvaguardas que Marina Silva insistia serem necessárias, e Dilma impacientou-se quando esses projetos foram adiados por causa de preocupações ambientais.

Se a saúde dela permitir, Marina Silva promete continuar sua atividade política e ambientalista por muitos anos. Como membro do Partido Verde, ela não tinha esperanças realistas de ser eleita presidente da República; mas é uma porta-voz e símbolo extremamente efetivos das causas ambientalistas e da Amazônia, além de ser conhecida e respeitada no exterior, o que ajuda a ela e ao seu partido em termos de captação de recursos. Sua credibilidade pessoal e popularidade são enormes, tanto que o Brasil parece disposto a desculpar o fato de que, por causa de sua crença religiosa, ela é contrária ao aborto e a favor de que o criacionismo seja ensinado nas escolas. Graças ao seu prestígio e dedicação, questões ambientalistas finalmente se tornaram um tema fundamental em qualquer campanha presidencial, situação que não deverá mudar tão cedo.

Tendo se beneficiado do crescimento que o Brasil experimentou nos últimos anos, os dois principais partidos do país pareciam haver aderido plenamente à economia de mercado agora vigente. Seria, portanto, improvável à primeira vista que um novo presidente, de qualquer partido, de repente abandonasse por completo essa abordagem ou a alterasse de modo drástico. Isso não quer dizer que políticos praticantes de um populismo semelhante ao de Getúlio Vargas e João Goulart em eras passadas, ou ao de Hugo Chávez nos dias atuais, não existam mais no Brasil. Essa posição é a de uma minoria, mas ainda tem vários seguidores. Na eleição presidencial de 2002, por exemplo, dois candidatos populistas, Ciro Gomes e Anthony Garotinho, receberam mais de 25 milhões de votos, somando 30 por cento dos votos no primeiro turno. No segundo turno, quase todos esses votos foram para Lula, e não para Serra.

Mesmo dentro do PT — fundado em 1980 como uma alternativa moderna e menos dogmática que os dois partidos comunistas tradicionais que sempre procuraram representar a esquerda — existe uma nostalgia, em alguns círculos, por um retorno à abordagem estatizante. Historicamente, o partido tem sido composto de facções, que vão desde ex-trotskistas e outros linhas-duras, conhecidos como "xiitas", até defensores da Teologia da Libertação, ambientalistas e sociais-democratas no estilo europeu. Desde o início, o único fator contínuo de união vem sendo a figura de Lula, que tem demonstrado uma habilidade notável para dar nó em pingo d'água. Se Dilma, uma relativa novata, terá a autoridade ou a inclinação, como presidenta, para refrear aqueles que nunca se conformaram com o abandono do socialismo por parte de Lula, e que continuam afirmando que a guinada capitalista do partido é apenas "por enquanto" e exigido "pelas condições atuais", é uma pergunta ainda sem resposta definitiva.

A última fase do mandato de Lula também se caracterizou por uma espécie de triunfalismo, até de arrogância, o que sugere que Dilma talvez sofra pressões para se desviar do caminho dos últimos dezesseis anos. A postura pública do partido é a de que todos os avanços e conquistas recentes do Brasil se devem exclusivamente à sabedoria de Lula e da sua política, uma posição que ao mesmo tempo ignora a imensa contribuição de FHC e o *boom* internacional de *commodities* dos últimos anos, liderado pela crescente demanda por matérias-primas da economia chinesa, que auxiliou a expansão do Brasil. A convicção de que Lula e o PT possuem uma espécie de toque de Midas e são infalíveis explica tanto a fracassada iniciativa diplomática com o Irã, em maio de 2010, quanto o clamor crescente, dentro do partido, para que a riquíssima exploração do pré-sal

e do gás natural seja colocada sob o controle do estado, sentimentos que deverão se intensificar, agora que o partido ganhou um terceiro mandato. Não ajuda muito o fato de os escritos econômicos de Dilma serem obscuros quando se trata de questões básicas, relacionadas aos papéis pertinentes ao estado e à iniciativa privada.

Talvez o que deva causar mais preocupação, agora que Dilma Rousseff venceu, é a possibilidade da recorrência do câncer, que a obrigaria a se submeter a tratamento médico ou debilitar-se a ponto de precisar ser substituída pelo seu vice-presidente, Michel Temer. Ele já foi três vezes presidente da Câmara dos Deputados e é membro não do PT, mas de uma agremiação aliada, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O Pmdb, que se originou da única entidade de oposição política aos militares permitida durante a maior parte da ditadura, não possui hoje nenhuma verdadeira ideologia própria. Ele existe principalmente como refúgio para políticos cuja maior preocupação seja obter e conservar os espólios do poder, independentemente de quem seja o presidente, e o grande bloco do partido no Congresso de fato o tornou um parceiro atraente de coalizão, primeiro no governo de FHC e depois no governo de Lula.

Temer, um advogado de São Paulo nascido em 1940, personifica bem esse pragmatismo não ideológico. Sob muitos aspectos, ele faz lembrar José Sarney, o vice-presidente eleito que assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves em 1985: um articulador político e negociador extremamente hábil, sem conhecimento de economia e, segundo seus críticos, com valores éticos pouco firmes. Na época em que o PT o nomeou colega de chapa de Dilma, o nome de Temer estava envolvido em escândalos de corrupção, um relacionado a uma empreiteira, em que ele figura como beneficiário de propinas, e outro ligado a pagamentos do mensalão. Temer nega qualquer ligação com práticas ilegais e atribuiu as acusações "vis e desonrosas" contra ele a maquinações de adversários políticos. Mas nunca ficou claro quais as suas convicções — se é que as tem — a respeito das importantes questões políticas e econômicas que o Brasil enfrenta.

Embora Lula já tenha servido os dois mandatos consecutivos como presidente permitidos por lei, sua carreira política talvez não tenha acabado. Após o resultado das eleições de 2010, é pouco provável que ele se retire para a quietude de uma aposentadoria, e, mesmo com a vitória de sua protegida à presidência, não se pode descartar a possibilidade de ele querer voltar ao Palácio do Planalto. Ao contrário da constituição estadunidense, que impede a mesma pessoa de ser presidente por mais de dois mandatos, a brasileira permite que um ex-presidente concorra a um terceiro mandato, desde que ao menos um mandato tenha

transcorrido desde o término do seu. A popularidade de Lula decerto permanecerá forte mesmo ele tendo deixado o cargo, e uma eventual crise ou desaceleração da economia nos próximos anos deixará o eleitorado brasileiro com mais saudade ainda da era Lula.

Também, agora que Dilma venceu, é provável que Lula queira continuar mexendo os pauzinhos dentro do partido, desempenhando o papel de fazedor de reis em vez de velho estadista. Até que ponto esse desejo vai se realizar, é impossível predizer. Dilma deve sua ascensão quase exclusivamente a ele, e tem havido muita especulação de que Lula quis Dilma na presidência com o propósito único de guardar o lugar para ele durante quatro anos. É difícil imaginar um presidente em exercício abrindo caminho em 2014 para deixar Lula concorrer de novo sem que isso resulte numa briga feia. No entanto, coisas ainda mais estranhas ocorreram, e existe um precedente bem ao lado, na Argentina. Em 2007, Nestor Kirchner optou por não concorrer a um segundo mandato consecutivo, preferindo em vez disso permitir que sua esposa, Christina, disputasse o cargo maior do país. Isso foi parte de um esquema para contornar a lei que limita os mandatos por lá, de modo que o casal pudesse se alternar no poder pelo tempo que os eleitores argentinos o tolerassem. Será isso o que Lula tem em mente quando fala de seu relacionamento pai-filha com Dilma?

Na pior das hipóteses, Lula vai querer continuar a dar palpite na política e nas nomeações, se o PT continuar no poder. O partido não teria escolha a não ser permitir. Lula tem sido seu único líder desde a fundação do PT, em 1980, e nem ele nem outros membros do partido fizeram um bom trabalho em preparar uma nova geração de líderes capazes de substituí-lo. O PT é identificado com uma única pessoa e o seu destino depende, em grande parte, da imagem e da presença de um líder que os eleitores acham mais popular e confiável do que o partido que ele representa.

Certamente foi construído um culto à personalidade de Lula, a fim de preparar o caminho para o seu eventual retorno. Em janeiro de 2010, precisamente quando a campanha presidencial estava prestes a começar, um filme hagiográfico intitulado *Lula, o filho do Brasil,* o mais caro já produzido no país, foi lançado e logo se tornou um sucesso de bilheteria. Feito com um custo de aproximadamente 10 milhões de dólares e baseado numa biografia autorizada de mesmo título, o filme cuidadosamente evita as controvérsias e escândalos de corrupção da presidência de Lula, ao escolher contar a história dele desde o seu nascimento na pobreza até a morte de sua mãe, em 1980, pouco depois que o PT foi fundado. Os produtores do filme disseram que de propósito não pediram

financiamento ao governo, a fim de evitar críticas de que deveriam favores a Lula. Mas pelo menos três empreiteiras em processo de licitação por contratos com o governo forneceram dinheiro, e o produto final é um retrato sentimentalista de Lula, descrito por críticos como idealizado demais e nada fiel aos fatos.

O perfil geral do Psdb, o outro grande partido nacional, é bastante diferente do PT. Ele não está atrelado a nenhum culto a personalidade, possui uma coerência ideológica maior e não conta com um único líder extremamente popular que personifique o partido, transmita a sua mensagem e estimule eleitores. No escritório de sua fundação no centro de São Paulo, FHC dirige farpas contra Lula e o PT, continua envolvido com a política interna do seu partido e, é verdade, às vezes tenta desempenhar o papel de fazedor de reis. Mas ele não é a única autoridade do partido, e um dos seus legados é que ele não apenas permitiu, mas até estimulou, o aparecimento de focos concorrentes de poder, ciente de que tal atitude é necessária para que o partido viva mais do que ele. O resultado disso é que a vontade de FHC nem sempre prevalece, e a sua voz, embora a mais alta de todas, é apenas uma das muitas que falam em nome do partido.

Dos jovens líderes emergidos desse ambiente revigorante, aquele que parece ter o futuro mais brilhante é Aécio Neves da Cunha, nascido em 1960. Neto do nunca empossado presidente Tancredo Neves, Aécio começou seu aprendizado político ao servir como secretário particular do seu avô, um mestre na arte da articulação e negociação, apelidado de Velha Raposa. Boa parte da simpatia residual, despertada entre os brasileiros pela morte trágica e frustrante na véspera da sua posse, talvez tenha sido transferida ao seu neto. Mas, além do sobrenome famoso, Aécio, divorciado e pai de uma filha adolescente, conta com outras vantagens a seu favor, entre elas a sua boa aparência e encanto pessoal.

As maiores qualidades de Aécio, no entanto, são a sua altamente requintada habilidade política e a sua excelente ficha de serviço como administrador. Elegeu-se deputado em 1986 e, pouco após o seu quadragésimo aniversário, tornou-se presidente da Câmara Federal. Em 2002, foi eleito o mais jovem governador de Minas Gerais, o segundo estado mais populoso do Brasil, sucedendo ao ex-presidente Itamar Franco, que deixara o estado na bancarrota. No fim do seu primeiro mandato, no entanto, Aécio foi capaz de anunciar que o déficit de Minas Gerais era zero. Reeleito em 2006, não pôde tentar, por restrição da lei, um terceiro mandato. Ele anunciou que concorreria à presidência em 2009, mas eventualmente se retirou da disputa e concorreu a uma cadeira no Senado, a qual obteve graças à sua enorme popularidade.

Ao contrário de muitos do Psdb, Aécio manteve relações pessoais e de trabalho cordiais com Lula, tão cordiais que o presidente tentou, no seu segundo mandato, afastar Aécio da oposição e atraí-lo para o partido aliado seu, o Pmdb. Se a tentativa tivesse sido bem-sucedida, Lula parecia disposto a fazer de Aécio o seu sucessor, caso a candidatura de Dilma não decolasse, ou ao menos era essa a fofoca política que corria em Brasília nos últimos anos da década passada. Porém, como Aécio escolheu continuar na oposição, ele é visto como o candidato mais provável do Psdb à eleição presidencial de 2014.

A cadeira no Senado vai dar a Aécio não somente um palanque político confortável nos próximos oito anos, mas também vai lhe garantir a notoriedade nacional de que ele precisa para ter sucesso em sua tentativa de ser presidente. Certamente não lhe faltam outras qualidades de liderança. Em 2002, quando Howell Raines, editor executivo do *The New York Times* na época, visitou o Brasil, consegui marcar um almoço com Aécio, então presidente da Câmara dos Deputados, no hotel Copacabana Palace, no Rio. Bronzeado, cordial e exalando autoconfiança, Aécio dominou facilmente a conversa, e, depois que terminamos e ele se foi, perguntei a Raines o que ele havia achado. "Acho que acabamos de almoçar com um futuro presidente do Brasil", ele respondeu, uma avaliação que muitos outros também fizeram, antes e depois. A única pergunta, deixando de lado a possibilidade de algum problema de saúde ou escândalo pessoal imprevisto, parece ser quando Aécio cumprirá essa profecia.

Mas, enquanto o próprio sistema político não for revisado, nenhum chefe de estado brasileiro, não importa de qual partido, pode ter esperança de ser um executivo realmente moderno. Embora a economia tenha chegado ao século XXI, graças às mudanças ocorridas desde o fim da ditadura militar, o sistema político continua retrógrado, prisioneiro de práticas e atitudes arcaicas. Esse abismo se alargou nos últimos anos, apesar de medidas contra a corrupção política como a Lei da Ficha Limpa, e uma imensa quantidade de riqueza nova ameaça aumentar essa disparidade ainda mais. Bilionários recentes e as empresas que eles administram têm se tornado mais ousados em suas tentativas de suborno, corroendo os valores e princípios democráticos para servir aos seus próprios interesses mesquinhos.

Para que funcione, a reforma precisaria incluir diversos elementos que os cientistas políticos brasileiros e grupos cívicos pelo bom governo defendem há muito tempo. Proibir, ou pelo menos restringir, a mudança de partido pelos políticos eleitos seria um bom começo. O voto distrital, em vez de obrigar candidatos a deputado federal e estadual a concorrer em chapas estaduais,

também poderia surtir efeitos positivos, assim como escolher candidatos por meio de primárias, em vez das negociatas e trocas de favores que predominam no processo seletivo atual. Realocar a distribuição das cadeiras no Congresso segundo o princípio de um homem, um voto, também ajudaria muito, pois reduziria o poder de estados nordestinos que continuam dominados por famílias oligárquicas e beneficiaria estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde o eleitorado é maior, mais instruído e com mais probabilidades de exigir o fim dos abusos e das práticas retrógradas.

A aprovação e aplicação de uma rigorosa lei de financiamento de campanha provavelmente acarretariam grandes transformações. Do jeito que as coisas estão agora, nem os candidatos nem os partidos políticos declaram todas as doações que recebem, situação que estimula contribuições clandestinas, bem como abuso e corrupção generalizados. Acredita-se que todos os grandes partidos administrem fundos secretos, conhecidos como "caixa dois", em acréscimo às quantias que os candidatos publicamente admitem gastar em suas campanhas. Muito desse dinheiro vem de doações por debaixo do pano de empresas interessadas em contratos com o governo, como empreiteiras, ou em legislação que favoreça os seus interesses. As somas, muitas vezes pagas em dinheiro vivo, vão para contas bancárias no exterior e depois são recicladas de volta para o Brasil, constituindo o grosso do financiamento das despesas de campanha e propaganda política.

A política brasileira mudou drasticamente, na maior parte para melhor, desde que pus os pés no país, há quase quarenta anos. O que os governantes militares então mais temiam acabou acontecendo: um líder sindical de esquerda foi eleito presidente e foi sucedido por uma ex-militante de um grupo de resistência armada. Mas a instabilidade do início dos anos 60 que derrubou a democracia não voltou a acontecer: sinal da maturidade política do Brasil.

Homens públicos eleitos podem se expressar livremente sem risco de serem encarcerados ou de terem seus direitos cassados. A imprensa é clamorosa e combativa, o Judiciário não hesita em criticar ou frear o Poder Executivo, e grupos cívicos, religiosos, profissionais e ambientalistas obtiveram participação no processo governamental.

A democracia brasileira pode ser barulhenta, bagunçada e imperfeita, mas de um modo geral tem servido bem ao povo brasileiro. O desafio agora é reunir a coragem para dar o próximo passo e jogar fora os vestígios de práticas autocráticas de séculos... ou arriscar perder o apoio dos eleitores e solapar o processo que vem evoluindo nos últimos vinte e cinco anos.

POSTSCRIPTUM O primeiro ano de Dilma

No dia 1o de janeiro de 2011, Dilma Rouseff foi empossada como a primeira mulher presidente do Brasil, com 56 por cento dos votos ganhos no segundo turno, contra José Serra, num total recorde de 106,5 milhões de votos depositados nas urnas. Apesar da contínua crise econômica na Europa e nos Estados Unidos no momento em que ela assumiu o poder, o Brasil estava em muito boa situação, a economia tendo crescido 7,5 por cento em 2010, a terceira taxa mundial mais alta, e a moeda nacional, o real, fortalecida diante do dólar e do euro. As exportações disparavam e cresciam as reservas monetárias, bem como a estatura econômica e política do Brasil ao redor do mundo. Ao mesmo tempo, a política interna era mais estável do que nunca, como ficou claro pela serena resposta de cada instituição brasileira importante, a militar incluída, à chegada de uma ex-guerrilheira à presidência.

Durante seu primeiro ano no Palácio do Planalto, Dilma mostrou ser uma pragmática de carteirinha. Diante do perigo de uma economia superaquecida e das pressões inflacionárias acumuladas, ela não hesitou em tomar medidas para desacelerar o crescimento, limitando, por exemplo, o aumento do salário mínimo e restringindo os gastos governamentais — mesmo que isso desagradasse a gente de seu próprio partido. Na área de política exterior, de forma imediata e bem pública, começou a afastar o Brasil de uma relação com o Irã, vista por muitos brasileiros como demasiado próxima. Criticou a discriminação contra as mulheres e os abusos de direitos humanos naquele país, ao mesmo tempo em que reafirmava a posição independente do Brasil no Oriente Médio, recusando-se a votar a favor da resolução da ONU que permitia à otan intervir na Líbia e ajudar a derrubar Muammar el-Qaddafi.

Essa abstenção foi anunciada justo no momento em que o presidente norte-americano, Barack Obama, chegava a Brasília numa visita de Estado. Durante os anos Bush, um desacordo como esse, sobre um tema importante de política exterior, provavelmente teria gelado o clima da visita. Obama, porém, não se alterou, manteve o seu ar tranquilo e até viajou ao Rio, para parabenizar a cidade

por haver sido escolhida como sede da Olimpíada de 2016, e, de quebra, realçar o interesse de companhias americanas que querem vender equipamentos ao Brasil nas prósperas áreas de petróleo, gás e telecomunicações. No final, saiu-se com um tom conciliatório, de maneira explícita declarando que os Estados Unidos não mais consideram o Brasil como um simples poder regional. "De forma crescente, o Brasil é um líder global, um líder mundial", ele disse, "passando de um recipiente de ajuda externa a uma nação doadora, indicando o caminho a um mundo sem armas nucleares e se colocando à frente dos esforços globais para enfrentar as mudanças climáticas."

Dentro de casa, Dilma e seus aliados mostraram uma postura enérgica ao abordarem alguns dos problemas sociais brasileiros mais prementes, com grande ênfase na violência urbana, especialmente nas favelas, os enormes assentamentos que rodeiam as maiores cidades. Esse problema, se não for controlado, tem o potencial de manchar a imagem do Brasil na Copa do Mundo de 2014 e na Olimpíada de 2016. Como resultado, Unidades Pacificadoras de Polícia (UPPs) foram montadas em algumas das favelas cariocas mais infestadas de crimes e drogas, atacando as gangues fortemente armadas que nelas operam. O programa UPP na verdade começou no fim de 2008, mas ganhou maior vigor a partir da eleição de Dilma e, mais importante, parece haver ganhado o apoio dos moradores, que no passado consideravam a polícia corrupta e ineficiente, uma praga do mesmo nível que os criminosos supostamente por ela combatidos. Ainda é muito cedo para cantar vitória sobre a violência urbana, mas pelo menos é feito agora um esforço prometedor na solução do problema.

Como parte do mesmo esforço, os programas sociais destinados a melhorar a vida dos pobres, urbanos e rurais, também foram reforçados. Isso, combinado com a economia florescente, tem reduzido a migração do Nordeste para as grandes cidades industriais do Sul, e em alguns casos até reverteu o processo, pois os trabalhadores voltam para casa para assumir empregos em fábricas de lugares como Campina Grande, Caruaru, Petrolina e Juazeiro. Quanto aos milhões que permanecem na periferia das grandes cidades, eles são os principais beneficiários do dinheiro do governo aplicado na melhoria da habitação, transporte, saúde, educação — caso, por exemplo, do plano de expansão do ano escolar de 180 para 200 dias, requerido por lei, mas sempre ignorado no passado. Na área do *off-shore*, seguem as descobertas de petróleo e gás, enquanto nos campos são contínuas as grandes colheitas. A força do Brasil nessas áreas tem ajudado a atrair capital estrangeiro: de acordo com dados publicados pela Conferência das Nações Unidas em Comércio e Desenvolvimento em 2011, em

menos de dois anos o Brasil pulou do décimo quinto para o quarto na lista dos países que mais recebem investimento estrangeiro direto. (Para 2011 o governo estimava uma cifra recorde de 65 bilhões, o que levaria o Brasil ao terceiro lugar). Além disso, os maiores e os mais ágeis conglomerados de negócios do país estão se convertendo, eles próprios, em investidores estrangeiros. Caso, por exemplo, da compra da rede americana de *fast-food* Burger King por um grupo de investidores de São Paulo, ou a compra de uma divisão do gigante de petróleo Sunoco pela petroquímica Braskem. De acordo com algumas estimativas, as aquisições feitas no exterior por companhias brasileiras, estimuladas pela força do real diante do dólar e do euro, já superam as compras de empresas estrangeiras que querem fincar o pé no Brasil.

Desde a publicação deste livro na sua versão em inglês, em setembro de 2010, o evidente crescimento por todo o Brasil, seja na forma de novos comércios e negócios ou o crescente consumo por parte da população, já propeliu o Brasil a passar a Itália e a Grã-Bretanha, assim se tornando a sexta economia mundial. Mais ainda, alguns estudos vaticinam agora que o Brasil deve passar na frente da França até 2015, dessa forma atingindo a proclamada meta oficial de fazer do país o "quinto poder". Embora existisse dez anos atrás algum ceticismo no que se refere aos méritos do Brasil para ser colocado na mesma categoria da China e índia, o fato é que essas dúvidas iniciais parecem ir se desfazendo na medida em que o Brasil mostra força e oferece oportunidades mais óbvias e atraentes.

Entretanto, alguns sinais de advertência também têm surgido no primeiro ano de Dilma na presidência, particularmente o reaparecimento de figuras estreitamente associadas à corrupção da época de Lula — algumas delas desacreditadas. Por exemplo, ela manteve no seu posto crucial Gilberto Carvalho, que foi secretário pessoal de Lula e tem sido apontado como intermediário de vários esquemas de lavagem de dinheiro e propinas supostamente operados pelo PT. E, como seu chefe de gabinete, Dilma nomeou Antonio Palocci, que foi ministro da Fazenda de Lula até ser forçado a renunciar em 2006. Nas análises da imprensa brasileira, esse fato automaticamente o converteu no braço direito e preferido da própria Dilma, pois isso significaria que Palocci, treze anos mais jovem, teria enorme poder longe dos holofotes e poderia ser preparado como seu sucessor nas eleições de 2018 — no caso de ela ser reeleita em 2014.

Em junho, porém, Palocci teve de renunciar de novo depois de denúncias na imprensa de que, durante os quatro anos entre sua saída em desgraça do Palácio do Planalto e seu retorno triunfante, ele havia adquirido propriedades de vários milhões de dólares com dinheiro cuja origem se negou a explicar. Nos meses

seguintes, outros seis ministros também se demitiram, todos, menos um, por causa de alegações de corrupção no exercício de suas funções. A exceção foi o ministro da Defesa, Nelson Jobim, que irritou Dilma ao declarar a uma revista que Gleisi Hoffman, a senadora que a presidente colocou no lugar de Palocci, era uma escolha fraca e inadequada porque ela "nem sequer conhece Brasília".

Em cada um dos outros casos, contudo, o ministro em questão (Transporte, Agricultura, Turismo, Esporte e Trabalho) era membro de um pequeno partido aliado ao partido presidencial, o PT, acusado de usar seu posto em esquemas ilícitos para seu próprio benefício ou do seu partido, tais como propinas ou subornos. Múltiplas formas existem para interpretar essa onda de renúncias forçadas, num agudo contraste com o os mandatos dos dois mais recentes antecessores de Dilma: em seu primeiro ano na presidência, Fernando Henrique Cardoso só substituiu dois ministros e Lula não demitiu nenhum. Dilma tem dito que não vai tolerar incompetência ou corrupção, e nesse sentido ela parece manter sua palavra. Outra leitura da situação é que a corrupção está mais espalhada e enraizada, sendo um problema mais sério do que nunca, considerando as imensas quantidades de dinheiro que agora entram na economia brasileira.

Já que nenhuma dessas interpretações é mutuamente excludente, ambas podem ser verdadeiras. Mas duas coisas são claras: os partidos pequenos continuam não somente querendo cobrar um alto preço por seu apoio ao governo, como consideram o controle das agências públicas uma fonte fácil de dinheiro vivo para seus próprios negócios particulares ou partidários. Mas, acontece que Dilma, como Lula e FHC antes dela, não pode governar sem esse apoio e de modo geral tem substituído o ministro demitido por outro membro do seu partido, em vez de punir o partido inteiro por seus malfeitos, deixando-o fora de seu gabinete.

A demissão no fim de outubro do ministro do Esporte, um membro do Partido Comunista do Brasil e ex-integrante do ministério de Lula, sob alegações de que ele exigia 10 por cento de comissão em contratos com ONGs, é particularmente reveladora e preocupante. Embora o posto não seja um dos mais importantes, o Brasil será, como já mencionado antes, o anfitrião da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

Isso significa que muitos contratos extremamente lucrativos são assinados agora, deles constando rigorosos prazos de construção. A fifa já se queixa de que o Brasil está atrasado na construção da infraestrutura da Copa do Mundo, e assim o país mal aguentaria outros deslizes, que levantariam dúvidas sobre sua

habilidade de realizar os dois eventos ou possam sugerir até mesmo a aparência de corrupção e favoritismo político. Dilma já tirou do ministro de Esporte, que tradicionalmente teve uma relação bem próxima com o Comitê Olímpico Brasileiro e a CBF — essas duas organizações também acusadas de corrupção, nepotismo e falta de transparência —, grande parte de suas responsabilidades nos dois eventos, mas infelizmente ainda existem possibilidades de mais estragos.

Como estava previsto, Dilma também encontrou algumas dificuldades para controlar o refratário PT, no qual alguns setores ainda se ressentem da rápida ascensão da presidente e nutrem dúvidas sobre sua confiabilidade ideológica. Em maio de 2011, o partido substituiu seu presidente, um aliado de Dilma, por Rui Falcão, uma figura muito associada a dois de seus rivais, um deles José Dirceu, que fora visto como sucessor de Lula até ser derrubado em 2005, na crise do mensalão. Líderes do PT também decidiram trazer de volta Delúbio Soares, que era tesoureiro do partido durante aquele escândalo ainda não resolvido nos tribunais. "Em 2010 tudo era em nome de Dilma", Falcão disse depois de eleito; "agora é tudo para o PT".

Mas, em 29 de outubro de 2011, todos os cálculos políticos de repente ficaram questionáveis quando Lula anunciou ser portador de um câncer na laringe e que começaria de imediato um programa de quimioterapia. Por recomendação expressa de seus médicos, ele deverá permanecer em silêncio por alguns meses, e sua habilidade para viajar e fazer campanha pelo PT nas eleições de 2012 pode também ficar limitada, dependendo da seriedade de sua condição.

Como os analistas políticos brasileiros logo perceberam, tal fato priva Dilma de um aliado valioso e confiável, pelo menos de forma temporária, e poderia contribuir para rixas ainda maiores dentro do partido enquanto escolhe os seus candidatos e tenta acertos com parceiros de coalizão. Também, em eleições anteriores, Lula, tem demonstrado grande capacidade de dar carona a outros candidatos, como o único líder do PT com prestígio e autoridade suficientes para manter os membros na linha.

Por outro lado, as relações com a oposição parecem ter melhorado, especialmente com os social-democratas. A quase patológica inveja e ressentimento de Lula por FHC, e o prazer quase infantil deste em provocar Lula publicamente, tornavam aquela relação impossível. Mas Dilma tem sido elegante e amigável tanto com FHC como com governadores do psdb de estados maiores como São Paulo e Minas Gerais, indo ao ponto de convidar FHC para sentar-se ao seu lado em eventos públicos, com câmeras de televisão rodando, e jantar no

palácio presidencial. Como resultado, a atmosfera política, embora poluída pela corrupção, parece menos tóxica em termos partidários do que durante o período de Lula no poder.

Já que o PT e o psdb estão de acordo de forma geral no modelo socioeconômico que o Brasil deve seguir, como ficou claro durante a campanha eleitoral de 2010, quando Dilma e Serra tiveram de recorrer a temas periféricos como aborto e relações exteriores para diferenciar suas posições, nesse clima poderia diminuir paulatinamente a hostilidade recíproca, e talvez estimular uma cooperação maior no futuro. Isso, por sua vez, poderia reduzir a necessidade de Dilma de fazer acertos nada palatáveis com partidos menores, que são hoje aliados essenciais de seu governo.

Contudo, mais crucial para o futuro a longo prazo do país, é como Dilma e sua equipe administram os gargalos que já começam a aparecer como resultado do rápido crescimento do Brasil e a crescente prosperidade. Embora o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tenha proclamado que estes são "bons problemas para resolver", eles têm o potencial de reduzir o crescimento do país e impedir seu avanço ao próximo nível de desenvolvimento econômico e social. Já surgiu em alguns setores a escassez de mão de obra qualificada, e as deficiências na educação, no transporte e nos sistemas de comunicação se fazem mais claras todos os dias.

Um estudo anual do Banco Mundial sobre competividade global difundido no fim de 2011, por exemplo, mostrava o Brasil baixando 6 pontos, para a posição 126°, entre as 183 nações pesquisadas, devido a problemas nas áreas de geração de eletricidade, abertura de negócios e obtenção de licenças de construção. Dentro da América Latina, esse é um desempenho melhor que o da Venezuela, mas muito pior que do Chile, México e até mesmo Peru. Estudo similar do Conference Board, um grupo norte-americano de negócios, publicado na mesma época, revelava que a produtividade dos trabalhadores brasileiros se arrastava, em parte por causa das deficiências em educação e investimento: em 2010, o trabalhador brasileiro médio produziu somente 20 por cento da riqueza de um trabalhador norte-americano e um terço daquela de um trabalhador da Coreia do Sul. Entre 2005 e 2010 o relatório também apontou que a produtividade dos trabalhadores brasileiros cresceu 2,1 por cento ao ano, bem atrás dos outros membros do bric liderados pela China, e mostrou um ganho anual médio de 9,8 por cento.

Outra preocupação está relacionada a isso: aumentos de salários superando ganhos de produtividade em anos recentes contribuem para pressões

inflacionárias. O Banco Central admitiu que a inflação para 2011 iria além da meta oficial de 6,5 por cento, a primeira vez em mais de uma década que o governo falhou em seu objetivo. Mas prometeu que as cifras para 2012 estariam abaixo dos 4,5 por cento estabelecidos. Contudo, o Congresso brasileiro calcula 5,5 por cento, o que parece mais realista considerando os enormes investimentos em estradas, aeroportos, portos e estádios, que são parte dos preparativos para a Copa do Mundo e da Olimpíada.

O Brasil também continua vulnerável a forças externas. Para esfriar a economia em 2010, o governo impôs uma taxa sobre o dinheiro de curto prazo que entra agora no país com o único propósito de aproveitar os juros muito mais altos. Mas uma recessão dupla nos Estados Unidos e na Europa e o enfraquecimento ou colapso do euro poderiam levar a uma rápida desaceleração, situação que o governo de Dilma também quer evitar. O Brasil escapou das piores consequências da grande recessão que começou em 2008, em grande parte devido às políticas prudentes discutidas no capitulo 6 deste livro. Mas o país estaria mais exposto e correndo riscos numa segunda rodada, especialmente se, como parece possível, a economia da China, o maior parceiro comercial do Brasil em anos recentes, também desacelerasse. No fim de 2011, o Ministério da Fazenda revisou sua estimativa de crescimento para 2012, baixando-o para 4 por cento ou menos, um número que estaria muito bem em qualquer lugar da América do Norte ou Europa, mas é considerado uma decepção para um país no atual estágio de desenvolvimento econômico como o Brasil.

Os brasileiros, entretanto, continuam otimistas, e não sem razão. Claro, ainda existe a possibilidade de que o país regrida, e disso eles estão bem cientes. Nas entrevistas que faço, nas palestras que dou ao redor do país, com frequência me perguntam que garantias existem de que eu, daqui a dez anos, não serei obrigado a escrever outro livro chamado *Brasil em baixa.* Minha resposta aos brasileiros é sempre a mesma: "Não existe tal garantia, já que o futuro do país está em suas mãos e depende amplamente das decisões que vocês tomarem como um povo". Mas, no momento, nada no horizonte sugere um destino catastrófico como esse; ao contrário, a maioria dos indicadores aponta que o Brasil permanecerá onde está, como uma potência intermediária em ascensão, ou até mesmo atingindo o próximo nível, na companhia rarefeita das verdadeiras grandes potências mundiais.

AGRADECIMENTOS

A origem deste livro remonta aos anos 70, quando eu conversava com meu sogro e seu cunhado toda vez que eu voltava ao Rio de Janeiro de uma viagem prolongada a algum canto longínquo do Brasil. Inevitavelmente eles me diziam: "Você precisa escrever isso num livro". Portanto, quero começar agradecendo a David William Amaral e Sinval Paranhos Haefeli por essa sugestão. Minha única mágoa é que nenhum deles viveu para ver este livro publicado.

Tenho uma dívida de gratidão com outros membros da minha família brasileira. Um obrigado especial à minha sogra, Ana Maria Haefeli Amaral, às minhas tias Euclea e Lucie e também aos meus primos por casamento e seus filhos: Leonardo, Ana e Raphael, Paula e Vítor; Luciana, Fred e Priscilla; Mônica, João e Lorena; e Teodoro e Magda. Foram eles que me levaram pela primeira vez ao Maracanã e à Feira dos Nordestinos, em São Cristóvão, e que me convidaram a assistir com eles aos ensaios da Salgueiro para o Carnaval, abrindo para mim perspectivas que me permitiram vivenciar o Brasil por dentro.

Também sou grato a Leonardo de Melo Haefeli e Ana Parrini por me convidarem a ficar com eles no Rio de Janeiro e em Teresópolis durante o tempo que passei no Brasil, em 2008 e 2009, pesquisando e escrevendo este livro. Do mesmo modo, Antônio Callado e Débora Matedi foram extremamente generosos ao me deixarem usar um apartamento em Botafogo como escritório. Mais de um quarto deste livro foi escrito lá, com uma vista panorâmica do Pão de Açúcar e da baía de Botafogo e a música das ruas cariocas para me inspirar.

Durante os nove anos em que fui chefe da sucursal do *The New York Times* no Rio de Janeiro, recebi assistência e aconselhamento inestimáveis de Mery Galanternick, a gerente da sucursal. Ela não apenas forneceu uma muito necessária memória institucional, mas também conhece praticamente todo mundo no Brasil — ao menos é o que parece — e está sempre disposta a compartilhar o seu conhecimento e a fazer sugestões úteis. Obrigado também a Luiz Carlos Gomes e a Magno da Silva por me manterem atualizado sobre as novas gírias e por me explicarem as complexidades de aspectos fundamentais da

vida e da cultura brasileiras, como jogo do bicho, Carnaval, samba, futebol, telenovelas, e como lidar com policiais corruptos, autoritários ou racistas.

Com os anos, eu também me beneficiei enormemente de discussões (e debates) com alguns dos mais astutos sociólogos, antropólogos, historiadores, analistas políticos, economistas e cientistas brasileiros. Nem sempre concordaram comigo, nem eu com eles, e imagino que algumas coisas que escrevi aqui deverão acender debates futuros com eles. Mas minhas leituras das obras de (e minhas conversas com) Roberto DaMatta, Gilberto Dupas, David Fleischer, Elio Gaspari, José Goldemberg, Hélio Jaguaribe, Felipe Lampreia, Bolívar Lamounier, o finado Darcy Ribeiro, e Rubens Ricupero, foram essenciais para formar a visão que tenho do Brasil.

Em minhas viagens jornalísticas pelo Brasil fui frequentemente acompanhado por fotógrafos dedicados e perceptivos, que me ajudaram a olhar e realmente enxergar o país, apreciando a beleza tanto da sua geografia quanto de sua gente. Meu obrigado, portanto, a Lalo de Almeida, John Maier, João Silva e Adriana Zehbrauskas. Devo mencionar também o falecido Nicolas Reynard, que era o companheiro de viagem ideal na Ama zônia, artista visual talentoso e fonte de conhecimento prático sobre a região e seus mistérios. Sua morte num acidente de hidroavião no rio Negro, ao norte de Manaus, em 11 de novembro de 2004, privou a mim de um amigo querido e a Amazônia de um dos seus defensores mais eficazes e apaixonados.

É impossível trabalhar na Amazônia sem contar com a gentileza de outros, e em mais de cinquenta viagens durante mais de trinta anos, contraí muitas dívidas de gratidão. Conheci Lúcio Flávio Pinto em Belém e Márcio Souza em Manaus na minha primeira visita à região em 1978, e continuo sendo um admirador de ambos, não apenas por dividirem de modo desinteressado o seu conhecimento comigo, mas também por sua cordialidade e senso de humor. Para perguntas científicas, Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus, e Dan Nepstad, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, em Belém, foram professores pacientes e instrutivos. Também sou muito grato a numerosos sacerdotes católicos, freiras e voluntários leigos que tantas vezes me abrigaram, alimentaram e, por intermédio das comissões de Justiça e Paz e Pastoral da Terra, forneceram-me ideias para matérias e documentação quando mais precisei delas.

A esse respeito, sou especialmente grato a três membros do clero. O monsenhor James Ryan, de Chicago, veio à Amazônia em 1942 para ser capelão do projeto de Henry Ford no rio Tapajós, depois serviu como bispo de Santarém e foi um

querido amigo até a sua morte em 2002, aos oitenta e nove anos. Eurico Kräutler, bispo do Xingu, e Alano Pena, bispo de Marabá, também forneceram hospitalidade, amizade e pistas ao judeu errante que periodicamente aparecia à porta deles.

Uma das bênçãos do meu envolvimento de quarenta anos com o Brasil tem sido a oportunidade de mergulhar na sua extraordinária cultura. Como filho de músico, sempre achei minhas conversas com Gilberto Gil e Caetano Veloso particularmente estimulantes e úteis para o meu entendimento da incomparável produção artística do país. Diversos encontros com outras personalidades criativas notáveis, de Jorge Amado, Paulo Coelho e Moacyr Scliar a J. Borges, Carlinhos Brown e Joãosinho Trinta causaram um impacto permanente em mim e alimentaram minha insaciável curiosidade sobre a cultura brasileira.

Nos Estados Unidos, devo começar expressando minha gratidão aos diretores do *The New York Times*, especialmente Joseph Lelyveld, por me enviar ao Brasil e me dar autonomia e orçamento para escrever sobre múltiplos assuntos. O incentivo e os conselhos sensatos da minha agente, Nancy Love, facilitaram a minha jornada e tranquilizaram minha mente. Sou grato a todos da Palgrave Macmillan por me oferecerem a oportunidade de escrever este livro, sobretudo à minha editora, Luba Ostashevsky, por suas sugestões e uma objetividade aguda que ajudaram a evitar que eu me perdesse na selva amazônica das minhas próprias palavras. E, embora não tenham trabalhado diretamente neste projeto, meus editores brasileiros, Roberto Feith e Bruno Porto, também merecem ser mencionados. Suas perguntas e nossas discussões e debates animados sobre o Brasil durante a edição do meu livro anterior em português, *Deu no New York Times*, fizeram com que eu escrevesse aquele livro preparado para o combate.

Minha maior dívida, no entanto, é para com minha esposa, Clotilde Amaral Rohter. Meus primeiros contatos com o Brasil e com brasileiros foram através dela. Ela me ensinou a falar e a escrever em português, e fez as sugestões iniciais sobre o que eu deveria ler, assistir, ouvir e comer, as quais me puseram no caminho que me levou a escrever este livro. Se não fosse por ela, eu provavelmente teria me tornado um estudioso sobre a China e perdido toda essa grande aventura que é o Brasil. Acrescente-se a isso a sua constância e sacrifício, e será óbvio que devo a ela bem mais do que palavras podem expressar.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ALBIN, Ricardo Cravo. *Dicionário Houaiss ilustrado de Música Popular Brasileira.* Rio de Janeiro: Paracatu, 2006.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Por que Lula?* Rio de Janeiro: Record, 2006.

ALMEIDA, Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil.* Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil.* São Paulo: Senac, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BELLOS, Alex. *Futebol: soccer, the Brazilian way.* Nova York: Bloomsbury USA, 2002.

BERNARDES, Roberto. *Embraer: elos entre Estado e mercado.* São Paulo: Hucitec, 2000.

BOTELHO, Raul. *Proceso del subimperialismo brasileiro.* Buenos Aires: Eudeba, 1977.

BUARQUE de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BUENO, Eduardo. *Coleção Terra Brasilis.* 4 vols. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

e MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARRASCO, Lorenzo. *Ambientalismo, novo colonialismo.* Rio de Janeiro: CapaxDei, 2005.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova.* São

Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros.* Brasília: UnB, 1998.
CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo: o que é ser negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Record, 2009.
DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
. *O que faz o Brasil, Brasil* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
e Elena Soárez. *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho.* Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
DINIZ, André. *Almanaque do samba.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
FARIAS, Patrícia Silveira de. *Pegando uma cor na praia: relações raciais e classificação de cor.* Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 2006.
FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso.* Rio de Janeiro: Record, 2000.
. *Sobrados e mucambos.* Rio de Janeiro: Record, 2000.
. *Casa-grande e senzala.* Rio de Janeiro: Record, 1998.
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
. *A ditadura derrotada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
. *A ditadura envergonhada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
GAWORA, Dieter. *Urucu: impactos sociais, ecológicos e econômicos.* Manaus: Valer, 2003.
GOLDENBERG, Mirian. *Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca.* Rio de Janeiro: Record, 2002.
GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na Era dos Gigantes.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
HIRST, Monica e HURRELL, Andrew. *Brasil - Estados Unidos: desencontros e realidades.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
ITUASSU, Arthur e ALMEIDA, Rodrigo de. *O Brasil tem jeito?* Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 2006.
KAMEL, Ali. *Não somos racistas.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira (passado, presente e futuro).* São Paulo: Perspectiva, 2004.
LESSA, Ricardo. *Brasil e Estados Unidos: o que fez a diferença.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
MARGOLIS, Maxine L e CARTER, William E. *Brazil: anthropological perspectives.* Nova York: Columbia University Press, 1979.
MARX, Anthony. *Making race and nation: a comparison of the United States, Brazil and South Africa.* Nova York: Cambridge University Press, 1998.
MENDES, Candido. *Lula: a opção mais que o voto.* Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
. *A presidência afortunada.* Rio de Janeiro: Record, 1998.
NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
PARANÁ, Denise. *Lula: o filho do Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
PARKER, Richard G. *Bodies, pleasures and passions: sexual culture in contemporary Brazil.* Boston: Beacom Press, 1991.
PINTO, Lúcio Flávio. *Hidrelétricas na Amazônia.* Belém: EJP, 2002.
PRADO, Caio. *The colonial background of modem Brazil.* Berkeley: University of California Press, 1971.
PRADO, Eduardo. *A ilusão americana.* São Paulo: Ibrasa, 1980.
PRIORE, Mary del. *História do amor no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2005.
. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2004.
REGA, Lourenço Stelio. *Dando um jeito no jeitinho.* São Paulo: EMC, 2000.
RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
ROHTER, Larry. *Deu no New York Times.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil 1930-1964.* Londres: Oxford University Press, 1967.
SOUZA, Tarik. *Tem mais samba: das raízes à eletrônica.* São Paulo: Editora 34, 2003.
SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil.* Porto Alegre: L&PM, 2008.
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil.* 3 vols. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
VELOSO, Caetano. *Verdade tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
WAGLEY, Charles. *An introduction to Brazil.* Nova York: Columbia University Press, 1971.